



Universidade de Aveiro
Ano (2022)

JIAQI ZHU

**Portugal na Nova Rota da Seda - uma perspectiva
cultural sobre as relações sino-portuguesas**



Universidade de Aveiro
Ano 2022

JIAQI ZHU

Portugal na Nova Rota da Seda - uma perspectiva cultural sobre as relações sino-portuguesas

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Políticas Públicas, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues, Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à minha família.

o júri

presidente

Prof. Doutor João Miguel Sequeira Silva Dias
Professor catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Carmen Amado Mendes
Professora associada com agregação da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Francisco José Leandro
Professor associado da City University of Macau

Prof. Doutor Carlos José de Oliveira e Silva Rodrigues
Professor associado da Universidade de Aveiro (orientador)

Prof. Doutora Sara Margarida Alpendre Diogo
Professora auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Cátia Miriam Costa
Investigadora integrada do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

agradecimentos

Finalizada esta etapa particularmente importante da minha vida, não poderia deixar de exprimir os meus agradecimentos a todos que me apoiaram durante a realização deste trabalho:

Ao Prof. Doutor Carlos Rodrigues, pela sua orientação, paciência, apoio e sugestões prestadas para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, pelo carinho e compreensão que me sempre prestaram ao longo da minha vida.

Ao Pedro, o meu amor e “camarada” na minha vida, por ter caminhado ao meu lado ao longo de todo o percurso deste doutoramento, pela paciência e amor demonstrado.

Ao meu “Camõezinho”, por ter sido uma companhia durante a época de quarentena.

Também quero agradecer à Prof. Doutora Cuicui Cheng, pelas suas sugestões e apoio precioso ao longo deste percurso.

A todos os amigos e colegas que de uma forma direta ou indireta, contribuíram ou auxiliaram na elaboração deste trabalho e pelo apoio que prestaram em momentos mais difíceis.

Sem vocês, seria impossível terminar este percurso.

palavras-chave

A Nova Rota da Seda, políticas públicas, diplomacia cultural, relações internacionais, China e Portugal.

resumo

A presente investigação propõe-se a estudar a diplomacia cultural no contexto da Nova Rota da Seda (BRI), a política estratégica da China sob a liderança de Xi Jinping, e as suas práticas nas relações bilaterais sino-portuguesas. Destaca-se o papel do entendimento entre os povos e da interpretação da diplomacia cultural, indispensáveis no processo de aplicação das políticas públicas e nas relações internacionais, como fundamento social para a construção da nova estratégia da China. Esta investigação analisa as políticas relacionadas com a diplomacia cultural da China, bem como as suas práticas e impactos em Portugal através de uma abordagem qualitativa e quantitativa. Deste modo, o trabalho proposto pretende contribuir para amplificar o conhecimento sobre as relações sino-portuguesas no contexto da BRI. Este contributo vai para além da ênfase dos estudos sobre BRI, normalmente colocada numa perspetiva económica e política, trazendo a perspetiva cultural para o centro do debate sobre as relações bilaterais.

keywords

The Belt and Road Initiative, public policy, cultural diplomacy, international relations, China and Portugal.

abstract

The present research studies cultural diplomacy in the context of the Belt and Road Initiative (BRI), China's strategic policy under the leadership of Xi Jinping, and its practices in Sino-Portuguese bilateral relations. It highlights the role of people-to-people understanding and the interpretation of cultural diplomacy, notable in the process of public policy implementation and international relations, as a social foundation for the construction of China's new strategy. This research analyses the policies related to China's cultural diplomacy, as well as its practices and impacts in Portugal through a qualitative and quantitative approach. Thus, the proposed work intends to contribute to broaden the knowledge on Sino-Portuguese relations in the context of the BRI. This contribution goes beyond the emphasis of studies on BRI, usually placed on an economic and political perspective, bringing the cultural perspective to the center of the debate on bilateral relations.

Índice

| | |
|--|----|
| Introdução..... | 1 |
| O contexto da investigação..... | 1 |
| As principais motivações da investigação..... | 3 |
| Questão de investigação..... | 6 |
| Objetivos de investigação..... | 7 |
| Metodologia..... | 8 |
| Estrutura da Tese..... | 8 |
| Capítulo 1: O papel da cultura nas relações internacionais..... | 11 |
| 1.1 Introdução..... | 11 |
| 1.2 As definições de cultura e relações internacionais..... | 12 |
| 1.3 O quadro teórico do Construtivismo..... | 18 |
| 1.3.1 Três culturas de construtivismo..... | 20 |
| 1.3.2 As ‘Ideias’ no construtivismo..... | 23 |
| 1.3.3 Identidades e interesses..... | 24 |
| 1.4. <i>Nation branding, soft power</i> e diplomacia cultural..... | 27 |
| 1.4.1 <i>Nation branding</i> | 27 |
| 1.4.1.1 “ <i>Nation branding</i> ”- gestão de imagem nacional..... | 29 |
| 1.4.2 <i>Soft power</i> - uma ferramenta atraente de política externa..... | 32 |
| 1.4.2.1 O conceito de <i>soft power</i> na perspetiva chinesa..... | 37 |
| 1.4.3 Diplomacia Cultural..... | 41 |
| 1.4.3.1 Diplomacia..... | 41 |
| 1.4.3.2 Diplomacia cultural..... | 42 |
| 1.4.3.3 As formas de diplomacia cultural..... | 45 |
| 1.5 As interligações entre os conceitos de <i>nation branding, soft power</i> e diplomacia cultural..... | 49 |

| | |
|--|----|
| 1.5.1 <i>Nation branding</i> e <i>soft power</i> | 49 |
| 1.5.2 Diplomacia cultural, <i>nation branding</i> e <i>soft power</i> | 53 |
| 1.6 Síntese geral..... | 56 |
| Capítulo 2: O papel da cultura no desenvolvimento diplomático da China | 59 |
| 2.1 Introdução..... | 59 |
| 2.2 Época hobbesiana: fundação da China 1949-1966..... | 60 |
| 2.2.1 Sobre o contexto | 61 |
| 2.2.1.1 Contexto internacional..... | 61 |
| 2.2.1.2 Contexto nacional | 64 |
| 2.2.2 As práticas da diplomacia cultural..... | 65 |
| 2.2.2.1 As políticas lançadas no âmbito da diplomacia cultural..... | 65 |
| 2.2.2.2 Mecanismos e instrumentos da diplomacia cultural durante a época hobbesiana | 68 |
| 2.2.2.3 Formas da diplomacia cultural durante a época hobbesiana | 71 |
| 2.3 Transição da Época hobbesiana para a lockeana: 1966-1976 | 76 |
| 2.3.1 Sobre o contexto | 76 |
| 2.3.2 As práticas da diplomacia cultural..... | 78 |
| 2.4 Época Lockeana: Abertura Económica 1977- 1988 | 79 |
| 2.4.1 Sobre o contexto | 79 |
| 2.4.2 As práticas da diplomacia cultural..... | 81 |
| 2.4.2.1 As políticas lançadas | 81 |
| 2.4.2.2 Mecanismos e instrumentos da diplomacia cultural..... | 84 |
| 2.4.2.3 Formas da diplomacia cultural | 86 |
| 2.5 A cultura kantiana: 1989-2012 ou o pós-Guerra Fria..... | 91 |
| 2.5.1 Sobre o contexto | 91 |
| 2.5.2 As práticas de diplomacia cultural..... | 97 |

| | |
|--|-----|
| 2.5.2.1 As políticas | 97 |
| 2.5.2.2 Mecanismos, instrumentos e formas da diplomacia cultural..... | 102 |
| 2.6 Síntese geral..... | 106 |
| Capítulo 3: Iniciativa “Uma Faixa Uma Rota”- a estratégia da era da diplomacia de grande poder responsável | 111 |
| 3.1 Introdução..... | 111 |
| 3.2 A BRI- a estratégia global da China na cultura hobbesiana..... | 113 |
| 3.2.1 O surgimento da BRI..... | 113 |
| 3.2.2 Os contextos do surgimento da BRI..... | 116 |
| 3.2.2.1 Contexto nacional..... | 116 |
| 3.2.2.2 Contexto internacional..... | 117 |
| 3.2.3 Os conteúdos da BRI..... | 119 |
| 3.3 A diplomacia cultural no contexto da BRI sob o “entendimento entre os povos”..... | 122 |
| 3.3.1 “Contar bem a história da China”..... | 125 |
| 3.3.2 A Comunidade de Destino Compartilhado da Humanidade | 129 |
| 3.3.3 As práticas da diplomacia cultural no contexto da BRI | 135 |
| 3.3.3.1 As políticas lançadas associadas ao “entendimento entre os povos” | 135 |
| 3.3.3.2 Atores, mecanismos, instrumentos e formas da diplomacia cultural sob o contexto da BRI..... | 147 |
| 3.4 Síntese geral..... | 161 |
| Capítulo 4: As relações sino-portuguesas através das perspetivas do construtivismo: 1949-2012 | 164 |
| 4.1 Introdução..... | 164 |
| 4.2 Época hobbesiana, 1949-1978..... | 166 |
| 4.2.1 Sobre o contexto | 166 |
| 4.2.2 As práticas de diplomacia cultural da China nas relações sino-portuguesas..... | 169 |
| 4.3 Época lockeana, 1979-1999..... | 172 |
| 4.3.1 Sobre o contexto | 172 |

| | |
|---|-----|
| 4.3.2 As práticas de diplomacia cultural da China nas relações sino-portuguesas..... | 175 |
| 4.4 Época kantiana, 2000-2012 | 180 |
| 4.4.1 Sobre o contexto | 180 |
| 4.4.2 As práticas de diplomacia cultural da China nas relações sino-portuguesas..... | 184 |
| 4.5 Síntese geral..... | 189 |
| Capítulo 5: Relações bilaterais China-Portugal na era Xi Jinping: o papel da diplomacia cultural | 192 |
| 5.1 Introdução..... | 192 |
| 5.2 Sobre o contexto: as relações sino-portuguesas e a continuação da cultura kantiana | 194 |
| 5.2.1 Dimensão económica..... | 194 |
| 5.2.2 Dimensão política | 198 |
| 5.3 Nota metodológica..... | 201 |
| 5.3.1 Recolha de dados | 203 |
| 5.3.2 Descrição de procedimentos..... | 210 |
| 5.4 As práticas da diplomacia cultural da China em Portugal no contexto da BRI..... | 216 |
| 5.4.1 As formas da diplomacia cultural..... | 217 |
| 5.4.2 Dois níveis de atores participantes na prática da diplomacia cultural da China em Portugal..... | 228 |
| 5.4.3 Macau como plataforma e mecanismo da diplomacia cultural da China, no contexto da BRI..... | 233 |
| 5.4.4 Lições para a diplomacia cultural da China em Portugal no novo contexto da BRI | 236 |
| 5.5 Síntese geral..... | 242 |
| Conclusões..... | 245 |
| Referências | 253 |
| Anexos..... | 284 |

Lista de tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1- As políticas e documentos oficiais da DC durante 1988 a 2012..... | 98 |
| Tabela 2- Elaboração própria, com base em informação do site da Agência de Notícias Xinhua, do Ministério das Relações Exteriores..... | 134 |
| Tabela 3-Exportação/importação de Portugal para a China 2000-2012; elaboração própria, baseada na fonte INE, PORDATA | 183 |
| Tabela 4- Lista de dados secundários | 210 |
| Tabela 5- Documentos importados e codificados..... | 211 |
| Tabela 6- Temas e subtemas do Modelo da diplomacia cultural da China no contexto de BRI | 212 |
| Tabela 7- Lista de códigos temáticos iniciais..... | 214 |
| Tabela 8- Lista de códigos definidos e números de codificação | 215 |
| Tabela 9- Lista da geminação de cidades/ vilas portuguesas e chinesas desde 2013..... | 228 |

Lista de figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 1- Comparação entre <i>soft power</i> e nation branding- elaboração da autora. | 50 |
| Figura 2 - <i>soft power</i> e nation branding no processo de atração. Fonte: (Fan, 2007). | 51 |
| Figura 3- Nível de dificuldade de Nation Branding, elaboração por Fan (2010)..... | 52 |
| Figura 4- Mapa BRI. Fonte: https://www.peoplesreview.com.np/2017/09/06/belt-road-initiative-for-collective-partnership-and-development/ , acedido em 25/08/2019 | 114 |
| Figura 5- Quarto nível de abertura cultural no período da BRI, elaboração pela autora..... | 142 |
| Figura 6-Aspetos do conteúdo do Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural “Uma Faixa Uma Rota” 2016-2020; a elaboração é própria..... | 145 |

Lista de quadros

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Enquadramento da teoria de Wendt. Elaboração da autora. | 20 |
| Quadro 2- A teoria de Wendt sobre culturas, identidades, interesses e ações (comportamentos), elaboração própria. | 26 |
| Quadro 3-Números de geminação das cidades desde 1973. Fonte: http://www.cifca.org.cn/Web/JieHaoBiao.aspx . Elaboração da autora..... | 87 |
| Quadro 4- Número de artigos científicos com a palavra " <i>soft power</i> ". Elaboração da autora . | 96 |
| Quadro 5- Número de reportagens chinesas incluindo o termo " <i>soft power</i> ". Elaboração da autora. | 96 |
| Quadro 6- Resumo do desenvolvimento da diplomacia cultural da China: 1949-2012. Elaboração da autora. | 110 |
| Quadro 7-Resumo dos documentos culturais da diplomacia cultural durante a BRI, baseado numa análise de documentos oficiais da China. A elaboração é da autora. | 140 |
| Quadro 8- Os departamentos principais da diplomacia cultural da CCPC, a elaboração própria. | 150 |
| Quadro 9- A divisão do Conselho de Estado chinês, a elaboração própria..... | 152 |
| Quadro 10- O modelo geral da diplomacia cultural da China no contexto da BRI, elaboração própria..... | 155 |
| Quadro 11- O modelo da diplomacia cultural da BRI..... | 163 |
| Quadro 12- Lista de contactos oficiais registados, elaboração própria..... | 174 |
| Quadro 13- Lista de visitas de alto nível entre 1988 e 1999 | 175 |
| Quadro 14- Lista de acordos bilaterais sino-portugueses assinados de 1979 a 1999..... | 177 |
| Quadro 15- Lista de acordos bilaterais sino-portugueses assinados de 2000 a 2012..... | 185 |
| Quadro 16- As universidades da China com curso de Português, 2000-2012; os dados foram recolhidos por nós..... | 187 |
| Quadro 17- A lista de geminação entre as cidades da China e de Portugal, 2000-2012; dados recolhidos através de Associação Nacional de Municípios Portugueses | 188 |
| Quadro 18- Fluxos de Investimento Direto da China em Portugal- Princípio Direcional | 195 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 19-Volume comercial bilateral ente a China e Portugal de 2013 a 2019 | 196 |
| Quadro 20- Research Design de Estudo de Caso | 202 |
| Quadro 21- Lista de eventos/atividades observados..... | 205 |
| Quadro 22- Fontes dos dados secundários e respetivos proprietários | 208 |
| Quadro 23- Acordos assinados na dimensão cultural (anexo 9) | 217 |
| Quadro 24- Peso de cada tema conforme os acordos assinados bilaterais | 218 |
| Quadro 25-Os atores participantes na diplomacia cultural da China em Portugal | 230 |
| Quadro 26-O peso das formas de diplomacia cultural da China na Comunicação Social | 236 |
| Quadro 27-O peso das formas detalhadas nas reportagens portuguesas | 238 |

Lista de abreviaturas

| | |
|------------|---|
| AAICPC | Associação Amizade Intercâmbio Cultural Portugal-China |
| ACEI | Associação Chinesa de Entendimento Internacional |
| ADPC | Associação de Diplomacia Pública da China |
| AEACP | Associação de Estudantes e Académicas Chinesas em Portugal |
| AGI | Administração Geral de Informações |
| AICEP | Aicep Portugal Global |
| AIIB | <i>Asian Infrastructure Investment Bank</i> |
| APCAPE | Associação do Povo Chinês para a Amizade com Países Estrangeiros/Associação Chinesa para Contato Amigável Internacional |
| APCCCPE | Associação do Povo Chinês para a Comunicação para a Cultura com Países Estrangeiros |
| BCE | Banco Central Europeu, |
| BDA | Banco de Desenvolvimento da Ásia |
| BdP | Banco de Portugal |
| CAD Fund | <i>The China-Africa Development Fund</i> |
| CAF | <i>The China-ASEAN Investment Cooperation Fund</i> |
| CAI | Comitê de Atividade Internacional |
| CCC | Centro da Cultural da China |
| CCCM | Centro Científico e Cultural de Macau |
| CCILC | Câmara de Comercio e Indústrias Luso-chinesa |
| CCLI | Associação China-lusófona-Ibero-América-Caribe |
| CCPC | Comitê Central do Partido Comunista da China |
| CDB | <i>China Development Bank</i> |
| CE | Comissão Europeia |
| CEE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| CEE | Comunidade Económica Europeia |
| CEPPC | o Conselho de Estado de República Popular da China |
| CGM | Grupo de Medias da China |
| Chexim | <i>The Export-Import Bank of China</i> |
| CICIR | <i>China Institutes of Contemporary International Relations</i> |
| CNCCPPC | O Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês |
| CNPC | Congresso Nacional do Povo da China |
| CPCN | Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo |
| CRCE | Comitê de Relações Culturais Estrangeiras |
| CRI | <i>China Radio International</i> |
| DCP/DPCCPC | O Departamento Central de Propaganda /Departamento de Publicidade do CCPC |
| DNE | Departamento de Negócios Estrangeiros |

| | |
|-----------|--|
| EPM | Escola Portuguesa de Macau |
| EUA | Os Estados Unidos da América |
| FDI / IDE | Investimento Direto Estrangeiro |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GATT | Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio |
| GBM | Grupo Banco Mundial |
| GICE | Gabinete de Informação do Conselho de Estado |
| GNE | Gabinete de Negócios Estrangeiros |
| ICEP | Instituto do Comércio Externo de Portugal |
| IED | Investimento Estrangeiro Direto |
| IMF/ FMI | Fundo Monetário Internacional |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| IPCNE | Instituto do povo chinês dos negócios estrangeiros |
| IPOR | Instituto Português do Oriente |
| MNE | Ministério dos Negócios Estrangeiros |
| NDB | Novo Banco de Desenvolvimento |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCC | Partido Comunista da China |
| PIB | Produto interno bruto |
| PM | Primeiro Ministro |
| RCCGP | Reunião do Comitê Central do Governo Popular |
| RPC | República Popular da China |

Introdução

O contexto da investigação

No dia 7 de setembro de 2013, o presidente chinês Xi Jinping, propôs “construir *The Silk Road Economic Belt*”, durante a sua visita ao Cazaquistão. De seguida, no dia 3 de outubro do mesmo ano, o presidente Xi discursou no parlamento da Indonésia, sugerindo “construir o conjunto *The 21st-Century Maritime Silk Road*”. Estas duas ideias tornaram-se, de imediato, parte da política nacional da China, sendo oficialmente conhecidas por “Nova Rota da Seda” (em inglês: *The Belt and Road Initiative*, abreviado “BRI”). O nome BRI advém da antiga Rota da Seda (114 a.C. – 127 d.C.), a rota de intercâmbio comercial e de comunicação política e cultural, que ligava a Ásia à Europa e a África. A estratégia BRI herda o espírito da Rota da Seda, não só por revelar a ambição de desenvolvimento da China, mas também por pretender construir uma nova imagem do país no palco internacional.

A estratégia BRI resulta da evolução das políticas públicas chinesas, desde a década de 80, quando o presidente Deng Xiaoping estimulou a abertura do mercado chinês ao mundo. No início do século XXI, a estratégia *Going Out* foi incorporada no “Esboço do 11º Plano Quinquenal para o desenvolvimento económico e social nacional”, que marcou o desenvolvimento integral dos investimentos da China no exterior (Wenbin & Wilkes, 2013). O surgimento da BRI é o resultado e evolução da estratégia *Going Out*, no entanto, a BRI foca a sua dinâmica num plano mais amplo, que liga a China aos outros países.

Devido à influência da globalização, as relações entre países não são isoladas (Ghasemi, n.d.). A China está a ampliar grandemente a sua estratégia de abertura económica e a realizar esforços para se reposicionar no ambiente global. Embora a BRI seja orientada pela China, o objetivo é proporcionar benefícios a todos os participantes, como se de uma estratégia “*win-win*” se tratasse. Os seus objetivos são interagir com redes multiculturais, expandir a conectividade e maximizar sinergias com participantes relevantes (Minghao, n.d.).

A BRI é a manifestação do novo pensamento da China sobre a sua estratégia global, desde que o presidente Xi tomou o poder.

Os conteúdos da política BRI possuem cinco vertentes, como cinco grandes objetivos: a coordenação das políticas, a conectividade das instalações, o comércio sem restrições, a integração financeira, assim como, a ligação entre as pessoas (*people-to-people bonds*). Esta iniciativa alimenta a conectividade de infraestruturas, comércio, moeda e cultura entre a China e os outros países. Com essa finalidade, a diplomacia chinesa nos últimos anos tem construído uma enorme rede de parcerias globais. Entre estes cinco aspetos, o entendimento entre os povos é o fundamento social para a construção da BRI, que exige intercâmbios e cooperações culturais, para aprofundar o conhecimento das gentes sobre as relações bilaterais e multilaterais.

A relação entre Portugal e a China mantém-se estreita desde há bastante tempo. Para a China, Portugal assume um papel relevante no mercado europeu. Destaca-se o papel de liderança da CPLP, que tem mais de 200 milhões de pessoas, as relações bilaterais sino-portuguesas são muitas vezes consideradas como uma relação multilateral. A China considera o seu relacionamento com Portugal uma apresentação de boas práticas na política internacional; para Portugal, a China é a sua maior parceira comercial asiática. Desde que assinaram a Declaração Conjunta dos Governos da RP e da RPC sobre o Reforço das Relações Bilaterais, os dois países têm aprofundado o diálogo político, as relações económicas e culturais, as cooperações nas áreas da educação, ciência e tecnologia, justiça e saúde, de modo a atingir o “*win-win*” (X. Zeng, 2016). De 2006 a 2018, a designação de Acordo sobre Cooperação Económica e Acordo sobre a Promoção e Proteção Recíproca de Investimento e Respetivo Protocolo deram um forte impulso à relação sino-portuguesa.

Sob as propostas referidas da nova iniciativa BRI, em abril de 2015, Portugal contribuiu com cerca de 13 milhões de dólares para o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), que é o mecanismo de implementação da BRI. Esta decisão de Portugal assume importância pelas recentes relações económicas e políticas com a China. Citando o antigo embaixador chinês em Lisboa, Huang Songpu, em Maio de 2015, “*Portugal*

is the beginning and the end of the Silk Road”, sugerindo que Portugal desempenha um papel importante no desenvolvimento da Nova Rota da Seda. O valor simbólico da declaração do diplomata, acrescentado ao grande empenho dos funcionários chineses na mobilização de Portugal no âmbito da BRI, aponta para os séculos de comunicação entre a China e Portugal, em particular, para o processo bem-sucedido de negociação que se seguiu ao estabelecimento de relações diplomáticas em 1979, e que levou à transferência da antiga possessão portuguesa de Macau para a China, em 1999, bem como à criação de uma parceria estratégica entre os dois países, em 2005 (F. Van Der Putten & Meijnders, 2015). A BRI surge como uma oportunidade para elevar a parceria estratégica entre Portugal e a China a um novo patamar de cooperação, aumentando, diversificando e qualificando o comércio bilateral, o investimento e as relações culturais.¹

No entanto, as cooperações internacionais baseiam-se em determinadas condições. Fatores como diferenças de cultura, língua, comunicação, política, entre outros, são considerados pelo presidente chinês Xi Jinping como premissa para a implementação bem-sucedida da BRI a nível global. Portanto, de todas as propostas da BRI, salienta-se o “entendimento entre os povos”, ou seja, a sua dimensão cultural. O “entendimento entre os povos”, como base imprescindível da implementação da política BRI da China, indica que o Estado chinês pretende promover a ligação entre as pessoas, com reflexo nas relações económicas e comerciais, através de atividades culturais, ou melhor, de políticas culturais.

As principais motivações da investigação

No que diz respeito às motivações de investigar a dimensão cultural da BRI, não só porque “promoção de entendimento os povos” como a base da implementação da nova estratégia global da China, mas também por seguintes razões. Em primeiro lugar, a dimensão

¹ “*We invite Portugal to seize this opportunity and thus to explore with China the possibilities open by BRI, which will benefit our peoples through the promotion of pragmatic cooperation and a levelled up global strategic partnership*” Huang Songfu, antigo ambaxador chinês em Portugal (Junho, 2015).

cultural tem sido cada vez mais incorporada nas agendas sociais, políticas e económicas dos governos. Isso resultou em abordagens institucionais e políticas, que servem uma diversidade de interesses nacionais em contextos locais, nacionais e internacionais. Se fizermos uma retrospectiva das políticas ligadas à cultura internacional da China, não é difícil entender que a BRI tem uma dinâmica mundial, e foi a primeira vez que se categorizaram os conteúdos culturais no seu alcance mundial, de modo a aprofundar a cooperação cultural. Verifica-se que o papel da cultura toma o papel indispensável quer seja no processo de aplicação das políticas públicas, quer seja nas relações internacionais.

Em segundo lugar, as revisões de literatura existentes sobre o tema BRI estão principalmente relacionadas com as áreas: económica, relações internacionais, ciências ambientais, estudos regiões e ciência política. Entre eles, os temas mais populares são, por exemplo, os mecanismos institucionais, tais como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) (Ferdinand, 2016; Garlick, 2018; Herrero & Xu, 2017; Y. Li & Chang, 2015; Tekdal, 2018), geopolítica (Brewster, 2017; Palit, 2017; Sidaway & Woon, 2017; Vangeli, 2017), Rota da Seda Marítima (B. Jiang, Li, & Gong, 2018; Kondapalli, 2018; L. Liu & Sun, 2003; Malik, 2017; Palit, 2017; Shariatnia & Azizi, 2017), segurança de energia (Dadwal & Purushothaman, 2017; Duan, Ji, Liu, & Fan, 2018; Ptak & Hommel, 2016; Sarker, Hossin, Hua, Sarkar, & Kumar, 2018; K. Shi, Yu, Huang, Wu, & Sun, 2018); investimento direto da China no exterior (Fan et al., 2016; Lemoine & Unal, 2017), integração económica (Schneider, 2017; Summers, 2016; Verbiest, 2013), questões de fronteiras (Jacob, 2017; Majumdar, 2015; Poh, 2017; Purbrick, 2018; Taffer, 2015), segurança nacional (Shi et al., 2018), comércio internacional (Kondapalli, 2018; Summers, 2016). Dado que a maioria dos artigos científicos versam sobre a dimensão económica e política, com grande carência de investigação acerca do conteúdo fundamental da BRI- o “entendimento entre os povos”. Apesar de surgirem alguns trabalhos sobre à dimensão cultural da BRI, os temas limitam-se à abordagem da economia cultural (He, 2017; J. Hua, 2015; Zhihuan Li, 2016; F. Shi & Tang, 2014; Yu Zhang, 2014; L. Zhao, 2016; W. Zhao, 2017), comunicação cultural (S. Deng, 2015; Dos Santos, 2019; Dou & Zhou, 2015; Kuah, 2019; Leung, 2019; Yuming Li, 2015;

Liang, 2015; Sterling, 2018; C. Wang, 2016; B. Wei, 2016; Winter, 2016a; K. Zhang, 2015; B. Zhao & Zhang, 2016), significados e influência de *Going Out* da cultura chinesa (Che & Guo, 2017; Y. Cheng, 2018; Yu Cheng, 2017; H. Li & Wang, 2017; Yuming Li, 2015; C. Wang, 2016; Winter, 2016a), património (Winter, 2016b), minorias étnicas (J. Li, Liu, & Qian, 2019). Em termos de construção teórica, parece ter alcançado resultados frutíferos sobre a dimensão cultural da BRI, mas não formou um suporte teórico sistemático. Ao nível do conteúdo, apesar de os académicos terem prestado atenção à relevância da BRI, a abordagem da conexão e interpretação em profundidade da política da BRI e a sua dimensão cultural ainda são limitadas. Como por exemplo, existem estudos que abordam a promoção da cultura chinesa *Going Out*, mas não analisam as políticas da BRI, nem as práticas da diplomacia cultural, particularmente uma análise sistemática sobre o desenvolvimento das políticas culturais e a diplomacia cultural da China. As sugestões raramente proveem do estudo empírico, portanto, torna-se difícil responder os resultados da dimensão cultural da BRI. Embora este aspeto cultural da BRI tenha recebido atenção do campo académico, as questões-chave como “o que”, “como” “por quê” da cultura na política da BRI, não foram fundamentalmente sistematizadas.

Em terceiro lugar, o interesse e curiosidade da autora, dado que esta tem testemunhado o desenvolvimento das relações sino-portuguesas, assim como a aproximação dos seus povos ao longo dos últimos anos.

Portanto, tendo em consideração as razões anteriormente definidas, é importante analisar as relações sino-portuguesas através da dimensão cultural no novo contexto da BRI. Por um lado, em resultado da nossa revisão de literatura, analisar a BRI através da sua dimensão cultural é um procedimento relativamente novo, por outro, a maioria dos estudos sobre as relações sino-portuguesas estão focados na dimensão económica e política. Partindo da análise das políticas associadas à BRI, principalmente deste instrumento político que é a diplomacia cultural, no enquadramento da BRI, pode abrir-se uma nova perspetiva no estudo das relações sino-portuguesas.

Questão de investigação

Pretendemos focar a nossa investigação na pergunta de partida:

Como é que o novo contexto estratégico da China - a Nova Rota da Seda - pode afetar as relações bilaterais sino-portuguesas, através da sua dimensão cultural?

Os conteúdos da política BRI têm cinco aspetos: coordenação das políticas, a conectividade das infraestruturas, o comércio sem restrições, a integração financeira, assim como, entendimentos entre os povos. Entre eles, a ligação entre os povos é não só a base social da BRI, mas também a vertente cultural, que inclui o intercâmbio cultural, académico e intelectual, entre outros, de modo a ganhar o suporte e compreensão pública para profunder a cooperação bilateral. Portanto, a nossa investigação começa por analisar a diplomacia cultural da China em Portugal.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer, por que razão o período da BRI é considerado o novo contexto da China? Neste contexto, quais são as ideias diplomáticas da China no que respeita às suas relações bilaterais? Qual é objetivo da BRI em relação à promoção do entendimento entre os povos?

Em segundo lugar, as atividades empreendidas no âmbito da diplomacia cultural manifestam um aspeto da política que o governo representa. Por isso, é preciso verificar quais são as políticas associadas diretamente ou indiretamente ao enquadramento da “ligação entre os povos” da BRI, bem como as características destas políticas em comparação com as políticas lançadas das épocas anteriores. Neste caso, salientam-se as políticas lançadas desde 2013 a 2019, e o período desde o lançamento da BRI até 2019, antes da pandemia Covid-19.

Sendo o instrumento da promoção do entendimento entre os povos, como é que a diplomacia cultural da China é executada ao longo destes anos? E quais são as suas formas? No novo contexto da BRI, como a diplomacia cultural da China pode influenciar as relações bilaterais, no caso sino-português, analisamos os impactos das políticas associadas à BRI na

relação sino-portuguesa e as ilustrações se retiram neste processo em relação ao entendimento entre os povos.

Objetivos de investigação

Perante a definição da pergunta de partida, foi formulado um objetivo geral ou principal e, em simultâneo, um conjunto de objetivos específicos, orientados no sentido de sustentar e dar resposta à pergunta definida inicialmente.

- **Objetivo geral:** estudar os efeitos que o novo contexto da BRI exerce sobre as relações sino-portuguesas, com particular atenção às suas componentes culturais.
- **Objetivos específicos:**
 - i. Identificar as teorias e os conceitos, de modo a definir o enquadramento teórico orientador da nossa investigação;
 - ii. Analisar o desenvolvimento da diplomacia cultural e políticas culturais e da China de forma a compreender melhor as políticas culturais enquadradas no âmbito da BRI.
 - iii. Analisar a política estratégica da China - a BRI, particularmente o contexto do seu surgimento, as suas implicações diplomáticas nas relações internacionais, as suas implicações na diplomacia cultural da China;
 - iv. Compreender melhor o enquadramento da diplomacia cultural da BRI, a partir do desenvolvimento das políticas diplomáticas da China;
 - v. Elaborar o modelo de diplomacia cultural da China, com vista a desenvolver o estudo sobre as relações sino-portuguesas;
 - vi. Definir o desenvolvimento da relação sino-portuguesa, nomeadamente através das perspetivas culturais do enquadramento teórico;
 - vii. Investigar as relações sino-portuguesas atuais, através da análise de documentos oficiais, acordos assinados, discursos, entre outros;
 - viii. Estudar os efeitos da BRI na relação entre Portugal e a China;

- ix. Identificar as formas da diplomacia cultural, e os seus efeitos, no contexto da BRI, em Portugal.

Metodologia

O nosso modelo tem uma natureza teórico-prática, e assenta numa cuidada revisão de literatura, seguindo métodos adequados, com o propósito de recolher e analisar os dados de forma eficiente. A metodologia de análise da nossa investigação é constituída pela combinação de métodos qualitativos e quantitativos. Adicionalmente, recorre-se a fontes secundárias de livros, artigos científicos, documentos oficiais do portal do governo chinês e português, (políticas públicas da China, documentos oficiais, acordos bilaterais entre outros), para recolher dados.

Estrutura da Tese

A tese é desenvolvida ao longo de cinco capítulos.

O primeiro capítulo ocupa-se do papel da cultura nas relações internacionais; assim, discutimos principalmente a teoria e os principais conceitos utilizados nesta tese. O Construtivismo, representado por Wendt, fornece uma base teórica para o estudo do papel da cultura nas RI, simbolizando uma outra dimensão académica na área de estudo das relações internacionais. Em primeiro lugar, escolhemos o Construtivismo como a teoria principal, que considera os fatores culturais na dimensão das relações internacionais, especialmente na definição de políticas externas do governo. De acordo com a nossa revisão de literatura, os conceitos de diplomacia cultural, *soft power* e *nation branding* são cruciais ao desenvolvimento da nossa investigação, principalmente devido à dimensão cultural, cada vez mais incorporada nas agendas sociais, políticas e económicas dos governos, o que resultou em abordagens institucionais e políticas que servem a uma diversidade de interesses nacionais em contextos locais, nacionais e internacionais. “Cultura”, hoje em dia, é considerada um recurso (Yúdice, 2003), capital (Bourdieu, 1987) e, simultaneamente, poder

(Nye, 2004). Por um lado, a diplomacia cultural funciona como um instrumento na agenda política dos países. Por outro, pertence ao âmbito das políticas culturais, dado que o “o entendimento entre os povos” da BRI tem em vista concretizar os objetivos do país, como por exemplo, aumentar o *soft power* ou conduzir o *nation branding*. Por isso, em segundo lugar, abordamos os conceitos baseados na teoria do Construtivismo: *nation branding*, *soft power* e diplomacia cultural. Estes conceitos são a chave para a abordagem metodológica, designadamente no que toca à construção de ferramentas analíticas.

A abordagem do segundo capítulo, sobre o desenvolvimento da diplomacia cultural da China, segue a ordem cronológica, desde 1949 até 2012, e tem por base o enquadramento teórico elaborado no capítulo anterior, que apresenta os conhecimentos gerais para compreender profundamente o surgimento da BRI, as políticas culturais externas através da perspetiva cultural bem como o desenvolvimento da diplomacia cultural da China. Por outro lado, através da interpretação construtivista das relações internacionais entre a China e outros países, conseguimos entender melhor as razões, formas e efeitos da política cultural externa da China nas RI, nas suas diferentes etapas. Isso também nos ajudará a analisar melhor a relação sino-portuguesa na política da BRI, numa perspetiva cultural.

O terceiro capítulo é precedido de um enquadramento ideológico, baseado no posicionamento do PCC, nomeadamente de Xi, seguindo o método de análise qualitativa de uma série de discursos dos líderes do governo chinês e de documentos oficiais, a fim de analisar a nova iniciativa da China, a BRI, particularmente através das perspetivas da diplomacia cultural e do *soft power*. O panorama geral da BRI, os contextos nacionais e internacionais da nova era da China, os conteúdos da BRI, são questões discutidas neste capítulo. A análise das políticas públicas relacionadas com a diplomacia cultural, levar-nos-á a conhecer as ideias diplomáticas da China no período da BRI. Assim, também buscamos de que forma a ideologia diplomática pode influenciar a diplomacia cultural, enquanto identificamos as políticas associadas diretamente ou indiretamente ao enquadramento da “ligação entre os povos” da BRI. Através da análise dos documentos referidos e das políticas

lançadas pelo PCC, procuramos as formas e os mecanismos de diplomacia cultural na nova era da China. Por fim, pretendemos construir o modelo da diplomacia cultural chinesa da BRI para desenvolver o nosso estudo de caso sobre as relações sino-portuguesas.

Baseados nos capítulos anteriores, especialmente no desenvolvimento da diplomacia cultural da China, é preciso olhar o desenvolvimento das relações sino-portuguesas do ponto de vista cultural. O capítulo quatro é dedicado à análise de dados secundários: a análise das políticas e acordos bilaterais desde 1949 a 2012. O objetivo é entender os pontos seguintes: com base no Construtivismo, como podemos definir as relações sino-portuguesas nestas fases? De que modo as políticas da China afetam a implementação da diplomacia cultural em Portugal? Quais são as medidas da diplomacia cultural da China em Portugal em cada fase? Quais são os efeitos destas medidas nas relações sino-portuguesas?

O último capítulo é o estudo empírico que se centra na diplomacia cultural da China no novo contexto da BRI em Portugal. Baseado no modelo da diplomacia cultural da China no novo contexto da BRI que foi realizado no capítulo 3, pretendemos estudar quais são as características e os impactos da diplomacia cultural da China em Portugal no contexto da BRI através de métodos qualitativos e quantitativos para recolha e análise de dados.

Capítulo 1: O papel da cultura nas relações internacionais

1.1 Introdução

Vários estudos sobre o papel da cultura nas relações internacionais (RI) ganharam relevância assinalável durante a década de 90, como bem o demonstra o grande número de livros e artigos publicados nos vários continentes. A este facto não é alheia a popularização da teoria do construtivismo, o papel da cultura nas RI deixou de ser tema secundário. Roberts e Lennon (1996), por exemplo, salientaram a importância da cultura nos assuntos internacionais. Sob a influência da guerra ideológica, a cultura era percebida como tendo um papel indispensável nas relações internacionais. Foi, neste âmbito, que conceitos como *soft power*, *nation branding* e diplomacia cultural, entre outros, se tornaram populares na abordagem às RI.

Há um consenso alargado em torno da importância da cultura nas relações entre países. Numa perspectiva mais positiva, pode contribuir para superar barreiras, promover a cooperação ou resolver conflitos. Numa perspectiva mais negativa, pode estar na base do agravamento de tensões e piorar relações bilaterais e multilaterais entre países. Assim, não será de estranhar que, na era da globalização, os governos atribuam importância crescente à cultura aquando da tomada de decisões e implementação de políticas públicas no domínio das RI.

Neste capítulo, com base numa revisão de literatura, discutimos a teoria e os principais conceitos utilizados nesta tese. O construtivismo destaca o papel das perceções intersubjetivas, salienta a importância do papel do humano, do poder cultural e das relações sociais na política mundial, contribuindo significativamente para a nossa compreensão das relações internacionais neste trabalho. Portanto, escolhemos o construtivismo como teoria principal para compreender a relevância dos fatores culturais na dimensão das relações internacionais, e especialmente na formulação de políticas externas dos governos. Neste contexto teórico, abordamos os conceitos de *nation branding*, *soft power* e diplomacia

cultural.

1.2 As definições de cultura e relações internacionais

Para abordar o papel da cultura nas RI, é relevante discutir primeiro o que é cultura. O *Oxford Dictionary* define cultura como “as artes e outras manifestações da realização intelectual humana consideradas coletivamente” e como “as ideias, os costumes e o comportamento social de um determinado povo ou sociedade”².

Ao duplo sentido das definições propostas pelo *Oxford Dictionary*, pode juntar-se uma multiplicidade de definições de cultura. Kroeber e Kluckhohn (1985) recolhem um total de 166 definições de cultura no seu «*Culture: a critical review of concepts and definitions*». Di (2002) resume estas definições de “cultura” em três categorias: as conquistas da civilização criadas por todas as pessoas; a maneira como as pessoas vivem, incluindo a orientação de pensamento, padrões comportamentais e normas; a crença básica ou ideologias.

Popenoe (1987) argumenta que a cultura é um sistema de valores e significados compartilhados por um grupo ou sociedade, que inclui a materialização desses valores e significados. Segundo o autor, a cultura é composta essencialmente de símbolos, significados e valores, normas e cultura material. Stelowska (2015) confirmou a ideia de Popenoe e sublinhou que a cultura é a herança compartilhada, o resultado dos esforços de criação por muitas gerações. Hofstede e Clark levam as definições de cultura ao nível do Estado. Hofstede (1991, p. 5) definiu a cultura como “programação coletiva da mente, que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas de outro (...).”³ Essa interação coletiva de características comuns afeta a resposta do grupo ao meio ambiente. Ou seja,

² Cultura em *Oxford English Dictionary*, disponível na Internet: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/culture>, consultado em 08/04/2018.

³ Tradução do original em inglês: “*collective programming of the mind which distinguishes the members of one group or category of people from another*” .

Hofstede confirmou a influência da cultura nas pessoas e considerou a cultura como o valor e crença que as distingue nas suas diferenças. Clark (1990) definiu cultura como as atitudes e opiniões compartilhadas pelos cidadãos de um Estado, que regula o seu comportamento e a sua visão do mundo.

De acordo com as definições de cultura atrás referidas, podemos argumentar que o sujeito de cultura é o ser humano. Lipson (1997) considera que as culturas são comunicáveis. Considerando que as pessoas aprendem e comunicam uns com os outros, podemos dizer que é possível as culturas aprenderem umas com as outras. Por isso, as comunicações entre pessoas podem ser consideradas como as comunicações entre culturas diferentes. Lipson (ibid.), a propósito, conclui que os estudos culturais em RI também são, na verdade, estudos humanos. Estudar as RI significa também estudar as relações interpessoais.

No âmbito desta tese, a noção de cultura é perspectivada como o elemento comunicável nas RI, assumindo o ponto de vista de Lipson. Por isso, consideramos os fatores culturais indispensáveis nos estudos das RI. Como, por exemplo, Xu et al. (2005) aponta que os fatores culturais são um dos fundamentos e motivações do processo de decisão diplomática de um país. A cultura toma o papel de “piloto” no processo de tomada de decisão. Podemos encontrar o papel da cultura nos modelos de decisão diplomática de Allison (1971): o modelo do ator racional, o modelo de processo organizacional e modelo de política governamental. Em primeiro lugar, no modelo do ator racional, a decisão dos líderes principais do país não reflete apenas os seus próprios valores, mas também os valores de seu país ou nação. A elite que representa os interesses do país e os discursos e ações dos líderes do país só podem ser reconhecidos e apoiados pelo seu povo quando se conformam ao espírito nacional e refletem os valores comuns da nação. Em segundo lugar, o modelo de processo organizacional baseia-se na relação entre a cultura institucional de um país e os seus valores culturais. Por último, o modelo de política governamental estipula a identidade

cultural e a comunicação como agentes propulsores da cooperação entre as nações (Sun, 2003).

De facto, os fatores culturais foram frequentemente encontrados na ação diplomática de vários países. Desde tempos imemoriais, a confiança mútua e a compreensão entre as nações eram frequentemente apoiadas pela troca de presentes tradicionais (Stelowska, 2015). Os “diplomatas” antigos olhavam estas prendas com características nacionais como um testemunho de amizade (Arndt, 2005). Os diplomatas disseminavam assim as culturas dos seus países em países estrangeiros e, ao mesmo tempo, traziam as experiências do estrangeiro para o seu próprio país. As diversas civilizações comunicam e florescem. O melhor exemplo é a Rota da Seda. Na Ásia antiga, a seda não era apenas um importante bem de luxo, mas também uma ferramenta política eficaz para as dinastias das Planícies Centrais chinesas: quando os delegados da China visitavam as regiões ocidentais, a seda era frequentemente usada como meio de expressar amizade entre países.

No início do século XX, a cultura francesa afirmou-se como instrumento político no panorama cultural internacional influenciando diretamente os assuntos culturais estrangeiros (Ang et al., 2015; Hofstede, 2011; Wu, 2016). A inauguração da Secção Cultural do Ministério das Relações Exteriores da França em 1923 é reconhecida pela comunidade académica como o início do vínculo entre cultura e as RI (Pan, 2005; Stelowska, 2015). A iniciativa introduziu a cultura nos assuntos internacionais, promovendo o desenvolvimento da literatura, arte, e indústria francesas e a imagem nacional em países estrangeiros. Conforme as palavras de Peng (2009, p.107), “a penetração do conhecimento é uma das formas mais eficazes de nossas ações externas”. Mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, o papel de cultura nos assuntos internacionais ganhou importância acrescida.”

O estudo de relações internacionais (RI), concomitantemente à cultura, desenvolveu-se de forma muito significativa. Como ramo das ciências políticas, os seus campos principais de pesquisa são fenómenos políticos de nível internacional, como guerra

e paz, cooperação, integração e organizações internacionais. As RI são um campo de políticas públicas. As RI, no âmbito das ciências políticas, assumem-se como um campo multidisciplinar, sendo muitas vezes ligadas intimamente à filosofia, economia, história, direito, geografia, sociologia, antropologia e psicologia. Os temas das RI envolvem países soberanos e organizações internacionais.

A investigação em RI pode ser rastreada até à Primeira Guerra Mundial. Em 1919, o lançamento da cadeira de Política Internacional na Universidade de Aberystwyth, no Reino Unido, foi considerado como o sinal do estabelecimento inicial da disciplina (Li e Dong, 2007). Em 1927, a Escola de Política Internacional da Escola de Economia e Ciência Política de Londres foi inaugurada ao mesmo tempo que o Instituto de Relações Internacionais Avançadas de Genebra, representando a gradual maturidade da disciplina (Li e Dong, 2007; Rigueira, 2012). Durante 90 anos de desenvolvimento do estudo de RI, estabeleceram-se gradualmente três teorias principais: realismo, liberalismo e construtivismo.

Na era em que o realismo e o liberalismo eram populares, a cultura desempenhava um papel secundário nas RI (Suppo & Lessa, 2012). Para o realismo, a cultura não tem influência decisiva nos assuntos internacionais, sendo, no entanto, considerada como um recurso que pode influenciar os meios, a forma e a intensidade do aumento de poder em vários países (Ibid.). Para Morgenthau (2003), pioneiro do liberalismo, a decisão de empreender uma ação política num determinado período histórico depende do contexto político e cultural no qual a política externa é desenvolvida, podendo, muitas vezes, as ações no mundo internacional estarem desligadas de objetivos políticos. Baseado na observação, o autor (Ibid.) referiu as atividades humanitárias e culturais como exemplo. Mais tarde, Yúdice (2006) acredita que, após a Segunda Guerra Mundial, o papel da cultura foi estendido aos campos político e económico e os conceitos culturais tradicionais das RI foram desaparecendo. Eagleton (2005, p. 12) até argumenta que “a cultura é mais um produto da política, e a política é um servo complacente da cultura”.

Na realidade, o debate sobre o papel da cultura nas relações internacionais já existe há muito tempo, desde que Huntington (1993), com o seu livro «Choque de Civilizações», fez emergir entre os académicos essa questão. De acordo com Huntington (1993, p. 22), “a fonte principal de grandes divergências e conflitos entre os seres humanos é a cultura”, reforçando assim o argumento de que a cultura ocupa uma posição prominente nas RI. Não obstante reconhecida como elemento essencial nas RI (Lessa & Suppo, 2007), a cultura é analisada como uma “terceira dimensão” das RI (Digeser, 1992) ou mesmo como a “quarta face” da diplomacia (Clark, 1990), uma vez que as RI são geralmente definidas de forma muito simples e até simplista, como relações políticas e económicas entre países. Neste âmbito, as RI estão principalmente incorporadas na relação complexa entre poder, interesses e poder militar de diferentes países, o que, pelo menos explicitamente, exclui a cultura. A investigação sobre as RI olhou primeiro a cultura na perspectiva das humanidades e gradualmente centrou o escopo na antropologia (Reeves, 2004). A cultura, mesmo como “quarta dimensão” da diplomacia ou “terceira dimensão” das RI, pode ser reconhecida como relevante nos domínios político, militar, económico, social, etc. das RI. O registo de competição económica feroz entre alguns países sem que estes recorram ao conflito armado pode encontrar nas relações culturais uma explicação. Acresce que podemos encontrar na cultura elementos para compreender a possibilidade de ocorrência de fortes dinâmicas de relacionamento económico em tandem com relações políticas historicamente pouco amigáveis. A China e o Japão constituem exemplos bem ilustrativos dessa possibilidade.

Logo depois, o surgimento do construtivismo, representado por Wendt (1999), fornece uma base teórica para o estudo do papel de cultura nas RI. Os académicos, tais como Jongsuk Chay (1990), Lapid e Kratochwil (1996), Gienow e Schumacher (2003) contribuíram para o desenvolvimento da investigação sobre o tema.

A abordagem construtivista é a forma cultural pela qual o construtivismo trata as RI como fatos culturais, ou seja, argumenta que a sociedade ou RI são construídas pelas práticas, discursos e valores (H. R. Suppo & Lessa, 2012). Suppo (1995) afirma que o

construtivismo integra os temas relativamente marginalizados das teorias tradicionais de RI, como identidade e cultura. Iryke (1979), na sua perspectiva, compara o Estado a um sistema cultural e considera que esse sistema envolve duas partes: cultura e poder, sendo que de certo modo, o poder serve a cultura. A autora refere como exemplo a China, cuja sociedade é amplamente construída com base em valores culturais, e cujo governo é designado como protetor desses valores. A autora aproxima-se assim das teorias construtivistas, que salientam o papel de cultura na construção da sociedade. Portanto, para os construtivistas, o poder da cultura é um guia para interpretar a realidade, dando significado aos objetos e reduzindo a incerteza na ação.

No âmbito de construtivismo, o pioneiro Wendt definiu a cultura por:

“A cultura é o conhecimento compartilhado da sociedade. O conhecimento compartilhado da sociedade é o conhecimento comum e inter-relacionado entre os indivíduos. O comum refere-se ao senso comum no sentido social. Pode ser cooperativo ou pode ser de natureza conflituosa, é também um fato cultural ser inimigos e amigos.” (Wendt, 1999, p. 72)

Esta definição de cultura é das mais citadas no estudo das RI. A explicação teórica do construtivismo, de certo modo, sustenta a ideia de que, os grandes conflitos foram efetivamente os conflitos civilizacionais (Huntington, 1993; 1996). Por outro lado, contribuiu para fomentar a perceção de que a comunidade internacional não é apenas feita de interesses concorrentes e de competição económica e política, mas também de troca de ideias e de colisões entre diferentes pessoas, grupos e sociedades. A interação entre cultura e sociedade, assim, assume sempre uma relação íntima com a diplomacia política e as trocas económicas.

Embora a corrente principal da teoria política internacional com o conteúdo cultural mais rico seja definitivamente o construtivismo, este não é uma teoria cultural (Pan,

2005). Para construir uma teoria cultural da política mundial, precisamos aprender com o construtivismo e também precisamos ir além do construtivismo. Na china, a ideia mais salientada nos discursos académicos sobre relação entre a cultura e RI é de Qin Yaji (2003). O autor (Ibid.) sistematiza três conceitos indispensáveis sobre o papel da cultura nas RI: a estrutura cultural⁴, a unidade cultural⁵ e o poder cultural. Entre eles, o poder cultural é o central da teoria cultural nas políticas mundiais. Qin (Ibid., p.9) definiu o poder cultural por “fazer com que determinado conhecimento se torne em conhecimento compartilhado, sendo o conteúdo básico da cultura dominante do mundo, promovendo o poder da difusão da cultura dominante.” De facto, a ideia de Qin é uma reflexão da “cultura” do construtivismo e de *soft power* de Nye que vamos abordar nos capítulos seguintes.

1.3 O quadro teórico do Construtivismo

Os construtivistas enfatizam ideias, culturas, normas, identidades e crenças comuns, fornecendo perceções sobre as estratégias políticas e as vantagens e limitações da diplomacia pública (Katzenstein, 1996; Lord, 2008). Estes acreditam também que o comportamento dos indivíduos em sociedade é limitado ou modificado por tradições sociais convencionais, hábitos sociais e identidades pessoais. Wendt (1992) desempenhou um papel fundamental na afirmação do construtivismo nas relações internacionais. O autor repensa e critica as teorias tradicionais das RI, baseadas no realismo e no liberalismo, argumentando que as instituições, as políticas globais e as RI são socialmente constituídas “por entendimento, expectativas ou conhecimentos compartilhados” (Wendt, 1995, p. 73).

⁴ Qin (2003, p.8) toma exemplos de três culturas dominantes de Wendt por estruturas culturais: Wendt pressupõe um processo de desenvolvimento evolutivo, isto é, da cultura Hobbesiana à cultura Lockeaniana e, finalmente, à cultura Kantiana. A estrutura cultural dominante do sistema internacional molda a identidade, papel e interesse do país.

⁵ As unidades culturais incluem: atores sub-nacionais, países, atores transnacionais e civilizações (Ibid.).

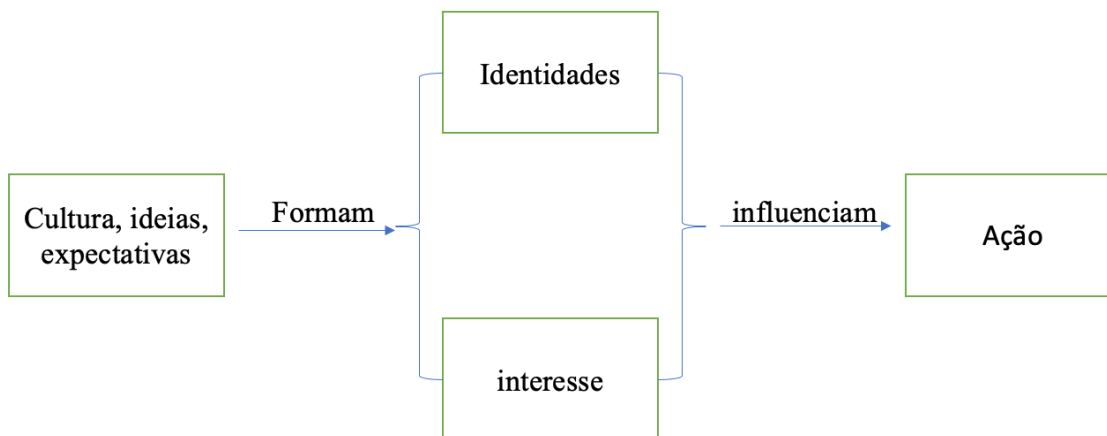
Os construtivistas rejeitam o enfoque nos poderes materiais - tais como o poder econômico e o poder militar- e acreditam que o aspecto mais importante das RI é a sociedade (Adler, 1999; Goldstein, Judith. Keohane, 1993; Suppo & Lessa, 2012; Wendt, 1994; Woolgar, 1983). Wendt (1999, p. 1) também acredita que “a estrutura da associação humana é determinada primariamente pelas ideias compartilhadas, em vez dos poderes materiais, e pela identidade (...); os interesses dos atores internacionais são construídos por essas ideias compartilhadas, e não pela natureza”⁶. Por exemplo, as identidades sociais, ou impressões em aspectos políticos, sociais, culturais, religiosos, em relação a determinado país, não são imutáveis, podendo alterar-se ao longo do tempo devido a diferentes circunstâncias externas.

Os conceitos centrais da teoria do construtivismo incluem a cultura, a norma, a identidade e o interesse (Wendt, 1992a, 1994, 1995). A existência social, as instituições e a política global (relações internacionais) são “construídos socialmente” por ideias, expectativas ou conhecimentos compartilhados, espelho de percepções intersubjetivas nas práticas políticas, nas crenças aceitáveis sobre comportamentos e nos valores sociais (Wendt, 1995). Para Wendt (Ibid.), a cultura, como conhecimento compartilhado, é a essência da estrutura da sociedade mundial, sendo as identidades e interesses construídos pelas ideias compartilhadas através de processos de interação. O Mundo é, assim, recriado através da intersubjetividade, ou seja, as RI seriam socialmente construídas.

Conforme Wendt (1999), a “cultura”, “ideias” e “expectativas” formam as identidades e interesses, influenciando indiretamente os comportamentos do Estado. Os conceitos atrás referidos estão intimamente relacionados: a cultura forma a identidade de um país através de construção de ideias ou conhecimentos compartilhados. Os atores esclarecem as identidades nas práticas sociais, ou seja, através de interação, definindo os seus interesses e normas de comportamento. As normas têm um efeito constitutivo, não configurando

⁶ Tradução do original em inglês: “*the structure of human association are determined primarily by shares ideas rather than material forces and the identities (...); interests of purposive actors are constructed by there shared ideas rather than given by nature*” .

apenas o comportamento de um país na sua relação com o exterior, auxiliam também a desenhar os contornos das identidades internas desse país (Quadro 1).



Quadro 1 - Enquadramento da teoria de Wendt. Elaboração da autora.

1.3.1 Três culturas de construtivismo

Os construtivistas propõem que a cultura nas RI se refere a normas e sistemas internacionais compartilhados por diferentes atores nacionais através de interação (Pan, 2005). As normas envolvem, como por exemplo, o direito, as práticas e os consensos internacionais. Qualquer cultura tem um papel normativo (Acharya, 2001). Como uma convenção social, as normas são construídas através da sociedade, incluindo regras, leis, costumes e assim por diante. Portanto, as normas são uma expectativa coletiva e de comportamentos com determinados atores identitários, sendo uma de suas principais características a capacidade de criar padrões comportamentais (Wendt, 1995). As normas culturais não são apenas as forças causais que afetam o comportamento do Estado, mas também os fatores constitutivos da construção das políticas externas. Wendt (1994, p. 104), a propósito, argumenta que “a cultura ao nível institucional é o resultado da construção de ideias compartilhadas, normas, instituições, etc.”. O construtivismo acredita que as normas

influenciam os interesses nacionais, a construção da identidade nacional e a promoção da identidade coletiva.

Os construtivistas representados por Wendt acreditam que a anarquia não tem apenas a autoajuda⁷ como única característica. Estes consideram também a ajuda entre si próprio e outros. Estas características dependem da identidade dos atores⁸. Se os membros do sistema internacional são inimigos, a existência e a segurança dos atores tornam-se nas questões mais importantes, e apenas confiando uns nos outros é que podem manter um clima de segurança. Mas se os membros do sistema são amigos, os atores não necessitam de se preocupar com o fato de os outros atores ameaçarem à sua própria segurança, formando assim uma comunidade de segurança. Neste caso, a característica da anarquia deixa de ser autoajuda. As relações entre os atores são determinadas pela interação e ideias compartilhadas. Estas ideias compartilhadas podem ser cooperativas ou conflituosas. Portanto, Wendt (1994) levou em consideração a anarquia e utilizou os pensamentos filosóficos de Thomas Hobbes, John Locke e Immanuel Kant, categorizando três tipos de cultura: a cultura hobbesiana, a cultura lockeana e a cultura kantiana. Estas três culturas são caracterizadas por “hostilidade”, “competição” e “amizade”:

- A cultura hobbesiana é caracterizada por hostilidade e baseada na desconfiança. Os Estados vêm-se como inimigos, tentando-se destruir e conquistar um ao outro. No sistema internacional, os agentes tratam as questões de segurança

⁷ A característica estrutural básica do sistema internacional é a anarquia, ou seja, não existe um poder de controle centralizada legal. Essa característica determina que o país deve preocupar-se sempre com sua própria sobrevivência e segurança. No mundo onde ameaças podem ser vistas em todo o lado, os países têm que utilizar poder para manter segurança. A anarquia determina que o sistema internacional é um sistema de autoajuda (Waltz, 1979). Nesse sistema, surgem inevitavelmente problemas de segurança entre os países, portanto os países implementam poder político para garantir a sua própria segurança. Assim, a única lógica que Waltz deriva da anarquia do sistema internacional é a autoajuda e o poder político dela derivada.

⁸ Estado.

por poder próprio. Nesta cultura, é difícil estabelecer relações de cooperação. Portanto, os conflitos são inevitáveis e não há limite para a violência entre os participantes. A guerra é a melhor forma de sobreviver. Na cultura hobbesiana, surgem quatro tendências de nível macro: 1) guerras ao longo tempo; 2) eliminação de agentes inadequados; 3) Quando o Estado é forte suficiente para não ser aniquilado, ele irá verificar e equilibrar um ao outro ; 4) Tendem a arrastar todos os membros do sistema para um estado de guerra, tornando a neutralidade e o não alinhamento muito difíceis.

- Na cultura lockeana, os países relacionam-se entre si como rivais ou concorrentes. As guerras deixam de ser a única forma para resolver os conflitos internacionais. Na cultura lockeana, os países passam de inimigos de guerra para rivais competidores. Os Estados reconhecem uns aos outros o direito de existir. Nesta cultura, o comportamento da política externa de um país tem pelo menos quatro significados: 1). Independência face a conflitos entre outros países, a soberania é geralmente reconhecida e respeitada pelos agentes no sistema internacional; 2). A existência de soberania torna a questão de segurança menos urgente, e os benefícios absolutos passaram a ser um fator importante considerado pelo país; 3). O papel do poder militar declina. Embora o poder militar ainda desempenhe um papel importante na resolução de disputas. O poder militar deixa de dominar todas as políticas; 4). Se a disputa se concretizar em guerra, os competidores restringem o seu próprio comportamento violento e não têm como objetivo destruir os outros.
- Na cultura kantiana, as relações entre os países são amigáveis. Enfatiza-se a paz e a promoção da cooperação para responder a eventuais ameaças. Este tipo de cultura ficou popular entre as democracias ditas liberais, na sequência da Segunda Guerra Mundial. A cultura kantiana é relativamente otimista em comparação com a cultura lockeana e hobbesiana. Por exemplo, na comunidade de segurança, os conhecimentos coletivos deixam de reconhecer

o poder militar como a forma legal para revolver os conflitos. No que diz respeito a conflitos entre os amigos, os outros tipos de poder, como por exemplo, reputação e economia podem ser os fatores mais importantes do que o poder militar.

Na opinião de Wendt (Ibid.), estes três géneros de culturas são determinados por estrutura e formados por ideias ou conhecimentos coletivos/compartilhados. As ideias ou conhecimentos coletivos/compartilhados podem ser conflituosos e cooperativos, sendo apresentados pelas diferentes situações de cultura de Wendt. A estrutura distribui os diferentes papéis que podem ser assumidos no sistema internacional (Tolossa, 2001). Os Estados são considerados como agentes da estrutura e relacionam-se no sistema internacional. A estrutura é diferente, assim com a cultura da anarquia. A estrutura do papel do inimigo constitui a cultura hobbesiana, a estrutura do papel do oponente constrói a cultura lockeana e a estrutura do papel do amigo forma a cultura kantiana. A estrutura e a tendência da anarquia dependem do tipo de papel que domina. Essas três culturas, de certo modo, confirmam que a estrutura do sistema internacional está em constante mudança e evolução. Wendt (1994) acredita que o padrão básico das relações internacionais evolui da cultura hobbesiana para a cultura lockeana, e desta para a cultura de Kantiana.

1.3.2 As 'Ideias' no construtivismo

As ideias são consideradas pelos construtivistas como conhecimento coletivo institucionalizado, sendo o propulsor da ação social (Adler, 1999). Acresce que o foco de construtivismo está na consciência humana e o seu *status* nos assuntos internacionais. Conforme Wendt (1999), as ideias podem ser ideologias ou sistemas de crença compartilhada, crenças normativas ou de princípios, crenças causais ou prescrições políticas.

Segundo o autor, as ideologias ou sistemas de crença compartilhada são um conjunto sistemático de doutrinas ou crenças que refletem as necessidades e aspirações

sociais de um grupo, classe, cultura ou Estado (Ibid.). As crenças normativas ou de princípios consistem em valores e atitudes que especificam critérios para distinguir o certo do errado ou o justo do injusto e implicam padrões de comportamento associados. As crenças causais são crenças sobre relações de causa-efeito ou de meio-fim. Este tipo de crença dota os indivíduos e as organizações de diretrizes ou estratégias necessárias ao cumprimento dos seus objetivos. Prescrições políticas são as ideias programáticas específicas que facilitam a formulação de políticas, especificando como resolver problemas específicos, estando no centro dos debates sobre políticas e associadas a estratégias e programas políticos específicos. Por exemplo, a redução ou o aumento de impostos e as decisões de investimento público podem ser considerados como ideias de prescrição política.

1.3.3 Identidades e interesses

As identidades e interesses dos Estados não são simplesmente determinados estruturalmente, mas produzidos por interações, instituições, normas, culturas (Wendt, 1992a). Conforme Wendt, os “interesses” referem-se ao que os atores querem, enquanto as “identidades” referem-se a quem eles são (1999). Para Wendt (Ibid.), as identidades incluem opiniões próprias e de outros e são constituídas por estruturas internas e externas. Hopf (1998) indica que as identidades referem-se a um conjunto particular de interesses ou preferências, com respeito à escolha de opções em âmbitos particulares e acerca de atores particulares. No entanto, Wendt (1999) argumenta que as identidades podem criar interesses. Para o construtivismo, o poder é composto principalmente por elementos ideológicos e culturais. As identidades e os interesses de um país são compostos principalmente por estruturas sociais, moldadas por formas culturais e ideias comuns. Tolossa (2001, p. 37) afirma que “as identidades e interesses são definidos em função da estrutura e encontram-se numa relação de mútua constituição”.

Nas RI, o comportamento do Estado é impulsionado por vários interesses. O interesse é o fundamento da ação e das RI (Wendt, 1995). Conforme Wendt (Ibid.), os

interesses no construtivismo incluem: sobrevivência física, autonomia, condição econômica e autoestima coletiva.

A sobrevivência física e a autonomia são os interesses básicos dos atores internacionais e a base para interação e comunicação com outros países⁹, uma vez que o reconhecimento de soberania de um país é o pré-requisito para diferenciar as três culturas. Wendt (1999), para além dos interesses referidos, refere a autoestima coletiva como ingrediente relevante. O autor (Ibid.) argumenta que, nas RI, os países para além de perseguirem interesses materiais, tentam alcançar também uma posição de prestígio no cenário internacional. A construção de uma imagem positiva, neste contexto, assume grande importância, cabendo aqui papel de destaque para a manutenção de intercâmbios (culturais) e de respeito mútuo como base para a criação e consolidação dessa imagem. Dessa imagem positiva decorrem ainda a facilitação do estabelecimento de relações bilaterais marcadas por uma confiança acrescida e os inerentes benefícios econômicos e políticos. A formação da identidade é o resultado da construção social, e é “uma autorrepresentação baseada no reconhecimento social dos outros”(Wendt, 1999, p. 224). Por outras palavras, a identidade “existe na relação com o outro” (Ibid, p. 85). A identidade no contexto construtivista enfatiza as influências decisivas da estrutura social, composta de tradições culturais, valores e normas, sobre o comportamento do Estado e sublinha a interação entre atores e estruturas sociais (Qiao, 2001).

Wendt (1995) considera quatro categorias de identidade:

- Identidade pessoal/corporativa

- Identidade- tipo¹⁰

⁹ Por exemplo, no que diz respeito a Portugal e à China, os dois países hoje em dia não têm divergências na questão da autonomia nem conflitos territoriais. As relações bilaterais atualmente estão mais fortes assim como a cooperação mais profunda. Portanto, as práticas de relações sino-portuguesas pautam-se por interesses econômicos.

¹⁰ Em inglês é “ *type identity/regime*” .

- Identidade de papel/função

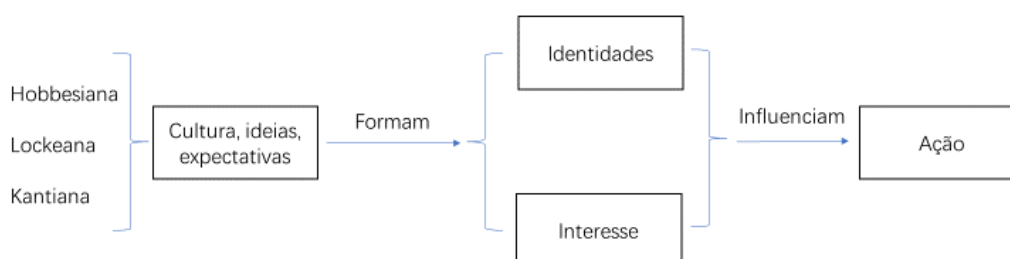
- Identidade coletiva

As pessoas são participantes principais nas atividades do Estado. Estes participantes- indivíduos ou organizações- formam a base fundamental de identidades (Wendt, 1995), por isso, chama-se identidade pessoal ou corporativa. Os 5000 anos de história da cultura da China é considerada um dos indicadores principais da identidade da China (Su, 2015). Para os chineses, o reconhecimento da cultura tradicional pode ser considerado como um elemento da sua identidade.

A identidade *type* de um país refere-se ao género de regime (Wendt, 1999), ou seja, trata-se de categoria social e no sistema internacional corresponderia às formas de Estado. Por exemplo, Estado capitalista, Estado fascista, Estado monarquia, etc. A China como o país socialista que se distingue dos Estados capitalistas.

A identidade coletiva internacional é um conceito que pode expressar não apenas a identidade positiva entre uns e outros, mas também a identidade negativa das relações hostis. Por isso, a relação entre países baseada na identidade coletiva pode ser conflituante ou cooperativa (Wendt, 1999, p. 287).

Conforme Wendt (1999), os interesses e identidades são determinantes centrais das ações/comportamentos de um Estado. Acresce que, segundo o autor, os interesses e identidades são construídos por conhecimentos compartilhados, ou seja, a cultura. Dado que



Quadro 2- A teoria de Wendt sobre culturas, identidades, interesses e ações (comportamentos), elaboração própria.

Wendt categoriza as culturas de construtivismo em três gêneros, assim as relações entre “cultura”, “identidade”, “interesse” e “ação” podem ser ilustradas como no quadro 2 em cima.

O construtivismo mostra que a composição social faz interagir interesses e identidades, ou seja, a cultura faz com que o Estado mude a sua compreensão das RI, ilustrando o surgimento de alguns conceitos novos como *soft power*, diplomacia cultural, *nation branding*, etc.

Para o construtivismo, os Estados não são iguais devido às diferenças entre as suas “culturas”. Em primeiro lugar, a sociedade é composta por diferentes componentes, com preferências e interesses próprios (Nogueira, 2005). Em segundo lugar, cultura política, forma de governo, história, e tendências políticas internas influenciam as políticas externas (Tolossa, 2001). Para o construtivismo, as RI são uma esfera de interação através da qual as identidades e práticas dos Estados são criadas (Robert et al., 2006). O construtivismo contribuiu significativamente para a nossa compreensão das RI, enfatizando o papel das percepções intersubjetivas e o papel da compreensão mútua (Shannon & Kowert, 2011).

1.4. *Nation branding*, *soft power* e diplomacia cultural

“O neoliberalismo chegou à conclusão de que garantir o cumprimento de uma parte importante do acordo é desenvolver uma reputação de confiabilidade”.(Hopf, 1998, p. 190)

1.4.1 *Nation branding*

Com o desenvolvimento da tecnologia e da economia mundial, a globalização está a avançar sem precedentes. No âmbito das RI, a globalização tem impacto na criação de novas oportunidades e desafios que as várias nações podem aproveitar para se promover

tanto no interior como no exterior. Com o desenvolvimento da globalização, Gujdonsson (2005) afirma que o *nation branding* evoluiu no sentido de aumentar a participação nacional nos mercados globais e aumentar a conscientização internacional. O mesmo autor (Ibid.) considera que o *nation branding* ocorre quando o governo, usa o seu poder para persuadir alguém, de forma a mudar a imagem do país ou mudar o comportamento e as atitudes do público-alvo. Fan (2010a) confirma que o *nation branding* é um processo no qual a imagem de um país pode ser criada ou alterada, monitorizada, avaliada e gerida para melhorar a reputação do país entre o seu público-alvo. No que diz respeito de aumentar reputação de país no cenário internacional, Anholt (2007) afirma que os países não podem ignorar o impacto da sua reputação, a menos que não estejam interessados em participar da comunidade global e de beneficiar dos impactos e oportunidades oferecidos em outras partes do mundo. Stock (2009) acredita que a imagem nacional ajuda a melhorar o turismo, atrai investimentos estrangeiros, restaura a credibilidade, melhora a estabilidade monetária, inverte a tendência de queda dos *ratings* internacionais e estimula as parcerias internacionais. Além de alterar imagem de um país, *nation branding* pode remodelar a identidade nacional (W. Olins, 2002); melhorar a competitividade do país (Anholt, 2007; J. T. Lee, 2015); aceitar atividades políticas, culturais, comerciais e desportivas (Jaffe, E. d. e Nebenzahl, 2001); promover interesses económicos e políticos nacionais e internacionais (Szondi, 2010).

Embora o *nation branding* seja um conceito relativamente recente, Szondi indica que o “*nation branding* passou a ser um dos *slogans* mais populares da década passada, não apenas reunindo académicos, mas também atraindo cada vez mais o interesse de outras áreas” (Szondi, 2010, p. 333). Considerando que o *nation branding* evoluiu principalmente dentro da disciplina de *marketing*, por exemplo, *nation branding* concentra-se no estudo de *product*

*branding*¹¹ e *place branding*¹². Na área de RI, o *nation branding* também ilustra diplomacia pública.

1.4.1.1 “*Nation branding*”- gestão de imagem nacional

Mesmo que o conceito de “*nation branding*” é um termo relativamente novo, não existe uma definição universal do termo *nation branding* nem *nation brand* (Fan, 2004, 2006a, 2008b). Conforme Szondi (2008), foi Simon Anholt que referiu pela primeira vez o termo “*nation branding*” como o uso de marketing estratégico para promover a imagem, os produtos e a atratividade de um país para o turismo e o investimento estrangeiro direto. Anholt compara o termo como a estratégia de marketing “*brand*”¹³ e argumenta que a *nation brand* é o complexo de imagens, significados e experiências na mente das pessoas, implicando a percepção das pessoas pela forma como os países se comportam (Anholt, 2003). Baseado na definição de *brand* de *marketing*, Gertner (2002) define o *nation brand* como nome, termo, design ou outros nomes que podem diferenciar o país com os outros países. Fan (2006) salienta o *nation brand* como a soma de todas as percepções de uma nação na mente das partes interessadas internacionais que podem incluir: povo, lugares, cultura/língua,

¹¹ O “*product branding*”, conhecido por COO (*country of origin*). Os estudos sobre este tema são principalmente focados na relação entre produtos e país de origem. A imagem micro-nacional está relacionada com a imagem do país, pois seus produtos estão disponíveis no mercado externo. Portanto, esse nível microscópico de imagem é totalmente orientado pelo produto (Nagashima, 1970), mais adequado para o conceito de “Imagem do país do produto”¹¹. Conforme Balakrishnan (2011) e Kotler (2002), “*product branding*” estuda, comprova e explora como um produto é afetado e definido pelo seu local de origem e qual é a natureza dessa definição. Podemos chamar-lhe dimensão de exportação.

¹² O “*place branding*” concentra-se na atração da área alvo. Os estudos que existem sobre este tema são maioritariamente sobre o turismo, ou seja, é a prática de aplicar *place branding* ao desenvolvimento económico, social, político e cultural das cidades, regiões e países, construindo uma imagem adequada para um destino, a fim de atrair turistas e atingir um mercado-alvo específico (Kotler, P., Gertner, 2002). A maior parte deste estudo é usado para construir a dimensão do turismo como um dos produtos nacionais que influenciam a percepção do público internacional.

¹³ De acordo com a definição de *American Marketing Association*: “*brand* s a name, term, design, symbol or any other feature that identifies one seller’s goods or service as distinct from those of other seller” , <https://www.ama.org/topics/branding/>, acessado em 17/05/2018.

história, comida, moda, etc. O mesmo autor (Ibid.) considera a imagem de país como *nation brand*. Walsh & Wiedmann (2008) considera que é indispensável a um país construir a sua “marca”(imagem), uma vez que a identidade e imagem da “marca” abrange a realidade de país e as percepções das pessoas. Pode-se dizer que o *nation brand* tem uma ligação inseparável com a imagem de um país e a sua reputação.

Da perspectiva morfológica da língua inglesa, o termo *nation branding* é a ação de *nation brand*, ou seja, é o processo de marcar o país/nação. No entanto, o termo *nation branding* é definido pelos académicos de forma muito semelhante ao termo “*nation brand*”. A questão é quem marca o país/nação? No processo de *nation branding*, o país/nação como o “proprietário” desta marca, pode ser passivo e ativo, uma vez que as nações sempre são marcas, com ou sem qualquer esforço consciente de *nation branding* (Anholt, 2003; Wally. Olins, 2002; Papadopoulos, 2002).

Para Ham (2017), *nation branding* são as ideias do mundo exterior em relação a um Estado em particular. Fan (2010a) também confirma que *nation branding* é definida como uma visão global do público-alvo internacional que se torna na imagem de um país. Destas perspetivas, a definição de *nation branding* enfatiza as opiniões de público-alvo sobre um determinado país. Portanto, o país neste processo de *nation branding* é passivo.

No entanto, a maioria das definições de *nation branding* argumenta que o país/nação é o executor de *nation branding*, ou seja, é ativo no processo de receber ou contruir a própria marca. Como por exemplo, Nworah (2007) e Gudjonsson (2005) argumentam que *nation branding* pode ser uma cidade, região, país, que busca ativamente criar uma identidade única e competitiva que o posicione, interna e internacionalmente, como o destino para comércio, turismo e investimento. Nagashima (1970) e Narayana (1981) consideram que *nation branding* pode construir a imagem e reputação de um determinado país, de forma a alterar opiniões e estereótipos.

De modo geral, as definições sobre *nation branding* diferem dependendo dos seus objetivos: melhorar ou aprimorar a imagem ou reputação de país (Anholt, 2007; Dinnie, 2007; Fan, 2006; Gudjonsson, 2005); promover interesses económicos e políticos (Szondi, 2008); remodelar identidades nacionais (Wally. Olins, 2005); aumentar a competitividade (Anholt, 2003).

Conforme Dinnie (2007), a construção de imagem de país é a questão central de *nation branding*. A necessidade de certos países gerirem ativamente a sua imagem tem sido amplamente reconhecida na literatura (Anholt, 2007; Dinnie, 2007; Fan, 2006b). Para Gilmore (2002) e Fan (2006), *nation branding* influencia a imagem de um país no cenário internacional, cobrindo as dimensões políticas, económicas e culturais. Fan indica (2010) que a imagem de um país é a soma das perceções das partes internacionais interessadas. Isso refere-se a todos os aspetos da sociedade, tais como pessoas, cidades, história, idioma, cultura, celebridades, alimentos e marcas. Por outro lado, Fan (2006) argumenta que há uma dependência forte entre a reputação de um país e o *feedback* expresso por outro em relação aos elementos da ‘marca’ do primeiro. Tendo em conta que todos os países têm uma imagem para o seu público internacional, existe sempre uma “marca” dos países, quer estes sejam fortes ou fracos. Para além de confirmar a importância de gestão de imagem de país, Anholt (2003) argumenta também que a identidade competitiva deve ser considerada porque a imagem tem mais a ver com a identidade nacional, política, económica.

Sem dúvida, é necessário de levar em consideração como é que o *nation brand* fica a ser recebido ou reconhecido pelo público-alvo¹⁴, neste caso, *nation branding* é considerado como estratégia de gestão de imagem de país. Portanto, o *nation branding*, sendo o processo de marcar o país/nação, responde a questão “como”. No entanto, a teoria do *nation branding* é alvo de críticas, uma vez que marcar uma nação é um processo complicado (Gudjonsson, 2005). Existem vários estudos académicos sobre estes temas:

¹⁴ O público-alvo aqui refere-se a dois níveis: o público-alvo do próprio país e o público-alvo no nível internacional.

product branding/ country of origem (Papadopoulos, 2002); *place branding* (Kotler, P., Gertner, 2002) e diplomacia pública (Ham, 2001; Melissen, 2005; Potter, 2008). Os primeiros dois campos praticam as lógicas comerciais no processo de marcar uma nação. O *nation branding*, envolvendo entidades políticas, tem sido discutido com uma dimensão da diplomacia pública. Os governos utilizam instrumentos de diplomacia públicas, como por exemplo, educação internacional, programas culturais, propagandas, promoção de investimentos, com o objetivo de exercer *soft power* ao nível internacional (Potter, 2008). Potter (Ibid.) compara a globalização com a “revolução de comunicação”, indicando que o sucesso nacional pode ser determinado pela qualidade da projeção da mensagem.

O contexto de globalização significa que os países competem uns com os outros inevitavelmente. Uma imagem nacional forte e positiva oferece vantagem competitiva. Portanto, é muito importante que os países entendam como são vistos pelas pessoas ao redor do mundo e como se fazem ver pelas suas instituições e povo.

1.4.2 *Soft power*- uma ferramenta atraente de política externa

“Numa era da informação, muitas vezes é o lado que tem a melhor história que ganha.”

-----Nye (2008)

A globalização reforça a interpenetração social e económica no cenário mundial e facilita a circulação da informação a um ritmo mais rápido. As ligações entre países sob a influência da globalização também fortalece a interdependência entre redes que incluem participantes transnacionais e governos nacionais (Gallarotti, 2011). Estes poderes reduzem as possibilidades de conflitos políticos, libertando o centro de competição da força, ameaça e suborno (Nye, 2004).

O avanço da globalização requer um entendimento mútuo entre os países do mundo, e cria condições para os intercâmbios culturais e de integração (Raikhan,

Moldakhmet, Ryskeldy, & Alua, 2014). Os intercâmbios culturalmente extensivos e frequentes criaram uma boa base para o poder das instituições, cultura e ideologia. Nye (2011, p. 108) também confirma que os intercâmbios culturais são cada vez mais profundos e considerados como tendo uma influência poderosa e duradoura nas atitudes das pessoas, fatores indispensáveis na competição dos países em contexto de globalização. Esta capacidade de influenciar outros países, de forma a alcançar determinados objetivos sem exercer forças coercivas, chama-se *soft power* (Nye, 1990). Especialmente no âmbito das RI e das relações públicas, desde a década 90, o termo “*soft power*” tem captado a atenção dos políticos e académicos. Mesmo assim, há académicos que argumentam que o conceito de *soft power* foi mal compreendido, tornou-se confuso e, por vezes, desprezado (Joffe, 2006). Surgiu assim a necessidade de levar a teoria do *soft power* em consideração, especialmente a sua relação com o *nation branding* no âmbito da diplomacia pública.

O termo *soft power* é constituído por duas partes: “*soft*” e “*power*”. De acordo com a definição do dicionário de *Oxford*, “*soft*” significa “fácil de moldar, cortar, comprimir ou dobrar”¹⁵, e tem como antónimo a palavra “*hard*” (em português: duro); “*power*” significa “a capacidade de dirigir ou influenciar o comportamento dos outros ou o curso dos acontecimentos”¹⁶, cujo sinónimo é “*influence*” (em português: influência). Literalmente, através da definição do dicionário de *Oxford*, “*soft power*” aponta para uma abordagem persuasiva das RI, tipicamente envolvendo o uso da influência económica ou cultural.¹⁷ Existem quatro géneros de poder, na teoria das RI: económico, militar, ideológico e cultural. Ora, o *soft power* pertence precisamente à dimensão ideológica e cultural (Duarte, 2012). O conceito de *soft power*, não obstante dever a Nye (1992) a sua popularização, pode ser

¹⁵ <https://en.oxforddictionaries.com/definition/soft>, acedido em 12/02/2018.

¹⁶ <https://en.oxforddictionaries.com/definition/power>, acedido em 12/02/2018.

¹⁷ https://en.oxforddictionaries.com/definition/soft_power, acedido em 12/02/2018.

baseado nos trabalhos de Hans J. Morgenthau (1967) e Klaus Knorr (1975)¹⁸, uma vez que o *soft power* em Nye é a atração que resulta principalmente de recursos intangíveis, tais como a coesão nacional, a cultura, ideologia e instituições internacionais (Gill, B. e Huang, 2007). Morgenthau (1967) definiu nove elementos do poder nacional, entre eles, a natureza nacional, a moral nacional, a qualidade diplomática, a qualidade do governo e as fontes intangíveis de poder¹⁹. Em 1964, Carr (1946) defendeu que o poder não tem que ver apenas com o domínio militar ou com o poderio económico, mas também com outros poderes²⁰.

O termo de *soft power* foi usado pela primeira vez por Joseph Nye, no seu livro intitulado «*Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*», de 1990, onde se define, mais especificamente na dimensão política, que o *soft power* é: “Quando um país faz com que outros países queiram o que ele quer - pode ser chamado de *soft power*, em contraste com o poder duro ou de comando, de ordenar que outros façam o que ele quiser.”(Nye, 1990, p. 32). Este conceito foi desenvolvido mais aprofundadamente na sua obra seguinte «*Soft power, the means to success in world politics*», publicado em 2004, tendo sido definido como:

“(…), uma capacidade de obter o que se deseja através da atração (…)”; “(…), a capacidade para influenciar a opção de outros (…)”; “(…), a capacidade de levar os outros a querer o resultado que você quer, por causa da sua cultura ou desejo (…)”; “(…), um país pode obter os resultados que deseja na política mundial, porque outros países- adotando valores, imitando o seu exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e abertura - querem segui-lo (…)”;

¹⁸ Hans J. Morgenthau, um dos principais representantes do realismo, acredita que o Estado-nação é o principal ator das relações internacionais, e a sua área de estudo mais importante é o poder nas relações internacionais. Klaus Knorr também focou o seu trabalho no poder do Estado-nação.

¹⁹ Ou seja, os poderes gerados dos recursos imateriais.

²⁰ Embora os recursos materiais como o poder militar ou económico estejam no centro da teoria realista, Carr acredita que conceitos imateriais, tais como a psicologia humana ou as opiniões públicas também são relevantes.

“(…), um elemento-chave da liderança, o poder de atrair - fazer com que os outros queiram o que você quer, estruturar as questões, definir a agenda, (…).”

O conceito de *soft power* enfatiza a parte da atração que tem a capacidade de moldar preferências, ou melhor, de influenciar (2004). Esta influência, contudo, não é exercida sobre as políticas, mas sobre o “ambiente político”. Ao contrário do *hard power*, o *soft power* “faz com que os outros façam aquilo que lhe interessa”, é “uma forma indireta de exercer poder” (Nye, 2002). A capacidade de construir preferências é frequentemente associada aos recursos de poder intangíveis, como cultura, ideologia e instituições eficientes. No mundo contemporâneo, o risco excessivo de recursos coercivos exige ferramentas de *soft power*, de modo a permitir aos países atingirem segurança sustentável a longo prazo (Gallarotti, 2011). No nível de atração, Nye (2004b) observou que *hard power* e *soft power* são relativos, porque são ambas formas de atingir um objetivo, influenciando o comportamento dos outros. Nye (Ibid.) argumentou que, em comparação com o poder militar, o poder econômico é um *soft power*, mas, quando comparado com a cultura, o poder econômico (assistência ou sanções) pode ser um *hard power*. A partir deste ponto de vista, o *soft power* às vezes é considerado uma parte integral ou uma extensão do *hard power* (Ibid.). Os efeitos de *hard power* são geralmente diretos e visíveis. Em contraste, o impacto do *soft power* é indireto e demora mais a aparecer, podendo levar anos até produzir os resultados desejados. Para além disso, todos os poderes têm as suas vantagens e desvantagens, dependendo do ambiente internacional e nacional. Claramente, todos os países podem voluntariamente aceitar as informações de outros países, através de atração, de forma a promover as RI.

Soft power em chinês é “Ruǎn shí lì” (em chinês: 软实力), que é a tradução literal de *soft power*. Os académicos chineses adaptaram o conceito de Nye como referência (K. Zhu & Ma, 2010). *Soft power* não é um conceito novo na teoria política do Oriente. O conceito de atração para atingir um objetivo pode ser identificado em diversa literatura,

incluindo os pensamentos filosóficos chineses de há milhares de anos. O pensamento taoísta e os pensadores confucionistas reconhecem que o poder pode ser adquirido através da moralidade, gentileza, boa governança e comunicação. Na filosofia clássica da China, diz-se “as pingas de água constante vão fazer buracos na pedra” (em chinês: 滴水穿石, *dī shuǐ chuān shí*), ou “para superar o forte, aplicando métodos suaves” (em chinês: 以柔克剛, *yǐ róu kè gāng*). O filósofo chinês Mengzi, chamou-o de “caminho real” (em chinês: 王道, *wáng dào*) ao invés do “caminho coercivo” (em chinês: 武道, *wǔdào*). E Sun Tzu, outro filósofo chinês, também referiu que a suprema arte da guerra é subjugar o inimigo sem lutar (em chinês: 不战而屈人之兵, 善之善者也, *Bù zhàn ér qū rén zhī bīng, shàn zhī shàn zhě yě*). Hoje em dia, os académicos chineses consideram *soft power* como o poder espiritual que é intangível e imaterial (Wang, 2006), por outras palavras, *soft power* é uma forma de persuasão que substitui a força.

Segundo Nye (2004b), o *soft power* de um país baseia-se principalmente em três recursos: cultura, valores/ideologia e políticas externas. Este enquadramento da atratividade dos países serve como o fundamento para a maioria dos investigadores (Gill e Huang, 2007). Nye (2004) considera que podem ser critério para aferir o *soft power* de *um país* aspetos como os números da imigração ou de estudantes internacionais, ou ainda de turistas estrangeiros, os galardoados com o Prémio Nobel, a esperança de vida, ou até as campanhas de moda. Por isso, os exemplos de Nye acabaram por criar alguma confusão dentro do conceito de *soft power*. Aliás, alguns académicos acham mesmo que os exemplos de Nye são recursos sociais ao invés de *soft power* (Treverton & Jones, 2005); esses recursos transformados em poder é que podem ser considerados o *soft power* de um país.

Quem é que implementa o *soft power*? De um modo geral, o *soft power* não é controlado pelo governo nem por uma única organização (Callahan, 2015). No entanto, é inegável que a implementação de qualquer política é inseparável do apoio do governo. Por

outro lado, Nye afirma que o *soft power* depende do nível de atração. O poder não está na mão de quem domina, mas na reação por parte de quem o recebe (Treverton & Jones, 2005). Podemos deduzir que o *soft power* depende muito da vontade do público-alvo. Para além disso, a base do *soft power* é difícil de manter, o que explica que, por vezes, o decisor tem consciência de que é importante aumentar o *soft power*, mas tem dificuldade em fazê-lo.

1.4.2.1 O conceito de *soft power* na perspetiva chinesa

Segundo Nye (2011), a atração criada pelo *soft power* pode ajudar um país a atingir os seus objetivos sem ter que recorrer a coerção ou incentivos explícitos. Nye (2008) explica que a premissa da atração acontece quando um país têm valores e qualidades que outros países admiram e emulam. No entanto, a eficácia de *soft power* depende tanto dos intérpretes quanto dos próprios recursos (Nye, 2004). Por outras palavras, diferentes países e sociedades podem ter interpretações muito diferentes da ideia e dos mecanismos de *soft power*.

Na China, o debate acerca da origem do *soft power* no seio da academia chinesa inclui os três aspetos da teoria de Nye: cultura, valor ou ideologia, e diplomacia. Mas os seus focos de estudos são diferentes, devido aos seus contextos sociais. Em primeiro lugar, a teoria do *soft power* de Nye destaca a cultura popular dos Estados Unidos, ao contrário da abordagem chinesa, que enfatiza a importância da cultura tradicional. A história antiga e a cultura tradicional da China são vistas pela maioria dos académicos como uma fonte valiosa de *soft power* para atrair não apenas os vizinhos asiáticos com os quais a China compartilha a herança confucionista, mas também com a comunidade internacional (Cheng, 2007; Shi, Huang, Ye, & Yu, 2014; Shi, 2007; Hooghe, 2010; Yu, 2008); Nye salienta a atratividade das instituições e valores políticos do país, como a democracia e os direitos humanos, mas os académicos chineses sublinham o modelo chinês, ou seja, o Consenso de Pequim.

O interesse dos académicos chineses pelo *soft power* começou a aumentar a partir

da década de 90 (D. Liu, 2004). De certo modo, os acadêmicos chineses reconheceram o termo *soft power* na área acadêmica. Logo após a publicação de «*Nye's Bound to Lead*» (1990), em 1993, o secretário do presidente da China, Wang Huning, publicou um artigo sobre o conceito de *soft power*, na revista da Universidade de Fudan, intitulado “*Soft power - a cultura como poder nacional*” (Wang, 1993). Curiosamente, o conceito de Poder Nacional Abrangente²¹ (em chinês: 综合国力, Zònghé guólì) também surgiu nessa altura. Geralmente, os acadêmicos chineses consideram o *soft power* como uma parte imprescindível e o objetivo principal de Poder Nacional Abrangente (Barr, 2012). Nos anos seguintes, os acadêmicos chineses começaram a interpretar as teorias de Nye. Em 2004, sob a orientação do presidente Hu Jintao, o Politburo do Partido Comunista da China (PCC) realizou o 13.º Simpósio Coletivo sobre o Desenvolvimento e a Prosperidade da Filosofia e Ciências Sociais Chinesas. Pela primeira vez o *soft power* foi indicado como conceito constante da estratégia nacional da China. No discurso inaugural do 17.º Congresso Nacional do Partido Comunista, em 2007, Hu Jintao disse que o partido deve “transformar a cultura como parte do *soft power* da China para proteger melhor os direitos e interesses culturais básicos do povo”. Depois disto, o *soft power* tornou-se um instrumento importante da agenda política, como comprovado pela utilização do termo em vários documentos de política pública chinesa da época. Em simultâneo, a discussão académica sobre *soft power* atingia o seu auge na China.

Em tempo de globalização, a competição entre os países no domínio do *soft power* tornou-se cada vez mais importante no mundo (Nye, 2008). Os acadêmicos chineses acreditam que essa tendência se tornou mais proeminente após a Guerra Fria. Os países

²¹ Poder Nacional Abrangente (em chinês: 综合国力, Zònghé guólì): um conceito político original chinês contemporâneo, é uma medida putativa, importante no pensamento político contemporâneo da República Popular da China e do poder geral de um Estado-nação. O cálculo do CNP pode ser baseado numa combinação de vários indicadores quantitativos, para estabelecer uma quantidade única, de forma a medir a potência de um Estado-nação. Estes indicadores consideram frequentemente os fatores militares (chamados *hard power*), e os económicos e culturais (chamados *soft power*) (S. Huang, 1999).

competem cada vez mais por recursos, em termos de crenças, instituições, atrações culturais e humanismo (Wang & Lu, 2008). De acordo com três recursos de *soft power* de Nye, o *soft power* da China pode ser classificado em vários aspetos:

Em primeiro lugar, a cultura chinesa é considerada a mais importante fonte de *soft power* (Cho & Jeong, 2008; d' Hooghe, 2010; Wang & Lu, 2008; Yanzhong & Ding, 2006). Tendo em conta que a China possui 5000 anos de civilização, a cultura e os valores domésticos, ao contrário da ideologia e das instituições, parecem ocupar a posição mais importante do *soft power*, opinião partilhada por vários investigadores chineses (Cho & Jeong, 2008; d' Hooghe, 2010; Wang & Lu, 2008; Yanzhong & Ding, 2006). O *soft power* da China reside na sua tradição cultural, que influencia toda a Ásia e também a Europa: nas línguas, filosofias, medicinas tradicionais, na arte, nos edifícios, na gastronomia, entre outros. Efetivamente, como vantagem tradicional do país, a cultura chinesa ainda atrai a atenção mundial e está entre as dez primeiras no índice de influência cultural (Mcclory et al., 2018).

Em segundo lugar, no que diz respeito ao valor político da China, esta questão liga-se normalmente ao seu modelo de desenvolvimento ou à discussão do Consenso de Pequim (Xu. et al., 2016; Yanzhong & Ding, 2006). O Consenso de Pequim apresenta a teoria de que o modelo de desenvolvimento da China oferecia aos países em desenvolvimento uma alternativa ao Consenso de Washington (Ramo, 2004). O modelo da China oferece a possibilidade de a China competir como igual no cenário internacional e fornecedora de uma alternativa ao desenvolvimento político e socioeconómico ocidental, considerado por alguns académicos chineses como uma fonte de *soft power* da China, designadamente em relação a países em desenvolvimento (Wang, 1994).

Em terceiro lugar, no que respeita às políticas diplomáticas, a China aderiu aos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”²² (em chinês: 和平共处五项原则, hé píng

²² Cinco Princípios da Coexistência Pacífica (em chinês: 和平共处五项原则, hé píng gòng chǔ wǔ xiàng yuán zé.): 1. Respeito mútuo pela integridade territorial e soberania de cada um. 2. Não invasão. 3. Não ingerência nos assuntos internos de cada um. 4. Igualdade de cooperação e benefício mútuo. 5. Coexistência pacífica.

gòng chǔ wǔ xiàng yuán zé.), propostos por Zhou Enlai, ao conceito de “Ascensão Pacífica” (Em chinês: 和平崛起, hé píng jué qǐ) ou “Desenvolvimento Pacífico” (em chinês: 和平发展” hé píng fā zhǎn)²³, à teoria do “Mundo harmonioso” (em chinês: 和谐世界, héxié shìjiè)²⁴, proposta por Hu Jintao, à ideia de “Comunidade de futuro compartilhado para a humanidade”/ “Comunidade de destino comum” (em chinês: 人类命运共同体, rén lèi mìng yùn gòng tóng tǐ)²⁵ e à estratégia “Uma Faixa Uma Rota” (em chinês: 一带一路, yī dài yī lù), de Xi Jinping.

Na China, os debates sobre *soft power* podem ser categorizados em dois tipos: o *soft power* como estratégia nacional de desenvolvimento e o *soft power* como política externa (Barr, 2012). No primeiro caso, o *soft power* serve principalmente a reforma política e o desenvolvimento económico (Pang, 1997), especialmente sob a liderança do presidente

²³ Conceito de “ascensão pacífica” (Em chinês: 和平崛起, hé píng jué qǐ): a ascensão da China em proeminência militar e económica não representará uma ameaça à paz e estabilidade de outros países. Outros países beneficiarão do crescente poder e influência da China, enfatizando a importância do *soft power*. Este conceito baseia-se, em parte, na premissa de que as boas relações com os seus vizinhos aumentarão, em vez de diminuir o Poder Nacional Abrangente da República Popular da China.

Conceito de “desenvolvimento pacífico” (em chinês: 和平发展” hé píng fā zhǎn): O termo anterior, “ascensão”, pode ter o significado de “conquista militar”, traduzido para línguas estrangeiras, contrariamente à intenção do governo chinês. Alguns teóricos chineses propuseram então mudá-lo para “desenvolvimento pacífico”, para evitar o ressurgimento da teoria da “ameaça da China”. Portanto, no segundo semestre de 2004, o termo “ascensão pacífica” gradualmente se desvaneceu na propaganda política, como nas notícias ou na educação, e mudou para “desenvolvimento pacífico”.

²⁴ Teoria do “mundo harmonioso” (em chinês: 和谐世界, hé xié shì jiè): Com um pensamento aberto e inclusivo, busca-se a harmonia entre as pessoas, a paz entre as nações, a harmonia entre o homem e a natureza, e procura-se a coexistência e a vitória através do diálogo e da cooperação.

²⁵ “Comunidade de futuro compartilhado para a humanidade” / “Comunidade de destino comum” (em chinês: 人类命运共同体, rén lèi mìng yùn gòng tóng tǐ): uma proposta de governação global, que aborda as consequências e os desafios da globalização económica. Este programa enfatiza a cooperação e o benefício mútuo. O caminho chinês e a cultura chinesa desempenharam um papel importante na proposta desta comunidade, incluindo cinco aspetos, tais como política, segurança, economia, cultura e ecologia. Como um novo conceito de relações internacionais da China, orienta a implementação de projetos tais como *Uma Faixa Uma Rota*, os Institutos Confúcio e o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas.

Hu Jintao. No segundo caso, o *soft power* é gerado apenas em parte pelo que o governo faz através das suas políticas e diplomacia pública. O sucesso do *soft power* depende muito da reputação do ator dentro da comunidade internacional. Pang (Ibid.) afirma que o *soft power* é indispensável para país se tornar numa potência global.

1.4.3 Diplomacia Cultural

1.4.3.1 Diplomacia

O termo “diplomacia” refere-se “à conduta das relações entre Estados soberanos por meio de funcionários alocados no país ou no exterior; ao uso do tato no trato com as pessoas; a tentativas de promover negociações internacionais; e a políticas externas” (G.R. & Alan, 2003, p. 69). As atividades no âmbito da diplomacia são variadas: mandar delegados/diplomatas, desenvolver negociações, organizar palestras, etc.²⁶ A diplomacia é a implementação de RI (Watson, 1984). Esta foca-se na gestão das relações entre países, Estados e outros atores (Barston, 1997). Geralmente, a diplomacia pressupõe um sistema no qual os países negociam os assuntos da paz, cultura, economia, comércio ou guerra por intermédio dos seus diplomatas. De uma perspetiva nacional, a diplomacia preocupa-se com a proposta e implementação da política externa do país. Portanto, os tratados internacionais são primeiramente negociados por diplomatas e depois aprovados pelos políticos do Estado.

Com o desenvolvimento da globalização, as distâncias entre os países ficam cada vez mais curtas, e especialmente as pessoas podem ter acesso facilitado a um maior número de informações. Por isso, a opinião pública torna-se um fator importante que afeta as RI. Os países estão cada vez mais conscientes da importância das opiniões públicas para a diplomacia e para as relações bilaterais. No ambiente internacional, a gestão da reputação

²⁶ Esta definição é citada pelo Baidu, China, acessado em <https://baike.baidu.com/item/%E5%A4%96%E4%BA%A4/18817> no dia 24/03/2019.

mudou da elite para um mercado de massas mais amplo (J. Melissen, 2005). No que respeita à relevância da diplomacia na dimensão de comunicação, Gilboa (2000) aponta três modelos de diplomacia: o modelo de diplomacia pública; o modelo de diplomacia de media; o modelo de diplomacia “*media-broker*”. Conforme Gilboa (Ibid.), o modelo de diplomacia de media pressupõe que os países comunicam entre si através dos media, de forma a resolver conflitos; o modelo de diplomacia “*media-broker*” parte do princípio de que os jornalistas assumem temporariamente o papel de diplomatas e tornam-se mediadores nas negociações internacionais. Os três modelos de Gilboa demonstram também que, sob o contexto da globalização, há mecanismos de diplomacia que vão para além da mera política externa e dos diplomatas. Por outras palavras, quer sejam os atores governamentais ou atores privados, todos podem participar em atividades diplomáticas. Assim, a diplomacia deixa de ser praticada apenas pelo Estado e pelo governo, sendo estes os participantes tradicionais, para dar lugar a participantes diversificados e não-governamentais. Por exemplo, surgiram “as cidades amigas” por diplomacia intermunicipal.

1.4.3.2 Diplomacia cultural

A designação “diplomacia cultural” foi referida a primeira vez pela jornalista Aline B. Saarinen, em 1954 no seu comentário sobre a exposição de arte americana em Moscovo²⁷; mais tarde, tornou-se parte da terminologia política, com Robert H. Thayer, assistente especial do secretário de estado americano John Foster Dulles (Stelowska, 2015). Foi, no entanto, o historiador americano Lard Turner, especialista em questões diplomáticas,

²⁷ Esta exposição de artes foi comentada pelo diretor da Exposição Nacional Americana por “grande passo para a construção de melhores relações e entendimento entre os Estados Unidos e a União Soviética” . No entanto, esta exposição também é criticada por ser um instrumento de diplomacia cultural dos Estados Unidos contra a União Soviética (Kushner, 2002).

quem propôs a designação de “diplomacia cultural”, posteriormente reconhecida pelos acadêmicos (Li, 2003).

Ivey e Bill (2008) indicam que a diplomacia cultural é um campo diplomático associado à cultura, arte, educação, etc., de forma a manter e desenvolver relações bilaterais entre países. Pode dizer-se que a diplomacia cultural pretende influenciar a opinião pública para moldar as decisões de governos estrangeiros e, assim, promover os interesses do país. Por outro lado, esperam promover a compreensão mútua (Cummings, 2003; Mark, 1994; Mitchell, 1986).

A diplomacia cultural pertence à área das RI. No entanto, a diplomacia cultural como a cultura são dois termos muitas vezes esquecidos pelas RI. Como abordámos no capítulo anterior, a palavra “cultura” é um termo amplo. No campo académico, não há acordo sobre o significado de “cultura”, cuja dimensão envolve arte, educação, entre outros. Mark (1994) referiu que quando a diplomacia se associa à cultura, a diplomacia passa a ser diplomacia cultural, diplomacia artística e diplomacia educacional, ou os três em conjunto.

No que diz respeito a quem exerce a diplomacia cultural, o tema origina debates na área académica. As visões académicas tradicionais consideram que a diplomacia cultural é a atividade de governos que envolvem a cultura, sendo que a diplomacia pode ser vista como ciência ou arte (Plischke, 1979). Assim, Saraiva (2012, p. 94) considera os objetivos da diplomacia cultural como “a troca de ideias, informações, arte e outros aspetos, entre o Estado e os cidadãos, para promover o entendimento mútuo”. De acordo com Arndt (2005), a diplomacia cultural envolve, principalmente, relações diplomáticas formais com diplomatas, através dos serviços públicos nacionais. Mitchell (1986) e Ribeiro (2011) confirmaram que a diplomacia cultural é somente para o âmbito governamental, baseando-se em tratados e acordos internacionais, dentre outros. No entanto, hoje em dia a diplomacia cultural vai muito além de mais das atividades dos serviços públicos nacionais, é um instrumento imprescindível da política externa do Estado, por meio de atividades culturais, associado à apresentação, promoção e construção positiva da imagem de um Estado (Ang et

al., 2015; Hubinger, 2006; Kurucz, 2007; Stelowska, 2015), incluindo a negociação e promulgação de acordos culturais. Pajtinka (2014) acrescentou que a diplomacia pode ser considerada sinónimo de “política externa”, e a palavra “diplomacia”, na diplomacia cultural, pode ser usada como ferramenta para a implementação pacífica da política externa. Deste ponto de vista tradicional, a diplomacia cultural serve para apoiar os objetivos ou a diplomacia da política externa do governo. A cultura pode desempenhar um papel importante que promove ou estimula a compreensão mútua e reduz a desconfiança entre países (Ribeiro, 2000).

Outras visões académicas argumentam que a diplomacia cultural não se limita às atividades intergovernamentais. Conforme os três modelos de Gilboa (2001), sob o contexto de informação e globalização, quer sejam os atores governamentais, quer sejam os atores privados, todos os participantes podem participar nas atividades diplomáticas.²⁸ A diplomacia deixa de ser praticada apenas pelo estado, os participantes principais nos assuntos diplomáticos passam a ser diversificados. Além dos participantes tradicionais como governo e estado, os outros atores não governamentais começam a participar na diplomacia. Hoje em dia, os agentes civis começam a participar na diplomacia cultural, e os governos ou diplomatas deixam de ser os seus únicos promotores. A diplomacia cultural foi introduzida na diplomacia pública e promovida como uma forma de diplomacia mais orientada pelos cidadãos (Cull, 2009; Cummings, 2003). Ou seja, o alvo da diplomacia cultural contemporânea não são apenas os governos de outros países, mas também o povo e o público. Por isso, não apenas os governos e suas instituições estão envolvidos na diplomacia cultural, mas também a sociedade civil e outras partes interessadas do setor privado (Cull, 2009). Há investigadores que argumentam que qualquer intercâmbio cultural entre países diferentes

²⁸ Os três modelos de diplomacia de Gilboa: o modelo de diplomacia pública; o modelo de diplomacia de média; o modelo de diplomacia “*media-broker*”. Conforme Gilboa, o modelo de diplomacia de média significa que os países se comunicam através dos média de forma a resolver conflitos. No modelo de diplomacia “*media-broker*”, os jornalistas assumem temporariamente o papel de diplomatas e tornam-se mediadores nas negociações internacionais.

pode ser considerado como diplomacia cultural (Appel, et al., 2008). A diplomacia cultural leva as opiniões do público e de setores privados em consideração. Como referimos antes, a diplomacia cultural não é um canal de informação unidirecional, pois o seu objetivo principal é o entendimento mútuo que enfatiza a comunicação entre o governo e o público.

É interessante constatar que, a diplomacia cultural, para a maioria dos académicos, é frequentemente considerada como uma forma de diplomacia pública (Finlay & Xin, 2010; Leonard, 2002; Mulcahy, 1999; Pajtinka, 2014; Stelowska, 2015; Waller, 2009). O Comissão Consultiva de Diplomacia Cultural dos Estados Unidos até argumenta a diplomacia cultural como a chave da diplomacia pública (Mette, 2000). A diplomacia pública é o processo de comunicar com os públicos de países estrangeiros, a fim de conhecer as ideias, culturas, instituições, bem como metas nacionais e políticas atuais (Cull, 2008, 2009; E. Gilboa, 2008; Eytan. Gilboa, 2001; Melissen, 2005; B. D. Mor, 2006; H. Tuch, 1990; Van Ham, 2008). A diplomacia cultural salienta o papel de cultura neste processo. Alguns académicos consideram que as diferenças entre a diplomacia pública e diplomacia cultural são cada vez menores (Ang et al., 2015). De forma análoga à época desenvolvimento da diplomacia cultural, a diplomacia pública chamou a atenção internacional depois da Guerra Fria (Nicholas J. Cull, 2008) quando os países começaram a levar o papel da cultura para a agenda de relações internacionais, uma vez que a opinião pública se tornou um fator importante que influi nas relações internacionais.

1.4.3.3 As formas de diplomacia cultural

Pang (1997) acredita que a cultura é uma ferramenta do governo, que pode gerar benefícios a curto e a longo prazo, por isso, a diplomacia cultural pode ser utilizada para atingir objetivos políticos e económicos. A diplomacia cultural é uma ferramenta nova, com a finalidade de atingir objetivos e interesses, ganhar a confiança e a compreensão dos outros países, e, ao mesmo tempo, tornar os países mais atraentes no estrangeiro. Como referimos

antes, a diplomacia cultural é considerada um processo longo de comunicação bidirecional, que envolve esforços para promover a imagem e os valores nacionais fora do país, bem como tentativas de conhecer a cultura, os valores e a imagem de outros países.

Mesmo que a diplomacia cultural possa ser praticada por atores governamentais e não-governamentais, devido à natureza da diplomacia, o governo toma o papel de orientação da diplomacia cultural (Ang et al., 2015; N. J. Cull, 2009; Nicholas J. Cull, 2008; Cummings, 2003; Zhi Li, 2003; Riordan, 2004). De um modo geral, os trabalhos de diplomacia cultural são desenvolvidos sob a garantia das instituições e de certos mecanismos. Por isso, o sistema de diplomacia cultural responde principalmente às questões de estrutura organizacional, afiliação e autoridade administrativa. Por outras palavras, o sistema de diplomacia cultural deve esclarecer qual é o principal órgão, qual é o órgão responsável pela diplomacia pública e qual a divisão de responsabilidades. Atente-se na seguinte definição:

“A diplomacia cultural é um meio pelo qual um país exporta os seus valores culturais e políticos para o mundo exterior. A sua ideia básica é dar às pessoas acesso a diferentes culturas e perspectivas, de forma a promover a compreensão e os diálogos mútuos. Os atores envolvidos na diplomacia cultural incluem o governo, o público, instituições do setor privado e sociedade civil.”(*Institute for Cultural Diplomacy*, 2013)

Esta definição enfatiza os atores participantes na diplomacia cultural: os atores governamentais e não-governamentais. Há académicos que argumentam que, devido à influência da globalização, o foco da diplomacia cultural mudou de “intenção de um governo de impor ideologia a outro governo” para “intenção de um governo de mostrar cultura mais transparente e altruísta”, a fim de exercer o *soft power* de país (Wentao Hu, 2007; L. Jin, 2013). O estudioso britânico, Mitchell (1986), acredita que o sistema de diplomacia cultural pode ser dividido em dois modos:

1. Controlo pelo governo

O governo pode criar departamentos para realizar atividades de diplomacia cultural. O exemplo desta forma de diplomacia cultural é a Agência de Notícias dos EUA. A diplomacia pública dos EUA geralmente segue o processo seguinte: o presidente e o Congresso - Conselho de Segurança Nacional - Departamento de Estado (Agência de Notícias dos EUA) - Departamento Externo - Filiação à liderança de organizações sociais.

2. Implementação por organização não-governamental

O governo financia e apoia o exercício das instituições que sejam relativamente independentes do Estado e com características de sociedade civil. No entanto, o governo não participa nem na implementação nem na execução dos projetos destas instituições.

Quanto às formas de diplomacia cultural, vários investigadores abordaram o tema baseando-se em estudos de caso. Lessa (1994), através de uma análise do *British Council*, resumiu os seguintes instrumentos de diplomacia cultural: 1. Promoção cultural; 2. Intercâmbio de pessoas; 3. Ensino de línguas; 4. Cooperação intelectual; 5. Disseminação de informação. Pajyinka (2014) e Ribeiro (2011) especificam as formas de diplomacia cultural: 1. Promoção cultural por artistas; 2. Intercâmbio de académicos, especialistas e outros intelectuais; 3. Promoção de línguas e cultura; 4. Apoio financeiro a projetos intelectuais; 5. Protocolos culturais. Mais recentemente, Cull (2015) categoriza as formas de diplomacia cultural: 1. Trocas ou oferta de prendas culturais, que normalmente acontecem entre os diplomatas ou visitas; 2. Informação cultural, isto é, promoção das informações culturais no estrangeiro. 3. Diálogos culturais- muitas vezes considerados como formas de promover o entendimento mútuo; 4. Aumento de capacidades culturais. Ao contrário de outros académicos para quem a diplomacia cultural é exclusivamente externa, Cull (Ibid.) levou em consideração o país por si só e referiu que, para além da preocupação com a diplomacia cultural no exterior, os países não podem descurar o investimento na diplomacia cultural interna. Por fim, Cull apresentou como exemplos concretos: exposições, concertos, publicações, intercâmbios de estudantes e intelectuais e *workshops*.

Quem pratica a diplomacia cultural é outra das discussões dos académicos. Conforme as definições de diplomacia cultural, ficamos a saber que a diplomacia cultural é realizada por dois tipos de atores: o público e o privado. O ator público identifica-se com os setores públicos do país: nos países estrangeiros, as embaixadas ou consulados; ao nível nacional, os ministérios dos negócios estrangeiros, que formulam e elaboram as políticas e as regras de atuação. O ator privado normalmente são os agentes não-governamentais, as agências/ instituições autónomas ou particulares.

De um modo geral, as práticas da diplomacia cultural não podem ser separadas do apoio do governo (Ribeiro, 2000). De acordo com a definição tradicional de diplomacia cultural, os setores públicos realizam atividades de diplomacia cultural, especialmente as embaixadas e as instituições públicas. Em certo sentido, estas instituições são apoiadas pelo ministério dos negócios estrangeiros. Durante o processo de diplomacia cultural através dos setores públicos, os governos facilitam a diplomacia, por forma a promover as RI, e, ao mesmo tempo, conhecem melhor a realidade de outros países. Por exemplo, os diplomatas participam nos eventos, como conferências académicas, conversas públicas, congressos internacionais, entre outros, para assim apresentar diferentes aspetos do país de origem ao público do país anfitrião. E, por outro lado, através desses eventos, os diplomatas podem obter informações em primeira mão, úteis aos responsáveis das políticas públicas domésticas.

As RI, na realidade, são relações interpessoais (Qin, 2003). As participações dos atores não governamentais refletem este ponto de vista. Mesmo que as atividades realizadas no âmbito da diplomacia cultural reflitam um aspeto da cultura nacional representada pelo governo, elas envolvem participantes não-governamentais, como, por exemplo, músicos e outros artistas. As atividades culturais, os intercâmbios culturais e a aprendizagem de línguas são exemplos de práticas de diplomacia cultural que dependem de intelectuais, especialmente quando estão ligadas à cooperação na área do conhecimento.

1.5 As interligações entre os conceitos de *nation branding*, *soft power* e diplomacia cultural

1.5.1 *Nation branding* e *soft power*

Hoje em dia, o mundo é cada vez mais um enorme palco e os países competem uns com outros para atrair as atenções. Olin (2002) defende que o *nation branding* é o principal concurso de “beleza” no palco da globalização, tornando-se insubstituível para os países. Como Nye (2008, p. 100) referiu, “na era da informação, muitas vezes é o lado que tem a melhor história que ganha”. Por isso, hoje em dia, muitos países promovem o *nation branding* como estratégia para aumentar o *soft power*. Por exemplo, com o desenvolvimento da China, surgiram as vozes negativas, tais como a “teoria da ameaça da China” (Nye, 2005; Treverton & Jones, 2005). Na China, o Instituto de Planeamento Estratégico da Marca da China²⁹ foi lançado em 2014 sob orientação do presidente chinês Xi Jinping, com o objetivo de aumentar o *nation branding* chinês e o seu *soft power*. Isso mostra que hoje em dia aumentar o *soft power* já é inseparável da construção do *nation branding*. No entanto, há necessidade de esclarecer a diferença entre estes conceitos e, ao mesmo tempo, ver como se interligam.

Do ponto de vista das definições, o *soft power* de Nye é composto por: valor/ideologia, políticas externas e cultura (Nye, 2004). Em termos de *nation branding*, Anholt (2007) criou o modelo hexágono para explicar os recursos de *nation branding*, tais como pessoa, turismo, exportação, investimento e governação. Fan (2008) aproveitou a classificação de *nation branding* de Anholt e a de o *soft power* de Nye e reclassificou o *nation branding* em três categorias: marca política, marca económica e marca cultural (veja-se na figura 1). Observamos o conteúdo destes dois conceitos e percebemos que estão ligados

²⁹ Em inglês: *China Brand Strategic Planning Institute* (CBSPI). Em chinês: 品牌中国战略规划院 (Pǐn pái zhōng guó zhàn lüè guī huà guī huà).

à política, cultura e economia. Claramente, o *nation branding* advém dos mesmos recursos

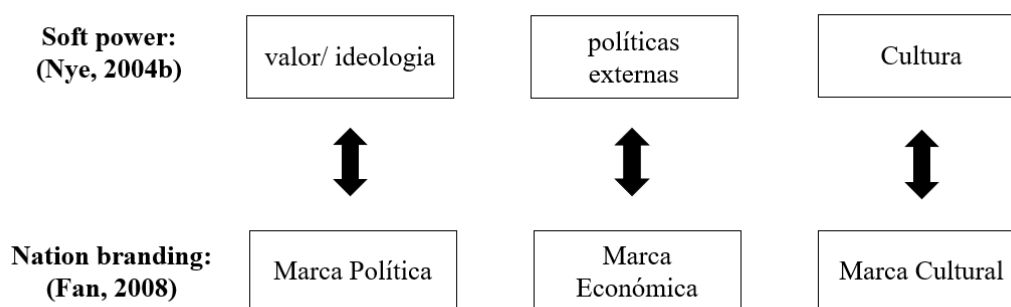


Figura 1- Comparação entre soft power e nation branding- elaboração da autora.

do *soft power*.

Em termos de objetivos, o conceito de *soft power* de Nye enfatiza a importância da atração. Mas a influência da atração é baseada no interesse do destinatário, ou seja, a relevância do *soft power* depende da percepção e resposta do seu público-alvo. Hoje em dia, a particularidade determinante do Poder é ter a capacidade de influenciar os outros, de forma a atingir os seus objetivos. Por outro lado, o *nation branding*, para além de concretizar os seus objetivos políticos, tem também competências para criar uma imagem positiva do país, de acordo com a literatura (Dinnie, 2007, 2016; Fan, 2004; Stelowska, 2015). A imagem positiva gera respeito e admiração, o que, por sua vez, confere ao país um *soft power* mais eficaz no efeito de atração de outros países, que poderão tender a imitar as suas políticas estratégicas domésticas e externas. Deste ponto de vista, os objetivos do *soft power* e do *nation branding* são semelhantes. Na verdade, os países tentam criar uma imagem positiva através do tratamento dos assuntos mundiais, de modo a conseguir boa reputação. Essa imagem positiva vem de várias fontes: políticas internas e externas seguidas por outros países, ações tomadas e/ou qualidade nacional (por exemplo, a cultura), políticas ou ações específicas (Gallarotti, 2011). A imagem de *nation branding* abriu o caminho para o *soft power* do país. A figura 2 revela diretamente a relação entre *soft power* e *nation branding*. Através desta imagem, podemos observar que, no processo de *nation branding*, os

participantes transmitem as mensagens ao alvo-público. Por outro lado, a figura de Fan mostra uma tarefa importante de *nation branding*, que é encontrar a lacuna entre a imagem existente do país e a imagem ideal do futuro. Durante o processo de encontrar a lacuna, o

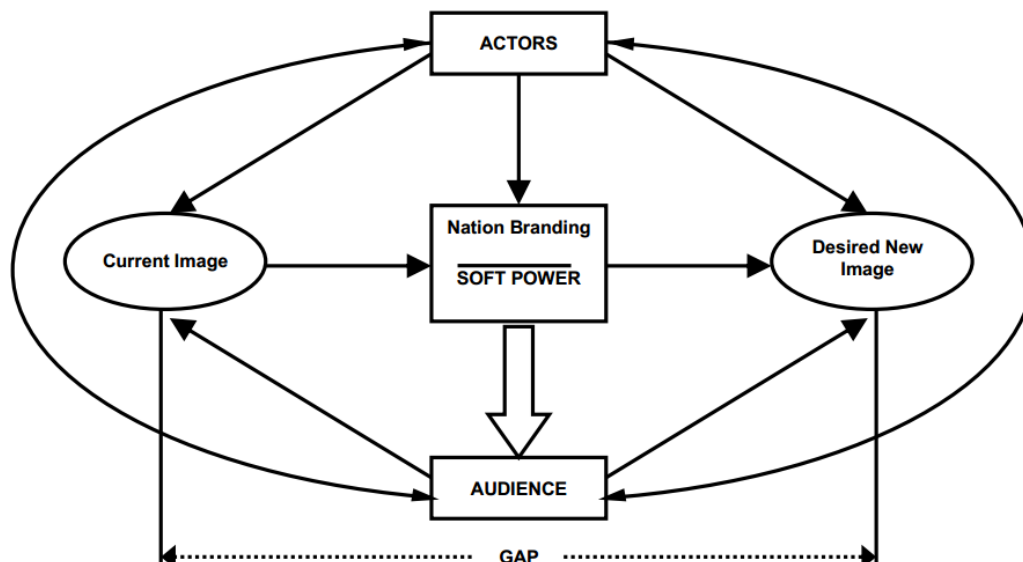


Figura 2 - soft power e nation branding no processo de atração. Fonte: (Fan, 2007).

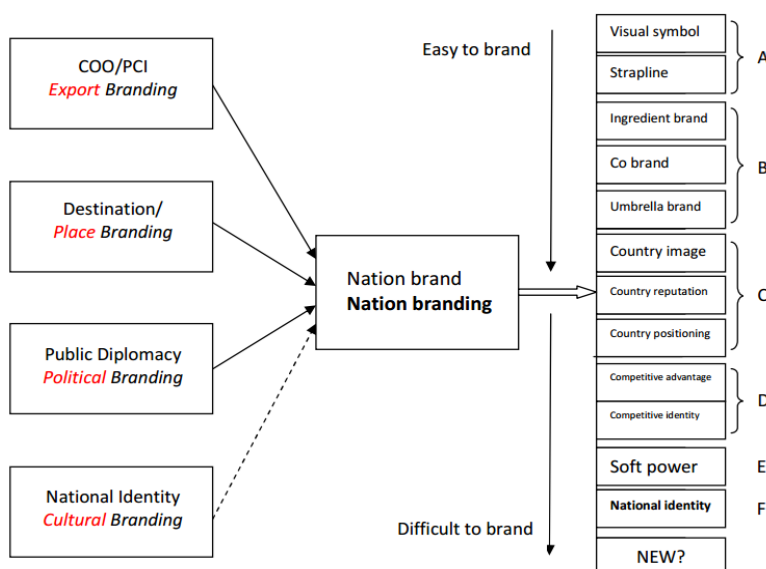
soft power toma o papel de “lobista”, através dos seus recursos, de forma a mudar a impressão do público-alvo e aceitar a nova imagem promovida.

O *nation branding* pode ser uma ferramenta eficaz de *soft power* (Fan, 2008). É inegável que uma campanha de *nation branding* bem-sucedida ajudará a criar uma imagem mais favorável e, assim, fortalecer ainda mais o *soft power* do país para um público internacional. Curiosamente, muitos países no mundo enfrentam atualmente problemas de imagem. Mesmo vivendo na era da informação, ainda existem enormes lacunas e obstáculos na compreensão entre países e culturas. Particularmente, os países em desenvolvimento e os países em transição são influenciados pela percepção negativa dos outros países. Estes países podem ter bons recursos de *soft power*, mas na realidade não possuem a capacidade de os potenciar. Na China, os académicos e os políticos chineses preocupam-se bastante em mostrar ao mundo a China “real” e tentam criar uma imagem nacional atrativa para o público internacional. Não é por acaso que Xi Jinping afirma que pretende construir uma imagem de “país responsável”. Adicionalmente declara que no contexto da BRI “as histórias da China

devem ser bem contadas, as vozes da China devem ser bem espalhadas e as características da China precisam de ser bem explicadas”. A promoção da imagem nacional é um projeto conduzido pelo Estado, que promove a preferência pelos valores, pela cultura da China, ou seja, que usa o *soft power*. Podemos dizer que *soft power* é uma ferramenta de *nation branding*.

O *nation branding* pode ser apresentado como *soft power*. Em particular, os filmes de super-heróis americanos, além de ilustrar a capacidade comercial de Hollywood, mostram ao mundo, com sucesso, a imagem e o conceito nacional americano. A economia forte dos Estados Unidos, a capacidade científica e militar tem sido destacada nos filmes, e o conceito de “liberdade e igualdade”, conhecido como o espírito americano, surge implícito nos detalhes deste tipo de filmes. Como referimos antes, Fan categoriza quatro origens de *nation branding*. Para além disso, Fan (2010) visualiza os componentes do *nation branding* através do modelo seguinte:

A dificuldade de *nation branding* vai do nível A até ao nível F. Na fase A, *nation branding* pode ser definido por símbolos visuais ou *slogan*. Na fase B, segundo a



interpretação de Dinnie (2007), *nation branding* começa a relacionar-se com outros campos, tais como exportação, turismo, etc. *Nation branding* realiza o seu objetivo, quando, na fase C, os países ganham imagem positiva e reputação no cenário internacional. Logo a seguir, na fase D, os esforços das fases anteriores

Figura 3- Nível de dificuldade de Nation Branding, elaboração por Fan (2010).

passam a ter vantagens, ou seja, de acordo com as palavras de Anholt (2007), o *nation branding* leva em consideração a sua vantagem competitiva em relação aos outros países, de forma a manter a sua posição no mundo. O modelo de Fan revela diretamente a relação de *nation branding* com *soft power*. Os países precisam de ganhar ou manter a imagem positiva para o público-alvo, portanto na fase E, o *nation branding* desenvolve-se e mantém o seu *soft power* através da diplomacia pública (Fan, 2007; Nye, 2004b; Nye, 2004). Na Fase F, o *nation branding* ajuda a conhecer melhor a sua identidade nacional. Podemos dizer que os objetivos de *nation branding* podem ser divididos em duas partes: ganhar poder para o exterior e reforçar a identidade nacional no interior. *Nation branding* não é apenas “vender” produtos, serviços e ideias do país, mas também ganhar mercado e atenção, e ao mesmo tempo gerir identidade, fidelidade e reputação.

O modelo de Fan mostra-nos diretamente a relação entre *nation branding* e *soft power*. Entretanto, à semelhança dos recursos de *soft power* de Nye, o *nation branding* também depende da cultura, das ideais políticas e das políticas públicas (Van Ham, 2008). Há académicos, como Dinnie (2016), Fan (2018), entre outros, que consideram o *nation branding* parte do *soft power*, que consiste nos valores e normas nas políticas internacionais. Entretanto, Ham (2001) argumenta que esta forma tem limites, mas o construtivismo fornece as teorias mais fortes para o *nation branding*. O construtivismo enfatiza que normas, valores e identidades são fatores importantes e necessários para garantir a estabilidade e a previsibilidade na política internacional. O construtivismo, para Ham, é mais próximo da base teórica de *nation branding*, principalmente porque *este* fornece a opção de criar a sua própria imagem, função e identidade.

1.5.2 Diplomacia cultural, *nation branding* e *soft power*

Quando abordamos as definições de *nation branding*, referimos que a maioria dos estudos está associada a um país de origem (dimensão de exportação), diplomacia pública,

e identidade nacional. *Nation branding* tem que ver com a imagem de um país no cenário internacional, incluindo a sua dimensão política, económica, bem como a dimensão cultural. Isso enfatiza a função do governo no processo de *nation branding*. Žugić e Konatar (2017) realçam a ideia de que o *nation branding* pode fornecer vantagens óbvias quando for compatível com uma estratégia económica clara e apoiada por políticas públicas. Para Rashid (2014), o governo é que assume o papel de gerir o *nation branding*. A partir deste ponto de vista, a imagem nacional é definida como a coleção total de imagens multifacetadas de um país que estão vinculadas ao nível nacional.

A nível internacional, salientam-se nos últimos anos os estudos de *nation branding* baseados na diplomacia pública. Ham (2001), por exemplo revela principalmente a interação entre *nation branding* e RI. O autor mostra que *nation branding* desempenha um papel importante na forma como o construtivismo vê as RI, pois cria a sua própria imagem e identidade para todos os países. o autor (Ibid.) argumenta que os países podem aproveitar os próprios recursos para criar uma imagem popular e diferente da de outros países, através de esforços diplomáticos conscientes. As marcas empresariais tornam-se uma parte importante da imagem empresariais, ajudando o público a identificar empresas e incentivando-as a comprar produtos e serviços. De maneira semelhante, Ham diz que

“Falamos sobre a personalidade de um país da mesma maneira que discutimos os produtos que consumimos, descrevendo-o como ‘amigável’ e ‘credível’ ou ‘agressivo’ e ‘confiável’” (Ham, 2001, p. 1).

Ham (2008) argumenta que o *nation branding* é fundamental para criar valor nos relacionamentos entre entidades geográficas e indivíduos. Uma das questões interessantes para os cientistas políticos é saber se as marcas locais também atrairão pessoas para “comprar” os “produtos” dos países da marca, isto é, se tomam em conta a política externa. Ham (Ibid.) observa que, hoje em dia, as cidades, as regiões, promovem-se, pois quando há concorrência no palco internacional, uma má reputação ou má imagem ao nível local

prejudica seriamente os países no seu todo. Por isso, reputação e imagem já se tornaram parte fundamental das estratégias nacionais.

Para Simon (2008), as atividades de diplomacia pública tanto podem alterar as opiniões sobre o país no cenário mundial, como fortalecer a unidade nacional. O autor (Ibid.) explica que a imagem de um país é a opinião do público-alvo onde se implementa a diplomacia pública. Considerando o desenvolvimento destas duas áreas (*nation branding* e diplomacia pública), Szondi (2010) desenvolveu cinco modelos³⁰ que revelam a interação entre elas e chegou à conclusão de que a diplomacia pública é uma ferramenta de *nation branding*, que pode ser disseminada nos países estrangeiros e no público nacional. A relação entre diplomacia pública e *nation branding* é teoricamente debatida no campo dos estudos diplomáticos (Hocking, 2005; J. Melissen, 2005b; Szondi, 2008). Geralmente, a diplomacia pública e *nation branding* têm alguns aspectos semelhantes. Em primeiro lugar, ambos podem ser considerados ferramentas de *soft power* (Hocking, 2005), especialmente através de relações culturais, de forma a influenciar as opiniões do público estrangeiro e melhorar a imagem nacional. Em segundo lugar, diplomacia pública e *nation branding* são complementares (J. Melissen, 2005b). Isto é, ambos visam principalmente o público estrangeiro, mas têm influências domésticas extremamente importantes. A diplomacia pública é limitada àqueles que praticam a diplomacia, enquanto *nation branding* é o poder de mobilizar todas as nações e ajudar a promover a sua imagem no exterior.

Ainda, dada a semelhança entre os termos *soft power* e *nation branding*, na realidade, a diplomacia pública também pode ser considerada como a ferramenta de *soft power* (Bátora, 2006; Fan, 2008; Gilboa, 2008; Hocking, 2005). Nye (2008) argumenta que, em certo sentido, a realização de *soft power* só pode ser concretizada através da diplomacia

³⁰ Os cinco modelos são: 1. *Nation branding* e diplomacia pública são campos diferentes e não têm relacionamento; 2. Diplomacia pública como parte da *nation branding*; 3. *Nation branding* como parte da diplomacia pública; 4. diplomacia pública e *nation branding* são dois campos independentes mas têm partes sobrepostas; 5. *Nation branding* e diplomacia pública são a mesma coisa.

pública. Gilboa (2008) até afirma que a diplomacia pública é a política oficial de transformar recursos de *soft power* em ação. Como referimos antes, a diplomacia cultural é a parte da diplomacia pública (Nicholas J. Cull, 2008) conduzida pelos interesses nacionais, e promove a compreensão mútua, de forma a reduzir eventuais mal-entendidos. Cummings (2003) considera a diplomacia cultural uma ferramenta importante na formulação das opiniões estrangeiras.

Cull (2009) colocou *soft power* e *nation branding* na dimensão de “nova diplomacia pública” e considera que *soft power* e *nation branding* são as novas terminologias da diplomacia pública numa nova era. No entanto, seja diplomacia pública seja diplomacia cultural, na realidade, ambos os domínios têm o mesmo objetivo geral de gestão do ambiente internacional.

1.6 Síntese geral

No presente capítulo fizemos uma revisão da teoria e dos conceitos relacionados com a nossa investigação, principalmente do ponto de vista cultural, sempre considerando as relações internacionais.

A cultura assume um papel imprescindível na mira política. A cultura é referida como “a terceira dimensão” das RI ou a “quarta face” da diplomacia. Entre as teorias das RI, salienta-se a teoria do construtivismo, que fornece um novo ângulo de observação do mundo, através de uma perspetiva cultural, ou seja, olha-se para a comunidade internacional não apenas como uma disputa de interesses, uma competição económica e política, mas sobretudo como um espaço de troca de ideias e de confronto entre diferentes pessoas, grupos e sociedades.

O surgimento do construtivismo, representado por Wendt, fornece uma base teórica para o estudo do papel da cultura nas RI, simbolizando outra dimensão académica de

interesse. O construtivismo dá muita importância ao papel independente que a prática do discurso e dos fatores culturais podem desempenhar, sob certas circunstâncias, sendo que às vezes até desempenham um papel mais decisivo que os econômicos e políticos. Os acadêmicos construtivistas enfatizam ideias, cultura, normas, identidades e crenças comuns, fornecendo novas formas de interpretação das estratégias políticas e da diplomacia pública.

Na teoria do construtivismo de Wendt, a cultura e as ideias constroem a identidade e o interesse nas relações internacionais, de forma a definir as ações dos países. Conforme Wendt, existem três tipos de culturas: a cultura hobbesiana, a cultura lockeana e a cultural kantiana, que são caracterizadas respectivamente por “hostilidade”, “competição” e “amizade”, para apresentar as condições do Estado. As ideias são as ideologias ou sistemas de crença compartilhada; as crenças normativas ou de princípios; as crenças causais; as prescrições políticas. Os construtivistas tratam as RI numa perspectiva normativa e ideológica, e acreditam que as estruturas internacionais fazem com que seus atores redefinam a sua identidade no processo de coexistência. Por outras palavras, a cultura e as ideias formam as relações e interesses nas relações internacionais, influenciando assim as ações do Estado, incluindo a criação de políticas públicas, políticas externas, estratégia de diplomacia, etc.

A interpretação do construtivismo mostra que a composição social forma interação de interesses e de identidades, ou seja, a cultura faz com que o Estado mude a sua compreensão das RI, criando assim alguns conceitos novos como *soft power*, diplomacia cultural, *nation branding*, etc.

Ao nível nacional, os conceitos de *soft power* e *nation branding* são mais frequentemente utilizados pelas nações para a otimização interna das RI, o que quer dizer que se empregam quando se trata de procurar as estratégias de gestão da imagem do país, de forma a aumentar a sua influência internacional e promover a compreensão mútua no âmbito das suas relações bilaterais. Ambos enfatizam a “atração” nas RI. Em comparação com o *soft power*, o *nation branding* de Anholt responde à questão “Como podem os países apresentar a sua imagem a outros países?” ou “Qual a forma mais concreta de um país

aumentar a sua influência internacional?”. Aqui, o *nation branding* fornece ao *soft power* uma solução mais específica: quer a diplomacia pública quer a diplomacia cultural são um subconjunto de *nation branding*, pois ambas ajudam a criar uma imagem mais favorável e duradoura num público internacional, ganhando assim atração, o que pode fortalecer ainda mais o *soft power* de um país, enquanto na teoria construtivista esta atração pode promover o bom desenvolvimento das RI. A diplomacia cultural, sendo uma das formas de diplomacia pública, é a manifestação específica da estratégia de *soft power* e de *nation branding* de um país. Se olharmos a questão do ponto de vista das políticas públicas, estas são elaboradas tanto pelos atores públicos como privados. Por isso, a diplomacia cultural não se separa dos atores não-governamentais, uma vez que é o processo de implementação de políticas culturais.

Capítulo 2: O papel da cultura no desenvolvimento diplomático da China

2.1 Introdução

No final da Guerra Fria, os fatores culturais acabaram por assumir um papel chave pela influencia que exercem sobre as relações internacionais, sendo estes fatores a primeira força motriz para promover os assuntos internacionais (Mazarr, 1996). A partir da década de 90, tornaram-se cada vez mais populares os estudos académicos sobre as relações internacionais e a política externa numa perspetiva cultural e surgiram então novos conceitos, entre os quais o de diplomacia cultural, que passa a ser uma forma diplomática essencial no estudo da política externa contemporânea.

No contexto da globalização, a diplomacia cultural, como género de diplomacia pública e ferramenta de *soft power*, tem o seu lugar predominante na agenda política. Os países desenvolvidos começaram a explorar possibilidades de utilizar a diplomacia cultural na agenda política. A França, por exemplo, como pioneira na implementação da diplomacia cultural, estabeleceu em 1883, com apoios governamentais, a *Alliance Française*, visando promover a língua e cultura francesas nos países externos, de forma a aumentar a sua influência cultural e política no mundo. Também a Inglaterra tem difundido a sua influências cultural através da *British Council*, o terceiro pilar da propaganda cultural, que beneficia de proteção tanto legislativa como política. E os EUA criaram departamentos específicos e legislação para garantir a implementação da diplomacia cultural. Noutros países, como a Alemanha, Japão, Espanha, Portugal, etc., a ferramenta da diplomacia cultural tem sido igualmente utilizada tanto para difundir a cultura como para melhorar a sua imagem no mundo. Estas práticas inspiraram o governo chinês a ter em conta os fatores culturais nas formulações estratégicas do desenvolvimento nacional. Na China, a designação “diplomacia cultural” apenas entrou no discurso oficial na época de Hu Jintao, em 2004, tendo sido referido pela primeira vez numa conferência do governo. Aliás, antes de Hu, ainda que não

existisse o conceito de “diplomacia cultural” na agenda política da China, as suas políticas externas já espelhavam características de uma diplomacia cultural. Atualmente, o presidente Xi, sublinhando a importância de “contar bem a história da China”, colocou a cultura no enquadramento estratégico da BRI, a fim de promover um melhor entendimento entre os povos.

No entanto, como evoluiu a diplomacia cultural na China? Quais são as formas da diplomacia cultural da China e quais os seus objetivos? Neste capítulo, pretendemos responder às perguntas colocadas, de forma a compreender melhor o desenvolvimento da diplomacia cultural da China sob a estratégia *Uma Faixa Uma Rota*. Olhamos para o desenvolvimento e a evolução da estratégia da diplomacia cultural desde a fundação da República Popular da China (RPC). Este capítulo desenvolve-se com base numa revisão da literatura acerca da diplomacia cultural da China. Numa perspetiva diacrónica, foram recolhidos dados secundários referentes especialmente às políticas lançadas pelo governo chinês, e documentos oficiais da política externa desde 1949 até 2013. O nosso objetivo é perceber melhor a evolução da diplomacia cultural da China antes da BRI.

O capítulo é composto por quatro partes ordenadas cronologicamente: 1949-1966, desde fundação da China até à Revolução Cultural; 1966-1976, dez anos de Revolução Cultural; 1977-1988, recuperação da Revolução Cultural; 1989-2012, época da Abertura Económica. Todas as partes são procedidas de um enquadramento teórico do construtivismo. Além de analisarmos as políticas externas culturais e os discursos oficiais do governo chinês, também pretendemos analisar a diplomacia cultural da China, desde a sua fundação até ao início do lançamento da BRI, nomeadamente a sua inovação, evolução e formas.

2.2 Época hobbesiana: fundação da China 1949-1966

Logo após na fundação da RPC, o governo deu importância à abertura cultural e fomentou o fortalecimento dos intercâmbios culturais e a cooperação com o mundo exterior

(Saunders, 2007; D. Zhang, 2012, 2013a). O primeiro-ministro Zhou Enlai, citado por Song (1997), referiu numa reunião diplomática:

“A nossa diplomacia inclui três dimensões: política, económica e cultural. Normalmente a economia e a cultura são as pioneiras, e então segue-se a diplomacia (...) as práticas da diplomacia devem mudar os seus estilos antigos; as embaixadas chinesas no exterior devem prestar atenção tanto à economia quanto ao trabalho cultural.”

Por isso, podemos dizer que os primeiros líderes do governo chinês tiveram em linha de conta o papel da cultura na sua orientação governamental e que o surgimento da diplomacia cultural da China pode recuar à data da fundação da RPC.

2.2.1 Sobre o contexto

2.2.1.1 Contexto internacional

Quando a RPC foi fundada, em 1949, o mundo acabara de entrar na Guerra Fria, período em que os conflitos entre os EUA e a União Soviética se intensificaram e se estabeleceram dois grandes campos ideológicos. Na perspetiva chinesa, esta divisão ideológica opunha o imperialismo ao socialismo. Na sequência de uma estratégia definida para a Ásia e Pacífico, os EUA não reconheceram a legalidade da RPC. Por sua vez, o Partido Comunista Chinês (PCC) precisava de ganhar apoios a nível internacional e tinha com a União Soviética, considerada líder do socialismo comunista, várias conexões ideológicas. Mao afirma que:

“O poder anti-imperialista no mundo excede o poder imperialista. A vantagem está do nosso lado, não do lado dos inimigos. O campo anti-imperialista liderado pela União Soviética já formou (...) todas as forças do campo anti-imperialista, unindo-se

e avançando. (...) nós, juntamente com as forças democráticas de todo o mundo, poderemos derrotar o plano da escravidão imperialista, impedir a Terceira Guerra Mundial e a reação de todos os reacionários. Vamos conquistar a vitória da humanidade. (Mao, 1986, pp. 1259–1260) ”

Neste contexto, a China formalizou a política diplomática “unilateral”³¹, claramente inclinada para o lado do socialismo soviético. Por sua vez, a União Soviética anunciou o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC, abrindo simultaneamente a possibilidade à instituição de relações diplomáticas entre China e outros países socialistas. Esta é, aliás, uma prática da política externa “unilateral” (Twitchett, 1979). Sob a égide da Guerra Fria e das boas relações com a União Soviética, o sistema cultural e a estratégia diplomática da China focavam-se principalmente na luta ideológica contra os países liderados pelos EUA. Em 1950, a China e a União Soviética assinaram o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético, formando uma aliança estratégica contra os EUA, numa década em que as comunicações culturais com a União Soviética eram mais íntimas (J. Cheng, 2004).

No entanto, a política “unilateral” só durou até ao final dos anos 50. A partir daí e até ao final da década de 60, a China aderiu ao Movimento Não Alinhado. O governo chinês abandonou a política unilateral e desenvolveu uma política de confiança, essencialmente com os países asiáticos e africanos, com os quais pretende o desenvolvimento de relações. Efetivamente, em 1953, num encontro com delegados da Índia, o PM chinês, Zhou Enlai, referiu os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica: “Respeito mútuo pela integridade e soberania territorial; não-agressão mútua; não interferência mútua nos assuntos internos de cada um; igualdade e benefício mútuo; e Coexistência pacífica”. Em 1957, estes princípios são integrados nos dez princípios da Declaração sobre Promoção da Paz e Cooperação do

³¹ Em chinês: 一边倒, (Yī biān dǎo)

Mundo, tornada pública na Conferência de Bandung. Neste contexto, os países participantes assinaram vários acordos, entre os quais, o acordo da cooperação cultural, que confirmou a requisição das cooperações culturais entre os países de Ásia-África. A partir da década de 60, o governo chinês colocou a União Soviética na lista de ameaças à segurança nacional, referindo o “imperialismo social soviético”, devido às divergências em termos de ideologia e de política, interesses, entre outros³². Com efeito, Mao tinha marcado distâncias com o comunismo soviético, desenvolvendo uma ideologia comunista própria (Gaddis, 1998; J. w. Garver, 1997; Heinzig, 2003) e assim as diferentes visões do PCC e do seu congénere soviético sobre o desenvolvimento do socialismo provocaram conflitos crescentes (Gaddis, 1998), situação que durou até ao final da década de 70.

A hostilidade entre as duas hegemonias, os EUA e a União Soviética, criou uma maior consciência por parte da China relativamente às suas necessidades. O principal intuito das políticas externas da China passa então a ser o reforço do poder militar e a defesa da independência da república popular e da integridade territorial nacional (Shu, 2005). Portanto, a diplomacia cultural da China durante esta época focou-se na luta ideológica (Wang & Tan, 2009). Assim, a diplomacia cultural é definida como a ferramenta das necessidades políticas e militares, servindo como o porta-voz contra o “imperialismo”.

³² As divergências focam-se principalmente em dois aspetos: a divergência ideológica e os conflitos da fronteira sino-soviética (Arnold & Wiener, 2012; J. W. Garver, 2016; Zhihua Shen & Xia, 2011; K. Yang & Shen, 2007). No debate sino-soviético após o 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da União Soviética em 1956, o PCC estava insatisfeito com a desestalinização de Khrushchev. Após o período difícil de três anos causado pelo Grande Salto, a União Soviética ainda forçou a China a pagar suas dívidas. Em 1961, Zhou Enlai liderou uma delegação para participar do 22º Congresso do Partido Comunista da União Soviética e se separou num acalorado debate com a União Soviética, recusando-se a participar do 23º Congresso do Partido Comunista Soviético. Em 16 de maio de 1966, a reunião do Politburo do Comitê Central do PCC aprovou o Aviso de 16 de Maio que decidiu começar a Revolução Cultural, assim as relações entre a China e a União Soviética foram completamente congeladas (K. Yang & Shen, 2007).

2.2.1.2 Contexto nacional

Com a fundação da RPC, o país terminava a guerra civil. Mao compara então a China a uma casa. Ele acha que a nova “casa” está muito suja, que é preciso limpá-la completamente antes de poder receber convidados. Na realidade, com esta metáfora, Mao pretende dizer que é necessário resolver primeiro os problemas domésticos e só depois considerar o propósito de estabelecer relações diplomáticas. A metáfora de Mao foi confirmada na Segunda Sessão Plenária do Sétimo Comité Central do PCC e registada pelo PCC como a política diplomática “limpar completamente da casa” (em chinês: 打扫干净屋子再请客, *dǎsǎo gānjìng wuzi zàiqǐngkè*). Acresce que, no início da fundação da RPC, o governo chinês precisava de resolver muitos problemas, tais como o atraso da economia, bem como a depreciação cambial. No início da década de 1950, o PCC realizou grandes reformas industriais e comerciais urbanas e de coletivização de propriedades rurais. O novo governo conseguiu conter a inflação, revitalizar a economia e construir um sistema industrial, que tinha sido severamente danificado pela guerra civil. De 1950 a 1953, a China passou por três movimentos importantes: participação na Guerra da Coreia do Norte (1950-1953), assumida como “Guerra para resistir aos EUA e Auxiliar a Coreia”(em chinês: 抗美援朝, *kàngměi yuáncháo*); Movimento de reforma agrária; movimento de supressão do contrarrevolucionário (Mao, 1977).

Em termos das relações entre a cultura, economia e política, após a fundação da RPC, Mao (1991a, p. 663–664) no livro *On New Diplomacy*, referiu:

“A cultura não é apenas o reflexo da política e economia de uma determinada sociedade, mas também exerce influência sobre a política e a economia; enquanto a economia é a base, a política é a expressão concentrada da economia. Essa é a nossa visão fundamental da relação entre cultura, política e economia.”

Este argumento forneceria orientação teórica ao desenvolvimento da diplomacia cultural nas primeiras décadas da RPC.

A categorização de cultura de Wendt, explicitada no capítulo 1 permite-nos chegar à conclusão de que a forma de cultura desta época é hobbesiana pelas seguintes razões: devido à política “Unilateral” e ao contexto de Guerra Fria, a China mantinha o bloqueio da hostilidade com os países ocidentais liderados pelos Estados Unidos; logo na fundação da RPC, negou-se o reconhecimento do estado legal de independência da RPC na comunidade internacional; a RPC ainda mantinha disputas territoriais com países vizinhos tais como a Índia, Rússia, Coreia do Norte, os países da Ásia Central e Vietname; após os anos 60, geraram-se conflitos ideológicos entre a China e seus antigos aliados, os soviéticos,

2.2.2 As práticas da diplomacia cultural

2.2.2.1 As políticas lançadas no âmbito da diplomacia cultural

A União Soviética, como foi mencionado atrás, anunciou desde a primeira hora o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC, o que deu início a uma série de relações diplomáticas entre a nova China e uma série de países socialistas e à prática da política externa “unilateral” do PCC. Deste modo, até janeiro de 1950, a RPC estabeleceu relações diplomáticas com os países socialistas, como por exemplo a Bulgária, Roménia, Hungria, Coreia do Norte, Polónia, Mongólia, Albânia, Alemanha Democrática e Vietname (Le, 1988). Ao mesmo tempo, a RPC estabeleceu relações diplomáticas com países asiáticos independentes, como o Mianmar, Índia, Paquistão e outros. Mesmo no início da década de 1950, alguns países capitalistas como a Noruega, Dinamarca, Finlândia, Suécia e Suíça reconheceram a RPC, baseados nos princípios de benefício mútuo e no respeito mútuo pela soberania territorial. No entanto, de um modo geral, no projeto nacional, estabelecer relações diplomáticas com os países socialistas estava em primeiro lugar (Song, 1997a; Yizhou Wang & Tan, 2009b).

Durante este período, a tarefa principal da política externa da China consistiu em estabelecer relações diplomáticas com países do mundo, especialmente com países do terceiro mundo, em áreas geográficas como a Ásia, África e América Latina, a fim de obter reconhecimento e apoio por parte da comunidade internacional (Le, 1988; Liao, 2006). Assim, a China definiu a política de “estabelecer laços amigáveis, desenvolver intercâmbios económicos e culturais, fazer amigos e estabelecer gradualmente relações diplomáticas”³³. Mao determinou que “relativamente a países estrangeiros, juntamo-nos com os países e povos que nos tratem por igual. Isto é, formamos aliança com a União Soviética, os países socialistas, os proletariados de outros países” (Mao, 1991b, p. 1427–1473). Sob a orientação do PCC, o foco político da diplomacia da China, durante este período, era ter o reconhecimento e apoio da comunidade internacional para o novo regime, o que se reflete principalmente nas atividades de ‘diplomacia do povo’ intercâmbio cultural, propaganda e ajuda externa, entre outros. A ‘diplomacia do povo’³⁴ é o método principal da diplomacia chinesa durante este período (Yizhou Wang & Tan, 2009b).

Zhou Enlai confirmou a ideia de Mao e acrescentou que:

“A diplomacia é realizada entre os estados, mas baseada no povo (...), portanto, devemos unir os povos de todos os países do mundo, não só os povos dos países irmãos, mas também os povos dos países coloniais e semicoloniais e até dos países capitalistas” (E. Zhou, 1990, p. 52).

Nesta fase, o governo chinês considerava a ‘diplomacia do povo’ como o canal predominante nas atividades externas, a fim de mostrar a nova China ao mundo. Conforme texto do documento oficial do PCC, a ‘diplomacia do povo’ demonstra o desejo e a

³³ Em chinês: 建立友好联系, 发展经济文化往来, 多做工作, 广交朋友, 逐步建交. (Jiànlì yǒuhǎo liánxì, fāzhǎn jīngjì wénhuà wǎnglái, duō zuò gōngzuò, guǎng jiāo péngyǒu, zhúbù jiànjīāo)

³⁴ Uma tradução possível para o termo inglês ‘*people-to-people diplomacy*’. em chinês é “民间外交” (mínjiān wàijiāo). No entanto, este “mínjiān wàijiāo” é diferente de “*people-to-people diplomacy*” da época de Jiang”. O termo da época de Hu em chinês é “人民外交” (rénmín wàijiāo).

necessidade do governo chinês em obter apoios da comunidade internacional, através das atividades dos povos e atividades não governamentais (Liu, 2009).

Para os países que ainda não tinham estabelecido relações diplomáticas com a China, Mao e Zhou acharam que a RPC devia procurar intercâmbios culturais e comerciais para promover a compreensão mútua, criando assim condições para o estabelecimento de relações diplomáticas. Para os países com os quais já se haviam desenvolvido relações diplomáticas, a comunicação cultural e comercial podia ainda melhorar as relações bilaterais. Por isso, Zhou destacou por várias vezes a importância da comunicação cultural nos trabalhos exteriores, considerando-a como “pioneira” ou como uma espécie de “intermediário” para criar boas relações de amizade com outros países. Além disso, deixou claro que “os intercâmbios culturais e comerciais são as alas da nossa diplomacia” (MFA, 1989, p. 44) e que “a RPC atribui importância à expansão dos laços económicos e culturais com outros países” (E. Zhou, 1954). Em 1956, na Conferência de Bandung, o governo chinês declarou que “desenvolver a cooperação cultural é uma das formas mais poderosas para promover o entendimento entre os países” (Wang, 1995, p. 251). Em 1956, Zhou, na Segunda Conferência dos Embaixadores, pronunciou-se acerca dos trabalhos diplomáticos da China: “a nossa diplomacia inclui política, economia e cultura. A diplomacia económica e cultural é sempre a pioneira e a seguir vem a diplomacia política. As embaixadas no exterior devem prestar atenção ao comércio e ao trabalho cultural” (Song, 1997b, p. 255). O discurso assinala claramente que cultura, economia e política, juntos, constituem o conteúdo principal da diplomacia chinesa, e também aponta para a necessidade de fortalecer intercâmbios culturais estrangeiros de acordo com a situação. Em comparação com os países desenvolvidos, cuja diplomacia cultural é uma ferramenta de *soft power*, a “diplomacia do povo” como protótipo da diplomacia cultural da China, é uma ferramenta indispensável para consolidar o novo regime, face ao isolamento político dos países “imperialista” na altura.

2.2.2.2 Mecanismos e instrumentos da diplomacia cultural durante a época hobbesiana

Desde a fundação da Nova China, a diplomacia cultural foi incorporada nas tarefas diplomáticas e se tornou uma parte importante das relações exteriores do país. Conforme Sha (2005), “Uma propaganda, três buscando”³⁵ (em chinês: 一宣传, 三寻求, Yī xuānchuán, sān xúnqiú) é o princípio orientador da diplomacia cultural da China neste período. “Uma propaganda” refere-se a propaganda das “grandes vitórias da revolução da Nova China”. “Três buscando” trata-se de intercâmbios culturais por “diplomacia de povo”. Portanto, durante esta época, a diplomacia cultural da China salienta a propaganda cultural e a “diplomacia de povo”. Logo depois da fundação da RPC, a propaganda cultural no estrangeiro foi tomada como a principal tarefa nos intercâmbios culturais: muitas instituições de propaganda foram estabelecidas e muitos recursos foram investidos (Le, 1988; Liao, 2006). Durante esta época, os intercâmbios culturais da China foram realizados principalmente com os países marcados por contextos ideológicos próximos, ou seja, posicionados sob a orientação do marxismo, e com os países do terceiro mundo, na Ásia, na África e na América Latina (Le, 1988; J. Sun, 2003; D. Zhang, 2013b). Em outubro de 1949, a Administração Geral de Informações (AGI)³⁶ foi oficialmente constituída pelo governo central da RPC, incluindo a agência *Xinhua*³⁷, a agência de Administração de Radiodifusão e o Internacional Press Bureau³⁸. O trabalho de divulgação de notícias no exterior passou a ser gerido pelo Bureau Internacional de Informações (posteriormente, ficará sob a tutela do

³⁵ Em junho de 1949, quando Mao Zedong recebeu a primeira visita dos membros da Trupe de Artes e Ofícios Juvenis, ele estipulou a "propaganda" (promovendo a grande vitória da revolução chinesa), a "amizade" (fortalecimento da amizade com jovens de outros países) e o "aprendizado". (Aprenda com a União Soviética) (Sha, 2005).

³⁶ Em chinês: 新闻总署 (Xīnwén zǒng shǔ)

³⁷ A Xinhua é a agência de notícias oficial do governo da RPC, sendo a maior agência de notícias do país.

³⁸ Em chinês: 广电局和国际印刷局 (guǎngdiàn jú hé guójì yìnshuā jú)

DNE³⁹ do CEPPC⁴⁰). Desde a fundação da RPC, a agência *Xinhua* preocupou-se em encontrar novas possibilidades para a construção de agências filiais em países estrangeiros. Até à década de 60, foram estabelecidas 51 agências filiais da *Xinhua* em países estrangeiros, transmitindo notícias para 87 nações. E a agência de Administração de Radiodifusão transmitiu mais de 100 horas divididas por 32 idiomas (Yizhou Wang & Tan, 2009a). Além disso, durante esse período, desenvolveu-se uma imprensa muito diversificada, dirigida aos estrangeiros (M. Cheng, 2006). No entanto, os meios de comunicação serviam sobretudo para a propaganda do PCC: grande parte da informação, além de apresentar o novo regime chinês, difundia conteúdos sobre a ideologia, as lutas e a revolução contra os países “imperialistas”. No clima da Guerra Fria, a maioria dos países-alvo da propaganda da China eram os países socialistas e os países recém-independentes da Ásia, África e América Latina (Q. Xu, 2016). Mesmo assim, ainda que as formas de propaganda se desenvolvessem rapidamente, as influências eram limitadas, uma vez que o alcance da comunicação externa era pequeno e os conteúdos e canais limitados (D. Zhang, 2013b).

Em termos de mecanismo de “diplomacia de povo” desta época, de facto, cinco anos antes do nascimento da RPC, o PCC tinha lançado a primeira ação dentro da política da diplomacia do povo: a instrução e orientação para os trabalhos diplomáticos (Yizhou Wang & Tan, 2009a). O PM Zhou Enlai afirmou, em 1957: “a diplomacia da China é uma combinação de diplomacia oficial, semioficial e não-governamental. Isto é, a diplomacia cultural da China integra os recursos culturais internos e externos de forma mais eficaz.”⁴¹ Por outras palavras, a nível nacional, reúne os esforços governamentais e não-governamentais, enquanto, no exterior, junta os apoios da comunidade internacional de forma desenvolver os trabalhos necessários após da fundação da nova China. Para garantir os trabalhos referidos, criou-se uma série de mecanismos e instituições. No ano a seguir, o

³⁹ DNE: Departamento de Negócios Estrangeiros

⁴⁰ CEPPC: O Conselho de Estado de República Popular da China

⁴¹ <http://www.cpaffc.org.cn/content/details25-22644.html>, consultado em 12/04/2018.

PCC central e o Conselho de Estado publicaram o Aviso de Estabelecimento do Grupo de Negócios Estrangeiros (GNE) no Comité Central do Partido Comunista da China e a Criação do Departamento de Negócios Estrangeiros (DNE) no Conselho de Estado⁴². O Aviso indicou que o DNE substituiu o CAI e o diretor do GNE do PCC, Chen Yi ficou como o líder do DNE. No mesmo ano, O Conselho de Estado estabeleceu o Comité de Relações Culturais Estrangeiras (CRCE)⁴³, de forma a liderar as atividades da diplomacia cultural implementadas pelo Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, a AGI, o CAI, e outras associações oficiais e semioficiais, formando assim um sistema de liderança relativamente centralizado. Podemos dizer que até 1958, a China formou o protótipo do sistema institucional da diplomacia moderna: a combinação de setor governamental, semigovernamental e não-governamental sob a supervisão do GNE. Nas palavras de Zhou Enlai: “os setores não-governamentais são pioneiros no desenvolvimento das relações diplomáticas, facilitando o trabalho do governo. Sendo que os setores governamentais orientam as atividades dos setores não-governamentais” (MFA, 1989, p. 44).

Em 1952, foi criado o Comité de Atividades Internacionais (CAI)⁴⁴ pelo PM Zhou Enlai, visando liderar e coordenar vários grupos não governamentais, formados por intelectuais, artistas, académicos e até cidadãos anónimos, que exerciam atividades diplomáticas culturais. Vale a pena ressaltar que os cargos honorários destes grupos não governamentais, normalmente, eram tomados por notáveis do PCC, sendo que recebiam

⁴² Em chinês: 《关于中共中央设立外事组和国务院设立外事办公室的联合通告》(“Guānyú zhōnggòng zhōngyāng shèlì wàishì zǔ hé guówùyuàn shèlì wàishì bàngōngshì de liánhé tōnggào”)

⁴³ Em chinês: 对外文化联络委员会(Duìwài wénhuà liánluò wěiyuánhùi). Na realidade, em novembro de 1949, o Ministério da Cultura estabeleceu o Bureau de Ligação Cultural Estrangeira (em chinês: 对外文化联络事务局 Duìwài wénhuà liánluò shìwù jú). Em 1951, o Bureau passou a ser liderado pelo Comité de Educação Cultural (em chinês: 文化教育委员会 Wénhuà jiàoyù wěiyuánhùi). Em 1955, foi renomeado como Secretária de Relações Culturais Estrangeiras (em chinês: 对外文化联络局 Duìwài wénhuà liánluò jú). Em março de 1958, a Secretária de Relações Culturais Estrangeiras foi reorganizada pelo CRCE, sob o controlo direto do Conselho de Estado.

⁴⁴ Em chinês: 国际活动指导委员会 (Guójì huódòng zhǐdǎo wěiyuánhùi) ou 中央国际活动指导委员会 (Zhōngyāng guójì huódòng zhǐdǎo wěiyuánhùi)

grandes apoios do governo chinês. Em suma, os setores não governamentais, na realidade, eram supervisionados pelo PCC.

Em 1954, a pedido de Zhou Enlai, no Congresso Mundial de Intelectuais pela Paz, anunciou-se a fundação da Associação do Povo Chinês para a Comunicação e Cultura com Países Estrangeiros (APCCCPE)⁴⁵, cujo presidente era Liu Shaoqi, o presidente do Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo (CPCN). Sendo a primeira associação no sistema da ‘diplomacia do povo’, as suas atividades iniciais concentram-se em intercâmbios culturais com outros países e, mesmo tendo como líder o presidente do Comité Permanente do Congresso Nacional do Povo (CPCN), as autoridades do PCC definem-na como uma associação não governamental.

Mesmo que o governo chinês tenha definido a ‘diplomacia do povo’ como uma forma de diplomacia cultural, tal como referimos antes, a maioria das atividades foram supervisionadas pelo governo chinês, e, na realidade, os cargos mais importantes, nestas associações civis, foram assumidos pelos membros do PCC. Mas faltou a participação em massa.

2.2.2.3 Formas da diplomacia cultural durante a época hobbesiana

Considerando a política externa da China durante o período hobbesiano, pode resumir-se o desenvolvimento da diplomacia cultural a três grandes áreas geopolíticas, a saber, os países socialistas, os países recém-independentes, e os países capitalistas.

➤ Com os países socialistas

Durante os primeiros dez anos da sua fundação, a RPC considerou a União Soviética como o modelo dos países socialistas; assim sendo, a diplomacia cultural com a

⁴⁵ Em chinês: 中国人民对外文化协会 (Zhōngguó rénmíng duìwài wénhuà xiéhuì), nome que foi alterado para Associação do Povo Chinês para a Amizade com Países Estrangeiros (APCAPE), em 1966, e se mantém- até hoje.

Em inglês: The Chinese People’s Association for Friendship With Foreign Countries. Em chinês: 中国人民对外友好协会 (Zhōngguó rénmíng duìwài yǒuhǎo xiéhuì)

União Soviética foi a principal prioridade. o Artigo 5 do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético que foi assinado em 1950, menciona desenvolver e consolidar relações culturais entre a China e a União Soviética, tendo sido a primeira vez que o desenvolvimento e consolidação das relações culturais bilaterais entre estes dois países foram afirmadas na forma de regulamentos (Ge, 2000). Em 1956, a China e a União Soviética assinaram o Acordo de Cooperação Cultural. Desde então, os dois países realizaram amplos intercâmbios na literatura, drama e cinema, especialmente em comunicações literárias entre escritores, poetas e dramaturgos dos dois países. Estas atividades culturais desempenharam o papel considerável não só no fortalecimento da cooperação estratégica entre a China e a União Soviética, mas também o entendimento entre os dois povos.

Na IV Sessão Plenária do XVIII Comité Central do PCC, Mao esclareceu que:

“Nós não temos experiência suficiente para realizar o plano de cinco anos, devemos aprender com a União Soviética, (...) não só aprendemos as teorias do marxismo, mas também as suas ciências e tecnologias avançadas. Tudo o que precisamos devemos aprendê-lo. Ou seja, para construir a nova China, toda a gente precisa de aprender com a União Soviética, (...).” (Mao, 1976, p. 160)

A obediência ao apelo de aprender 'completamente' com a União Soviética, em termos culturais, transformou a língua russa num conteúdo dos planos curriculares escolares. Na altura, os chineses foram incentivados a aprender a língua russa, que se tornou numa das disciplinas obrigatórias nas escolas. Em 1956, o Ministério de Educação da China mandou 2100 alunos universitários para a União Soviética, o que representa 86% da totalidade dos estudantes internacionais desse ano (BECR, 1993). O retorno desses estudantes à China desempenhou um papel importante na construção económica socialista naquela época.

Além da União Soviética, o intercâmbio cultural e a cooperação entre a China e outros países socialistas também eram extensos. O governo chinês fortalece os laços com esses países e consolida o mundo socialista por meio de realização das atividades como a organização de exposições de arte, envio delegações e especialistas e troca de livros e materiais (Ge, 2000; Meng, 2005). Em 3 de abril de 1951, a China e a Polónia assinaram um acordo de cooperação cultural em Varsóvia, sendo este o primeiro acordo de cooperação cultural assinado pela Nova China. Desde então, a China assinou sucessivamente acordos de cooperação cultural e planos de implementação anuais com outros onze países socialistas (Meng, 2005). Ao mesmo tempo, a China também assinou acordos de cooperação científica, cooperação em saúde, acordos de cooperação em radiodifusão, comunicação de mídias e intercâmbio desportivo com vários países socialistas.

➤ **Com os países recém-independentes**

A nova China desenvolveu os intercâmbios culturais com os países recém-independentes da Ásia, África e América Latina. Em 1955, Zhou Enlai apelou à cooperação cultural entre países asiáticos e africanos na Conferência de Bandung: “os países asiáticos e africanos precisam de cooperar nos aspetos económicos e culturais, para ajudar a eliminar o atraso na economia e cultura, causado pela opressão e colonialismo ao longo tempo” (Song, 1997b, p. 341). Além de práticas de diplomacia cultural, através das formas principais referidas, nestes países a China assumiu também medidas de assistência internacional. Em 1964, Zhou Enlai anunciou os “oito princípios da assistência económica e tecnológica externa do governo chinês”⁴⁶, durante a sua visita a dez países africanos (B. Peng, 2014). De acordo com estes princípios⁴⁷, a China passou a fornecer assistência económica, técnica e

⁴⁶ Em chinês: 中国政府对外经济技术援助的八项原则 (Zhōngguó zhèngfǔ duìwài jīngjì jìshù yuánzhù de bā xiàng yuánzé).

⁴⁷ Os oito princípios são:

- 1) o governo chinês fornece sempre apoio aos países estrangeiros com base no princípio de igualdade e benefício mútuo, nunca considerando tal apoio como doação unilateral, mas apoio mútuo.
- 2) O governo chinês respeita estritamente a soberania do país destinatário, nunca impõe quaisquer condições e nunca pede quaisquer privilégios.

médica a países africanos e asiáticos. Segundo as estatísticas, ainda que incompletas, nos anos 60 e 70, a China assinou acordos de cooperação económica e tecnológica com 44 países e enviou mais de 10 000 médicos para 51 países (Ibid.). Esta assistência externa desenvolveu e consolidou a relação entre a China e alguns países da Ásia, África e América Latina, permitindo que a China passasse a contar com o apoio dessas soberanias. No início dos anos 60, mais de 20 países na Ásia, África e América Latina tinham estabelecido relações diplomáticas com a China (B. Peng, 2014). Para alguns académicos chineses, a reabilitação da China entre os membros permanentes da ONU foi um dos resultados da diplomacia cultural chinesa, uma vez que os votos africanos representaram um terço dos votos totais para a restauração da cadeira legar da China na ONU. (Sha, 2005; C. Wu, 2009; Xie, 2012).

➤ **Com os países capitalistas**

Logo na fundação da RPC, era difícil abrir ao mundo a situação diplomática da China devido à política de bloqueio hostil imposta por alguns países ocidentais liderados pelos Estados Unidos (Ge, 2000). Conforme Song (1997), havia apenas 19 países que

3) O governo chinês fornece assistência económica na forma de empréstimos sem juros ou a juros baixos, estendendo o período de reembolso quando necessário para minimizar a carga sobre os países beneficiários.

4) O objetivo do apoio externo do governo chinês não é fazer com que o país beneficiário dependa da China, mas ajudá-lo a embarcar gradualmente em um caminho de autossuficiência e desenvolvimento económico independente.

5) O governo chinês pretende ajudar os países destinatários a construir projetos com menos investimento e resultados mais rápidos, para que o governo do país destinatário possa aumentar a receita e acumular fundos.

6) O governo chinês fornece os equipamentos e materiais da melhor qualidade que pode produzir e negocia os preços com base nos preços do mercado internacional. Se os equipamentos e materiais fornecidos pelo governo chinês não atenderem às especificações e qualidade acordadas, o governo chinês garante devolução.

7) Quando o governo chinês fornece qualquer tipo de assistência técnica a países estrangeiros, ele garante que o pessoal do país destinatário pode dominar totalmente essa tecnologia.

8) Os especialistas enviados pelo governo chinês ao país destinatário para ajudar na construção têm direito ao mesmo tratamento material que os próprios especialistas do país destinatário, e nenhum requisito especial e gozo são permitidos.

Acedido em 06/10/2020: <https://www.marxists.org/chinese/zhouenlai/144.htm>

mantinham relações diplomáticas com a China em 1954, e todos eram países do campo socialista e países vizinhos. Em resposta a esta situação, o PM Zhou Enlai defendeu vigorosamente a “diplomacia do povo” para fortalecer os intercâmbios económicos e culturais com países que não estabeleceram relações diplomáticas, especialmente os intercâmbios culturais para aumentar a compreensão estrangeira da China (Ibid.). A ideia foi confirmada no Relatório de Decisões Políticas⁴⁸ no 8º Congresso de PCC em 1956: “ A China está disposta a estabelecer e desenvolver relações diplomáticas, económicas e culturais com países com a mesma vontade (...) A importante tarefa do desenvolvimento das relações culturais é promover a normalização das relações diplomáticas” (E. Zhou, 1956). Nesse contexto, a ideologia norteadora da diplomacia cultural chinesa mudou. A diplomacia cultural não se concentra apenas em consolidar as relações diplomáticas e divulgar as informações do novo regime da China, mas também se torna a pioneira na promoção da diplomacia política e do estabelecimento de relações diplomáticas com outros países. Isso é notável na diplomacia cultural da China com os países capitalistas.

O melhor exemplo da diplomacia cultural com os países capitalistas foi com a França. Em 1964, a França e a RPC estabeleceram a relações diplomática, sendo o primeiro país ocidental a estabelecer relações diplomáticas formais com a China. Charles de Gaulle considerou o estabelecimento de relações diplomáticas sino-francesas, como o resultado de intercâmbios tecnológicos e culturais⁴⁹. Vários académicos também confirmaram que os intercâmbios culturais entre estes dois países estabeleceram as fundações para o desenvolvimento de relações diplomáticas⁵⁰ (Le, 1988; Roderick MacFarquhar & Fairbank, 1991; Song, 1997a). Deste modo, o estabelecimento de relações diplomáticas com a França

⁴⁸ Em chinês: 关于政治报告的决议, Guānyú zhèngzhì bàogào de juéyì

⁴⁹ Citado por Shen (1990, p. 697).

⁵⁰ Desde 1952 a 1964, realizaram-se uma série de intercâmbios culturais pelos dois países. Salientam-se as seguintes visitas: i) em 1952, exposição da Nova China em Paris; ii) 1952-1954, os dois países enviaram delegações de diplomatas para visitar o país da sua contraparte; iii) em 1956, a semana de cinema francesa foi realizada em Cantão; entre outros (Yizhou Wang & Tan, 2009b).

foi um grande avanço para a China fortalecer as relações com outros países capitalistas no contexto de bloqueio político que se vivia no cenário internacional.

2.3 Transição da Época hobbesiana para a lockeana: 1966-1976

2.3.1 Sobre o contexto

De acordo com a história da China (Roderick MacFarquhar & Fairbank, 1991), os anos entre 1966 e 1976 são anos de paralisação em termos de desenvolvimento. Este período corresponde ao período da Revolução Cultural.⁵¹ MacFarquhar (1999) acredita que a Revolução Cultural teve origem em 1956 quando ocorreram dois eventos-chave: a conclusão da socialização da propriedade dos meios de produção⁵² e a convocação do 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)⁵³. O governo chinês lançou o 1º e o 2º Plano Quinquenal em 1957 e 1958, cujo objetivo era concluir a meta de transformação e socialização da propriedade dos meios de produção em base de modelo soviético, resultando no movimento do Grande Salto em Frente⁵⁴ (Ibid.). O colapso deste movimento e a consequente fome e depressão na China, Mao foi criticado e a sua autoridade questionada por Liu Shaoqi, o presidente chinês. Deste modo, Mao Zedong decidiu lançar a “Revolução Cultural” para recuperar sua autoridade ante os moderados (Gao, 2001). Adicionalmente, Mao defendeu o modelo de Estaline que foi criticado por Khrushchev no 20º de Congresso

⁵¹ Desde 1964, uma série de conflitos ocorreu na fronteira sino-soviética. Durante o ano de 1965, começaram a surgir as incompatibilidades e conflitos entre a China e a União Soviética sobre questões importantes, como ideologia e políticas interna e externa, bem como interesses nacionais (J. Qi, 2010).

⁵² Em inglês: *socialist transformation of ownership of means of production*. Também conhecido por “Três Grandes Transformação”, trata-se das transformações socialista da indústria artesanato, comércio e agricultura com base no modelo de Stalin.

⁵³ O conteúdo mais importante do 20º Congresso Nacional do PCUS é criticar o culto à personalidade e a Stalin e política diplomática de Coexistência Pacífica. A Coexistência Pacífica refere-se ao apelo de cooperação EUA- União Soviética.

⁵⁴ O resultado levou Mao a ser questionado pela autoridade liderado por Liu Shaoqi.

do PCUS⁵⁵ (Ibid.). As relações entre a China e a URSS passaram rapidamente da aliança ao confronto. Na altura, como os dois países mais poderosos no mundo, a União Soviética e os EUA, estavam simultaneamente em estado de confronto com a China, esta realizou o primeiro grande ajustamento na sua estratégia diplomática após a fundação da RPC. Isto é, as políticas “unilaterais” que classificavam os EUA como o inimigo principal da China deixaram de existir. Formou-se uma estratégia de “duas linhas” contra a União Soviética e os EUA, uma vez que Mao considerou a União Soviética como um inimigo mais perigoso do que os EUA (Ge, 2000).

Em 1973, durante a visita de Kissinger à China, Mao referiu a ideia de “uma linha”⁵⁶. Segundo as palavras de Mao (1998, p. 245): “eu disse que queríamos fazer uma linha horizontal, ou seja, uma aliança com países, como por exemplo os EUA, o Japão, a China, Paquistão, Irão, Turquia e Europa”. A estratégia diplomática de “uma linha”, na realidade, consiste em construir uma aliança com os países referidos contra a União Soviética. No ano seguinte, quando se encontrou com o ministro das Finanças do Japão, Mao propôs a estratégia de um conceito diplomático, “um campo”⁵⁷, para “unir todos os poderes disponíveis nos Estados Unidos e no Japão, e lidar conjuntamente com a expansão da União Soviética”. Isso mostra que todos os países enquadrados na estratégia de “uma linha, um campo”, de Mao, se unem e cooperam contra a União Soviética. Portanto, pode-se dizer que os trabalhos diplomáticos da China durante este período ainda estavam ligados intimamente às lutas de ideologia política. Os conflitos ideológicos tornaram-se mais radicais tanto no

⁵⁵ Após a fundação da RPC, os comunistas chineses representados por Mao Zedong adotaram o modelo de Estaline como o modelo para a construção do país. De 1953 a 1956, quando os comunistas chineses estavam confiantes em realizar a transformação socialista abrangente da China com base no projeto do modelo de Stalin, o PCUS sob Khrushchev começou a negar completamente Estaline, e vozes anti-republicanismo internacional e desestalinização aumentaram repetidamente. Deste modo, a China foi completamente isolada internacionalmente pela URSS e pelos EUA. Mao defendeu o modelo de Estaline opondo-se aos direitistas, expandindo a luta de classes e defendendo-se contra o revisionismo (R MacFarquhar & Fairbank, 1987).

⁵⁶ Em chinês: 一条线 (Yītiáo xiàn)

⁵⁷ Em chinês: 一大片 (Yī dàpiàn)

contexto internacional como no contexto doméstico. Com estes condicionalismos internos e externos, a diplomacia cultural chinesa desenvolveu-se muito lentamente (Song, 1997a).

2.3.2 As práticas da diplomacia cultural

Durante esta época, o mecanismo da diplomacia cultural da China foi influenciado pela Revolução Cultural. A literatura, a filosofia e a arte tradicional chinesa foram declaradas decadentes e banidas e substituídas por uma literatura e uma estética revolucionária (Ibid.). Os progressos registados até então no campo da diplomacia cultural foram assim abolidos. O órgão que liderava as atividades de diplomacia cultural - CRCE - foi extinto. A diplomacia cultural foi substituída por atividades de propaganda radical devido aos efeitos da Revolução Cultural (Ge, 2000; MacFarquahar, 1999; Yizhou Wang & Tan, 2009a). Pelo contrário, a propaganda do pensamento de Mao Zedong tornou-se na tarefa central da diplomacia cultural; os conteúdos de imprensa e os materiais de propaganda das embaixadas chinesas nos outros países estavam relacionados principalmente com a Revolução Cultural e com os pensamentos de Mao Zedong (MacFarquahar, 1999). Durante a Revolução Cultural, o PCC chamou a casa quase todos os embaixadores da China no estrangeiro, para terem formação sobre os pensamentos de Mao e as políticas da Revolução Cultural (Meng, 2005). Isto reflete o fenómeno do culto da personalidade em torno de Mao Zedong durante a Revolução Cultural.

Como referimos antes, durante esta época a diplomacia cultural da China não se desenvolveu. Na realidade, deste 1966 até o início da década de 70, os trabalhos da diplomacia cultural da China quase enfrentaram a proibição. No entanto, após a ONU ter reconhecido a China em 1971, os números das atividades de diplomacia cultural aumentaram. Em fevereiro de 1972, o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, foi convidado pelo primeiro-ministro chinês, Zhou Enlai, a visitar a China pela primeira vez, onde se reuniu com Mao Zedong. Em 1973, a China e os EUA chegaram a um acordo para criar

secretariados específicos, com o objetivo de desenvolver mais contactos. Desde então, as relações entre a China e o Reino Unido, França, Japão e outros países também melhoraram significativamente. Em 1973, Mao apresentou a Teoria dos Três Mundos⁵⁸, uma espécie de resumo de pensamentos dos líderes do PCC da RPC sobre as relações internacionais. No ano seguinte, Deng Xiaoping fez um discurso sobre o tema da Teoria dos Três Mundos da China, na VI sessão especial da ONU e, pela primeira vez, os pensamentos estratégicos de Mao foram apresentados ao mundo (Song, 1997a). As formas principais da diplomacia cultural da China durante este período ainda eram principalmente as atividades intergovernamentais. Desde a fundação da RPC até o fim de Revolução Cultural, o sistema da diplomacia cultural da China seguia o modelo soviético, ou seja, enfatiza a gestão centralizada e a liderança unificada do governo (C. Wu, 2009; D. Zhang, 2013b).

2.4 Época Lockeana: Abertura Económica 1977- 1988

2.4.1 Sobre o contexto

Com Mao Zedong na liderança da República Popular da China, a diplomacia cultural foi considerada como uma ferramenta ao serviço de lutas políticas e ideológicas, e, muitas vezes, subordinada a um esforço de propaganda (Ge, 2000; MacFarquahar, 1999). Esta situação manteve-se até 1978, data da realização da III Sessão Plenária do XI Comité Central do PCC, evento que marcou o início do período de reforma e abertura. O Plenário destacou a importância da cultura no desenvolvimento e na construção do país e resumiu os problemas da Revolução Cultural. Depois de esvaziada a oposição do Bando dos Quatro⁵⁹, os líderes do PCC voltaram a olhar para o mundo e constataram que existiam grandes atrasos

⁵⁸ A Teoria dos Três Mundos de Mao Zedong configura o pensamento dos líderes do PCC da China sobre as relações internacionais. Ela divide os países do mundo em três categorias: o Primeiro Mundo, as superpotências; o Segundo Mundo, os aliados das superpotências; e o Terceiro Mundo, as nações do Movimento dos Países Não Alinhados.

⁵⁹ Bando dos Quatro é a designação atribuída ao grupo de membros do PCC- Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan - que foi prominente durante a época da Revolução Cultural.

da China em comparação com outros países desenvolvidos, nomeadamente no plano económico e tecnológico. Por isso, Deng Xiaoping, no referido plenário, sublinhou que a ciência e tecnologia passavam a ser as forças produtivas primárias, ao mesmo tempo que destacou a importância de olhar para o mundo. Assim, a questão de como aprender com a experiência de gestão, e tecnologia mais avançada de outros países tornou-se cada vez mais importante para a China, tendo-se gerado a ideia geral⁶⁰ de acelerar o ritmo de construção do país, através de reformas e da sua abertura económica ao mundo, materializada, a pouco e pouco, na Política de Abertura Económica da China. Deng, o principal artífice da mudança verificada neste período histórico argumentou:

“o nosso plano de política é focado na concretização da modernização e no desenvolvimento da capacidade produtiva (...). Em termos domésticos, devemos revigorar a economia, enquanto abrimos as portas ao mundo. Esta não é uma política de curto prazo. É uma política de longo prazo, para os próximos 50 a 70 anos.” (X. Deng, 1994a, p. 56)

Deng Xiaoping olha para a abertura económica ao mundo exterior não apenas nas dimensões económica, científica e tecnológica, mas também na dimensão cultural. Citando Deng, “a implementação da Abertura está correta e deve ser respeitada por um longo tempo. Os intercâmbios culturais exteriores também devem desenvolver-se a longo prazo” (X. Deng, 1994b, p. 43). Por isso, em termos de comunicações culturais com os países estrangeiros, também é necessário deixar a cultura da China “*Going Out*”. Nas palavras do ministro da Cultura Lv Zhi:

“Nos intercâmbios culturais externos, aderimos à política de abertura ao mundo exterior e esforçamo-nos por aprender e

⁶⁰ Em setembro de 1978, na reunião organizada pelo PCC, o Conselho de Estado referiu a mudança geral do plano de trabalhos dos governos chineses: deixar o estado de autodefesa, ou autodefesa semifechada, para introduzir ativamente tecnologia estrangeira avançada, usando fundos estrangeiros e, ousadamente, entrando na política aberta do mercado internacional.

absorver todas as realizações notáveis da cultura e da arte estrangeiras, que conduzem ao desenvolvimento da cultura e da arte na China. Ao mesmo tempo, convidamos os países estrangeiros a estudar a nossa cultura. Os nossos princípios são: ao compartilhar a riqueza da cultura humana, precisamos de aprender uns com os outros, desenvolver, fortalecer a cooperação e melhorar a amizade, com base na igualdade e no benefício mútuo.” (Lv, 1984)

Após a política de Abertura Económica, o governo chinês optou por “paz e desenvolvimento” como lema principal (Li, 1998). Os interesses da segurança do regime e as lutas ideológicas da China gradualmente cederam aos interesses económicos do desenvolvimento, que se tornaram no conteúdo central da estratégia política da China. Paralelamente, o governo chinês começou a concentrar-se na busca de benefícios económicos, por meio de intercâmbios culturais. Ou seja, os trabalhos de diplomacia cultural começaram a servir a estratégia de desenvolvimento económico, afirmando-se assim como parte integrante da política de Abertura Económica.

2.4.2 As práticas da diplomacia cultural

2.4.2.1 As políticas lançadas

De acordo com as mudanças no panorama internacional da China, a de Deng Xiaoping fez grandes ajustamentos nas políticas externas do país. Em 1982, no XII Congresso Nacional do PCC, foi adotada a política externa de “independência”⁶¹, sob proposta de Deng, substituindo as políticas de unilateralidade e “Uma Linha, Um Campo”⁶². A política externa de “independência” (PPC, n.d.) mostrou: primeiro, o governo chinês indicou claramente que não contratavam alianças com os países grandes e não se envolviam

⁶¹ Em chinês: 独立自主的外交政策 (Dúlìzìzhǔ de wàijiāo zhèngcè)

⁶² Em chinês: 一条线, 一大片(Yítiáo xiàn, yī xiǎopiàn)

em alianças militares. Podemos dizer, em certo sentido, que o governo chinês confessava as desvantagens das políticas inclinadas para os países da mesma ideologia, especialmente a política “Unilateral” e a política de “Uma Linha Um Campo”. Segundo, o governo chinês começou a explorar novas possibilidades de relações multilaterais. De acordo com os documentos do PCC (ibid.), a política de “Independência” assenta no seguinte:

“Reforçar a solidariedade e a cooperação com vários países em desenvolvimento é o ponto de vista básico da política externa da China. (...) a China atribui importância à melhoria e ao desenvolvimento das relações com os países desenvolvidos e defende que os países transcendem as diferenças de sistemas e de ideologias sociais, respeitam-se mutuamente, procuram um terreno comum, ao mesmo tempo que reservam diferenças e ampliam a cooperação mutuamente benéfica. Quanto às diferenças entre si, devemos persistir no diálogo com base na igualdade e no respeito mútuo, e não nos envolvermos no confronto, e resolvê-los adequadamente. (...) a participação ativa da China em atividades diplomáticas multilaterais é uma força firme para salvaguardar a paz mundial e a estabilidade regional.”

Por último, a política de “Independência” é a política abrangente de abertura, isso quer dizer que a estratégia de Abertura Económica ficou registada na política lançada e protegida pela legislação do governo chinês. Por isso, a política de “Independência” emerge como diretriz da nova era de diplomacia cultural chinesa. Desde então, o governo chinês colocou a cultura no quadro da política de abertura ao mundo exterior.

Em 1980, Deng Xiaoping (1980, p. 28) indicou que:

“Agora não damos continuidade à expressão «a literatura e a arte têm de ser subordinados à política», porque este lema torna-se facilmente numa base teórica para interferir no desenvolvimento

dos trabalhos culturais. A nossa experiência ensina-nos que não podemos ignorar os trabalhos culturais a longo prazo.”

Portanto, Deng Xiaoping estipulou que, durante o processo de modernização da China, a construção cultural precisa de ter o mesmo lugar que a construção económica,:

“Relativamente às políticas externas, além de se abrir a nossa porta para desenvolver a economia, também é importante mostrarmos a nossa cultura ao mundo exterior (...). Qual será a atitude que podemos tomar sobre a cultura moderna? É correto que se implemente uma série de políticas para desenvolver a economia. No entanto, as comunicações culturais com os países estrangeiros a longo prazo também são indispensáveis” (X. Deng, 1994a, p. 43).

A VI Sessão Plenária do XII Comité Central do Partido Comunista da China (1986) aprovou o documento sobre os Princípios Orientadores para a Construção da Ideologia Socialista⁶³, os quais indicam claramente a linha a seguir:

“A história do mundo contemporâneo e da China mostram-nos que, se os países rejeitam aceitar os conhecimentos científicos e culturais mais avançados do mundo, não se conseguem desenvolver. O país com a porta fechada só pode ficar para trás (...). A política de Abertura é a política básica nacional, que se aplica não apenas à construção económica, mas também à construção da ideologia.” (Resolução do Comité Central do PCC sobre os Princípios Orientadores para a Construção da Infraestrutura Ideológica Socialista, 1982)

Na fase inicial da Abertura Económica da China, as condições nacionais estavam muito atrasadas em comparação com os países desenvolvidos, sendo que o PCC propôs a

⁶³ Em chinês: 中共中央关于社会主义精神文明建设指导方针的决议 (Zhōnggòng zhōngyāng guānyú shèhuì zhǔyì jīngshén wénmíng jiànshè zhǐdǎo fāngzhēn de juéyì)

estratégia de “Uma tarefa central, dois pontos básicos”⁶⁴ como diretriz de desenvolvimento no XIII Congresso Nacional do PPC, em 1987. “Uma tarefa central” refere-se à focalização na construção económica (Li & Tong, 2004). A construção económica nos primeiros vinte anos de Abertura Económica da China é a prioridade da construção socialista, sendo a política básica de desenvolvimento nacional. A fim de concretizar tal objetivo, o governo chinês publicou um plano de implementação. Além disso, o Estado mobilizou todos os recursos para dar prioridade ao desenvolvimento da economia. Neste contexto, destaca-se o desenvolvimento da diplomacia cultural da China como ferramenta de desenvolvimento económico.

2.4.2.2 Mecanismos e instrumentos da diplomacia cultural

Nesta época, a diplomacia da China teve com princípios básicos os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica. Isso é refletido no preâmbulo da Constituição da República Popular da China em dezembro de 1982. A constituição não só apenas indicou os princípios da diplomacia da China, mas também confirmou claramente a substituição das políticas unilaterais anteriores pela diplomacia multilateral. Conforme Jin (2017) e Liao (2006), a mudança de uma estratégia unilateral para a diplomacia multilateral contribuiu para a formulação da diplomacia multifacetada *multi-faceted*⁶⁵ da China do século XXI. A política de diplomacia multilateral incentivou a China participar ativamente em plataformas internacionais. Por isso, as plataformas internacionais, tais como a ONU, passam a ser o cenário da diplomacia cultural da China, de forma a procurar cooperações com outros países. A organização de conferências culturais internacionais, a realização de diálogos culturais e a cooperação cultural surgiram como formas inovadoras da diplomacia cultural da China, abrindo janela de comunicação e cooperação entre a China e os outros países.

⁶⁴ Em chinês: 一个中心, 两个基本点 (Um centro, dois pontos básicos)

⁶⁵ O conceito de diplomacia *multifacetada* dá ênfase às relações com os países grandes (tais como EUA e a Rússia)

No novo contexto de Abertura Económica, as formas de diplomacia cultural da China ficaram enriquecidas. A assinatura do acordo de cooperação intergovernamental passou a ser o novo mecanismo na diplomacia cultural da China. De acordo com as estatísticas, desde a fundação da República Popular até 1991, entre os 133 acordos de cooperação cultural intergovernamental assinados entre a China e países estrangeiros, 91 foram assinados após o final de 1978, representando cerca de dois terços do total (MCBBC, 1993). Os acordos assinados intergovernamentais abrangiam cooperações e intercâmbios de arte, educação, médias, radiodifusão, cinema, televisão, livros, museus, etc. (Ibid.).

Durante este período, a outra característica do mecanismo da diplomacia cultural chinesa assentou no desenvolvimento graduado sistema não-governamental. Sob o apelo de Deng (1994b, p. 70), - “Se há apenas cooperação intergovernamental sem participação das massas, é impossível que as relações internacionais sejam estáveis”-, na III Sessão Plenária do XI Comité Central, os setores não governamentais foram gradualmente estabelecidos e organizados. Em 1984 e 1986, estabeleceu-se a Associação Chinesa para Contato Amigável Internacional⁶⁶ e a Associação Cultural Internacional da China⁶⁷, respetivamente. Até 1986, estas duas associações juntam-se com a Associação do Povo Chinês para a Amizade com Países Estrangeiros (1954) e o Instituto do Povo Chinês dos Negócios Estrangeiros (1949), formando o sistema não-governamental da diplomacia cultural da China (MCBBC, 1993). Conforme Jin (2017), a cooperação entre os setores não-governamentais juntamente com o setor governamental promoviam, de certo modo, o desenvolvimento da economia da China. No entanto, o mesmo autor também indica que, na realidade, o setor não governamental estava sujeito, principalmente, às normativas do setor governamental.

⁶⁶ Em chinês: 中国国际友好联络会 (Zhōngguó guójì yǒuhǎo liánluò huì)

⁶⁷ Em chinês: 中国对外文化交流协会 (Zhōngguó duìwài wénhuà jiāoliú xiéhuì)

2.4.2.3 Formas da diplomacia cultural

Devido à Revolução Cultural, os trabalhos de diplomacia cultural da China foram quase interrompidos. Por isso, após da Revolução Cultural, a tarefa principal do governo chinês foi “eliminar o caos e voltar ao normal”⁶⁸. Especialmente depois da III Sessão Plenária do XI Comité Central do PCC (1978) que incentivou o desenvolvimento das atividades culturais, as organizações populares⁶⁹, que tinham contribuído para a diplomacia cultural logo depois da fundação da China, retomaram os seus trabalhos (Communist Party History Research Office, 2016). A restauração da diplomacia cultural da China precisava de talentos diplomáticos. Primeiro, o PCC reconheceu o contributo na construção da nova China das intelectuais que foram perseguidos durante a Revolução Cultural (Wang, 2003). Segundo, entre 1977 e 1978, o sistema nacional de exames⁷⁰ que tinha sido abandonado durante a Revolução Cultural foi restaurado e os estudantes voltaram a ingressar nas instituições de ensino superior através desse sistema. A restauração do sistema de exame ajudou a China selecionar e formar os recursos humanos que beneficiam tanto o desenvolvimento económico, bem como os talentos diplomáticos (Liao, 2006).

Sob o apelo da Reforma Económica, a diplomacia cultural de certo modo serviu para apoiar o desenvolvimento económico da China. Na altura, “promover a economia com a realização de eventos culturais”⁷¹ tornou-se o *slogan* indispensável para muitos governos locais da China para atrair investimentos estrangeiros (Liu, 2010; Tang, 2013). No início do lançamento da política de Reforma Económica, devido à falta de apoios financeiros às políticas de investimento na China continental, a estratégia passou por incentivar os chineses ultramarinos a investir na China (Zhuang, 2001). Neste caso, devido ao reconhecimento da

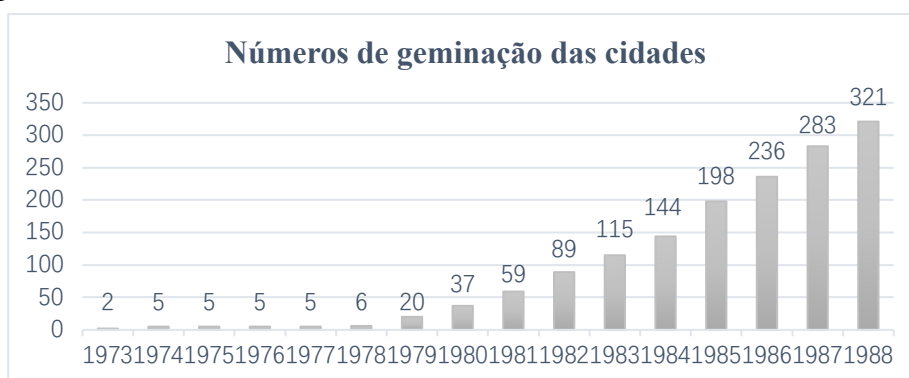
⁶⁸ Em chinês: 拨乱反正 (Bōluàn fǎnzhèng)

⁶⁹ Como por exemplo, a Associação do Povo Chinês para a Amizade com Países Estrangeiros (1954) e o Instituto do Povo Chinês dos Negócios Estrangeiros (1949).

⁷⁰ Em chinês: 高考 (Gāokǎo).

⁷¹ Em chinês: 文化搭台经济唱戏 (Wénhuà dā tái jīngjì chàngxì), a tradução literária é “a cultura construí palco, e economia canta” .

identidade nacional, a diplomacia cultural promove os chineses ultramarinos a apoiar a construção económica da China. De 1979 a 1991, o investimento estrangeiro chinês na China atingiu 17,932 bilhões de dólares americanos, representando 66% de todo o investimento estrangeiro na China, com uma taxa média de crescimento anual de 13,79% (Ibid.). Outro exemplo é o aumento radical do número de geminações entre cidades. Observamos os números da geminação das cidades chinesas com as cidades de outros países no quadro abaixo, que nos mostra que esta iniciativa começou a partir de 1973. Repare-se que entre 1973 e 1977, o período da Revolução Cultural, os números quase se mantêm inalterados. No entanto, a partir da política de “Abertura”, ou seja, ao longo de dez anos, entre 1978 e 1988, os números de geminações cresceram exponencialmente, numa percentagem de crescimento que atingiu os 35% ao ano.



Quadro 3-Números de geminação das cidades desde 1973. Fonte: <http://www.cifca.org.cn/Web/JieHaoBiao.aspx>.
Elaboração da autora

As geminações entre cidades não só promovem as comunicações entre as pessoas (Bala & Cremer, 1998; Michele, 2016; Ulrich & G, 1989), como também incentivam atividades comerciais, particularmente junto de países em desenvolvimento com políticas comerciais inadequadas (X. Wang & Tian, 2017). Em 1982, Xangai estabeleceu um acordo de geminação com Hamhung, na Coreia do Sul. Também em 1985, as províncias chinesas de Shandong e Sichuan estabeleceram relações provinciais amistosas com Pyongyang, capital da Coreia do Norte (Tian, 1993, p. 22). O estabelecimento de cidades geminadas, por exemplo, contribuiu para reforçar as relações entre a China e a Coreia do Sul: em 1987, os dois países assinaram o programa de cooperação científica e tecnológica de longo prazo.

Desde 1987, China e Coreia do Sul realizaram comércio de importações e exportações indiretas. No ano seguinte, já realizaram trocas diretas e o volume de negócios atingiu US \$ 3 bilhões em 1989 (Ibid. p. 38). Em termos de diplomacia cultural, a China enviou delegações desportivas em grande escala para participar nos XI Jogos Asiáticos e nos XIV Jogos Olímpicos, na Coreia do Sul, em 1988. Até 1991, mais de 270 mil pessoas dos países da ASEAN visitaram a China em negócios, visitas familiares e turismo (Ibid. p.294).

A formação da diplomacia multilateral salienta não apenas as comunicações com os países em desenvolvimento, mas também intensifica a diplomacia cultural com os países desenvolvidos, aprendendo com os países desenvolvidos as suas experiências em áreas como a ciência, tecnologia avançada, entre outras. Ao assinar acordos de intercâmbio cultural e enviar estudantes ao exterior, não só fornece recursos humanos valiosos e experiência avançada para o processo de Reforma Económica da China, mas também abre oportunidades de cooperação com outros países estrangeiros. Segundo as estatísticas, de 1980 a 1990, a China e os países estrangeiros assinaram 79 acordos de cooperação cultural (Ye, 2009). No que diz respeito intercâmbio dos estudantes, até o final de 1992, havia mais de 3.000 estudantes chineses no Japão, e o número de turistas japoneses na China chegou a 790.000. Em 1978, a China e o Japão assinaram o Acordo de Comércio de Médio e Longo Prazo, estabelecendo a realização de conferências consultivas de comércio sino-japonesas. No ano seguinte, assinou-se o Acordo de Ciência e Tecnologia, apontando para novas possibilidades de colaboração no âmbito da tecnologia, ciências, etc. No âmbito das comunicações sino-europeias, em 1978, a China assinou um acordo de comércio por cinco anos com a Comunidade Europeia, atribuindo-se mutuamente o estatuto de nação mais favorecida (Ibid.).

No que respeita à rádio e às telecomunicações, o governo chinês incidiu na propaganda ideológica antes da Abertura Económica. No entanto, após 1987, o desenvolvimento das telecomunicações, no âmbito da diplomacia cultural, serviu para implementar verdadeiramente as estratégia de reforma, ou seja, introduzir os programas estrangeiros e impulsionar os programas chineses nos países estrangeiros. Num contexto de

vasta mudança, a principal tarefa da propaganda externa da China e do trabalho de comunicação externa consiste em divulgar o resultado de modernização socialista ao mundo e mostrar os resultados da Abertura Económica (Ge, 2000). Durante este período, a organização e os meios de propaganda foram desenvolvidos de forma significativa. Em 1980, o PCC decidiu criar o Grupo Central de Propaganda Externa⁷², para liderar centralmente os trabalhos de propaganda nos países estrangeiros. Em outubro de 1977, o XI Congresso do PCC aprovou a reorganização do Departamento Central de Propaganda (DCP), cuja responsabilidade é organizar os trabalhos relacionados com a divulgação da ideologia, bem como o sistema de disseminação de informações⁷³ (M. Cheng, 2006). A sua estrutura organizacional é composta por uma secretaria e cinco setores: o setor da teoria; o setor da propaganda e educação, o setor da arte e cultura, o setor das notícias e o setor da publicação. No ano de criação do Grupo Central de Propaganda Externa pelo PCC, o DCP fundou também o Grupo de Propaganda Externa, para executar os trabalhos diários (Ibid.). Desta forma, formou-se gradualmente o rede de propaganda externa.

Além disso, os governos locais da China realizaram por si próprios a propaganda externa que visou a economia, comércio, turismo e cidades geminadas, formando assim um sistema completo de alcance, desde o governo central até aos governos locais. A propaganda externa da China, durante este período, mostrou características centradas na economia. No entanto, ignorou-se a propaganda da imagem nacional, já que a Abertura Económica da China tinha mudado a forma antiga de luta de classes, virando o foco para a construção económica. A propaganda externa da China também foi afetada por esta mudança de política,

⁷² Em chinês: 中央对外宣传小组 (Zhōngyāng duìwài xuānchuán xiǎozǔ)

⁷³ Vários novos meios de comunicação e revistas científicas foram estabelecidos neste contexto. Por exemplo, em 1981, criou-se o *China Daily*, em 1985, lançou-se o *Diário do Povo*, versão externa; em 1981, lançou-se a revista científica *Comunicação Internacional* e, no ano seguinte, criou-se o *Comércio Internacional*. A Rádio Internacional da China aumentou o tempo e a frequência de transmissão. Os idiomas falados e/ou escritos eram o inglês, francês, espanhol, alemão e japonês. A Agência de Notícias Xinhua ampliou as filiais estrangeiras e apostou no inglês, francês e russo. A Agência de Notícias da China também estabeleceu ativamente filiais no exterior e estabeleceu colaboração com jornais estrangeiros, estações de rádio e estações de TV de outros países (M. Cheng, 2006).

ou seja, passou a focar-se principalmente na construção económica, descurando um pouco a construção da imagem nacional.

Em suma, após a abertura económica da China, a diplomacia cultural e a consciência da sua prática são tomadas cada vez mais em consideração em decisões públicas. O governo chinês dá cada vez mais ênfase à diplomacia cultural que tem estado subordinada ao poder político e ao poder económico, começando a desempenhar um papel cada vez mais importante no processo de construção, modernização e Abertura Económica. Olhando para as práticas desde a década de 80, reparamos que as formas do trabalho cultural da China com os países estrangeiros floresceme tornam-se mais abrangentes, constituindo assim uma parte importante dos trabalhos diplomáticos da China.

Em resumo, as principais características da diplomacia cultural durante este período são as seguintes:

1. A China ignorou gradualmente as diferenças nas ideologias e nos sistemas sociais, de forma a desenvolver os trabalhos da diplomacia cultural. Desde a Abertura Económica, em vez de desenvolver comunicações culturais unilaterais, apenas entre os países socialistas e com partidos comunistas, o governo chinês começou a cultivar as relações culturais com todos os países e partidos no mundo, o que quer dizer que a China não apenas desenvolveu relações culturais com os países da mesma ideologia, mas também se esforçou por desenvolver relações culturais com países de ideologias diferentes; não só desenvolveu intercâmbios culturais com o terceiro mundo, como também abriu as suas portas, para comunicar e impulsionar as relações culturais com os países desenvolvidos.
2. As formas de diplomacia cultural mostraram-se mais diversas e abrangentes.
3. Formou-se o sistema de diplomacia cultural não-governamental.
4. A diplomacia cultural ficou subordinada ao desenvolvimento económico.

2.5 A cultura kantiana: 1989-2012 ou o pós-Guerra Fria

2.5.1 Sobre o contexto

Num contexto marcado pelo colapso da URSS e pelo fim da Guerra Fria, a implementação das políticas de reforma de abertura da China deu os seus frutos e guindou o país a um patamar de grande influência no panorama global, designadamente a nível económico. Após a Guerra Fria, a maré da globalização económica varreu o mundo. Ao mesmo tempo, o sistema internacional passa por grandes ajustes e períodos de transição. O desenvolvimento rápido da globalização económica⁷⁴, política⁷⁵ e cultural⁷⁶ fornece uma base sem precedentes para a evolução do sistema internacional (Scholte, 2005). Com o desenvolvimento da globalização e a chegada da era da informação, os países em desenvolvimento procuram estratégias e lançam políticas de forma a assegurar a adaptação à mudança. No campo académico, tal como referimos no capítulo 1, como as teorias tradicionais de RI por vezes não conseguem explicar todas as razões das mudanças do

⁷⁴ Conforme a teoria da globalização de Scholte (2005), a globalização económica é a mais amplamente discutida. Tradicionalmente, as atividades económicas têm sido realizadas em bases nacionais. As empresas geralmente captam recursos de fontes locais, contratam trabalhadores locais para produção e focam-se no mercado local. Mas, no processo de globalização, os limites dessa forma tradicional foram quebrados. Por exemplo, as fronteiras dos países foram quebradas pelas capacidades operacionais transnacionais das empresas, e surgiu a chamada tendência de “integração do mercado global” .

⁷⁵ A globalização política: tradicionalmente, as atividades políticas estão mais limitadas dentro do território nacional. No entanto, sob a influência da globalização, a política também passou por mudanças fundamentais. Por um lado, porque muitas empresas passam a transcender o seu próprio território, internacionalizando-se e, por isso mesmo, limitando bastante a capacidade de controlo por parte dos governos locais; por outro lado, a política internacional exige naturalmente a criação de plataformas internacionais que possam assumir maior responsabilidade nas atividades políticas. Por isso, as políticas dos países são frequentemente influenciadas e subordinadas às organizações internacionais (Scholte, 2005).

⁷⁶ Na globalização cultural, dominada pelos *media* ocidentais, o poder da cultura não pode ser ignorado. A absorção e resistência da cultura nacional ao Ocidente é também uma parte importante da globalização cultural (Scholte, 2005).

poderes, surgiram, como por exemplo, o construtivismo que analisa as RI no aspecto de sociedade em vez dos poderes materiais (Adler, 1999; Goldstein, Judith. Keohane, 1993; Suppo & Lessa, 2012; Wendt, 1994; Woolgar, 1983). Nos anos 90, o termo “*soft power*” captou a atenção dos políticos e acadêmicos, uma vez que o *soft power* fornece outra visão para explicar a competição entre os países no contexto de globalização: tem o fator da cultura em consideração nas relações internacionais e salienta o maior poder de atração quando comparado como *hard power*.

Durante este período, a China começou a reconhecer a importância da imagem nacional, e o tema do *soft power* foi gradualmente incorporado na agenda política da China. Dividimos este período em duas etapas com base na duração do mandato dos líderes chineses: i) 1989- 2002: formação da estratégia de *Going Out* sob a administração do presidente chinês Jiang Zemin; ii) 2002- 2012: formação da estratégia de construir o “Mundo Harmonioso” sob a liderança do presidente chinês Hu Jintao.

i) *Going Out*⁷⁷

A ideia *Going Out* foi referida no relatório do 15º Congresso Nacional do PCC em 1997 e confirmada por “estratégia *Going out*” na Quinta Sessão Plenária do 15º Comitê Central em 2000, sendo a continuidade da Reforma Económica da China. Alguns dos focos da estratégia de *Going Out* consistem em explorar a abertura do mercado internacional, utilizar recursos externos e compensar a falta de mercado doméstico e de recursos no processo de desenvolvimento económico da China (Bellabona & Spigarelli, 2007). Nesse sentido, alguns académicos (Y. Chen, 2012; Liying Yang, 2009) consideram que o surgimento do pensamento estratégico de *Going Out* remonta ao 14º Congresso Nacional do PCC em 1992, cujo relatório referiu: “explorar ativamente o mercado internacional, promover a diversificação do comércio exterior e desenvolver a exportação (...) expandir

⁷⁷ Também é conhecida por *Going Global*. Em chinês: 走出去战略 (*zǒu chūqù zhànlüè*).

ativamente o IE e as operações transnacionais das empresas chinesas (...) aproveitar os recursos estrangeiros e aprender as tecnologias avançadas estrangeiras”.

A estratégia de *Going Out* não serve apenas para impulsionar ativamente a economia, mas também para disseminar a cultura chinesa (CPC Research Center, 2003). Por um lado, os objetivos de comunicação cultural foram confirmados na agenda política do PCC. O relatório do XV Congresso Nacional do PCC enfatiza as ideias referidas por Jiang (1997): “a China devolve a comunicação e colaboração com outros países no campo dos negócios, ciências tecnologia, cultura, entre outros. Devemos realizar várias formas de intercâmbios culturais com os países estrangeiros, assimilar os pontos fortes das culturas estrangeiras, enquanto mostramos ao mundo as conquistas da construção cultural chinesa.” No mesmo ano, durante a visita de Jiang Zemin à Universidade de Harvard, Jiang sublinhou a importância da comunicação cultural nas relações sino-americanas. Jiang (2006, p. 58) salientou que “os conhecimentos das culturas ajudam a promover as nossas relações”. “Os EUA precisam de conhecer a China enquanto a China precisa de conhecer os EUA”, acrescentou.

Por outro lado, Durante a administração da terceira geração da liderança central encabeçada por Jiang Zemin, esclareceu-se o objetivo da diplomacia cultural da China: construir uma boa imagem internacional (Xie, 2017). Em 1999, Jiang Zemin apontou na Conferência Nacional do Trabalho Publicitário:

“Na nova situação, o papel do trabalho de comunicação externa fica mais importante. Devemos analisar a situação de forma a melhorar os nossos trabalhos da propaganda externa. Devemos formar um poder de propaganda que seja compatível com as vozes negativas sobre a China no palco internacional.”(Z. Jiang, 2006, p. 156)

Em suma, o governo chinês reparou no impacto de vozes negativas acerca da China e levou esse sinal em consideração. No entanto, ainda não tinha uma resposta sobre como melhorar a imagem nacional, para além de formar poder de propaganda.

ii) **Mundo Harmonioso**

Desde a 4ª geração de líderes do PCC chefiada por Hu Jintao⁷⁸, formar um bom ambiente externo tornou-se no objetivo principal e o princípio orientador da diplomacia geral da China (Yiwei Wang, 2008). Em 2005, surgiu a ideia política de “Mundo Harmonioso”, referida por Hu nas Nações Unidas. Esta é a primeira vez que o líder do PCC apresentou ao mundo ideias políticas derivadas da cultura tradicional chinesa. Os académicos chineses consideraram a ideia de “Mundo Harmonioso” o espelho dos pensamentos diplomáticos de uma China pacífica (Chen & Lee, 2011; Huang, 2016; Liu, 2007; Wang, 2008). A ideia de “Mundo Harmonioso” não só apenas a ideologia orientadora dos trabalhos culturais externos da China (Liu, 2007), mas também respondeu que tipo de imagem responsável referida por Jiang Zemin. O termo “mundo harmonioso” tornou-se uma nova palavra-chave para a diplomacia da China”.

Além da inovação da ideia diplomática na construção de um mundo harmonioso, a diplomacia cultural e o *soft power* ficam incorporados no panorama da estratégia *Going Out* durante esse período, respondendo à questão de como impulsar a cultura *Going Out*. Em 2002, realizou-se o XVI Congresso Nacional do PCC onde se declarou a determinação do governo chinês em desenvolver a diplomacia cultural⁷⁹ (CPC Research Center, 2011a). No ano seguinte, na Conferência Anual de Trabalho Publicitário, referiu-se a ideia de diversificar as formas de comunicação cultural externas e aplicar a estratégia de “*Going Out*” (Ibid. p.542). Até 2004, Hu Jintao salientou a importância do *soft power* e considerou-o o

⁷⁸ O 6º presidente da RPC, no poder no período 2003-2013.

⁷⁹ O relatório refere que: “realizamos uma extensa diplomacia civil⁷⁹, expandimos os intercâmbios culturais estrangeiros, melhoramos a amizade entre as pessoas e promovemos o desenvolvimento de relações internacionais (CPC Research Center, 2011a, p. 37).

caminho chave para concretizar o objetivo de “Ascensão Pacífica”⁸⁰, na X Reunião de Enviados Diplomáticos⁸¹. No mesmo ano, na reunião com os embaixadores de outros países, Hu apontou que:

“Na nova etapa da nova era, a China fortalece a diplomacia económica e a diplomacia cultural, promove a implementação da política Abertura Económica e *Going Out*, e realiza uma divulgação profunda de intercâmbios culturais estrangeiros.” (J. Hu, 2004)

Esta é a primeira vez que o líder do PCC referiu o conceito de *soft power* na agenda política e é a primeira vez que um líder chinês sugere uma proposta diplomática de “diplomacia cultural”, numa ocasião oficial. O discurso de Hu indicou não só a direção do desenvolvimento da diplomacia cultural da China, mas também mostra que, no processo de modernização e Abertura Económica, a construção cultural ganha a mesma importância que a construção económica e política⁸² (J. Sun, 2004).

O XVII Congresso Nacional do PCC confirmou que a cultura deve ser parte importante *soft power* e a necessidade de construir uma imagem de grande responsável⁸³. Após o 17º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, o mercado interno da China. Depois do XVII Congresso Nacional, o *soft power* tornou-se claramente uma parte importante na agenda política da China e que, durante a governação de Hu, o governo chinês

⁸⁰ A ideia de “Ascensão Pacífica” foi adaptada para “Desenvolvimento pacífico” .

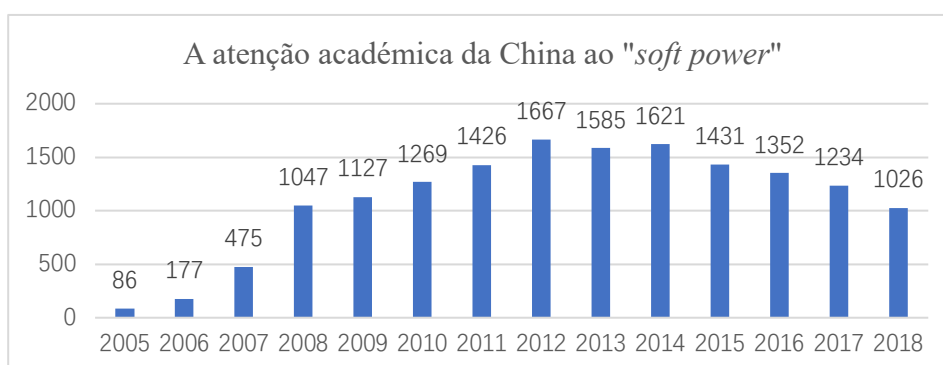
⁸¹ Em chinês: 驻外使节会议

⁸² O ministro do Ministério Cultural da China na altura, Sun Jiazheng (2004), explicou a essência da diplomacia cultural da China: “é a comunicação emocional com as pessoas do mundo (...), a diplomacia cultural consegue ganhar os apoios dos povos dos outros países, desempenando um papel na manutenção de um ambiente internacional pacífico e no desenvolvimento comum (...), a diplomacia cultural já é o terceiro pilar das relações diplomáticas da China, após o político e o económico” .

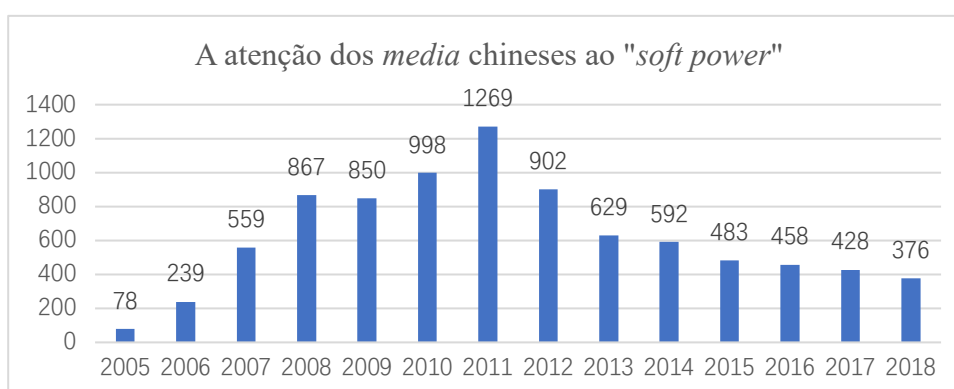
⁸³ “transformar a cultura como parte do *soft power* da China, de forma a proteger melhor os direitos e interesses culturais básicos do povo (...); é necessário reforçar ainda mais a diplomacia pública, orientar as opiniões públicas internacionais sobre o desenvolvimento verdadeiro da China e melhorar o conhecimento de outros países sobre situações, valores, políticas e cultura da China, visando estabelecer a imagem do grande país responsável.” (CPC Research Center, 2011b, p. 37).

deu uma importância crescente à construção do *soft power* nacional e da diplomacia cultural. Desde então, os acadêmicos e políticos chineses passam a estar ansiosos por estudar a diplomacia pública chinesa. E o termo “*soft power*”, como foi referido no capítulo 1, passa a ser palavra recorrente nos documentos oficiais da China, incorporada na formulação de políticas, desde o governo central aos governos locais. Os resultados da pesquisa mostraram uma tendência ascendente gradual do *soft power* no meio acadêmico da China.

Feita uma pesquisa da palavra-chave “*soft power*”, na CNKI, selecionamos o número de artigos acadêmicos publicados em chinês e os artigos publicados nos principais jornais e revistas chineses, desde 2005 a 2018. Os resultados são apresentados nos quadros seguintes:



Quadro 4- Número de artigos científicos com a palavra "soft power". Elaboração da autora



Quadro 5- Número de reportagens chinesas incluindo o termo "soft power". Elaboração da autora.

A coordenada vertical mostra o número de artigos publicados; a coordenada horizontal refere-se aos anos de 2005 a 2018. Observa-se que de 2005 a 2011, o número dos artigos publicados cresceu continuamente. Entre eles, observa-se que o número de artigos publicados sobre o “*soft power*” aumentou radicalmente tanto no meio acadêmicos como na imprensa. Podemos dizer então que, desde o XVII Congresso Nacional, o *soft power* tornou-se numa palavra importante nas agendas políticas, ao mesmo tempo que ganhava a atenção dos cidadãos. Pelo contrário, em comparação com a tendência crescente até 2011, nota-se um decréscimo do número de artigos que abordam o conceito de *soft power*, após de 2012, facto ainda mais acentuado se considerarmos o uso do termo pela imprensa chinesa. Desde que o atual presidente chinês Xi Jinping se tornou no líder da China, em 2012, houve um apelo claro à construção do sonho chinês e ao projeto BRI. As ideias de *soft power* de Hu passam a ser mais concretas na agenda política da China, ou seja, sob a liderança de Xi, definiram-se os passos mais concretos para aumentar o *soft power* da China, de forma a melhorar a imagem do país no palco internacional, surgindo assim, no discurso oficial, ideia como “contar bem a história chinesa”, “sonho chinês”, etc. Como a maioria das reportagens são censuradas e orientadas pelo PCC, a imprensa, sob a influência da nova diretriz do PCC, opta por reportar as políticas de eventos atuais. Este assunto será discutido no capítulo 4.

2.5.2 As práticas de diplomacia cultural

2.5.2.1 As políticas

O governo chinês, a partir do período de reforma e abertura, percebeu gradualmente a importância da cultura na construção da modernização da China. Assim sendo, lançou sucessivamente uma série de políticas, visando aumentar as capacidades da diplomacia cultural no palco internacional. As principais políticas e documentos oficiais estão listadas na tabela seguinte:

| Ano | Políticas/documentos oficiais lançados |
|------|--|
| 2003 | Opiniões sobre apoios e promoções do desenvolvimento das indústrias culturais |
| 2005 | Opiniões sobre o Reforço e Melhoria da Exportação de Produtos e Serviços Culturais |
| 2006 | O XI Plano Quinquenal |
| 2011 | O Plano de Cultura Chinesa <i>Going out</i> 2011-2015 |
| 2011 | O XII Plano Quinquenal |

Tabela 1- As políticas e documentos oficiais da DC durante 1988 a 2012.

O governo chinês reconheceu gradualmente a importância da cultura no desenvolvimento pacífico do país, por isso promoveu vigorosamente a construção cultural através da estratégia designada por “*Going Out*”. Em 1996, Li Tieying, o conselheiro de Estado, propôs a ideia de incorporar os intercâmbios culturais na diplomacia geral da China (Xin, 1997). Por conseguinte, o XV Congresso Nacional do PCC (1997) deu instruções importantes sobre intercâmbios culturais nos países estrangeiros. Desde então, os trabalhos da diplomacia cultural desenvolveram-se rapidamente. Segundo dados estatísticos, até 2004, o número de projetos de intercâmbio cultural aprovados pelo Ministério da Cultura da China chegou a 1.647, o que representa 16 vezes a média anual dos primeiros 17 anos da Revolução Cultural (Meng, 2005). Podemos dizer que, desde o fim da Revolução Cultural da China, a diplomacia cultural entrou num período de desenvolvimento gradual. E, desde 1997, viveu o tempo dourado, dado que foram sendo gradualmente reformuladas uma série de políticas. Por exemplo, as indústrias culturais ficaram incorporadas no âmbito da diplomacia cultural. Em 2003, o texto «Opiniões sobre apoios e promoções do desenvolvimento das indústrias culturais»⁸⁴, publicado pelo PCC, defendia que desenvolver a indústria cultural correspondia à requisição de comunicações culturais externas e à estratégia de “*Going Out*”, tendo como

⁸⁴ Em chinês: 《关于支持和促进文化产业发展的若干意见》 (Guānyú zhīchí hé cùjìn wénhuà chǎnyè fāzhǎn de ruògān yìjiàn)

resultado o desenvolvimento e a modernização social da China (CPC Research Center, 2011a, p. 542). No fim deste ano, Hu Jintao indicou, na Conferência Nacional do Trabalho Publicitário, que se devia promover o desenvolvimento das indústrias culturais, a fim de poder participar nas competições internacionais (Zhongyuan Shen, 2016). Ou seja, as palavras do líder do governo chinês refletem o objetivo de “*Going Out*”: além de difundir a cultura chinesa, também ambiciona ganhar competitividade no mercado internacional. Em 2005, a Secretaria do Comité Central do PCC e a Secretaria Geral do Conselho de Estado emitiram o «Opiniões sobre o Reforço e Melhoria da Exportação de Produtos e Serviços Culturais»⁸⁵, que instruiu uma série de requisitos, assinalando que a estratégia de “*Going Out*” da China se formou na dimensão cultural (Liu, 2007).

O XI Plano Quinquenal (2006-2010) indica que “explorar ativamente o mercado cultural internacional é promover a cultura chinesa no mundo” (*The National Development and Reform Commission of the People’s Republic of China*, n.d.). Além disso, formulou claramente as tarefas principais da comunicação cultural, durante o período do XI Plano Quinquenal:

“Expandir os canais de intercâmbio e comunicação cultural, (...). Inovar os meios e formas da comunicação cultural reticências aprender e absorver as excelentes realizações culturais dos países ao redor do mundo, (...). Aumentar a influência e competitividade dos produtos culturais chineses no mundo, (...). Promover ativamente a cultura chinesa no mundo, (...). Participar ativamente na formulação de regras internacionais relevantes(...). Melhorar a reputação positiva da China através de atividades

⁸⁵ Em chinês: 《关于进一步加强和改进文化产品和服务出口工作的意见》(Guānyú jìnyībù jiāqiáng hé gǎijìn wénhuà chǎnpǐn hé fúwù chūkǒu gōngzuò de yìjiàn)

culturais internacionais, (...). Salvar a diversidade da cultura mundial (...).” (Ibid.)

Reparamos que, desde 2006, os planos quinquenais da China começaram a incorporar o plano de desenvolvimento cultural. Isto é, além do plano quinquenal, o governo chinês elaborou um plano especial de cinco anos para o desenvolvimento cultural, sendo a primeira vez que, por decisão política, a China colocou a cultura na estratégia de desenvolvimento da China. Pode-se dizer que o primeiro plano quinquenal de desenvolvimento cultural definiu a orientação do desenvolvimento da diplomacia cultural, a partir dos três aspetos acima referidos, sendo que, desde então, a maioria das políticas do governo no campo das relações internacionais foram desenvolvidas em torno deste plano. O relatório do XVII Congresso Nacional do PCC (2007) declarou claramente os requisitos estratégicos de incrementar o *soft power* do país e referiu que a diplomacia cultural é um meio importante para atingir esse fim (CPC Research Center, 2011b).

Na VI Sessão Plenária do XVII Comité Central do PCC (2011), foi lançado o «Plano de Cultura Chinesa *Going out* 2011-2015»⁸⁶, que estabeleceu os objetivos principais durante esses cinco anos. O plano não pertence aos planos quinquenais do estado, mas foi publicado como um plano independente. Wu (2011) considera o plano como a primeira agenda dominante no âmbito de cultura. O plano, por um lado, confirmou o papel das empresas no desenvolvimento da cultura chinesa no exterior, sendo uma das forças importantes na expansão da influência internacional da China. Por outro lado, aumentou a proporção de produtos culturais em intercâmbios e propagandas culturais em países estrangeiros. Para atingir os objetivos, o plano presta atenção à construção de uma plataforma e de um mecanismo, por forma a facilitar os trabalhos culturais. Por exemplo, “contruir uma base nacional do comércio cultural externo e uma plataforma de informações; estabelecer um grupo de trabalho sobre o comércio cultural externo para coordenar as ações;

⁸⁶ Em chinês: 文化部关于促进文化产品和服务“走出去” 2011- 2015 总体规划 (Wénhuà bù guānyú cùjìn wénhuà chǎnpǐn hé fúwù” zǒu chūqù” 2011- 2015 zǒngtǐ guīhuà)

construir uma base de dados e fazer o enquadramento teórico para apoiar os trabalhos culturais externos (PRC, 2011). Em outubro do mesmo ano, o Comité Central aprovou o documento oficial «Decisões para Promover Grandes Questões no Desenvolvimento e a Grande Prosperidade da Cultura Socialista»⁸⁷, onde definiu, formalmente, a construção de imagens nacionais através da diplomacia cultural, sendo esta a prioridade nacional e internacional da China (CPC Central Committee, 2011).

Durante o período do XII Plano Quinquenal (2011-2015), o governo chinês propôs o *slogan* “construir uma forte cultura socialista e melhorar o *soft power* cultural”. Os trabalhos da diplomacia cultural continuaram a centrar-se em três géneros, no entanto, a partir de 2011, a diplomacia cultural enfatiza muitas vezes a “competitividade da cultura chinesa” nos documentos oficiais do governo. O referido Plano, por exemplo, propôs que, para além da promoção da cultura chinesa no mundo, se deveria também aumentar a competitividade internacional do *soft power* chinês, assim como promover as exportações culturais e incentivar a escala de exportações dos produtos culturais, sendo esta uma forma importante de introduzir a cultura chinesa no mundo. O XVIII Congresso Nacional do PCC, realizado em 2012 enfatizou a importância do *soft power* cultural e da competitividade cultural, apontando que:

“O *soft power* cultural e a competitividade são símbolos importantes da prosperidade de um país, (...). A promoção do investimento na cultura (...), a promoção da abertura do setor cultural (...), a construção e no desenvolvimento de sistemas de comunicação modernos e no melhoramento da capacidade de comunicação externa” (J. Hu, 2012)

⁸⁷ Em chinês: 《中共中央关于深化文化体制改革推动社会主义文化大发展大繁荣若干重大问题的决定》(Zhōnggòng zhōngyāng guānyú shēnhuà wénhuà tízhì gǎigé tuīdòng shèhuì zhǔyì wénhuà dà fāzhǎn dà fánróng ruògān zhòngdà wèntí de juédìng)

Naquele Congresso, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jieshi (2017), afirmou, pela primeira vez, que “a China tomará medidas sólidas para promover a diplomacia pública, bem como os intercâmbios de pessoas e culturais, protegendo assim os direitos e os interesses legítimos da China no exterior.” Isso mostra que o papel da diplomacia cultural foi reconhecido pelo estado chinês, sendo o seu valor e “*status quo*” reconhecidos aquando da definição de uma estratégia nacional.

2.5.2.2 Mecanismos, instrumentos e formas da diplomacia cultural

O prestígio internacional pode ser considerado como uma influência externa, isto é, pode influenciar, de certa forma, o comportamento de outros países em relação à China. Deste modo, reflete-se no *status* político, capacidade económica e diplomática de um país perante a comunidade internacional (Giffard & Rivenburgh, 2000; Manheim, 1994). Pode-se dizer que o prestígio internacional positivo é um recurso invisível do país, por forma a promover a sua diplomacia (Dinnie, K., et al., 2010; Fan, 2008). Portanto, no contexto da globalização, muitos países prestam atenção à construção de uma imagem positiva nacional, como forma de aumentar o prestígio na comunidade internacional. Após a década de 90, com a consolidação da política de Abertura Económica, o governo chinês percebeu a importância da diplomacia cultural na difusão de imagens positivas para o mundo. Por isso, novos mecanismos foram estabelecidos e melhorados sob orientação do governo central, principalmente em três aspetos: propaganda cultural, intercâmbio cultural e comércio cultural.

i) propaganda cultural

Cai Wu, o vice-ministro do Departamento de Propaganda do Comité Central do PCC⁸⁸, diretor da Secretaria da Propaganda do PCC⁸⁹ e da Secretaria da Informação do

⁸⁸ Em chinês: 中共中央宣传部 (Zhōnggòng zhōngyāng xuānchuán bù)

⁸⁹ Em chinês: 中共对外宣传办公室 (Zhōnggòng duìwài xuānchuán bàngōngshì)

Conselho de Estado⁹⁰, salientou que a propaganda da China, na realidade, é construir uma imagem responsável, no que diz respeito aos assuntos internacionais. Ele negou que a palavra “propaganda” fosse uma palavra política negativa (Cai, 2006). Em vez disso, Cai (Ibid.) acredita que

“a propaganda externa pode ajudar a fortalecer a comunicação, construir confiança, resolver dúvidas com a comunidade internacional, para eliminar suspeitas, desentendimentos, preconceitos e minimizar os impactos negativos nas relações internacionais.”

As palavras de Cai, por um lado, responderam a algumas suspeitas de outros países e esclareceram a estratégia de propaganda da China na nova era, incluindo a “propaganda dos meios de comunicação social, explanação das políticas, diálogos internacionais, e diplomacia cultural (Ibid.)”. Pode-se considerar que o discurso de Cai é uma forma de diplomacia cultural da China, refletindo a visão oficial do PCC sobre o assunto..

Por indicação do PCC, a Secretaria da Informação do Conselho de Estado foi estabelecida em 1991, assumindo funções executivas do Grupo Central de Propaganda Externa, que foi criado em 1988. Em 1993, o nome do Grupo Central de Propaganda Externa foi alterado para “Secretaria de propaganda”, que pertence agora ao Departamento de Propaganda do Comité Central do PCC (CPC Central Committee, 2013). Curiosamente, o setor de propaganda da China utiliza nomes diferentes. Por exemplo, para assuntos internos, costuma utilizar o nome de “Departamento de Propaganda do Comité Central do PCC”. Quanto aos assuntos externos, normalmente, utiliza a “Secretaria de Informação do Conselho de Estado” (He, 2018).

Em 1997, o Departamento de Propaganda do Comité Central do PCC comunicou a alteração da palavra “Propaganda” para “publicidade” (J. Hu, 2016). Pois a “propaganda”

⁹⁰ Em chinês: 国务院新闻办公室 (Guówùyuàn xīnwén bàngōngshì)

é percebida pelos acadêmicos chineses como ferramenta política e ideológica, e a “publicidade” tem o sentido de marketing em vez de lógica política, é mais aceitável para públicos-alvo. Esta alteração mostra a grande transformação na diplomacia pública da China: de “propaganda externa” para “introdução e interpretação da China”. A diplomacia pública da China fica, assim, cada vez mais próxima do conceito de diplomacia pública moderna. Por isso, a palavra “propaganda” do PCC começou a ter o sentido de “explicação e promoção”. Por muito tempo, o PCC fez corresponder comunicação cultural a “propaganda”. A partir de 2010, o PCC começou a dar mais importância à diversificação das formas de comunicação cultural por via da propaganda. Por exemplo, por meio de exposições, folhetos e filmes realizados em países estrangeiros, com a finalidade de promover o conhecimento da China no exterior.

Desde o século XX, o governo chinês promoveu vigorosamente a diplomacia pública, que elevou a um nível estratégico. Os líderes do PCC mencionaram muitas vezes que a diplomacia pública da China é o seu novo campo de trabalho diplomático. Por exemplo, Hu Jintao assinalou que a realização da diplomacia pública diz respeito diretamente à imagem da China, no novo contexto mundial, sendo também uma importante orientação para o trabalho diplomático (Beijing Foreign Studies University Public Diplomacy Research Center, 2012). Em 2004, o Ministério dos Negócios Estrangeiros criou o Setor da Diplomacia Pública⁹¹ no Departamento de Informação, que, em 2009, foi oficialmente nomeado Secretaria de Diplomacia Pública⁹², cuja responsabilidade inclui a explicação das políticas e decisões do governo ao público.

ii) Intercâmbios culturais

No que diz respeito a intercâmbios culturais da China, o Grupo Principal de Trabalho do Centro Cultural da China⁹³ foi criado pelo Ministério da Cultura, em 2004,

⁹¹ Em chinês: 公众外交处 (Gōngzhòng wàijiāo chù)

⁹² Em chinês: 公共外交办公室 (Gōnggòng wàijiāo bàngōngshì)

⁹³ Em chinês: 中国文化中心工作领导小组 (Zhōngguó wénhuà zhōngxīn gōngzuò lǐngdǎo xiǎozǔ)

assumindo os trabalhos de investigação e formulação de políticas relacionadas com os centros culturais da China no exterior. O Departamento de Negócios Estrangeiros do Ministério da Cultura formou a Secretaria do Grupo Principal de Trabalho do Centro Cultural da China como o setor executivo (J. Sun, 2003). Desde a década de 80, os Centros Culturais da China foram instituídos, sucessivamente, nos países estrangeiros, sendo a plataforma predominante da comunicação cultural e promoção da cultura chinesa. Esta iniciativa completa as formas de diplomacia pública da China, ao mesmo tempo que facilita os trabalhos da diplomacia cultural.

Em 2002, O Conselho de Estado da China substituiu o Grupo Nacional de Ensino Chinês como Língua Estrangeira⁹⁴, criado em 1987 pelo Hanban⁹⁵, abreviatura do Departamento da Promoção Internacional da Língua Chinesa⁹⁶, para coordenar os trabalhos do Instituto Confúcio. Em 2006, a primeira Conferência Internacional do Instituto Confúcio foi realizada na Tailândia. No ano seguinte, o Hanban, responsável pela orientação e gestão dos Institutos Confúcio em todo o mundo estabeleceu a Sede do Instituto Confúcio em Pequim. No fim de 2007, a primeira reunião do conselho aprovou o Regulamento do Instituto Confúcio. Esta é a primeira vez que o governo chinês cria uma legislação para formalizar as plataformas de comunicação culturais da China.

iii) Comércio cultural

Relativamente ao comércio internacional de cultura chinesa, em 2004, no Departamento de Negócios Estrangeiros do Ministério da Cultura da China, foi fundada a Divisão da Economia Cultural Internacional⁹⁷, com vista a coordenar o comércio cultural com os países estrangeiros. Conforme as indicações dos planos quinquenais, o Ministério da

⁹⁴ Em chinês: 国家对外汉语教学领导小组 (Guójiā duìwài hànyǔ jiàoxué lǐngdǎo xiǎozǔ)

⁹⁵ Em chinês: 汉办 (Hanban)

⁹⁶ Em chinês: 国家汉语国际推广领导小组办公室 (Guójiā hànyǔ guójì tuīguǎng lǐngdǎo xiǎozǔ bànɡōnɡshì)

⁹⁷ Em chinês: 国际文化经济处 (Guójì wénhuà jīnɡjì chù)

Cultura da China publicou sucessivamente uma série de regulamentos para apoiar as instituições privadas e as empresas culturais a competir no mercado cultural internacional. Em 2006, foi publicado o livro chamado «O Relatório de Desenvolvimento das Culturas Internacionais», apresentando as políticas culturais e produtos culturais de alguns países do mundo. No mesmo ano, o Conselho do Estado aprovou o regulamento de «Diversas políticas de incentivo e apoio à exportação de produtos e serviços culturais»⁹⁸ concebido pelo Ministério da Cultura da China. Sob a orientação destas políticas, o comércio cultural estrangeiro da China desenvolveu-se rapidamente: os produtos e projetos culturais da China começaram a entrar no mercado internacional e, através das plataformas internacionais, promoveu-se a comunicação e os intercâmbios culturais.

2.6 Síntese geral

O presente capítulo apresenta uma perspetiva diacrónica do desenvolvimento da diplomacia cultural da China, desde 1949 até 2012 (veja o quadro 6 abaixo), baseado no enquadramento teórico elaborado no capítulo 1, visando prestar os conhecimentos gerais para compreender melhor o surgimento do BRI e das políticas culturais externas. Por outro lado, através da interpretação das relações internacionais entre a China e os outros países, através do construtivismo, conseguimos entender melhor as razões, formas e efeitos nas relações internacionais da política externa cultural da China nos diferentes períodos. Isso também nos ajuda a analisar melhor a relação sino-portuguesa na política do BRI numa perspetiva cultural.

Mesmo que a designação “diplomacia cultural” tenha aparecido na agenda política chinesa apenas em 2004, as políticas externas chinesas já tinham incorporado essas

⁹⁸ Em chinês: 《关于鼓励和支持文化产品和服务出口若干政策》(Guānyú gǔlì hé zhīchí wénhuà chānpǐn hé fúwù chūkǒu ruògān zhèngcè)

dinâmicas dentro da sua diplomacia, logo depois da fundação da China. Categorizámos o período entre 1949 e 2012 em quatro fases:

No ano da fundação da China, em 1949, devido ao contexto internacional da Guerra Fria e aos bloqueios hostis dos países ocidentais liderados pelos EUA, com objetivo de fortalecer o novo regime no cenário internacional, o governo chinês optou pelo lado liderado pela União Soviética, através de uma política diplomática “Unilateral”. No entanto, estas relações acabaram numa rutura sino-soviética no fim da década de 50. Quer nas lutas contra a União soviética, quer na posição contra os países liderados pelos EUA, o fator ideológico, como uma “mão invisível”, influenciou a formulação e implementação das políticas diplomáticas no início da fundação da RPC. No interior da China, existiam disputas territoriais. Portanto, categoriza-se a primeira fase desde 1949 a 1966 por época da cultura hobbesiana. Sob a cultura hobbesina, a diplomacia cultural da China servia como instrumento para estabelecer relações diplomáticas com outros países, de forma a conseguir o reconhecimento e apoio da comunidade internacional para o novo regime. Surgiu assim o termo “diplomacia do povo”, predominante nas atividades externas, a fim de mostrar a nova China ao mundo. A diplomacia cultural, ou seja, a diplomacia do povo, durante este período, era realizada pelos atores oficiais, semi-oficiais e não-governamentais. No entanto, a maioria das atividades culturais foram supervisionadas pelo governo chinês. Devido à categorização dos países pelo governo chinês, o PCC tomou medidas diferentes para realizar a diplomacia do povo. No que diz respeito aos países recém-independentes, a fim de ganhar boa fama e apoios de países terceiros, a diplomacia cultural da China apresentou-se principalmente sob um programa de assistência internacional. Já para os países capitalistas, o melhor exemplo é a diplomacia de *Ping Pong*, como aconteceu com a restauração das relações bilaterais sino-americanas. Para os países socialistas, como a China na altura seguiu o caminho liderado pela União Soviética, a diplomacia do povo realizou-se por meios de intercâmbios de estudantes com a finalidade de obter os recursos necessários à construção da nova China.

A segunda fase é o período da Revolução Cultural (1966-1976). Ao nível internacional, as relações sino-soviéticas tinham-se deteriorado, ao mesmo tempo que se restaurou a relação diplomática com os EUA. A política externa da China durante esta época é “Uma linha, um campo”, sendo uma política para unir todos os poderes internacionais contra a União Soviética. No domínio nacional, o culto da personalidade de Mao, no final, provocou a Revolução Cultural na China. Por isso, os conflitos ideológicos tornaram-se mais radicais tanto no contexto internacional, como no contexto doméstico. De um modo geral, a diplomacia cultural era um instrumento de propaganda ideológica. A propaganda do pensamento de Mao Zedong tornaram-se na tarefa central da diplomacia cultural. Durante esta época a diplomacia cultural da China não se desenvolveu e até enfrentou censura política. No entanto, após a ONU ter reconhecido a China em 1971, o número de atividades de diplomacia cultural intergovernamentais aumentou.

Os dez anos a seguir à Revolução Cultural (1966- 1976) constituem um período conhecido por “época da recuperação”, gerado a partir do balanço e da reflexão, ao mais alto nível, acerca dos erros que tinham ocorrido durante a Revolução Cultural. O novo governo, liderado por Deng Xiaoping, propõe agora a política de Abertura Económica, a fim de levar a China a conseguir o ritmo de desenvolvimento já em curso noutros países. Após a política de Abertura Económica, o governo chinês optou por “paz e desenvolvimento” como lema principal, em vez de “guerra e revolução”. Os interesses da segurança e as lutas ideológicas gradualmente cederam perante os interesses económicos do desenvolvimento. Desta forma, os interesses económicos tornaram-se no conteúdo central da estratégia política da China: o objetivo principal da diplomacia cultural era a cooperação e implementação da política de Abertura Económica. Durante esta época, a diplomacia cultural da China concentrou-se na propaganda dos resultados da Abertura Económica, formando a estrutura organizacional da propaganda. Além disso, sob o impulso do *Going Out*, o governo chinês começou a difundir as culturas chinesas no mundo exterior, através de centros culturais. As formas da diplomacia cultural neste período começaram a florescer e a tornar-se mais abrangentes.

Após a Guerra Fria, o mundo entrou na onda da globalização. O novo contexto forneceu um ambiente pacífico para o desenvolvimento da China. Durante esta época, a diplomacia cultural recebeu uma atenção sem precedentes. Por exemplo, os trabalhos culturais estrangeiros da China ficaram registados no documento oficial do PCC, em 2003. Também o presidente chinês, Jiang Zemin, elevou os trabalhos culturais estrangeiros ao nível da segurança nacional. No ano seguinte, o líder chinês Hu Jintao utilizou o termo “diplomacia cultural” numa proposta diplomática da agenda política, apresentando os intercâmbios culturais externos como foco estratégico da diplomacia cultural. O objetivo da diplomacia cultural da China contemporânea passou a ser mostrar uma boa imagem nacional da China ao mundo, enquanto aumentava o seu *soft power*, visando criar opiniões públicas internacionais favoráveis e servir o desenvolvimento do país. Os trabalhos da diplomacia cultural foram escritos nos Planos Quinquenais da China, e podem ser categorizados em três aspetos: comunicação cultura, intercâmbio cultural e comércio cultural.

| | 1949-1966 | 1966-1976 | 1977-1988 | 1989-2012 |
|-------------------------------|--|---|---|--|
| Tipo de Cultura | Hobbesiana | De Hobbesiana à lockeana | Lockeana | kantiana |
| Contexto internacional | Guerra Fria; O bloqueio da hostilidade nos países ocidentais liderados pelos Estados Unidos; conflitos de territórios | Relações sino-soviéticas deterioraram-se. Restauração diplomática com os EUA | O declínio da União Soviética, a ascensão dos Estados Unidos | fim da Guerra Fria, Globalização, Multipolarização mundial, vozes negativas sobre a China |
| Contexto nacional | Novo regime; China desarrumada; atraso de economia, política e cultura | Revolução Cultural e oculto de personalidade | Abertura Económica, "Paz e Desenvolvimento" | A diplomacia cultural fica enquadrado na estratégia nacional. Going out, segurança cultural e soft power |
| Política diretriz | Políticas de Unilateral | "Uma linha, Um campo" | Abertura Económica e independência | Going out. Mundo harmonioso; a diplomacia cultural ficou incorporada no sistema de plano quinquenal |
| Objetivos da DC | Estabelecer as relações diplomáticas com os países socialistas; buscar os reconhecimentos e apoios da comunidade internacional para o novo regime da China | os trabalhos de diplomacia cultural são consideradas "uma grande mistura de capital e cultura" e "um canal perigoso para envenenar o espírito das pessoas". | Cultura serve a economia; mostrar os resultados da Abertura Económica à comunidade internacional | Construção de um ambiente favoráveis e servir ao desenvolvimento do país, construção da imagem nacional |
| Conteúdo da DC | Envio de delegações culturais; os acordos de cooperação cultural intergovernamental assinado entre a China e os países estrangeiros. | Ideologia política e pensamentos de Mao Zedong | A diplomacia cultural se concentra nos países desenvolvidos. resultados economicos da modernização e Abertura Económica | Difundir as culturas tradicionais da China em três categorias: comunicações culturais, intercâmbios culturais e comercios culturais. |
| Mecanismos | forma geral de três níveis | - | Dar importancia a setor privado | Diversos |
| instrumentos da DC | Administração Geral de Informações (AGI) | a Associação do Povo Chinês para a Amizade com Países Estrangeiros (APCAPE) | fundação do Grupo Central de Propaganda Externa e Departamento Central de Propaganda (DCP)- instituição de trabalhos de propaganda | a Secretaria de Informação do Conselho de Estado |
| | Comitê de Atividades Internacionais (CAI) | | O primeiro Centro Cultural da China | o Setor de Diplomacia Pública |
| | APCCCEPE | | Participações civis nos trabalhos de diplomacia cultural, formam o sistema não governamentais da Diplmacia Cultural -Associação Chinesa para Contato Amigável Internacional;Associação Cultural Internacional da China; | Grupo Principal de Trabalho do Centro Cultural da China |
| | completou sua implantação diplomática estratégica | | Hanban; a Divisão da Economia Cultural Internacional | |
| Formas | Com os países socialistas | propaganda radical | aproveitar as palafornas | "comunicação" cultural |
| | Com os países recém-independentes | diplomacia de ping pang | Incentivação dos trabalhos culturais: filmes, teatros, obras literárias... | intercambios culturais: instituto confucio; acordos inter-governamentais; celebração do ano novo chinês no exterior, centro cultural da China |
| | Com os países capitalistas | com os países desenvolvidos | geminção de cidades | comercios cultural;construir marcas chinesas reconhecidas;projetos de cooperação as empresas criativas da china com as exteriores |
| | | | as formas de propaganda "going out" e "introduzir" | eventos internacionais |
| | | os conteúdos de acordos assinados ficaram florescidos: educação, ciência e tecnologia | apoio externo | |
| Resultado | A China ganharam os apoios das comunidades dos países em desenvolvimentos, retomando o lugar nas Nações Unidas. | Quase parou; interrupção de modo geral | A diplomacia cultural como o pioneiro e intermediario da relação economica internacional; | Diplomacia cultural diversificada e gradualmente melhorar a imagem internacional da China. o foco da propaganda externa da China mudou de ênfase nas estratégias para construção de um sistema de diplomacia público |

Quadro 6- Resumo do desenvolvimento da diplomacia cultural da China: 1949-2012. Elaboração da autora.

Capítulo 3: Iniciativa “Uma Faixa Uma Rota”- a estratégia da era da diplomacia de grande poder responsável

“Culture is a country and nation’s soul and states the ambition of building stronger cultural confidence and helping socialist culture to flourish.”

-----Xi Jinping (2017), no XIX Congresso Nacional da China

“Friendship, which derives from close contact between the people, holds the key to sound state-to-state relations.”

-----Xi Jinping (2019), na abertura de Conferência da BRI

3.1 Introdução

No dia 7 de setembro de 2013, o presidente Xi Jinping da República Popular da China, propôs “construir *The Silk Road Economic Belt*” durante a sua visita ao Cazaquistão. Logo a seguir, no dia 3 de outubro do mesmo ano, o presidente Xi discursou no parlamento da Indonésia, sugerindo “construir conjunto *the 21st-Century Maritime Silk Road*”. Estas duas ideias tornaram-se logo parte da política da China na nova era, e ficaram a ser conhecidas por “Nova Rota da Seda” (em inglês: *Belt and Road Initiative*, abreviado “BRI”). Tanto a proposta da BRI bem como as ideias de Xi sobre a diplomacia cultural da China, tais como “sonho chinês”, “diplomacia *people-to-people*”, entre outros, não só apenas a continuação da implementação da política “*Going Out*” no palco internacional, mas também trouxe inovação que mostra um posicionamento da China muito mais ‘afirmativo’ na sua inserção global. A realização do XVIII Congresso Nacional, realizado em 2012, reflete a conexão entre a visão de Hu e a de Xi, no âmbito da diplomacia. Isso porque, em primeiro lugar, nesse mesmo congresso, a diplomacia chinesa foi reformulada: assistiu-se à

transformação de uma diplomacia passiva numa diplomacia dinâmica. Na realidade, este congresso dá continuidade à ideia de Hu, que referia o *soft power* como um dos poderes abrangentes da China, simbolizando o surgimento da nova era da sua diplomacia cultural, - a “era da diplomacia de grande poder responsável”⁹⁹, sob a liderança da quinta geração de líderes, a geração de Xi (Feng, 2018; Wu, 2016; Z. Zheng, 2018). O surgimento do conceito de diplomacia dinâmica do XVIII Congresso Nacional abriu a porta para a proposta da BRI no ano seguinte. Ou seja, o governo chinês colocou a diplomacia na sua estratégia global, iniciando assim um novo período a fase da estratégia global da BRI - designada por Xi Jinping, no XIX Congresso Nacional, por “Nova Era da China” (Hu, 2019). A grande finalidade da BRI, como estratégia nacional da China, seria a construção de “um país de grande poder responsável”¹⁰⁰.

Um dos cinco conteúdos da BRI, e a sua base social, é o “entendimento entre os povos”. No entanto, conforme a revisão de literatura da BRI que foi realizada na introdução da tese, existe uma carência de análise desta vertente, nomeadamente nas literaturas académicas ocidentais. Portanto, é chinês a maior parte do suporte académico mencionado ao longo deste capítulo. O presente capítulo tem por base uma análise qualitativa de uma série de discursos dos líderes do governo chinês e de documentos oficiais, visando explorar a natureza e o alcance da então nova iniciativa da China- a BRI, dando particular ênfase às perspectivas da diplomacia cultural e do *soft power*.

A primeira parte apresenta o panorama geral da política da BRI, os seus conteúdos bem como o contexto nacional e internacional da nova era da China. A segunda parte enfatiza as políticas públicas relacionadas com a diplomacia cultural, através de uma análise dos discursos de Xi e dos documentos oficiais do governo chinês. Pretendemos assim conhecer as ideias diplomáticas da China no período da BRI. Adicionalmente, pretendemos saber de que forma uma determinada ideologia diplomática pode influenciar a diplomacia cultural,

⁹⁹ Em chinês: 负责任的大国外交时代 (Fù zérèn de dàguó wàijiāo shídài)

¹⁰⁰ Em chinês: 负责任的大国 (Fù zérèn de dàguó)

enquanto identificamos as políticas associadas diretamente ou indiretamente ao enquadramento da “ligação entre os povos” da BRI. A última parte consiste na análise de documentos assinados e das políticas lançadas pelo PCC, onde procuramos as formas e os mecanismos da diplomacia cultural na nova era da China. Por fim, pretendemos construir o enquadramento da diplomacia cultural chinesa ao abrigo da BRI, por forma a desenvolver o nosso estudo de caso sobre as relações sino-portuguesas.

3.2 A BRI- a estratégia global da China na cultura hobbesiana

3.2.1 O surgimento da BRI

No dia 7 de setembro de 2013, o presidente da República Popular da China, Xi Jinping, propôs a ideia de “construir a Faixa da Rota da Seda”¹⁰¹, durante a sua visita ao Cazaquistão. Logo a seguir, a 3 de outubro do mesmo ano, Xi fez um discurso intitulado «*Towards A Closer ASEAN-China Community of Shared Future*»¹⁰², no parlamento da Indonésia, sugerindo “construir em conjunto a Rota da Seda do Século XXI”¹⁰³. Estas duas ideias tornaram-se de imediato parte da política nacional da China, e ficaram a ser conhecidas por “Iniciativa de Uma Faixa e Uma Rota”¹⁰⁴ (BRI), anunciada em dezembro de 2013 por Xi Jinping na Conferência Central de Trabalho Económico¹⁰⁵. Logo no início de

¹⁰¹ Em chinês: 丝绸之路经济带 (Sīchóu zhī lù jīngjì dài)

¹⁰² Em chinês: «携手建设中国—东盟命运共同体» (Xiéshǒu jiànshè zhōngguó-dōngméng mìngyùn mīngyùn gòngtóngtǐ)

¹⁰³ Em chinês: 21世纪海上丝绸之路 (21 Shìjì hǎishàng sīchóu zhī lù)

¹⁰⁴ Em 2015, A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Comércio e outros departamentos normalizaram a tradução para o inglês por “*the Silk and Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*” (abreviatura em inglês por “*the Belt and Road*” (BRI), também pode utilizar o “*The Belt and Road Initiative*” . https://www.yidaiyilu.gov.cn/info/iList.jsp?tm_id=540 Aqui nós optamos pela tradução em português: “Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota” e a sigla “BRI” .

¹⁰⁵ É a conferência de trabalho económico ao mais alto nível da China, cujo objetivo é promover o desenvolvimento económico nos próximos anos.

2014, a ideia da BRI surgiu no Relatório sobre os Trabalhos do Governo¹⁰⁶. O XIX Congresso Nacional do PCC (2017) aprovou a «Resolução da Constituição do Partido Comunista da China (Emenda)», onde enquadrou a construção da BRI, que fica assim definida como uma estratégia de alto nível.

É óbvio que o nome da BRI advém da antiga Rota da Seda (114 a.C – 127 b.C), uma rota de intercâmbio comercial e de comunicação política e cultural, ligando a Ásia, à Europa e a África. A antiga Rota da Seda, que tem um lugar proeminente na história da China, marcou uma nova era de intercâmbio cultural e comercial entre o Oriente e o Ocidente. A BRI assume-se como herdeira do espírito da Rota da Seda em termos de economia, política e cultura, ao mesmo tempo que se adapta às atuais exigências, criando novas oportunidades para o desenvolvimento e favorecendo uma nova imagem do país no palco internacional (Lin, 2018; T. Sun & Xu, 2015; Xia, 2015; Z. Zheng, 2018).

A BRI é considerada frequentemente como uma extensão da ideia subjacente à estratégia *Going Out* na nova era (Casarini, 2017; B. Y. X. Chen & Mardeusz, 2015; Cuiping, 2016; Romanov & Romanova, 2015; Yoshihara, 2018; J. Zeng, 2017). Com a globalização, as relações entre os países não são isoladas (Ghasemi, n.d.) e é este mesmo contexto que

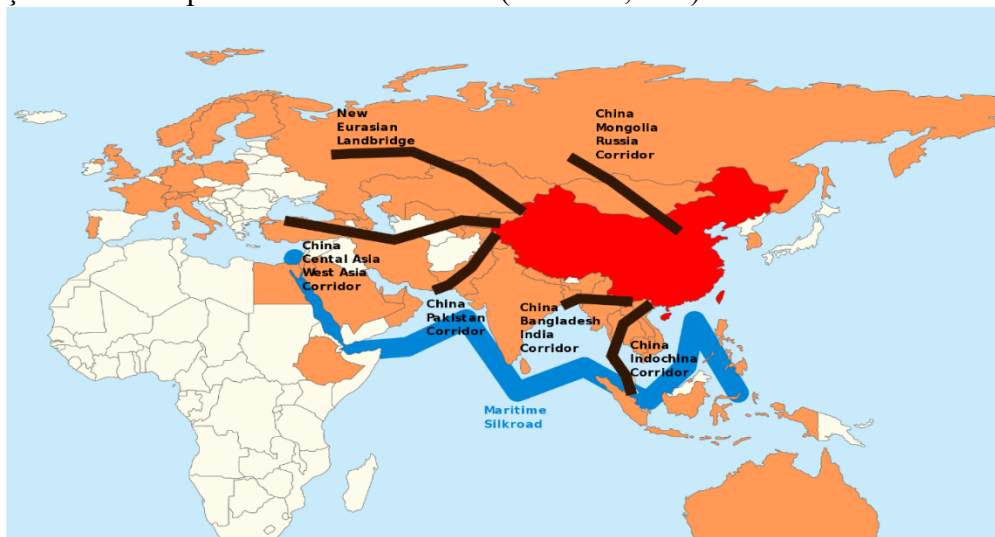


Figura 4- Mapa BRI. Fonte: <https://www.peoplesreview.com.np/2017/09/06/belt-road-initiative-for-collective-partnership-and-development/>, acedido em 25/08/2019

¹⁰⁶ Em chinês: «政府工作报告» (Zhèngfǔ gōngzuò bàogào)

permite à China ampliar grandemente a sua estratégia de abertura económica e reposicionar-se no plano mundial. Apesar de orientada para o desenvolvimento e afirmação da China, a BRI assume como objetivo trazer benefícios a todos os países participantes, como se de uma estratégia “*win-win*” se tratasse: é o que pressupõe o conceito de “Comunidade de destino compartilhado da humanidade”¹⁰⁷, a explorar na segunda parte deste capítulo. No plano geográfico, a BRI foca a sua implementação no âmbito mais alargado que liga a China aos outros países, redesenhando o mapa como a “Ásia Central”. Observado o mapa, a BRI inclui cinco direções compostas por seis corredores¹⁰⁸ e portos:

A. Três direções na faixa continental

- a) Do noroeste da China, nordeste da Ásia, Rússia até à Europa e o mar Báltico;
- b) Do noroeste da China através da Ásia Central, oeste da Ásia até o Golfo Pérsico e o Mediterrâneo;
- c) Do sudoeste da China passando pela península da Indochina até ao Oceano Índico.

B. Duas direções na faixa marítima

- a) Dos portos da China passa pelo Mar da China Meridional e estende-se para a Europa através do Estreito de Malaca até o Oceano Índico;
- b) Dos portos da China passa pelo Mar da China Meridional e estende-se para o Pacífico Sul.

¹⁰⁷ Em chinês: 人类命运共同体 (Rénlèi mìngyùn gòngtóngtǐ). A tradução literal em português seria a “a Comunidade de Destino Compartilhado da Humanidade” .

¹⁰⁸ Seis grandes corredores de cooperação económica internacional: Nova Ponte Continental Ásia-Europa, China-Mongólia-Rússia, China-Ásia Central-Oeste da Ásia, Península China-Indochina, China-Paquistão, Corredor Económico China-Paquistão, Bangladesh-China-Índia-Mianmar. https://www.yidaiyilu.gov.cn/info/iList.jsp?tm_id=540

3.2.2 Os contextos do surgimento da BRI

3.2.2.1 Contexto nacional

A China tornou-se num dos países mais poderosos no mundo (Kato, 2019). Do ponto de vista económico, de acordo com as estatísticas do Banco Mundial, o PIB da China atingiu 6,1 triliões de USD dólares em 2010, superando o Japão e tornando-se na segunda maior economia do mundo (World Bank, 2011b, 2011a). Os resultados positivos do desenvolvimento da China levam o governo chinês a ter mais confiança. A política de “*tao guang yanghui*”¹⁰⁹ (*low-profile foreign policy*) de Deng Xiaoping já não servia para o desenvolvimento da China na nova era (Esteban, 2017; Wang, 2016; Yan, 2014). Por outro lado, a estratégia de abertura enfrentava enormes desafios. Isso porque a implementação da estratégia de *Going Out* com o foco na fabricação e exportação de produtos baratos. Com o aumento dos custos de mão-de-obra, os produtos e as indústrias com mão-de-obra intensiva não são mais competitivos estão gradualmente se reunindo nos países vizinhos. A China precisa de uma nova estratégia para estimular sua economia lenta (Du, 2016; Xiao, 2014; J. Zhou, 2014). Isso requer uma compreensão e *layout* atualizados do atual padrão de abertura da China e a construção de um sistema económico sustentável.

Em segundo lugar, há a considerar os vários problemas surgidos durante o crescimento rápido da economia. Por exemplo, uma grande parte dos bens produzidos não eram vendidos de imediato, por isso, tinham de ficar em *stock*. Contudo, sendo bens não perecíveis, podiam ser vendidos em anos seguintes. Outro dos problemas tinha que ver com a falta de infraestruturas nos países menos desenvolvidos, que atrasava a colocação dos produtos chineses naqueles mercados. A China, vendo a oportunidade, aproveitou as suas reservas de capitais para financiar a construção dessas infraestruturas; desta forma ajudou um país amigo, melhorou as infraestruturas comerciais no país recetor para tornar mais competitivas as exportações chinesas e ainda pôde obter dividendos do investimento

¹⁰⁹ Significa: aguarde o tempo certo e desenvolva-se.

realizado. (Bhoothalingam, 2016; Callaghan & Hubbard, 2017; CICIR, 2015; P. Ferdinand, 2016; X. Jin et al., 2016; Kejin, 2015; E. Y. J. Lee, 2015; Pitlo, 2016; Overholt, 2016). A estratégia da BRI consiste com base nas zonas costeiras da China ao exterior e abrir o mercado internacional a ocidente, com vista ao aproveitamento da capacidade excedentária de produção industrial da China doméstica.

A BRI pretende ainda contribuir para atenuar os desequilíbrios de desenvolvimento entre a costa e o interior (Callaghan & Hubbard, 2017; Casarini, n.d.; Jianren, 2016; Summers & Summers, 2017; Welch, 2017; J. Zeng, 2017). Embora desde 2000, os apoios ao desenvolvimento económico resultem na redução da lacuna entre as regiões através das estratégias de “Desenvolvimento da China Oeste”¹¹⁰ e “Ascensão da China Central”¹¹¹ que tinham sido formulado sucessivamente para as regiões central e oeste, as diferenças regionais ainda são grandes devido à infraestrutura incompleta, atratividade limitada para o recursos humanos, custos altos de transporte e logística (Abraham & Van Houve, 2005; Estrada et al., 2018; Napoli, 2014; Shahriar, 2019; F.-P. Van Der Putten et al., 2016; J. Wu & He, 2018). Propõe-se atualmente a estratégia da BRI, ou seja, expandir os mercados interno e externo através da abertura da fronteira interior, de forma a promover o desenvolvimento económico mais razoável, e em última instância, coordenar o desenvolvimento equilibrado das regiões e reduzir o fosso entre ricos e pobres.

3.2.2.2 Contexto internacional

As mudanças dramáticas no padrão económico global tornaram-se num desafio para a China. Em primeiro lugar, a ascensão da China beneficiou-se da sua integração ao comércio multilateral internacional desde a Reforma Económica, ou seja, o desenvolvimento vigoroso do comércio exterior promoveu o rápido desenvolvimento da economia chinesa

¹¹⁰ A Estratégia de Desenvolvimento da China Oeste é uma política adotada para a China Ocidental, que visa reduzir a lacuna de desenvolvimento económico entre as regiões oriental e ocidental da China.

¹¹¹ O Plano de Ascensão da China Central é a política adotada em 2004, com objetivo de acelerar o desenvolvimento de suas regiões centrais da China.

(Ameer, Xu, & Alotaish, 2017). Na verdade, antes da crise financeira de 2008, o crescimento rápido da economia global dependia do aprofundamento da globalização, pode-se dizer que foi o comércio que impulsionou o crescimento sustentável nesta fase. Após a crise financeira, a tendência de avanço da cooperação económica internacional foi fortalecida. A expansão dos mercados externos para estimular a demanda externa e fortalecer a cooperação económica mutuamente benéfica tornaram-se medidas buscadas por os países. A China precisa de aprofunda a sua abertura e cooperação por meio de plataformas de governança regional ou global (Cooley, 2015; Kratz, 2015; Xiao, 2014; Yeh & Wharton, 2017). Em segundo lugar, desde a crise financeira, a China tornou-se na segunda maior economia do mundo. De 1990 a 2013, a taxa de crescimento do comércio global e do IDE de mais de 60 países ao longo do mapa da BRI atingiram respetivamente 13,1% e 16,5%, correspondendo a 5,3% e 6,8% acima da média global (CICIR, 2015). O aprofundamento da integração com o exterior leva a flutuações nas economias externas e as mudanças nas regras económicas internacionais, que terão um grande impacto na China, o que leva a China a buscar uma ordem económica internacional que seja favorável ao seu próprio desenvolvimento. Isso significa que a China, com o pilar da economia importante no cenário internacional, não pode ignorar as influências económicas nos outros países (Cooley & Xi, 2015; Günther & Gudrun, 2015; Hurley, Morris, & Portelance, 2019; Kratz, 2015; Yeh & Wharton, 2017). Portanto, como um país responsável, a China deve participar ativamente nos assuntos globais. Isso levou a China a buscar novas oportunidades de cooperação com esses países. Em quarto lugar, uma das principais vantagens do IE (investimento estrangeiro) da China reside nas suas enormes reservas em moeda estrangeira¹¹². A enorme reserva de moeda estrangeira pode não apenas fornecer capital inicial considerável para investimentos no exterior, mas também pode preservar a valorização cambial por incentivar as empresas chinesas *Going Out*. Por

¹¹² No final de 2013, as reservas cambiais da China eram de 3,88 trilhões de dólares americanos, em comparação com 1,20 trilhão de dólares do Japão durante o mesmo período, enquanto os EUA e a Alemanha tinham apenas cerca de 40 bilhões de dólares americanos. Os dados vêm de: <http://m.safe.gov.cn/safe/2014/0127/5840.html>, acessado em 08/10/2019.

outro lado, a construção de infraestrutura pode ajudar a China a melhorar o *status* do RMB a nível internacional, ou seja, a alcançar o *status* de moeda de reserva internacional (Ito, 2017; Kwon, 2015; L. Wei, 2017).

No que diz respeito à política e à questão da segurança, alguns académicos apontam que a diplomacia agressiva dos EUA levou a um padrão regional na Ásia: os países asiáticos dependem dos EUA e da Rússia para assegurar a segurança e manter a cooperação com a China para procurar novas oportunidades de desenvolvimento económico (D. Cohen, 2014; J. Huang, 2014; Y. Qi, 2015; Xi, 2015; Luhui Yang, 2014). Os EUA tentam reconstruir novas regras de comércio global, de modo a marginalizar a China. Portanto, a “Estratégia de Retorno à Ásia-Pacífico” dos EUA de certo modo impulsionou a China a lançar a BRI. Efetivamente, a China precisa de desenvolver novas estratégias diplomáticas para criar um ambiente circundante propício ao seu desenvolvimento.

3.2.3 Os conteúdos da BRI

Para a China, a BRI não é apenas uma estratégia internacional da nova era, é também uma plataforma de cooperação internacional (Xi, 2018). A BRI visa procurar possibilidades de cooperação com outros países de forma a realizar o seu objetivo de construir uma “Comunidade de destino compartilhando da humanidade”. Conforme o documento oficial programático para a realização da BRI- *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road* (Visão e Ação), publicado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério do Comércio, a estratégia da BRI tem cinco vertentes:

i). Coordenação das políticas: promover a cooperação intergovernamental, construir um mecanismo de comunicação e intercâmbio intergovernamental em vários níveis, expandir os interesses comuns, aumentar a confiança política mútua e chegar a um novo consenso de cooperação. O fortalecimento da comunicação política é uma garantia importante para

a construção da BRI. (the National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, Commerce of the People's Republic of China, & with State Council authorization, 2015).

ii). Conectividade das infraestruturas: a interconexão de infraestruturas é uma área prioritária para a BRI (Ibid.)

iii). Comércio sem restrições: a cooperação em investimentos e comércio é o conteúdo principal da construção da BRI (Ibid.)

iv). Integração financeira: Os apoios financeiros são o suporte para a realização da BRI (Ibid.). A BRI adere à empresa como o corpo principal e a operação orientada para o mercado. As empresas participam na construção da Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota, mas sob a premissa de cumprir as regras internacionais e cumprir as leis e regulamentos do país onde a empresa está localizada e do país onde o projeto está localizado. A maioria dos projetos da BRI são projetos comerciais. Conforme a Visão e Ação, os fundos financiados surgem das seguintes formas:

- As instituições tradicionais de investimentos (ex. ABC¹¹³, BOC¹¹⁴)
- As instituições financeiras orientadas pelas políticas (ex. CDB¹¹⁵, CHEXIM¹¹⁶)
- Bancos comerciais;
- Fundos de investimento (ex. *The Silk Road Fund*, CIC¹¹⁷)

v. Instituições financeiras emergentes de desenvolvimento multilateral (ex. AIIB¹¹⁸, NDB¹¹⁹)

vi. Agência de seguros de crédito à exportação (Sinosure)

¹¹³ Agricultural Bank of China

¹¹⁴ Bank of China

¹¹⁵ China Development Bank

¹¹⁶ Export-Import Bank

¹¹⁷ China Investment Corporation

¹¹⁸ Asian Infrastructure Investment Bank

¹¹⁹ New Development Bank

v). Entendimento entre os povos (*people-to-people bonds*): Os laços entre povos fornecem apoio público para a implementação da BRI. Através do apoio público para o aprofundamento da cooperação bilateral e multilateral, espera-se promover intercâmbios culturais e acadêmicos, cooperação na comunicação social, intercâmbio de jovens e serviço de voluntariado. (the National Development and Reform Commission et al., 2015). Entre estes cinco aspetos, o entendimento entre os povos é o fundamento social da construção da BRI (State Information Center, 2018).

Conforme estas cinco vertentes principais, a estratégia BRI está a alimentar a conectividade das infraestruturas, comércio, investimento, finanças e cultura entre a China e outros países. Com essa finalidade, a diplomacia chinesa nos últimos anos tem construído uma enorme rede global de parcerias. A construção da BRI é idêntico ao princípio de “alcançar crescimento compartilhado por meio de discussão e colaboração”¹²⁰ (National Development and Reform Commission of the People’s Republic of China , 2015). Em 2016, os princípios da BRI foram escritos nas resoluções da ONU. Pode-se dizer que as ideias da BRI correspondem à requisição do desenvolvimento da globalização da China, e por outro lado, refletem o reconhecimento dos princípios da China pela comunidade internacional. Em 2017, o relatório do XIX Congresso Nacional do PCC apresenta a era da política nacional básica de abertura ao mundo exterior e integra os cinco conteúdos da BRI na política nacional da China de abertura ao mundo exterior.

O surgimento da estratégia da BRI, por um lado, orienta a formulação de políticas públicas de desenvolvimento da China nos próximos anos e, por outro, representa o estabelecimento da teoria diplomática liderada pela nova geração do PCC, com Xi Jinping. Para Swaine (2016), a BRI constitui uma parte importante da atual e futura abordagem da política externa de longo prazo da China.

¹²⁰ Também é conhecido por *Three Shared principles* (Sapio, 2019).

3.3 A diplomacia cultural no contexto da BRI sob o “entendimento entre os povos”:

Conforme a Visão e Ação, o “entendimento entre os povos” inclui especificamente oito aspetos a seguir:

- comunicação/ intercâmbios culturais e académicos, comunicação/ intercâmbios/ cooperações entre pessoas, média, jovens e serviços de voluntariado;
- intercâmbio de alunos e realização de cooperações universitárias, realização de eventos culturais e proteção do património;
- cooperação no turismo e no desporto;
- cooperação na área de saúde;
- cooperação na ciência e tecnologia;
- cooperação no emprego de jovens e na formação de talentos;
- cooperação e comunicação entre partidos e parlamentos, cooperação entre cidades;
- cooperação e comunicação entre organizações não governamentais...

Através do entendimento entre os povos, a BRI visa ganhar suporte público não só na sua implementação e construção, mas também no “aprofundamento da cooperação bilateral e multilateral” (ibid.). Conforme a definição da diplomacia cultural: como tipo de diplomacia pública e *soft power* que inclui comunicação de ideias, informação, arte e outros aspetos da cultura entre diferentes países e povos, a fim de promover o entendimento mútuo. E o objetivo da diplomacia cultural é que o povo de países estrangeiros desenvolvam compreensão das ideias de forma construir o amplo apoio para objetivos económicos e políticos (Maack, 2001; Waller, 2009). Por isso, o objetivo de “entendimento entre os povos” da BRI na realidade é a capacidade de moldar preferências de influenciar no “âmbito político” de *soft power* de Nye, ou seja, o entendimento entre os povos, de certo modo, não é apenas a forma concreta ou a política externa para realizar *soft power* da China, mas também é a estratégia de diplomacia cultural na época de Xi. Por isso, a diplomacia cultural é elevada

ao nível da construção nacional do *soft power* e enquadrado no novo tipo de relações internacionais no novo contexto da BRI.

Quando Xi Jinping chegou ao poder, em 2013, durante a vigência do 12.º Plano Quinquenal (2011-2015), desenvolveu as políticas de Hu Jintao. Neste período, o governo preocupou-se em implementar o *nation branding* e promover projetos culturais conhecidos, entre os quais os estabelecimentos do Instituto Confúcio, que é o melhor exemplo. Na realidade, ao assumir o cargo da presidência da RPC, Xi deu importância à construção da imagem da China por meio da diplomacia cultural, na 12ª reunião periódica da Associação de Aprendizagem Coletiva do Bureau Político¹²¹, com o objetivo de promover o seu *soft power* (Lu, 2007). A realização desta reunião demonstra a nova geração de liderança da China, que continua a atribuir importância à diplomacia cultural. Nesta reunião, Xi salientou a necessidade de melhorar a imagem nacional da China, citado em Huang (2014):

“A China deve ser retratada como um país civilizado, com rica história e diversidade cultural, e como uma potência oriental com bom governo, economia desenvolvida, prosperidade cultural, unidade nacional e belas montanhas e rios (...) e como um país responsável que defende a paz e o desenvolvimento, salvaguarda a justiça internacional e faz contribuições para a humanidade, e como um país socialista aberto, amigável, promissor e vibrante.”

Para alcançar essas imagens referidas, Xi apela à publicidade dos valores chineses modernos, ou valores do socialismo chinês, bem como a disseminação das culturas chinesas, através da combinação da cultura tradicional chinesa com a cultura moderna. Na realidade,

¹²¹ A reunião periódica da Associação de Aprendizagem Coletiva do Bureau Político é a iniciativa da quarta geração de líderes chineses, organizada por Hu Jintao, logo após ter assumido a presidência em 2002. Normalmente, o PCC convida os especialistas e estudiosos da China para discutir um tema, os participantes incluem membros do Politburo. Geralmente, essas reuniões são realizadas uma vez por mês.

após a Sexta Sessão Plenária (2012), sob a liderança de Xi, o governo chinês já deu mostras de buscar uma política cultural acomodatória e pragmática. Xi enfatiza que a política cultural da China deve manter os interesses nacionais de “manter bem alto a bandeira da paz, desenvolvimento, cooperação e benefício mútuo” (Xinhua Net, 2012). Uma resolução adotada no 18º Congresso do Partido Comunista da China em novembro de 2012 foi enfática sobre a defesa da herança cultural da China, argumentando que “o *soft power* cultural do país deve ser melhorado significativamente para o entendimento mútuo” (Xinhua Net, 2012). Com o lançamento da estratégia da BRI, o *soft power* é escrito na agenda política diplomática do governo chinês na forma de “entendimento entre os povos”. O discurso de Xi mostra ser depositário das opiniões políticas de ex-líderes do PCC e, por outro lado, reflete a importância de se construir a imagem da China nos trabalhos da diplomacia cultural.

Portanto, sob o enquadramento da BRI, o “entendimento entre os povos” é a política externa de *soft power*. Por um lado, este entendimento é fonte de implementação da política externa da BRI na nova era de Xi com o objetivo de promover o nível de aceitação da BRI pelo público-alvo e aumentar o seu *soft power*; por outro lado, é a diplomacia cultural a fim de construir boa imagem nacional, ou seja, é a resposta de como “contar bem as histórias da China”. De um modo geral, enfrentando a necessidade de aumentar o *soft power* da China, os objetos de diplomacia cultural no contexto da BRI podem resumir-se aos seguintes aspectos:

i) no âmbito nacional, Xi propôs a ideia de “contar bem as histórias da China”, visando aumentar o *soft power* e construir imagens positivas do país no cenário internacional;

ii) no âmbito internacional, Xi refere sucessivamente a ideia da diplomacia baseada no conceito de *people-to-people* e da construção de uma “comunidade de destino compartilhado da humanidade”, de forma a ganhar a confiança dos povos de outros países, garantindo assim a realização da BRI.

3.3.1 “Contar bem a história da China”

Já em 2012, foi enfatizada a ideia de “realizar os intercâmbios culturais com os países estrangeiros, fazer amigos, ampliar a boa vontade, contar a história da China e espalhar a voz da China¹²²” no XVIII Congresso Nacional onde definiu a liderança do PCC com o Xi Jinping como líder. Em 2013, na terceira Sessão Plenária do XVIII Comitê Central do PCC, referiu-se a necessidade de fortalecer a capacidade de comunicação internacional e construir um discurso consistente junto de países estrangeiros. No ano seguinte, Xi apontou no 12.º estudo coletivo do 18.º Bureau Político Central que “devemos trabalhar para aumentar a voz da China no cenário internacional, visando contar bem a história da China, espalhar a voz chinesa e explicar bem as características chinesas” (Bureau Político Central, 2017). No entanto, o que são “ histórias da China”?

Em 2012, o relatório do XVIII Congresso Nacional indica que “para realizar o grande renascimento da nação chinesa, precisamos de promover o desenvolvimento da cultura socialista.” Dois anos depois, Xi publicou o artigo intitulado por Contar Bem As Histórias da China no Diário de Povo onde esclareceu a sua ideia de “cultura socialista”:

“a China deve ser retratada como um país civilizado com uma longa história, unidade nacional e diversidade cultural (...) devemos apresentar a cultura chinesa e valores modernos ao mundo, aumentando o *soft power* cultural da China. (...) a China deve-se tornar uma potência asiática com um bom governo, uma economia desenvolvida, uma cultura próspera, unidade nacional e belas montanhas e rios “(Xi, 2014).

No mesmo ano, Xi destacou o Fórum de Literatura e Arte que:

¹²² Curiosamente, desde o XVIII Congresso Nacional do PCC, a forma oficial de “comunicação/ intercâmbios culturais” mudou para “comunicação de humanidade e cultura” , por ordem do PCC.

“a comunidade internacional está prestando cada vez mais atenção à China e quer conhecer a China (...); por isso, não basta conhecer a China através da imprensa formal ou das apresentações oficiais; também não é prático que convidemos os amigos estrangeiros a virem à China. A literatura e a arte são a melhor maneira de comunicar e podem desempenhar um papel insubstituível (...), podem dar aos estrangeiros uma perspectiva única sobre o entendimento da China e pode atrair e impressionar as pessoas(...). Os trabalhadores da literatura e arte devem contar bem a história chinesa, espalhar a voz chinesa, para que os estrangeiros possam aprofundar e melhorar a sua compreensão da China (...)”(Xi, 2015, pp. 16–17)

Por isso, “contar bem as histórias da China” de certo modo é difundir a cultura chinesa pelo mundo. Antes da era de Xi, tal como abordámos no capítulo I, a cultura chinesa é sempre considerada a mais importante fonte de *soft power* da China pelos académicos chineses (Cho & Jeong, 2008; d’Hooghe, 2010; Wang & Lu, 2008; Yanzhong & Ding, 2006), especialmente na era de Hu Jintao quando o *soft power* foi elevado pela primeira vez na agenda política da China. Conforme Potter (2008), o sucesso de *nation branding* pode ser determinado pela qualidade da projeção da mensagem. E Nye (2013) também salienta a ideia de “*international affairs has become a matter of ‘whose story wins’*”. No contexto da BRI, conforme os discursos de Xi, parece que a cultura chinesa continua a ser relevante como elemento dispensável de *soft power* da China, no entanto, foca-se mais na questão de “como” espalhar a cultura chinesa no mundo, ou seja, como transmitir as mensagens de *soft power* da cultura chinesas na prática. O melhor exemplo é o “entendimento entre os povos” como o fundamento da implementação da política diretriz BRI na era de Xi. Sob apelo a BRI, em 2014, no Simpósio “Promover a Cultura Chinesa no Exterior”, o diretor do Departamento de Publicidade do PCC, Liu Qibao referiu que promover a cultura chinesa nos países

estrangeiros deverá ser um dos objetivos principais da agenda política. No mesmo ano, o presidente Xi, durante o XIX estudo coletivo do Bureau Político do Comité Central do PCC¹²³, enfatizou a importância de melhorar o *soft power* cultural nacional. Conforme Xi:

“no processo de aprimoramento, vários pontos precisam ser focados: fazer um grande esforço para mostrar o poder encantador da cultura chinesa; enfatizar a construção da imagem nacional da China; manter o poder do discurso internacional (...) nos trabalhos de diplomacia cultural, os nossos governos precisam de aumentar a consciência e a capacidade de comunicação cultural junto de países estrangeiros” (China Institutes of Contemporary International Relations, 2015).

E o relatório de trabalho do governo de 2015 declarou que é necessário “expandir os intercâmbios culturais e fortalecer a capacidade de comunicação internacional”. Adicionalmente, na Conferência do Secretário das Autoridades Nacionais da Cultura Organizada pelo Ministério da Cultura da China, referiu-se o objetivo de diplomacia cultural que é

“até o final do 13º Plano Quinquenal, devemos considerar o nível cultural de *opening-up* como o foco para promover a cultura chinesa no mundo. Devemos tentar criar um padrão de intercâmbio cultural completo, multicanal, multinível e abrangente em relação a Hong Kong, Macau e Taiwan e à sociedade internacional” (Xinhua, 2015).

A ideia de “contar bem as histórias da China” é um processo de construção e reconstrução da narrativa estratégica (Jora, 2013). Em termos do papel da cultura na

¹²³ Em chinês: 中共中央政治局第十九次集体学习 (Zhōnggòng zhōngyāng zhèngzhì jú dì shíjiǔ cì jítǐ xuéxí)

formulação das políticas e de slogans¹²⁴ da China, de referir, ainda, que os nomes das políticas lançadas nos últimos anos, tais como “Uma Faixa Uma Rota”, “entendimentos entre os povos”, “Sonhos Chineses” e os princípios da diplomacia de Xi- “Amizade, sinceridade, benefício mútuo e inclusão”¹²⁵-, contêm a conotação cultural chinesa por trás da política por meio de narrativas culturais, de forma a se tornar mais aceitável para o público-alvo. Por exemplo, a estratégia da BRI contém o espírito da antiga Rota da Seda deste a dinastia Han e ativa a essência de cultura chinesa harmoniosa na nova circunstância histórica (Yi, 2015); O “entendimento entre os povos” baseia-se no pensamento orientado para povo¹²⁶ do filósofo chinês Mengzi; a ideia de ascensão pacífica é contada por realizar os “sonhos chineses”¹²⁷ na era da BRI; a política básica da diplomacia periférica “amizade, sinceridade, benefício mútuo e inclusão” é a declaração vívida da adesão da China ao caminho do desenvolvimento pacífico sob a nova situação e contém o pensamento filósofo de “procurar um terreno comum enquanto reserva as diferenças” da China antiga.

Na implementação da BRI, o Estado chinês promove o “entendimento entre os povos”, baseado na compreensão cultural e integração cultural. Para Xi (2017c), a promoção do entendimento entre diferentes povos ajuda a eliminar as preocupações das pessoas de vários países sobre a ameaça da China e, ao mesmo tempo, aumenta a autoconfiança cultural dos chineses quando comunicam com o mundo exterior. Por outro lado, a cultura representa

¹²⁴ Na China, os slogans são relevantes na medida em que se destinam quase sempre a comunicar e transmitir as visões de um líder do país.

¹²⁵ Em chinês: 亲、诚、惠、容 (Qīn, chéng, huì, róng). Em 24 de outubro de 2013, por Xi Jinping enfatizou-o no simpósio sobre diplomacia vizinha que a política básica da diplomacia vizinha da China.

¹²⁶ Mêncio diz: Para um estado, o povo é mais importante. O estado vem em segundo lugar. A régua é o menos importante. Em chinês: 民为贵 社稷次之 君为轻 (mínwéiguì shèjìcìzhī jūnwéiqīng).

¹²⁷ Na verdade, Xi (2014) referiu pela primeira vez que “realizar o grande renascimento da nação chinesa é o maior sonho da nação, nos tempos modernos” e intitulou este sonho por “Sonho Chinês”, que é o sonho de “construir para o mundo”, na medida em que tem o objetivo de construir a paz e o desenvolvimento mundial. A proposta de Xi ajuda a explicar a proposta da sua BRI, que ligou o desenvolvimento da China ao dos outros países. Portanto, o Sonho Chinês é, na nova era, uma reinterpretação de “construir um país responsável”, de Hu Jintao.

o poder abrangente da China, que precisa de assentar num *design* estratégico. Assim, o instrumento de cultura foi elevado ao patamar mais elevado na agenda política da China na época de Xi. Pode-se dizer que, no processo de desenvolvimento pacífico da China, o renascimento da cultura chinesa é um dos objetivos finais. Atualmente, as comunicações culturais entre a China e os países estrangeiros assentam numa “via de intercâmbio humanista com características distintas, que se tornou parte importante da diplomacia da grande potência chinesa na nova era, tendo feito importantes contribuições para a promoção da abertura da China e da implementação da estratégia externa global” (PCC, 2021). Para o governo chinês, “contar bem a história da China” pode promover o entendimento sobre povos de diferentes países. Portanto, “contar bem a história chinesa” é a nova prática das ideias diplomáticas da China, também é a nova forma de expressar o *soft power* da China no contexto da BRI.

3.3.2 A Comunidade de Destino Compartilhado da Humanidade¹²⁸

Conforme três dimensões de *soft power* de Nye: políticas externas, cultura e valor político, no contexto da BRI, “contar bem as histórias da China” é a “cultura”, o “entendimento entre os povos” da política BRI representa a política externa, e a “comunidade de destino compartilhada da humanidade” corresponde ao valor político de *soft power* de Nye, também é a imagem nacional- construir o grande país responsável no novo contexto da BRI. Na realidade, a ideia de construir de uma comunidade de interesse comum já foi referida na Visão e Ação:

“The Belt and Road Initiative is a way for win-win cooperation that promotes common development and prosperity and

¹²⁸ Em chinês: 人类命运共同体 (.Rénlèi mìngyùn gòngtóngtǐ). A tradução literal em português seria “comunidade de destino compartilhado da humanidade” .

a road toward peace and friendship by enhancing mutual understanding and trust, and strengthening all-around exchanges. The Chinese government advocates peace and cooperation, openness and inclusiveness, mutual learning and mutual benefit. It promotes practical cooperation in all fields, and works to build a community of shared interests, destiny and responsibility featuring mutual political trust, economic integration and cultural inclusiveness.” (National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, 2015)

No mesmo ano do lançamento do documento Visão e Ação, Xi Jinping propôs na 70ª Assembleia Geral da ONU, “A Comunidade de Destino Compartilhado da Humanidade” sobre a questão da governação global. Em 2017, no XIX Congresso Nacional do PCC, Xi Jinping apresentou o relatório de atividade do governo onde referiu que

“Promovendo a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade, o sonho do povo chinês está intimamente ligado aos sonhos dos povos de outros países; o sonho chinês pode ser realizado apenas num ambiente internacional pacífico e sob uma ordem internacional estável. Devemos ter em mente os nossos imperativos internos e internacionais, permanecer no caminho do desenvolvimento pacífico e continuar a buscar uma estratégia mutuamente benéfica de abertura. Defenderemos a justiça enquanto perseguimos interesses comuns e promoveremos novas ideias sobre segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável (...). A China continuará os seus esforços para salvaguardar a paz mundial, contribuir para o desenvolvimento global e defender a ordem internacional (...)”

Esta é a primeira vez que a ideia de construir a “Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade” de Xi foi oficialmente proposta pelo PCC. Na verdade, este conceito é a continuação do “amizade, sinceridade, benefício mútuo e inclusão”, que foi referido em 2013. Em 2018, o ministro de Relações Exteriores da China destacou que o objetivo da diplomacia chinesa é promover o novo género de RI, isto é, construir uma “comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade” e “contar as histórias da China” para públicos estrangeiros (Xinhua, 2018). Ao mesmo tempo, a reivindicação diplomática de “comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade” é considerada oficialmente como o valor político no contexto da BRI e foi escrita na introdução da constituição da China. Por outro lado, conforme as citações referidas, a ideia é também uma condição necessária para o estabelecimento de uma diplomacia de grande país, com características chinesas¹²⁹, uma vez seu conceito diplomático periférico que a ideia de construir uma comunidade comum conduz aos interesses da humanidade.

Em termos de inovação, Xi propôs uma série de ideias relevantes para a diplomacia, como, por exemplo, no XVIII Congresso Nacional, onde se referiu à construção de “um novo tipo de relações internacionais, (...) de uma comunidade de destino humano” e apontou a necessidade de “aderir ao conceito correto de justiça e benefício, promover a construção da BRI e o conceito diplomático periférico, etc.” Conforme o discurso do académico chinês Zhang Weiwei na Universidade de Fudan em 2018, desde o XVIII Congresso Nacional, formou-se gradualmente o sistema de diplomacia de grande país que exige à China suportar mais responsabilidade internacional. Zhang (2018) argumenta que a prática da diplomacia da China na era da BRI tem oito características: i) diplomacia de grande país; ii) diplomacia periférica; iii) diplomacia de país em desenvolvimento; iv) diplomacia de organização internacional multilateral; v) contar bem as histórias da China;

¹²⁹ Na Conferência Central do Trabalho sobre Relações Exteriores, realizada no final de 2014, Xi Jinping afirmou que “a China precisa de uma diplomacia de um grande país, com suas próprias características” .

vi) proteger os interesses ultramarinos; vii) participar ativamente na governança global; viii) a estratégia da BRI. Estas ideias não são apenas a transcendência do pensamento diplomático tradicional chinês, mas também a transcendência da teoria tradicional das relações internacionais para a nova era. As ideias sobre a diplomacia de Xi Jinping são enquadradas pelo PCC no âmbito da “diplomacia de grande país”¹³⁰ com características chinesas.

O termo “diplomacia de grande país” foi referido no livro *Great Power Diplomacy*, de Norman (1992), onde o autor considera o poder de um país (económico, militar, social, entre outros), como o indicador mais importante para definir um “grande país”. Walz (1993) interpreta os poderes como sendo compostos por fatores que têm influência internacional, tais como, recursos, poder económico, poder político, nível de competição, etc. Se definimos um “grande país” pela influência, conforme as ideias de Nye (2004), os indicadores de Walz podem ser resumidos em duas partes: *hard power* e *soft power*. Podemos dizer então que a “diplomacia de grande país” é a diplomacia dos países que possuem um grau elevado de influência. Como discutimos no capítulo anterior, antes de Xi, a ideologia orientadora da política externa da China sempre foi o “tao guang yang hui” (*low-profile foreign policy*) (Esteban, 2017; Wang, 2016; Yan, 2014), e no contexto da BRI, quer seja o “contar a história da China” com objetivo divulgar a *soft power* da China, quer seja a “construção da comunidade de destino compartilhado da humanidade” que pretende construir uma imagem de um grande país responsável, sob a liderança de Xi, a ideia sobre a diplomacia da China evoluiu de “tao guang yang hui” para “fen fa you wei” (*striving for achievement*) (D. Chen, 2014; Sørensen, 2015; Yan, 2014), isto é, a China ajusta o seu posicionamento no cenário internacional e participa ativamente da governança internacional, como a implementação da estratégia ambiciosa da BRI, de forma aumentar a influência no palco internacional e assumir mais responsabilidade nos assuntos internacionais.

¹³⁰ Em chinês: 大国外交,(Dàguó wàijiāo). Em inglês: *Major Country Diplomacy*

A diplomacia de um grande país com características chinesas levou a que, desde 2013, sob a orientação da política da BRI, a China tivesse construído ativamente uma rede global de parcerias com outros países: “foca-se nos países periféricos e nos países grandes, especialmente nos países em desenvolvimento e países com os quais já mantém relações multilaterais” (Jiechi Yang, 2017, p. 11). Ou seja, a China dedicou-se a construir uma parceria abrangente e a desenvolver ativamente relações amigáveis com países de todo o mundo, em nome da construção da “Comunidade de destino compartilhado da humanidade”.

Em primeiro lugar, a China procurou estabelecer “novos modelos de relações internacionais”¹³¹. O ministro das Relações Exteriores, Wang Yi (2015), defendeu que o novo modelo de relações internacionais consiste em substituir as lutas por cooperações e o monopólio por “win-win”. Por isso, “cooperações” e “win-win” são dois elementos indispensáveis para o novo modelo de relações internacionais. O novo modelo de relações internacionais é a continuação, mas também uma inovação, dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, o “Mundo Harmonioso” e outros conceitos diplomáticos existentes na China.

Em segundo lugar, a China dedica-se a construir uma rede de parcerias globais, que significa estabelecer parcerias estratégicas com outros países do mundo. O PCC categoriza as relações internacionais com outros países por níveis diferentes:

| Categorias | Relações Bilaterais | Países |
|----------------------------|-----------------------------------|--|
| Relação de parceria | Parceria | Uzbequistão, Singapura, Hungria, Jamaica... |
| | Parceria cooperativa compreensiva | Croácia, Nepal, Sri Lanka, Congo... |
| | Parceria estratégica | Afganistão, Argentina, Angola, Alemanha, Coreia do Sul, Canadá, Mongólia, Índia... |

¹³¹ O “novo modelo de relações internacionais” é o termo referido por Xi, desde 2013, centrado na “cooperação e win-win”, para salvaguardar a paz mundial e promover o desenvolvimento comum.

| | | |
|---------------|--|--|
| | Parceria estratégica abrangente | Brasil, Portugal, Dinamarca, Paquistão, Itália, Espanha, Itália, Grécia... |
| Outros | Novo modelo de relação de grande poder | EUA |
| | Relação estratégica de benefício mútuo | Japão |
| | Relação cooperativa | Filipinas, Coreia do Norte, Tadjiquistão, Quirguistão |

Tabela 2- Elaboração própria, com base em informação do site da Agência de Notícias Xinhua, do Ministério das Relações Exteriores.

A palavra “compreensiva” refere-se aos campos da cooperação, enquanto “estratégia” simboliza os níveis de cooperação. A parceria geral é mais uma declaração diplomática, o que significa que as relações bilaterais se desenvolvem numa direção amigável e sustentável no futuro. Por isso, em termos de “relação de parceria”, os níveis de prioridade da parceria são: parceria < parceria cooperativa compreensiva < parceria estratégica < Parceria estratégica compreensiva.

Sob orientação da BRI, a China estabeleceu novas parcerias estratégicas com vários países, expandindo assim o espaço diplomático da China. Nota-se, no mapa seguinte, que todos os países participantes da BRI têm relações bilaterais estratégicas com a China. Em 2015, o Fundo da Rota da Seda foi oficialmente lançado pela China, com um investimento total de US \$ 40 bilhões. Até ao início de 2019, os investimentos do AIIB e do Fundo da Rota da Seda ultrapassaram os US \$ 11 bilhões. Em 2017, no I Fórum da Rota da Seda para a Cooperação Internacional, a China assinou 40 documentos bilaterais com os países participantes e planeou estabelecer 16 plataformas com as organizações e governos de outros países.¹³² Em termos da diplomacia cultural, a realização do Fórum incentivou as organizações não-governamentais a lançar conjuntamente o “Plano de entendimento entre

¹³² Os dados vêm de: http://www.xinhuanet.com//world/2017-05/16/c_1120976848.htm, acessado em 12/05/2019.

os povos”, a construir uma rede de cooperação de organizações não-governamentais ao longo da Rota da Seda e a construir projetos de cooperação de *think-tank* internacional.

3.3.3 As práticas da diplomacia cultural no contexto da BRI

3.3.3.1 As políticas lançadas associadas ao “entendimento entre os povos”

Tal como referimos antes, o “entendimento entre os povos” como a base da política diretriz da estratégia da BRI é uma das formas concretas para realizar os “sonhos chineses” e construir uma imagem de grande país responsável. Isso é refletido frequentemente não só apenas no discurso político chinês, mas também referido nas políticas públicas lançadas pelo governo chinês. Na realidade, tal como referimos no capítulo anterior, a atitude do governo chinês sobre a diplomacia cultural já mudou durante a liderança de Hu Jintao, quando o termo de *soft power* foi elevado na agenda política da China, assim como outros termos relacionados, por exemplo “*people-to-people*”¹³³ aparece mais frequentemente do que “comunicação cultural”, dado que o PCC fez substituir a “diplomacia cultural” pela diplomacia “*people-to-people*” (Dou & Zhou, 2015). Tal situação continuou no contexto da BRI e a diplomacia “*people-to-people*” é interpretada pelo governo chinês como uma das formas indispensáveis de promover o “entendimento entre os povos” da BRI (Ministry of Culture of PRC, 2017). Xi apontou que “o governo chinês deve promover o entendimento entre os povos, espalhar o espírito da Rota da Seda, promover intercâmbios mútuos e atribuir importância à cooperação *people-to-people*”¹³⁴. É importante salientar também que nos discursos de Xi, a comunicação *people-to-people* é o outro nome da diplomacia cultural, no contexto da BRI, uma vez que visa promover o entendimento entre povos de países

¹³³ Durante a liderança de Hu Jintao, a China estabeleceu um mecanismo de comunicação cultural de alto nível com os EUA - o “*U.S.-China Consultation on People-to-People Exchange (CPE)*”, visando facilitar as comunicações culturais entre os dois países.

¹³⁴ Fonte: <http://theory.people.com.cn/n1/2018/0104/c416126-29746008.html>, acessado em 19/06/2019.

diferentes. Xi Jinping assinalou que os intercâmbios e a cooperação *people-to-people* também é uma parte importante da construção da BRI. Portanto, é necessário analisar quais são as características da diplomacia cultural no novo contexto da BRI. Para responder a esta questão formulada, utilizamos uma metodologia de análise documental, e estudamos os documentos oficiais e políticas lançadas desde 2013 até 2019 na Base de Dados de *One Belt, One Road*¹³⁵ e no Conselho de Estado da RPC¹³⁶, com palavras-chave em chinês: “*min xin xiang tong*” (“entendimento entre os povos”) ou “*minjian waijiao*” (“diplomacia *people-to-people*”) ou “*minjian jiaoliu*” (“comunicação *people-to-people*”) que está relacionada com a diplomacia cultural da China. Resumimos uma série de medidas tomadas e políticas lançadas pelo PCC a partir do lançamento da BRI no quadro de baixo:

| Ano | Documento oficial/reunião do PCC | Medidas para a China (própria) | Medidas para os países estrangeiros |
|------------|---|---|---|
| 2013 | Criação da Fundação Nacional da Arte da China | | - dos grupos de artistas enviados para os países estrangeiros |
| 2013 | « Decisão do PCC sobre Várias Questões Importantes Relativas à Reforma Abrangente de Aprofundamento» ¹³⁷ | - Os quatro níveis do desenvolvimento da abertura cultural | |
| 2014 | Terceira Sessão Plenária do XVIII Comité Central do CPC | - Confirmar o quarto nível de construção do sistema de discurso no palco internacional da Decisão lançada em 2013 | - Fundar o Instituto Confúcio e o Centro de Cultura Chinesa: no fim de 2020 existem 50 Centros de Cultura Chinesa |

¹³⁵ www.ydylcn.com

¹³⁶ <http://www.gov.cn/guowuyuan/>

¹³⁷ Em chinês: 中共中央关于全面深化改革若干重大问题的决定 (Zhōnggòng zhōngyāng guānyú quánmiàn shēnhuà gǎigé ruògān zhòngdà wèntí de juédìng)

| | | | |
|------|--|--|--|
| | | | - Aprovar e confirmar o documento «Plano de Desenvolvimento do Centro Cultural Chinês no Exterior (2012-2020)» ¹³⁸ , a nível nacional. |
| 2014 | «Opiniões sobre a aceleração do desenvolvimento do comércio cultural estrangeiro» ¹³⁹ | <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver as indústrias culturais - Criar uma série de empresas culturais competitivas a nível internacional - Estabelecer marcas conhecidas e de produtos culturais conhecidos | <ul style="list-style-type: none"> - Expandir a exportação dos produtos culturais - Construir plataformas de comércio cultural internacional |
| 2015 | <i>Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road</i> (Visão e Ação) | - Já foi referido antes | - Já foi referido antes |
| 2015 | Criação do grupo principal de trabalho da BRI | <ul style="list-style-type: none"> - Liderado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma - Responsável pela formulação de políticas da BRI | |
| 2015 | Quinta Sessão Plenária do XVIII Comité Central do PCC: 13.º plano quinquenal | <ul style="list-style-type: none"> - Transformar a indústria cultural na indústria pilar da economia nacional. - “<i>Five-pronged approach</i>”¹⁴⁰ : referir a sua importância na construção do socialismo com características chinesas | <ul style="list-style-type: none"> - Expandir a influência da cultura chinesa - Incluir a comunicação cultural na estratégia da BRI. |

¹³⁸ Em chinês: «海外中国文化中心发展规划 (2012-2020 年) » (Hǎiwài zhōngguó wénhuà zhōngxīn fāzhǎn guīhuà (2012-2020 nián))

¹³⁹ Em chinês: «关于加快发展对外文化贸易的意见» (Guānyú jiākuài fāzhǎn duìwài wénhuà mào yì de yìjiàn)

¹⁴⁰ Em chinês: 五位一体 (Wǔ wèi yī tǐ): o plano geral para promover o progresso económico, político, cultural, social e ecológico.

| | | | |
|------|--|---|--|
| 2016 | “Uma Faixa Uma Rota” (Ministry of Education, 2017) | <ul style="list-style-type: none"> - Partilhar recursos educacionais - Implementar o plano de formação de talentos e especialistas | <ul style="list-style-type: none"> - Construir os mecanismos educacionais de cooperação |
| 2017 | «Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural de “Uma Faixa Uma Rota” 2016-2020» ¹⁴¹ | <ul style="list-style-type: none"> - Criar marcas conhecidas da BRI - Promover as indústrias culturais e negócios culturais da BRI | <ul style="list-style-type: none"> - Criar mecanismos de cooperação e comunicação da BRI - Instituir plataformas de comunicação cultural |
| 2017 | «Opiniões sobre a implementação do projeto de herança e desenvolvimento da excelente cultura tradicional chinesa» ¹⁴² | <ul style="list-style-type: none"> - Explorar novas formas de comunicação cultural internacional | |
| 2017 | Relatório do XIX Congresso Nacional | <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a autoconfiança cultural e promover a prosperidade da cultura socialista - Investir na inovação dos meios de comunicação; - Construir uma “comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade” | <ul style="list-style-type: none"> - Surgimento da política da “<i>multi-faceted</i>” diplomacia¹⁴³ - Reforçar a influência dos <i>media</i> em outros países. - Ampliar a cooperação internacional da BRI: comunicação política, conectividade das instalações, comércio sem barreiras, financiamento de capital e entendimento entre as pessoas. |
| 2017 | «Opiniões sobre o fortalecimento e a melhoria das | <ul style="list-style-type: none"> - A fim de promover a comunicação entre o povo chinês e os países estrangeiros e | |

¹⁴¹ Em chinês: «文化部 “一带一路” 文化发展行动计划 (2016-2020年)», (Wénhuà bù “yīdài yīlù” wénhuà fāzhǎn xíngdòng jìhuà (2016-2020 nián))

¹⁴² Em chinês: «关于实施中华优秀传统文化传承发展工程的意见», (Guānyú shíshī zhōnghuá yōuxiù chuántǒng wénhuà chuánchéng fāzhǎn gōngchéng de yìjiàn)

¹⁴³ Em chinês: 全方位外交, (Quán fāngwèi wàijiāo)

| | | | |
|------|--|--|---|
| | comunicações de humanidades com os países estrangeiros» ¹⁴⁴ | a compreensão mútua da civilização, inovaremos o mecanismo de intercâmbio cultural de alto nível, reformular o conteúdo, a forma e o mecanismo de trabalho na troca de experiências humanas em vários campos e integraremos o conceito de troca e cooperação de em todos os campos de intercâmbio. - O documento serve para a reforma e desenvolvimento da China e integra o conceito de comunicações e cooperações <i>people-to-people</i> no campo da diplomacia e esclarece a ideologia orientadora e o desenho estratégico dos intercâmbios culturais entre a China e os países estrangeiros na nova era. | |
| 2017 | <i>Pareceres sobre a implementação do projeto de herança e desenvolvimento da excelente cultura tradicional chinesa</i> ¹⁴⁵ | - Incentivar o desenvolvimento do comércio cultural estrangeiro e aumentar os produtos culturais chineses no mercado internacional | - Promover intercâmbios culturais e aprendizado mútuo entre a China e países estrangeiros - Fortalecer as trocas culturais e a cooperação entre os países da BRI |
| 2018 | <i>Action Plan for Harmonization of Standards for Jointly Building the Belt</i> | - Promover os mecanismos e normas de intercâmbio de informações | |

¹⁴⁴ Em chinês: «关于加强和改进中外人文交流工作的若干意见», (Guānyú jiāqiáng hé gǎijìn zhōngwài rénwén jiāoliú gōngzuò de ruògān yìjiàn) foi aprovado na 37ª reunião do Grupo Principal de Reformas Abrangentes do PCC. A reunião enfatizou a necessidade de melhorar os intercâmbios culturais e reformar os conteúdos e mecanismos da comunicação *people-to-people*.

¹⁴⁵ Em chinês: «关于实施中华优秀传统文化传承发展工程的意见» (Guānyú shíshī zhōnghuá yōuxiù chuántǒng wénhuà chuánchéng fāzhǎn gōngchéng de yìjiàn)

| | | | |
|------|--|---|--|
| | <i>and Road (2018-2020)</i> ¹⁴⁶ | - Promover a cooperação e normalização no campo dos intercâmbios culturais | |
| 2018 | «Decisão do PCC sobre o aprofundamento da reforma do Partido e das organizações estatais» ¹⁴⁷ | Ajustar os departamentos culturais relevantes do país para satisfazer as necessidades da BRI | |
| 2019 | <i>The Belt and Road Initiative Progress, Contributions and Prospects (Initiative, 2019)</i> | Resumo e considerações sobre os trabalhos para promover o entendimento entre os povos. | |
| 2019 | <i>Modernização da educação na China em 2035</i> ¹⁴⁸ | - Criar um novo padrão de abertura da educação. - Melhorar o nível de intercâmbio e cooperação internacional e promover o reconhecimento mútuo de diplomas académicos, normas e aprendizagens - Consolidar a ação educacional da BRI. | |

Quadro 7-Resumo dos documentos culturais da diplomacia cultural durante a BRI, baseado numa análise de documentos oficiais da China. A elaboração é da autora.

O quadro apresenta-nos um mapa panorama de políticas da diplomacia cultural no contexto da BRI, envolvendo uma série de medidas referidas pelo governo chinês com objetivo de aumentar o próprio *soft power* no âmbito da China e de países estrangeiros. Por meio da análise desses documentos, acreditamos que a diplomacia cultural da China na nova era tem as seguintes características:

¹⁴⁶ Em chinês: «标准联通共建 “一带一路” 行动计划 (2018-2020 年)» (Biāozhǔn liántōng gòngjiàn “yīdài yīlù” xíngdòng jìhuà (2018-2020 nián))

¹⁴⁷ Em chinês: «中共中央关于深化党和国家机构改革的决定», (Zhōnggòng zhōngyāng guānyú shēnhuà dǎng hé guójiā jīgòu gǎigé de juédìng)

¹⁴⁸ Em chinês: «中国教育现代化 2035» (“Zhōngguó jiàoyù xiàndàihuà 2035”)

Em primeiro lugar, a diplomacia cultural é cada vez mais valorizada pelo Estado e passou a ser uma estratégia nacional. O documento oficial e de natureza programática «Visão e Ação da BRI» estabelece a base para a implementação da BRI. Defende-se neste documento oficial que o entendimento entre os povos dos diferentes países é o fundamento social da construção da BRI. O documento também afirma que as comunicações culturais ultrapassam as barreiras entre as diferentes civilizações e são benéficas para todos os países do mundo (National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, 2015). Portanto, contando com a estratégia da BRI, as expectativas oficiais chinesas apontam para a transformação da BRI numa oportunidade para realizar intercâmbios culturais mais amplos, intercâmbios acadêmicos, intercâmbios de talentos e cooperação, interações com os *media*, etc., e estabelecer uma base sólida para a opinião pública, no aprofundamento da cooperação bilateral e multilateral. O lançamento de «O Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural “Uma Faixa Uma Rota”, 2016-2020» e o «Opiniões sobre o Fortalecimento e a Melhoria da Comunicação de Humanidades com os Países Estrangeiros» em 2017 refletem ainda mais esta visão, este documento promulgou a diplomacia cultural da BRI com diretrizes específicas para documento oficial. Este documento também define os objetivos de realização de diplomacia cultural no novo contexto da China, que são, por meio da diplomacia cultural, a cultura chinesa espalha-se por uma área muito mais ampla e a imagem nacional é melhorada; nesse processo o seu *soft power* também será aumentado.

Em segundo lugar, o governo chinês salienta a reforma da “cultura” na nova era. Na Terceira Sessão Plenária do XVIII Comitê Central do PCC, em 2013, foi proposto “estabelecer e melhorar o moderno sistema de mercado cultural e melhorar o nível de abertura cultural”, sendo um dos objetivos principais dos próximos anos. Além disso, o PCC aprovou o documento « Decisão do PCC sobre Várias Questões Importantes Relativas à Reforma Abrangente de Aprofundamento», que salientou claramente os quatro níveis do desenvolvimento da abertura cultural no novo período: i) a reforma da abertura cultural

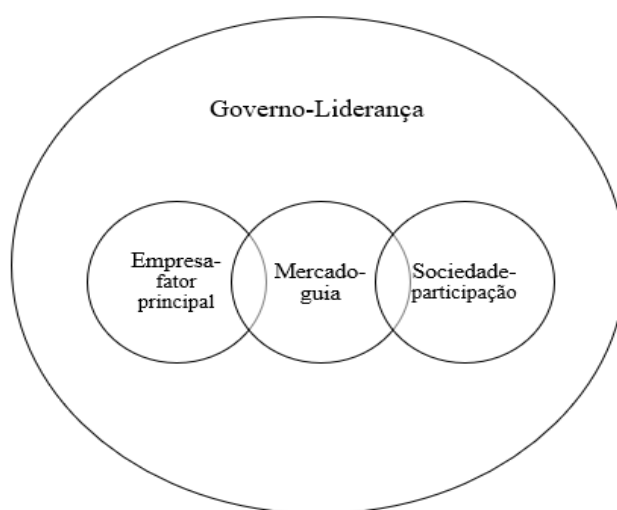


Figura 5- Quarto nível de abertura cultural no período da BRI, elaboração pela autora

confirmou o papel de liderança do governo na implementação da diplomacia cultural. Como o PCC é partido executivo na China, todos os trabalhos governamentais são a expressão concentrada da vontade do Estado. Conforme a Decisão, o governo chinês continua a assumir o papel de liderança nos trabalhos de diplomacia cultural, sendo sempre o comunicador dominante; ii) o PCC teve em consideração a importância das indústrias culturais na agenda política (Ibid.). A Decisão confirma a responsabilidade de *nation branding* das imagens da China no exterior assumida pelas empresas privadas. No que diz respeito aos países estrangeiros, antes, a maioria das atuações culturais no exterior da China eram atuações não lucrativas. No entanto, o governo chinês tenta inverter esta situação para uma combinação de atuações lucrativas e não-lucrativas. Os projetos de intercâmbio cultural

precisam de ser inovadores e populares, no país-alvo, tal como indicação da Decisão, “os eventos e atividades realizadas nos países estrangeiros devem corresponder aos gostos locais” (ibid.) ; iii) o governo chinês incentiva as organizações sociais e instituições financeiras a participar na construção dos Institutos Confúcio e centros culturais no exterior e a empreender projetos de intercâmbio cultural. A decisão referida indicou, pela primeira vez, num documento de alcance nacional, a necessidade de construir uma série de centros de cultura chinesa em países estrangeiros, simbolizando a oficialização da incorporação dos Centros de Cultura Chinesa na estratégia nacional. Esta reforma é a confirmação da implementação da diplomacia cultural da China desde Hu Jintao, com o objetivo de melhorar o nível de abertura cultural e promover a cultura chinesa no mundo, construindo uma boa base para a implementação da BRI.

Em terceiro lugar, a cultura chinesa fica colocada no âmbito da segurança nacional. À medida que os conceitos de segurança nacional se expandiram para incluir a competitividade económica, a diplomacia cultural em muitos países adquiriu aspetos relacionados com o comércio, adaptando a confiança tradicional na diplomacia cultural como uma plataforma para projetar uma imagem positiva para o desenvolvimento de mercados e oportunidades de comércio em geral (Wyszomirski, Burgess, & Peila, 2003). A presta atenção aos intercâmbios culturais, de forma a mostrar a imagem de um grande país, responsável no processo de construção da BRI. Para além disso, a cultura representa um poder de discurso e o *soft power* no cenário mundial, que precisa assentar num *design* estratégico. A proposta da BRI atribui importância ao papel da cultura e coloca-a na dimensão da segurança nacional (Liu, 2015). O Ministério da Cultura da China lançou «O Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural da “Uma Faixa Uma Rota” “2016-2020”»¹⁴⁹, com o objetivo de salvaguardar a sua própria força cultural e manter a sua própria cultura, através da promoção da importação e exportação de produtos e serviços culturais

¹⁴⁹ Em chinês: «文化部 “一带一路” 文化发展行动计划 2016-2020» (Wénhuà bù “yīdài yìlù” wénhuà fāzhǎn xíngdòng jìhuà 2016-2020)

(Ministério da Cultura da RPC, 2017). A missão da cultura, na BRI, tem por objetivo aumentar a autoconfiança cultural, o que é importante para alcançar um equilíbrio na comunicação e cooperação entre países e encontrar resolução para os conflitos entre países durante o processo de implementação. Conforme a visão e proposta da BRI, a China defende as suas teorias de “harmonia e inclusão” e respeita as formas de desenvolvimento dos outros países (National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, 2015).

Em quarto lugar, os projetos de diplomacia cultural passam a ser planejados e direcionados num documento oficial da China. Trata-se do «O Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural “Uma Faixa Uma Rota”, 2016-2020», publicado pelo Ministério da Cultura e revisto e aprovado pelo grupo líder da implementação da BRI em 2017, sendo o documento suplementar da Visão e Ação e o documento diretriz específico dos trabalhos da diplomacia cultural da China no novo contexto da BRI. O Plano proporciona um mecanismo de intercâmbio cultural e de cooperação da BRI, aperfeiçoa a plataforma de intercâmbio cultural e de cooperação, constrói a marca “Uma Faixa Uma Rota” para o intercâmbio cultural, promove a prosperidade da indústria cultural e incentiva o comércio cultural. O documento indica claramente os objetivos da diplomacia cultural no contexto da BRI: promover efetivamente o desenvolvimento inovador de intercâmbios culturais, comunicação cultural e comércio cultural. Ao mesmo tempo, Luo Shugang, então ministro da Cultura, criou o grupo de trabalho da implementação da BRI. Esta fundação pretende coordenar efetivamente o trabalho de construção cultural da BRI e fornecer uma forte

garantia organizacional para a realização dos objetivos do Estado chinês. O Plano de

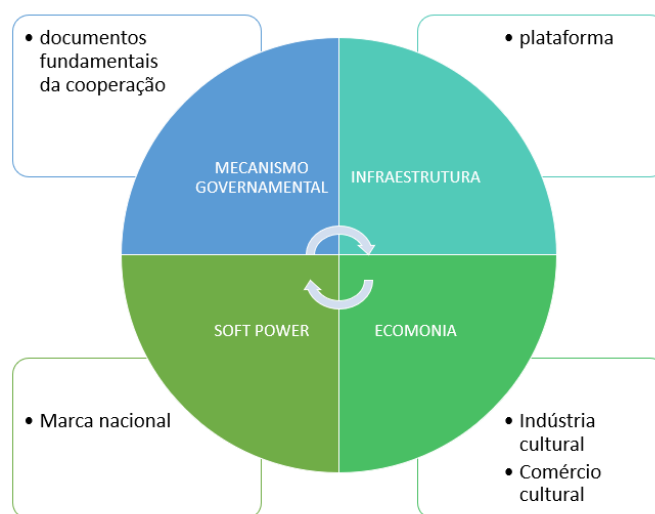


Figura 6-Aspectos do conteúdo do Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural “Uma Faixa Uma Rota” 2016-2020; a elaboração é própria.

Implementação do Desenvolvimento Cultural integra o mecanismo governamental, a construção de infraestrutura, a forma de aumentar o *soft power* e o desenvolvimento económico, através de cinco planos gerais e doze subplanos. Conforme o Plano:

i) os mecanismos governamentais são fundamentais, são o apoio efetivo para a implementação do Plano. No que respeita à cooperação internacional, a China procura cooperação com países membros da BRI através da assinatura de documentos governamentais, construir o mecanismo de cooperação entre o Comité de Cooperação em Ciências Humanas e o Comité Conjunto Cultural, organizar e participar nas reuniões de alto nível com outros países. Relativamente ao interior da China, as províncias precisam de reunir e encontrar um mecanismo de cooperação interior. Sob a orientação do governo, a China estimula as participações dos poios sociais, isto é a confirmação os quatro níveis do desenvolvimento da abertura cultural.

ii) o investimento nas infraestruturas é imprescindível para avançar com a implementação da BRI. O Plano dá prioridade à construção de centros culturais chineses nos

países membros da BRI, especialmente em países vizinhos. O objetivo deste programa é construir um sistema completo de centros culturais no exterior. Para além disso, é necessário construir uma série de plataformas com o tema da BRI, tais como festivais internacionais de cultura, exposições, parques culturais, entre outros. O Plano apoia todos os tipos de fóruns internacionais abrangentes, feiras comerciais, etc., para estabelecer uma seção de intercâmbio cultural da BRI. Estabelece-se gradualmente uma base de dados culturais para criar uma plataforma de apoio à cultura digital pública;

iii) o Plano pretende construir uma série de marcas de intercâmbios culturais, com o tema *Uma Faixa Uma Rota*. Mesmo que, nos últimos anos, os eventos como o “Ano Novo Chinês”, o “Roteiro da Nova Rota da Seda”, entre outros, tenham alcançado prestígio no exterior, sendo, cada vez mais, janelas chinesas abertas ao mundo, a BRI propõe-se expandir e escalar os intercâmbios culturais, de modo a estabelecer marcas culturais conhecidas no cenário internacional. A construção de marcas culturais é inseparável da questão dos recursos humanos. O Plano promove os intercâmbios ideológicos e culturais, por meio de trocas e de um diálogo entre os académicos do *Think Tank*, sinologistas e tradutores, para estimular a tradução e dar a conhecer os clássicos culturais chineses e estrangeiros. O Plano suporta o tema da cultura e a produção artística com o tema da BRI, defendendo a criação e a promoção conjunta de talentos artísticos e de instituições culturais nos países e regiões;

iv) Por último, através da cooperação intergovernamental, uma série de construções de infraestruturas culturais de marcas culturais, estimula o desenvolvimento económico. O plano de construção do mecanismo de intercâmbio internacional, o plano “Rota Cultural da Rota da Seda”, por exemplo, traça um roteiro para o desenvolvimento em profundidade da construção cultural da BRI.

3.3.3.2 Atores, mecanismos, instrumentos e formas da diplomacia cultural sob o contexto da BRI

Partindo de uma análise dos documentos oficiais associados à BRI e ao conteúdo de diplomacia cultural da China acima referidos, pretendemos resumir os mecanismos, instrumentos, atores participantes e formas da diplomacia cultural, durante o período da BRI, e assim definir o enquadramento da diplomacia cultural na nova era.

i) Os atores

A diplomacia cultural vai muito além da realização de mais das atividades dos serviços públicos nacionais, é um instrumento imprescindível da política externa do Estado. Por meio de atividades culturais, associadas à apresentação, promoção e construção positiva da imagem de um Estado (Ang et al., 2015; Hubinger, 2006; Kurucz, 2007; Stelowska, 2015), é exercida não só apenas por atores governamentais, mas também por atores privados (Gilboa, 2001). Sob o apelo da reforma e da melhoria do nível da abertura cultural de Xi¹⁵⁰, o governo chinês exige acelerar a reforma do sistema cultural, visando fornecer melhor apoio político e garantia institucional ao desenvolvimento da diplomacia cultural. Desta forma, a diplomacia cultural da China foi desenvolvida sob a garantia de instituições e mecanismos do governo chinês. Desde o XVIII Congresso Nacional, as formas de diplomacia cultural da China mostraram uma tendência diversificada, especialmente materializada através das organizações não-governamentais, empresas e indivíduos, que foram gradualmente incorporados na implementação da diplomacia cultural da China:

Em primeiro lugar, no passado não existia um setor especializado na orientação dos trabalhos da diplomacia cultural, no entanto, departamentos funcionais do estado são

¹⁵⁰ A Terceira Sessão Plenária do XVIII Comité Central do PCC (2013) aponta que “é necessário melhorar ainda mais o sistema de gestão cultural, estabelecer e melhorar o sistema moderno do mercado cultural, melhorar o nível de abertura cultural e expandir os intercâmbios culturais estrangeiros” (Xi, 2013)

implementados separadamente, de acordo com as necessidades dos trabalhos externos, o que restringe o desenvolvimento da diplomacia cultural da China. Na época de Xi, o PCC começou a fortalecer a construção das instituições da diplomacia cultural. Isso manifesta-se na «Decisão do Comité Central do Partido Comunista da China sobre o aprofundamento da reforma do Partido e das organizações estatais», aprovado pela Terceira Sessão Plenária do XIX Comité Central do PCC, em 2018, onde decidiu:

“ (...) integrar as responsabilidades do Ministério da Cultura e da Administração Nacional de Turismo e formar o Ministério da Cultura e Turismo como um departamento do Conselho de Estado. O Ministério da Cultura e a Administração Nacional de Turismo deixam de existir (...) estabelecer a Administração Estatal de Rádio e Televisão¹⁵¹, sendo uma agência direta do Conselho de Estado. A Administração Estatal de Imprensa, Publicação, Rádio, Cinema e Televisão deixa de existir (...) instituir a Agência Nacional de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento¹⁵², como uma agência direta do Conselho de Estado. As responsabilidades do Ministério do Comércio pelo trabalho de ajuda externa e a coordenação de ajuda externa do Ministério de Relações Exteriores foram integradas.”¹⁵³

Forma-se assim o mecanismo estatal para garantir os trabalhos diplomáticos na nova época da BRI.

Em segundo lugar, no que diz respeito aos mentores da diplomacia cultural, o PCC, no seu documento oficial em 2013, ajustou as formas anteriores (atores governamentais, e atores não-governamentais) e apresentou esta outra forma em quatro níveis. A diplomacia

¹⁵¹ Em chinês: 国家广播电视总局 (Guójiā guǎngbò diànshì zǒngjú)

¹⁵² Em chinês: 国家国际发展合作署 (Guójiā guójì fāzhǎn hézuò shǔ)

¹⁵³ http://www.gov.cn/xinwen/201803/14/content_5274180.htm, acessado em 12/08/2018.

cultural da China passa a seguir a forma “Governo-Empresa-Mercado-Sociedade”, já referida antes.

Em terceiro lugar, no âmbito institucional, o PCC decidiu a combinação e cooperação mútua entre o governo central e os governos locais, estabelecendo uma plataforma vertical de comunicação cultural de três níveis, com a liderança do governo central, isto é, uma cooperação sistemática entre o estado/governo central, as províncias e as cidades. Construiu assim um sistema de cooperação diplomática cultural, que complementa os departamentos governamentais e organizações não-governamentais, interage com o governo central e os governos locais e realiza apresentações gratuitas com apresentações pagas ou comerciais.

Assim, os agentes da diplomacia cultural são multifacetados e diversificados. Do centro ao local, das instituições oficiais e instituições semioficiais às instituições não-oficiais, dos líderes estatais à sociedade civil. Vários atores sociais praticam a diplomacia cultural à sua maneira, recebem apoio do estado e servem a diplomacia cultural da China.

➤ **Governo**

Normalmente, o governo é o órgão principal do estado. O governo regula, supervisiona e coordena as atividades culturais da China no estrangeiro, através de formulação das políticas e regras, de forma a garantir o bom andamento das atividades da diplomacia cultural. O mecanismo estatal da diplomacia cultural da China é composto pelo governo central e pelos departamentos executivos:

- O governo central: o governo central da BRI é o Comité Central do Partido Comunista da China (CCPC), que lidera todos os assuntos externos e domina o poder diplomático mais alto do estado. O CCPC assume a responsabilidade principal, ao formular e planear a estratégia e princípios diplomáticos. Por isso, os outros departamentos e agências governamentais estão sujeitos à liderança do CCPC, sendo responsáveis pela implementação da estratégia diplomática formulada pelo CCPC. Por exemplo, a BRI é liderada pelo CCPC

e executado pelo Conselho de Estado. Os principais líderes do PCC discutem e formulam as políticas da diplomacia cultural da BRI. Os líderes nacionais explicam as políticas da BRI ao público, dão entrevistas à imprensa, e participam nas atividades da diplomacia cultural da BRI, entre outros. De um modo geral, os principais departamentos internos da CCPC relacionados com a diplomacia cultural são os seguintes:

| | |
|--|---|
| Comité Central do Partido Comunista da China (CCPC) | ➤ Departamento de Publicidade do CCPC (DPCCPC) |
| | - Controlar a ideologia, a imprensa e a educação; - Supervisionar os trabalhos do Ministério da Cultura e Turismo e Administração Estatal de Rádio, Cinema e Televisão. |
| | ➤ Departamento dos Negócios Estrangeiros (DNE)/ Gabinete de Informação do Conselho de Estado (GICE)¹⁵⁴ |
| | - Promover a imprensa chinesa para explicar a China ao mundo; - Orientar e coordenar a imprensa para apresentar a China; - Auxiliar jornalistas estrangeiros em entrevistas na China; - Realizar cooperações com os governos e a imprensa; - Cooperar com os departamentos relevantes, para realizar atividades de intercâmbios culturais |
| | ➤ Diário do Povo, <i>Qiushi</i>, <i>Guangming Daily</i> |
| | - Imprensa para publicar e explicar as políticas e principais políticas públicas |

Quadro 8- Os departamentos principais da diplomacia cultural da CCPC, a elaboração própria.

- O departamento executivo: o Conselho de Estado é o departamento executivo das políticas públicas do CCPC, incluindo o Ministério das Relações Exteriores, Ministério

¹⁵⁴ Embora o GICE seja o departamento do Conselho do Estado, depende diretamente do CCPC. Portanto, aqui listamos o GICE no enquadramento do CCPC.

da Cultura e Turismo, Ministério da Educação, e outras instituições e entidades diretamente afiliadas para realizar a diplomacia cultural. Esses ministérios têm uma divisão mais específica, que realiza diretamente os trabalhos da diplomacia cultural. A divisão do Conselho de Estado para realizar estes trabalhos é a seguinte:

| | | |
|------------------------------------|---|--|
| Conselho do Estado da China | Ministério das Relações Exteriores | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Setor de diplomacia pública ➤ Embaixadas nos países exteriores |
| | Ministério da Cultura e Turismo | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Departamento de Relações Exteriores do Ministério da Cultura¹⁵⁵ |
| | Ministério da Educação | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Hanban¹⁵⁶ ➤ Associação de Educação da China para o Intercâmbio Internacional¹⁵⁷ ➤ Centro de intercâmbios culturais¹⁵⁸ ➤ Centro de Investigação de intercâmbios culturais¹⁵⁹ |

¹⁵⁵ É responsável pelos seguintes trabalhos: representar o governo chinês, assinar documentos oficiais sobre cooperação cultural com países estrangeiros; realizar atividades de propaganda externa por meio de embaixadas no exterior; organizar visitas entre grupos culturais e artísticos, académicos e profissionais; fornecer material publicitário às instituições culturais e à população; recolher informações culturais de outros países.

¹⁵⁶ Sede do Instituto Confúcio

¹⁵⁷ Em inglês: *China Education Association for International Exchange*, <http://en.ceaie.edu.cn/>. É uma organização nacional de cooperação e intercâmbio de educação estrangeira não-governamental no setor educacional chinês. Fonte: <http://www.ceaie.edu.cn/guanyuxiehui/14.html>, acessado em 11/12/2018.

¹⁵⁸ O centro foi fundado em 2017, com vista a realizar os projetos de intercâmbios culturais; participar na organização de reuniões de alto nível para os intercâmbios culturais; participar na organização de comités estrangeiros para a coordenação de mecanismos de intercâmbios culturais chineses e estrangeiros; promover intercâmbios culturais chineses e estrangeiros. Fonte: <https://www.ccipe.edu.cn/list/mobilecenternews-list-s163-p1.html>, acessado em 11/12/2018.

¹⁵⁹ 中外人文交流研究基地 (Zhōngwài rénwén jiāoliú yánjiū jīdì). Foi fundado em 2016. O centro realiza investigações académicas de alto nível, na área dos intercâmbios de humanidades chinesas e estrangeiras e fornece consultas sobre políticas para mecanismos relevantes de comunicação cultural.

| | | |
|--|--|---|
| | | ➤ Departamento da educação internacional ¹⁶⁰ |
| | Outras instituições e unidades diretamente afiliadas: Administração Geral dos Desportos, Agência de Notícias <i>Xinhua</i> , etc. | ➤ <i>General Administration of Press and Publication</i> ¹⁶¹ ➤ <i>China International Publishing Group</i> ¹⁶² ➤ <i>National Radio and Television Administration</i> ¹⁶³ |

Quadro 9- A divisão do Conselho de Estado chinês, a elaboração própria.

O Ministério das Relações Exteriores é o órgão especializado nos assuntos externos. Os outros órgãos do Conselho de Estado também são impulsionadores da diplomacia cultural da BRI mas sujeitos à coordenação do Ministério das Relações Exteriores. A embaixada ou consulado no exterior é um órgão representativo diplomático permanente nos países estrangeiros. É o canal principal para os países comunicarem diretamente uns com os outros. As embaixadas e consulados são responsáveis por lidar com assuntos externos específicos e realizar atividades diplomáticas, incluindo as atividades de diplomacia cultural, a fim de promover as relações bilaterais e entendimentos entre os

¹⁶⁰ Em chinês: 国际合作与交流司 (Guójì hézuò yú jiāoliú sī). É responsável por coordenar a gestão dos estudos no exterior, educação e assistência cultural; planejar e orientar o ensino do chinês como língua estrangeira.

¹⁶¹ É responsável por delinear acordos bilaterais de intercâmbios culturais com empresas editoriais de outros países; tratar dos assuntos internacionais no âmbito de imprensa; controlar as importações e exportações de livros, exposições. Fonte: https://web.archive.org/web/20081201092327/http://www1.chinaculture.org/library/2008-01/16/content_127444.htm, acessado em 11/12/2018.

¹⁶² Assume a tarefa de divulgar os livros do PCC e do estado. O Bureau de Línguas Estrangeiras da China é também conhecido como Grupo Internacional de Publicações da China. Fonte: <https://archive.is/20131104181655/http://www.cbi.gov.cn:8080/wiseroot/pages/CBlen/presses2.page?cid=83300&page=4>, acessado em 11/12/2018.

¹⁶³ No âmbito dos trabalhos de diplomacia cultural, o setor assume responsabilidades, tais como: formular as políticas relacionadas com a divulgação da cultura na televisão, no cinema; supervisionar os trabalhos de empresas e da imprensa. Fonte: <http://www.nrta.gov.cn/>, acessado em 03/02/2019.

povos.¹⁶⁴ Por isso, os trabalhos de diplomacia cultural da BRI também exigem a participação e implementação direta de embaixadas e consulados chineses nos países estrangeiros.

A diplomacia cultural envolve várias áreas, tais como a divulgação de informação, economia, educação, ciência e tecnologia, cultura, arte, desporto, etc. Portanto, não basta apenas depender do Ministério de Relações Exteriores, para lidar com assuntos culturais externos, requer também a participação de outros departamentos e entidades. O Departamento Central da Propaganda da China, o Ministério da Cultura e Turismo, o Ministério da Educação, a Administração Geral de Desporto, a Administração Estatal da Imprensa, Publicação, Rádio, Cinema e Televisão, os departamentos relacionados com o PCC e os governos de todos os níveis também têm as suas próprias responsabilidades na realização de trabalhos de diplomacia cultural nos seus próprios domínios. Por isso, a implementação e o desenvolvimento da diplomacia cultural no contexto da BRI também exige a participação e assistência dos departamentos governamentais relevantes, uma vez que se aproveitam plenamente as vantagens dos diferentes departamentos governamentais, de forma a realizar comunicações bilaterais e multilaterais.

Diferentemente da comunicação social dos países ocidentais, na China, os principais meios de comunicação relacionados com os países estrangeiros são estatais, tais como *Xinhua*, *Diário do Povo*, CCTV, e dependem do Conselho de Estado. Portanto, eles assumem a missão de apresentar a China ao mundo, por exemplo, explicar as políticas públicas da China, moldar imagens positivas do país, salvaguardar os interesses do governo e do PCC. No caso da diplomacia cultural da BRI, a imprensa nacional da China explica as políticas relacionadas com a BRI ao público-alvo, de modo a influenciar a atitude de outros países em relação a ela.

➤ Os atores não-governamentais

¹⁶⁴ Fonte: https://www.fmprc.gov.cn/web/zwjg_674741/zwsg_674743/yz_674745/, acessado em 03/02/2019.

Na China, além da diplomacia cultural liderada pelo governo, na realidade, os trabalhos culturais externos exercidos pelos atores não-oficiais e semioficiais já se iniciaram desde a fundação da China, mesmo que os atores não-governamentais apenas desempenhem o papel de participação e apoio. Sendo um poder social, os atores não-governamentais e semioficiais envolvidos nos trabalhos de diplomacia cultural são agentes indispensáveis da diplomacia pública da BRI. Isso foi confirmado tanto no « Decisão do PCC sobre Várias Questões Importantes Relativas à Reforma Abrangente de Aprofundamento», bem como no «O Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural “Uma Faixa Uma Rota”, 2016-2020». Xi (2016) aponta que é necessário que o governo oriente mais forças sociais para construir a BRI. Em geral, há cinco géneros de atores não-governamentais na diplomacia cultural da China mencionados nos documentos oficiais da China: entidade empresarial, associações sociais, indivíduos, ensino superior e think-tanks.

ii) Os mecanismos e as formas

Sob a influência da BRI, o governo chinês começou a implementar ativamente os intercâmbios culturais em grande escala em países estrangeiros, diversificando as formas e os canais, a fim de enriquecer constantemente o conteúdo e os métodos da diplomacia cultural. Através a análise de conteúdos dos documentos oficiais do PCC e do conteúdo das reuniões do PCC, entre o fim de 2013 e setembro de 2019 (veja Anexo. 5), pudemos resumir as formas relacionadas com a diplomacia cultural da China. Para ser mais específicos, recolhemos também 37 acordos bilaterais e multilaterais, publicados pelo Ministério das Relações Exteriores da China do mesmo período. Entre eles, encontramos 20 documentos publicados, elencados no anexo 1, que se relacionam com conteúdo da diplomacia cultural. Em seguida, resumimos as formas da diplomacia cultural mencionadas nesses documentos pelas seguintes categorias: 1) Intercâmbios e cooperação no campo da cultura e da arte; 2) Indústrias culturais; 3) Alianças entre cidades; 4) Património cultural; 5) Educação; 6) Apoios internacionais; 7) Comunicação dos *media* e informação. O modelo geral da diplomacia cultural da China, no contexto da BRI, apresenta-se assim:

| | | |
|------------------|--|---|
| Os atores | Os atores governamentais | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Governo central ➤ Departamentos executivos |
| | Os atores não-governamentais | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Entidade empresarial ➤ Associações/ organizações sociais |
| Formas | Intercâmbio e cooperação no campo da cultura e da arte | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Obras culturais ➤ Eventos culturais ➤ Centros culturais ➤ Ano cultural |
| | Economia cultural e os outros | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo ➤ Geminção de cidades |
| | Educação | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Comunicação e cooperação ➤ Formação e apoios |
| | Atividades de comunicação e troca de informação | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Comunicação dos <i>media</i> ➤ Imprensa ➤ <i>Novos media</i> |

Quadro 10- O modelo geral da diplomacia cultural da China no contexto da BRI, elaboração própria

➤ **Intercâmbios e cooperação no campo da cultura e da arte**

Os intercâmbios e a cooperação no campo da cultura e da arte podem ser divididos nas seguintes subformas: obras culturais, eventos culturais, centros culturais e ano cultural.

Os intercâmbios e a cooperação são o processo de contactos interpessoais, que é considerado uma oportunidade importante para construir confiança e entendimento mútuo (Snow, 2009; Scott 2008). Nos últimos anos, a China realizou vários projetos de intercâmbio e cooperação cultural com o tema “Uma Faixa Uma Rota” em países participantes na BRI e ao mesmo tempo o governo chinês nos últimos anos tem-se dedicado a promover as obras culturais em países estrangeiros. Por exemplo, o clássico drama de dança “Rota da Seda” reproduz a prosperidade da antiga via comercial, ao mesmo tempo que conta a história da

amizade entre os vários grupos étnicos. Até ao fim de 2018, a “Rota da Seda” já foi apresentada em mais de 30 países, e chegou a mais de 4 milhões de espectadores (Ding, 2018). Isso não é apenas o *out-put* da cultura tradicional chinesa, mas também o espírito cultural da Rota da Seda contemporânea que é transmitido por meio dessas culturas tradicionais de forma tornar a política de BRI mais compreensível e aceitável pelo público-alvo. Os eventos, tais como, *Silk Road International Cultural Expo* e *Silk Road International Film Festival*, são plataformas de promoção do *Going Out* da cultura chinesa e apresentação das culturas estrangeiras à China foram realizados sucessivamente. Normalmente, pessoas importantes, como empresários, celebridades sociais, entre outros, são convidados para os eventos, o que aumentar consideravelmente a sua influência e projeção. Além disso, quase todos os grandes eventos culturais de nível internacional têm participação de líderes de vários países. No caso das relações bilaterais entre a China e outros países, o presidente da China, Xi Jinping, e os líderes de países parceiros, participam nos eventos culturais, tais como a inauguração do Centro de Cultura Chinesa, ou dos Anos Culturais Bilaterais, entre outros. Na realidade, os eventos são uma espécie de plataforma de comunicação para o mundo se aproximar e entender a China.

➤ **Economia cultural e os outros**

Antes de mais, as indústrias culturais são um dos objetivos nacionais principais, de acordo com os cinco anos de desenvolvimento da China (Congress, 2011, 2016; Ministério da Cultura da RPPC, 2017). As indústrias culturais são categorizadas com o objetivo de enfatizar a sua importância especial na diplomacia cultural: utilizar os produtos culturais como “endosso” da imagem nacional é uma prática comum na diplomacia cultural contemporânea (Ying Fan, 2010b). Por isso, os governos podem conscientemente orientar os recursos de produtos culturais, para obter a confiança e proximidade da identidade. No âmbito de indústrias culturais, categorizamos a diplomacia cultural em duas: turismo e geminação de cidades.

Sob o contexto da BRI, por um lado, o governo chinês incentiva a promoção do turismo com o tema “Uma Faixa Uma Rota”. Conforme o «*Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural de “Uma Faixa Uma Rota”, 2016-2020*», publicado pelo Ministério da Cultura e Turismo da China, identifica três principais tarefas, “fortalecer a construção da marca da plataforma de turismo ‘Uma Faixa Uma Rota’”, “criar os produtos de turismo internacional e as rotas de turismo de ‘Uma Faixa Uma Rota’” e “ampliar os intercâmbios e cooperações no mercado de turismo de ‘Uma Faixa Uma Rota’”. A ideia também fica planeada no 13º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Cultura e do Turismo, onde confirma que se deve concentrar em contar bem as histórias da China e inovar a forma de promoção das comunicações internacionais. Por outro lado, estabelecer alianças com cidades geminadas é uma das formas de diplomacia cultural da BRI, uma vez que o Plano referido propõe “construir alianças entre cidades turísticas de “Um Faixa Uma Rota”(Ibid.). Além disso, os intercâmbios e comunicações amigáveis entre os governos locais são canais relevantes no estabelecimento de relações bilaterais ao longo do tempo e promovem o entendimento entre os povos. Os académicos normalmente consideram que, a geminação das cidades é criada principalmente com objetivo de estabelecer ligações económicas (Buis, 2009; Clarke, 2010; X. Li, 2018; M. & P.A.G., 2011; Pollins, 1989) e pode reforçar as comunicações culturais entre os diferentes países (Bala & Cremer, 1998; Rahayu, 2017). O «Visão e Ação» aponta para a necessidade de se “realizar intercâmbios e cooperação urbana, estabelecer cidades irmãs ao longo da linha (...), criar exemplares mais vívidos de cooperação cultural” (Commission, Affairs, & Commerce, 2015).

➤ **Educação**

A realização e implementação da diplomacia cultural da BRI exige intercâmbios académicos e cooperação educacional com os países participantes no projeto “Uma Faixa Uma Rota”. Geralmente, a comunicação e cooperação no âmbito educacional inclui os seguintes aspetos:

- Construir centros de estudos com as universidades exteriores

- Promover projetos de investigação académicos com universidades exteriores
- Organizar fóruns e seminários académicos¹⁶⁵
- Construir alianças entre universidades¹⁶⁶
- Promover o projeto *Chinese Bridge*

Construir plataformas académicas é um dos conteúdos principais dos acordos de cooperação bilateral. Na Conferência Nacional do Trabalho do Ministério da Educação, de 2018, fez-se saber que a China estabeleceu relações de cooperação educacional com 188 países e regiões, realizou intercâmbios educacionais com 46 grandes organizações internacionais e assinou acordos de reconhecimento mútuo para graus académicos com 47 países e regiões (Y. Zhu, 2018). Como referimos anteriormente, os intercâmbios académicos e educacionais não fornecem apenas apoio intelectual para a construção da BRI, mas também melhoram e aprofundam o entendimento e a compreensão da BRI. Além disso, as plataformas de cooperação internacional já existentes antes da BRI podem oferecer condições favoráveis à promoção de intercâmbios académicos e de cooperação, como por exemplo: UNESCO, a Semana China-ASEAN de Intercâmbio Educacional, o Mecanismo de Cooperação 16 + 1 China-Europa Central e Oriental, o Comité China-Japão-Coreia de Intercâmbio e Cooperação Universitária, o Fórum China-África para Reitores Universitários, o Programa China-África 20 + 20, o Fórum dos Reitores da Universidade China-Japão, o Fórum dos Reitores da Universidade da China- Coreia do Sul e a Aliança Universidade China-Rússia, entre outros.

¹⁶⁵ Por exemplo, os seminários sobre política, cultura, etc., em torno da Rota da Seda.

¹⁶⁶ Em 2015, o Centro de Investigação em Desenvolvimento, do Conselho de Estado (国务院发展研究中心, Guówùyuàn fāzhǎn yánjiū zhōngxīn), a Academia Chinesa de Ciências Sociais, a Universidade de Fudan, e 60 *think tanks* e institutos de investigação, envolvidos no estudo do projeto "Uma Faixa Uma Rota", estabeleceram a aliança de cooperação "Uma Faixa Uma Rota"(S. Zhang & Li, 2019). A nível internacional, em 2015, 47 universidades chinesas e estrangeiras iniciaram em conjunto o estabelecimento da aliança estratégica de faculdades e universidades sobre "Uma Faixa Uma Rota" (Z. Hua, 2015).

A educação internacional de estudantes é uma parte importante da promoção do intercâmbio e da cooperação entre a China e os países da iniciativa “Uma Faixa Uma Rota” (Ibid.). A BRI incentiva os estudantes chineses a estudar em países estrangeiros e, ao mesmo tempo, cria condições para se receberem os alunos estrangeiros que vêm estudar para a China. Isso, por um lado, é uma boa forma de os estrangeiros poderem conhecer melhor a China, através da experiência pessoal; por outro lado, relativamente aos estudantes chineses que estudam fora, estes passam a ser “modelos” da China no estrangeiro, ao mesmo tempo que os conhecimentos por eles adquiridos no exterior promovem o desenvolvimento da China.¹⁶⁷ Há académicos chineses que argumentam que a diplomacia cultural, na realidade, é uma forma de competição de talentos (Guo, 2016; Yuming Li, 2015). Isso porque a realização da BRI precisa de especialistas em estudos regionais dos países participantes no projeto “Uma Faixa Uma Rota”, ou seja, boas cooperações internacionais requerem talentos profissionais na área das relações internacionais, comunicação intercultural, linguagem, etc. (Guo, 2016). Na realidade, já em 2011, o Ministério da Educação iniciou o projeto de construção de centros de estudos internacionais e regionais¹⁶⁸ (C. Hu, 2017). Em 2015, o mesmo ministério publicou *Medidas provisórias para o Cultivo e Construção de Centros de Estudos Internacionais e Regionais*¹⁶⁹, de forma a acelerar a investigação sobre os países enquadrados na BRI.¹⁷⁰

¹⁶⁷ Conforme os relatórios publicados pelo Ministério da Educação da China, os países desenvolvidos são o destino da maioria dos estudantes chineses; ao mesmo tempo, com a melhoria do nível educacional da China, bem como com o “Programa de Estudos para Estudar na China” (留学中国计划, Liúxué zhōngguó jìhuà), emitido pelo Ministério da Educação da China, em 2010, a China será o maior destino de estudos na Ásia, em 2020. Na verdade, o número de estudantes estrangeiros a estudar na China também aumentou. Em 2016, o número de estudantes internacionais que chegaram à China chegou a 443.000, um aumento de 11,3%, em comparação com 2015 e quase triplicou a cifra de 2004 (CCG, 2019).

¹⁶⁸ Em chinês: “国别和区域研究” (Guó bié hé qūyù yánjiū)

¹⁶⁹ Em chinês: «教育部关于印发〈国别和区域研究基地培育和建设暂行办法〉的通知», (Jiàoyù bù guānyú yìn fā 〈guó bié hé qūyù yánjiū jīdì péiyù hé jiànshè zhàn xíng bàn fǎ〉 de tōngzhī)

¹⁷⁰ http://www.moe.gov.cn/srcsite/A20/s7068/201501/t20150126_189316.html, acedido em 26/05/2019.

➤ Atividades de comunicação e troca de informação

Desde o lançamento da BRI, as comunicações de médias são consideradas como um dos canais importantes para “contar as histórias da China” ao mundo. Além de ajustar a estrutura da rede de mídia de comunicação, formou-se a rede de comunicações dos *media*, pelas agências principais chinesas, para todo o mundo¹⁷¹. A mídia chinesa é criticada por falta de competitividade devido à restrição excessiva do governo (Rumi, 2004). Desde o XVIII Congresso Nacional, o governo chinês promove o diálogo e a cooperação entre as empresas de comunicação social, os *media*, sendo o canal indispensável para a compreensão mútua e a compreensão entre os *media* internacionais com os estados. Desde 2013, realiza-se anualmente o diálogo dos *media* entre a China e Alemanha. Os diálogos centram-se em temas como “o papel das relações sino-alemãs” ou “como aprofundar as relações bilaterais nas relações sociais”, entre outros (Yong Zhang, 2012). Os diálogos podem aumentar o entendimento mútuo entre a China e a Alemanha e podem aprofundar os intercâmbios e cooperações no campo da comunicação dos *media*. Na nova era, o governo chinês está cada vez mais atento aos novos *media*, para difundir a cultura chinesa em países estrangeiros. Em 2014, Xi Jinping anunciou que, através da capacidade de comunicação global do país e da capacidade de estabelecer um bom sistema de comunicação, é possível alcançar o desenvolvimento de *soft power* da China. Ele também acredita que os novos *media* podem desempenhar um papel importante em termos de criatividade e demonstrar a confiabilidade

¹⁷¹ Até ao fim de 2018, a agência *Xinhua* tinha criado 102 dependências em diversos países. A *Xinhuanet* divulga informações noticiosas para o mundo em 7 idiomas, 24 horas por dia, em multimídia (“Apresentação de Xinhua,” n.d.). O *Diário do Povo* (*People's Daily*) tem 32 estações de reportagem e 39 agências em países estrangeiros. Publicam-se 29 jornais e periódicos, incluindo o *Diário do Povo*, o *Diário do Povo no Exterior* e a *Edição do Diário do Povo*, cuja distribuição se encontra em mais de 100 países e regiões no mundo. A *People's Network* também passa notícias em 16 idiomas, 24 horas por dia (“Apresentação do *Diário do Povo*,” n.d.); a CCTV tem 43 canais de TV e 70 estações de jornalistas em países exteriores e transmite em 171 países e regiões (Ibid.) ; a Rádio Internacional da China passa notícias em 65 idiomas para o mundo e tem protocolos com mais de 180 rádios internacionais. Em 2016, o CGTN foi estabelecido com o objetivo de reportar as notícias numa perspectiva global (“ABOUT US - China Global Television Network,” n.d.). Assim, formou-se a rede de comunicações dos *media*, pelas agências referidas, para todo o mundo.

da publicidade da China, ao explicar bem as histórias da China (Xi, 2014). Para se adaptar às mudanças dos média, o *People's Daily* e o CRI lançaram novos serviços, como TV, blog, Weibo, site móvel, TV móvel, cliente móvel, cliente de PC. Em 2016, foi lançada oficialmente a nova edição da “Rede de Cultura Chinesa” pelo Departamento de Ligação Cultural Estrangeira do Ministério da Cultura (Escritório de Assuntos de Hong Kong, Macau e Taiwan). O site inclui mais de 20 canais e, através de vários idiomas, constrói quatro plataformas de comunicação, informação, recursos e cultura e espalha conhecimentos acerca da China para todo o mundo.

3.4 Síntese geral

A estratégia da BRI surgiu em 2013 pela liderança do presidente chinês Xi Jinping, que pretendeu desde logo encontrar possibilidades de cooperação com outros países, de forma a realizar o seu objetivo de construir uma “Comunidade de destino compartilhando da humanidade”. A BRI não é só uma estratégia internacional da China na nova era, é essencialmente um produto público global e uma plataforma de cooperação internacional baseada nas ideias de Xi. Conforme os cinco conteúdos da BRI, o entendimento entre os povos é o fundamento social para a construção da BRI. Ou seja, a estratégia da BRI apresenta-se como uma estratégia económica, política, e de comunicação cultural, uma vez que o entendimento entre os povos é a premissa para realizar os projetos enquadrados.

Desde o lançamento da BRI, sob a orientação de Xi, a diplomacia cultural foi elevada ao patamar superior da agenda política da China, uma vez que, tratando-se de um instrumento de promoção do entendimento entre os povos ficou escrita na constituição da RPC. As inovações diplomáticas de Xi não fornecem apenas orientação teórica importante para as práticas diplomáticas da China, incluindo a construção da BRI, mas também fornecem orientação ideológica e apoio teórico para o desenvolvimento da diplomacia pública da BRI. Portanto, a diplomacia cultural da China, no contexto da BRI, é conduzida

dentro do sistema de teoria diplomática com características chinesas, formando assim a diplomacia da BRI. De certo modo, é a inovação da diplomacia cultural da política “*Going Out*”.

A diplomacia cultural da BRI está enquadrada no sistema diplomático com características chinesas, que é especificamente designada por “sonho chinês”, “comunicação *people-to-people*” e “comunidade de destino compartilhado da humanidade”. No que diz respeito à diplomacia cultural, o “sonho chinês” refere-se ao renascimento da cultura chinesa, cujo desígnio principal é o de aumentar o *soft power* e construir uma imagem positiva da BRI. A “comunicação *people-to-people*”, na realidade, é a “diplomacia do povo”, da era de Hu, no Contexto da BRI, já que ela visa promover o entendimento entre povos de países diferentes. A proposta de construção da Comunidade de destino compartilhado da humanidade, na realidade, é a “*nation branding*” da imagem da China, visto que a ideia combinou o futuro da humanidade com o “sonho chinês”. A ideia é vista, aliás, como a interpretação de Xi sobre a construção de uma “China responsável”, de Hu.

Após a publicação da «Visão e ações em construção conjunta: a rota económica da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI» de 2017, vários documentos foram lançados, a fim de desenvolver a diplomacia cultural da BRI. Entre eles, salientamos «O Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural de “Uma Faixa Uma Rota” 2016-2020», publicado pelo Ministério da Cultura da China, sendo o documento programático para a implementação concreta da diplomacia cultural na BRI. Foi construído assim o sistema de diplomacia cultural da BRI, onde os atores governamentais e não-governamentais participam na sua implementação, através da difusão de informação, comunicação e intercâmbios culturais, a fim de apresentar as propostas da BRI e a cultura chinesa aos povos dos outros países, construindo, simultaneamente, um ambiente favorável à cooperação entre a China e os outros países. Adicionalmente, visa promover o entendimento entre os povos e, ao mesmo tempo, ajudar o *nation branding*, com a ideia de uma “China responsável”.

Por forma a analisar os documentos oficiais associados à diplomacia cultural, desde 2013 a 2019, definimos o modelo da diplomacia cultural da BRI. No que respeita aos

atores participantes na implementação da diplomacia cultural da BRI, estes são diversificados e distribuem-se por multicamadas. Vão desde o governo central ao local, das instituições oficiais e instituições semioficiais às instituições não-oficiais, dos líderes estatais à sociedade civil. Vários atores sociais praticam a diplomacia cultural à sua maneira, recebem apoio do estado e servem a diplomacia cultural da China. As formas são categorizadas em quatro partes, e cada parte pode ser diversificada em formas mais detalhadas. O modelo é o seguinte:

| | | |
|------------------|--|---|
| Os atores | Os atores governamentais | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Governo central ➤ Departamentos executivos |
| | Os atores não - governamentais | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Entidade empresarial ➤ Associações/ organizações sociais |
| Formas | Intercâmbio e cooperação no campo da cultura e da arte | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Obras culturais ➤ Eventos culturais ➤ Centros culturais ➤ Ano cultural |
| | Indústrias culturais | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Turismo ➤ Geminação de cidades |
| | Educação | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Comunicação e cooperação ➤ Formação e apoios |
| | Atividades de comunicação e troca de informação | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Comunicação dos <i>media</i> ➤ Imprensa ➤ Novos <i>media</i> |

Quadro 11- O modelo da diplomacia cultural da BRI

Capítulo 4: As relações sino-portuguesas através das perspetivas do construtivismo: 1949-2012

4.1 Introdução

O registo oficial dos primeiros contatos diplomáticos formais sino-portuguesas remontam a 1727, quando o embaixador Alexandre Metello de Sousa e Menezes chegou, oficialmente, a Pequim, enviado por D. João V. O primeiro embaixador de Portugal na China foi recebido pelo imperador Yongzheng, que organizou uma grandiosa cerimónia de receção. Conforme a descrição da Embaixada de Portugal, os primeiros diplomatas a estabelecer comunicações culturais sino-portuguesas foram, maioritariamente, todos enviados por oficiais portugueses, contribuindo para o início da construção do conhecimento sobre o Oriente através do olhar europeu. É exemplo disso o caso de Tomé Pires (1465-1540): enviado por Portugal ao Oriente e que escreveu a obra «*Suma Oriental*» para mostrar ao mundo o Oriente misterioso. Tomás Pereira (1645-1708) introduziu e disseminou, em finais do século XVII, a teoria e prática da música ocidental na China, enquanto o jesuíta Gabriel de Magalhães (1677-1735) escreveu *Doze Excelências da China*, que aborda vários aspetos da China, como a sua história, língua, costumes e governação. Pode-se então observar que a comunicação sino-portuguesa remonta ao século XVI. Estes contactos em tempos antigos, na realidade, estabelecem as bases para o conhecimento mútuo dos dois países.

Nos tempos modernos, após o restabelecimento de relações diplomáticas em 1979, o desenvolvimento das relações sino-portuguesas atravessaram a sua fase mais dinâmica de sempre, como salientado, por exemplo por Rui Pereira¹⁷² (Pereira, 2004). A questão de Macau, resolvida com enorme sucesso, pode ser considerada como a cereja no topo do bolo

¹⁷² Chefe de Divisão das Relações Internacionais na Direção-Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia de Portugal.

para as comunicações sino-portuguesas. Na realidade, as relações sino-portuguesas têm sido discutidas pelos académicos, havendo lugar à revisão da literatura académica tanto em chinês como em português. Categorizamos assim as investigações sobre as relações sino-portuguesas em três dimensões: 1) as relações sino-portuguesas durante época da fundação da RPC (Canas & Correia, 2009; M.S. Fernandes, 2015; Fernandes, 1998, 2010, 2018; Huang, 2006; Mendes, 2016; B. F. Pereira, 2015; F. A. B. Pereira et al., 1999; Rebelo, 2003; X. et al., 2013); 2) a questão de Macau (Branco, 2019; M.S. Fernandes, 2015; Fernandes, 2000, 2001, 1996, 1999; Gonçalves, 2007; Matias, 2009; Mendes, 2007, 2013, 2014; Sá, 1985; Villas-Boas, 2005; Wei, 2009); 3) as relações sino-portuguesas após a transição de Macau (Amado, 2010; Amado et al., 2010; Gonçalves, 2010a; Loureiro, 2015; B. F. Pereira, 2015; Villas-Boas, 2005; L. Zeng, 2016; X. Zeng, 2015). A fim de analisar as relações sino-portuguesas no contexto da BRI, ou seja, após 2012, é necessário rever o processo de desenvolvimento dessas relações, nomeadamente a evolução da utilização, por parte da China, da diplomacia cultural no fomento das relações bilaterais com Portugal. Para o efeito, seguindo de perto a teoria do construtivismo, dividimos as relações sino-portuguesas, antes da BRI, em três fases: a época hobbesiana, 1949-1979; a época lockeana, 1979-1999; a época kantiana, 2000-2012. Tal como referimos no capítulo 1, na perspetiva de Wendt, diferentes culturas podem influenciar as identidades e os interesses do estado, e determinar os comportamentos do país. Para entender a evolução da diplomacia cultural da China em Portugal, tanto essas identidades como esses interesses necessitam de ser explorados.

A elaboração deste capítulo baseou-se numa revisão de literatura e na análise das políticas e acordos bilaterais estabelecidos entre 1949 a 2012 com a finalidade de entender: i) como podemos definir as relações sino-portuguesas nestas três fases: na perspetiva do construtivismo; ii) de que modo as políticas da China afetam a implementação da diplomacia cultural em Portugal; iii) quais são as medidas da diplomacia cultural da China em Portugal, em cada fase; e por fim, quais são os efeitos das medidas da diplomacia cultural da China nas relações sino-portuguesas.

4.2 Época hobbesiana, 1949-1978

4.2.1 Sobre o contexto

A cultura hobbesiana é caracterizada pelos termos “inimigos, hostilidade e desconfiança” (Wendt, 1999), na medida em que os Estados se veem uns aos outros como inimigos, envolvendo-se em conflitos violentos. Nesta cultura, as relações bilaterais geralmente giram em torno da questão da soberania, pelo que os países podem negar a existência legal de outro país. Partindo da perspectiva da China e da perspectiva de Portugal, chegamos à conclusão de que, entre 1949 e 1978, apesar de não se terem registado confrontos diretos graves entre estes dois países e da inexistência de relações diplomáticas eles, as relações sino-portuguesas enquadram-se na época hobbesiana pelas razões discutidas em seguida.

No caso da China, logo após a fundação da República Popular da China, o governo chinês declarou inválido o Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português, assinado em 1 de dezembro de 1887, o qual tinha confirmado a governação de Macau por Portugal. A denúncia da RPC mostrou ao mundo as suas primeiras políticas diplomáticas, assentes no “anti-hegemonismo ocidental e o anticolonialismo¹⁷³ (X. Zeng, 2016), e, o apoio às independências dos países do terceiro mundo. Por outro lado, sob a orientação da teoria dos Três Mundos de Mao e da política “unilateral”, Deng Xiaoping incorpora Portugal no Segundo Mundo, onde enquadra os países desenvolvidos ocidentais. Deng apontou que “Portugal, por exemplo, (...) prossegue inclusivamente a sua bárbara dominação colonial”(Diário de Notícias, 1974). Adicionalmente, o regime de Salazar rejeitou um convite para restabelecer as relações diplomáticas junto da China porque o governo português queria manter a sua governação colonial em Macau. Na ótica de Huang (2006), o governo português optou por uma atitude de não cooperação para tratar da questão de Macau. Portugal não iria devolver Macau, se o Reino Unido não saísse de Hong Kong (X. Zeng,

¹⁷³ Em chinês: “反对西方霸权主义, 反殖民” (Fǎnduì xīfāng bàquán zhǔyì, fǎn zhímín).

2016). Além disso, para manter o seu domínio em Macau e evitar diretamente conflitos com a China continental, o governo português admitia o regime de Taiwan que tinha um representante diplomático em Macau entre 1949 e 1966 (Cohen & Chiu, 1974), o que significa que, na realidade, o governo português não reconhecia o regime legal do PCC na China. Podemos dizer que do ponto de vista da ideologia, Portugal e a China eram dois países obviamente hostis.

No entanto, conforme o Comunicado sobre a Fundação do Governo Popular Central¹⁷⁴, em 1949, o governo chinês expressou a sua vontade de estabelecer relações diplomáticas com todos os países do mundo. Com a deterioração das relações sino-soviéticas, no final da década de 1950, a China abandonou gradualmente a política “unilateral” e aliviou o estado hostil em relação a alguns países ocidentais. Zhou Enlai afirmou que a China estava disposta a estabelecer relações com várias potências ocidentais, incluindo Portugal, numa entrevista publicada no New York Times, em 1964 (Moisés Silva Fernandes, 1998). Em relação a Portugal, Fernandes (2002) argumenta que, de facto, houve tentativas de convencer Salazar a reconhecer a RPC, de forma a poder-se estabelecer em Portugal relações diplomáticas com a China. Salientam-se os nomes de “J.C. de Magalhães, Cônsul-Geral de Portugal em Cantão, A. Lopo Simões, Cônsul-Geral de Portugal em Xangai, E. Brasão, Cônsul-Geral em Hong Kong, A. de Faria, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Secretário para os Assuntos Internos, e Albano de Oliveira, Governador de Macau” (Fernandes, 1998, p. 305) e Franco Nogueira, o ministro dos Negócios Estrangeiros (Fernandes, 2002).

Zheng (2016) considera que a atitude da China em relação a Portugal nesta fase, de um modo geral, depende do planeamento de longo prazo e melhores contrapartidas¹⁷⁵. Por um lado, levanta-se a questão da soberania de Macau no planeamento a longo prazo,

¹⁷⁴ “... o governo da China está disposto a estabelecer relações diplomáticas com todos os países do mundo, na base dos princípios da igualdade, do benefício mútuo e do respeito mútuo pela integridade territorial e soberania” ; o conteúdo foi citado por Huang(2006).

¹⁷⁵ Em chinês: 长期打算、充分利用, Chángqí dǎsuàn, chōngfèn lìyòng.

visto que Macau, facilita o fornecimento de produtos à China Continental através da sua importação, numa fase em que o país enfrenta um bloqueio económico das potências ocidentais e das nações unidas (NU) (Lourido, 2009; Shi, 1991; X. Zeng, 2016). Do ponto de vista político, desde 1949 a 1966 o governo chinês optou pela política de “*statusquo*” na questão de Macau¹⁷⁶, para evitar conflitos diretamente com os países ocidentais e aproveitar as vozes favoráveis internacionais, de modo a contrariar a dinâmica do Partido Nacionalista em Taiwan (Fernandes, 2018).

Em termo de Portugal, o governo português rejeitou a imediata transferência da soberania de Macau na fundação da RPC. Especialmente após o 25 de Abril, Portugal começou a procurar estabelecer contacto com a RPC, para aliviar as tensões entre os dois países, o que representa os primeiros contactos diplomáticos entre os dois países (Fernandes, 1999, 2008; Gonçalves, 2007; Zeng, 2016). Em primeiro lugar, Portugal anunciou a quebra das relações diplomáticas com o regime de Taiwan em 1975, estabelecendo condições favoráveis para a normalização das relações sino-portuguesas (Moisés Silva Fernandes, 1999b). Em segundo lugar, mudou a sua atitude em relação à soberania de Macau. Em 1974, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, apontou que Macau era apenas um centro de comércio em vez de uma colónia de Portugal, e apelou ao desenvolvimento das relações sino-portuguesas através de conversas bilaterais (Gonçalves, 2007). Em 1976, quando participou nas conferências das NU, o presidente português, António Ramalho Eanes, trocou opiniões sobre a questão de Macau com o representante da China, Huang Hua (Fernandes, 1999b). No mesmo ano, a Constituição da República Portuguesa definiu “Macau como território sob administração de Portugal...”, em vez de “colónia portuguesa”. Embora a identificação de Macau na Constituição de 1976 não tenha referido a soberania deste território, removeu claramente os obstáculos fundamentais ao

¹⁷⁶ Logo na fundação da RPC, o governo chinês declarou o Tratado de Amizade e Comércio Sino-Português como um dos muitos tratados desiguais impostos pelos países europeus à China e por isso foi declarado inválido. No entanto, o novo regime da China ainda não esteve disposto a tratar desta questão histórica dos tratados desiguais, por isso o *status quo* de Macau foi provisoriamente mantido.

desenvolvimento das relações sino-portuguesas.

A alteração da atitude do governo chinês em relação a Portugal começou com a revolução de 25 de abril de 1974. Fernandes (Ibid.) afirmou que apenas depois do movimento da descolonização, o governo chinês se interessou pela normalização das relações sino-portuguesas. Esta alteração é perceptível nas palavras dos líderes chineses. Após o 25 de Abril, com as sucessivas independências dos países africanos colonizados, o primeiro-ministro Zhou Enlai comentou a “derrota vergonhosa da política colonialista portuguesa de triste fama (...). A queda do regime reacionário de Caetano representa uma grande vitória para os povos africanos. A situação no continente africano é muito encorajadora.” (Zhou, 1974, p. 6). O PCC também comentou, em 1974, que, “em face da abertura das negociações com os movimentos de libertação africanos, o novo governo de Lisboa é acolhido favoravelmente em Pequim” (Diário de Notícias, 1974, p.7).

As relações sino-portuguesas, ao aproximarem-se do construtivismo de Wendt, designadamente no que se refere à ocorrência de conflitos armados da época hobbesiana, geram uma série de conflitos entre a China e Portugal. Encontram-se registados quatro conflitos armados desde 1949 a 1978: incidente em Coloane (1950), conflitos nas Portas do Cerco (1952), conflitos de comemorações do IV Centenário de Macau (1955), Motim 1-2-3(1966). O “incidente em Coloane” e “os conflitos nas Portas do Cerco” tratam-se de uma série de pequenos conflitos armados entre chineses e portugueses devido a divergências quanto á localização das fronteiras do território. O incidente nas “Comemorações do IV Centenário de Macau” deriva da indefinição da fronteira marítima. Por último, o “motim popular 1-2-3” consistiu num protesto dos residentes chineses em Macau contra o Governo de Macau.

4.2.2 As práticas de diplomacia cultural da China nas relações sino-portuguesas

Conforme referimos no capítulo 2, devido à teoria dos Três Mundos e à política “unilateral”, a China utilizou a *diplomacia de povo* como o canal predominante nas

atividades externas, que visavam obter o apoio da comunidade internacional, especialmente as vozes dos países do terceiro mundo. Por outro lado, a China dedicava-se a lutas e conflitos ideológicos, para difundir a propaganda socialista contra o imperialismo, hegemonismo e colonialismo, através do desenvolvimento de relações com os países recém-independentes e os países do terceiro mundo. Na década de 60, a China começou a concentrar-se na promoção das relações bilaterais com países capitalistas, visto que a política unilateral com o a União Soviética tinha chegado ao fim. Neste contexto, as práticas de diplomacia cultural da China nas relações sino-portuguesas apresentam as seguintes características.

De uma perspectiva macro, os primeiros contactos políticos são introduzidos por meios da comunicação social. No caso da China, a tarefa principal da política externa é estabelecer relações diplomáticas com outros países, sob este contexto, ganhar apoio da comunidade internacional sobre o novo regime da RPC é a tarefa predominante. A partir de 1960, os órgãos de propaganda do PCC lançaram uma série de publicações em português. Os livros da ideologia de Mao Zedong foram traduzidos para português, como por exemplo, «As Citações do Presidente Mao Zedong, as Obras Escolhidas de Mao Zedong», e «Socialismo Chinês» (Fernandes, 1999b). Além disso, a *Rádio Pequim* começou a transmitir os programas em língua portuguesa para os países lusófonos (Ibid.). Em relação a Portugal, em 1962 e em 1964, os jornalistas portugueses Mário Rosa e José de Freitas, do *Diário Popular*, foram convidados pelo Jornal *Guangming*¹⁷⁷ a visitar a China. Logo depois desta visita, os jornalistas publicaram artigos que elogiavam o sistema político chinês (Fernandes, 2001; Rebelo, 2003). No artigo intitulado «A China Vence o Passado», o jornalista revelou inclusivamente a importância da normalização das relações sino-portuguesas (Freitas, 1964). Em 1978, realizou-se um acordo de cooperação e de intercâmbio jornalístico e fotográfico entre a ANOP¹⁷⁸ e a Agência de Xinhua (“Comunicação social: intercâmbio jornalístico entre Portugal e a China,” 1978). As

¹⁷⁷ Um dos jornais oficiais do PCC.

¹⁷⁸ Agência Noticiosa Portuguesa

primeiras comunicações das imprensas chinesa e portuguesa mostraram a nova China aos países lusófonos.

A fim de acelerar o processo de normalização diplomática com os países do mundo, a China necessitava de recursos humanos que possuíssem conhecimentos específicos sobre o novo regime. Sob este apelo político, o primeiro curso de português foi estabelecido no Instituto de Radiodifusão de Pequim¹⁷⁹ em 1960 (Zheng, 2017). No entanto, para o vice-diretor do Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (BFSU), o primeiro curso de português foi criado na BFSU em 1961, a pedido de Zhou Enlai (Fu, 2011). Os primeiros finalistas do curso de língua portuguesa¹⁸⁰ foram enviados pelo governo chinês para órgãos públicos ou entidades estatais, contribuindo para o desenvolvimento das relações entre a China e os países lusófonos.

Nas práticas de diplomacia do povo, o governo chinês, para além de convidar os jornalistas estrangeiros a visitar a China, a fim de mostrar a nova imagem do país ao mundo, também organizou atividades em parceria com associações sociais para promover a comunicação bilateral. Em 1959, o IPCNE¹⁸¹ convidou o deputado da Assembleia Nacional, Alberto Pacheco Jorge, a visitar a China continental, tendo-se encontrado na altura com o ministro do Ministério de Negócios Estrangeiros, Chenyi (Moisés Silva Fernandes, 2000b). Este deputado viveu e trabalhou muitos anos em Macau e possuía um vasto conhecimento sobre a China. Este tipo de visitas promovem o interesse económico da China nos países lusófonos e, ao mesmo tempo, aumentam a sua influência internacional.

Na senda da “diplomacia de ping-pong” com os Estados Unidos, para demonstrar que a diplomacia, na época hobbesiana, foi além da política, temos o caso do futebol com Portugal. Em 1978, uma equipa do Sporting Clube de Portugal foi participar numa série de jogos de futebol organizados na China continental. Carlos Ricardo, primeiro secretário da Associação Democrática de Amizade Portugal-China, na altura, expressou: “transcende o

¹⁷⁹ Hoje em dia é conhecido por Universidade de Comunicação da China.

¹⁸⁰ De acordo com as entrevistas com a professora Wang Suoying e Gu Fengxiang.

¹⁸¹ Instituto do povo chinês dos negócios estrangeiros

âmbito desportivo para se fixar no objetivo de uma maior aproximação entre os dois povos” (Diário de Notícias, 1978) . O representante da China ao receber a delegação portuguesa comentou que “O ping-pong é um desporto muito pequeno e por isso a janela que abrimos junto dos Estados Unidos também foi pequena. Mas o futebol é maior, então vamos abrir a porta a Portugal” (Hong Kong Standard, 1978). É neste contexto que Fernandes (2010) afirmou que a visita do Sporting à China foi um dos sinais políticos mais fortes encetados por estes dois países enquanto negociavam um acordo sobre Macau.

4.3 Época lockeana, 1979-1999

4.3.1 Sobre o contexto

Ainda que, no dia 6 de janeiro de 1975, Portugal tenha reconhecido oficialmente o governo da República Popular da China, a cultura hobbesiana mantém-se até ao estabelecimento formal das relações diplomáticas, no dia 8 de fevereiro de 1979, quando se concluiu o reconhecimento da existência legítima do país RPC por Portugal. Este reconhecimento tornar-se no ponto de inflexão para a cultura lockeana porque ambos os países reconhecem mutuamente a sua existência, em que o direito de existir é condição indispensável da cultura lockeana (Wendt, 1992). No entanto, de 1979 a 1999, apesar do restabelecimento das relações diplomáticas sino-portuguesas, a questão de Macau permanecia como divergência principal no âmbito da “sobrevivência física” da teoria do construtivismo, por isso a passagem para a época kantiana apenas se observa quando ao mesmo tempo Portugal reconhece diplomaticamente a China e a soberania de Macau.

Em 1978, na 3ª Sessão Plenária do 11º Congresso do PCC, Deng Xiaoping propôs as teorias de “reformular o interior da China, abrir uma janela para o exterior” e de “libertar a mente e buscar a verdade dos fatos”, apontando claramente o início da Reforma Económica da China. Após o surgimento da nova política de abertura económica, os interesses pelas lutas ideológicas da China cederam, gradualmente, aos interesses económicos do

desenvolvimento. Desta forma, os interesses económicos tornaram-se o conteúdo central da estratégia política da China. Por isso, a nova política de Abertura Económica ajudou a desenvolver as relações entre a China e Portugal. Conforme Fernandes (1999), realizaram-se um conjunto de negociações entre a China e Portugal, a fim de se estabelecerem as relações diplomáticas formais em 1979. No dia 8 de fevereiro desse ano, os dois governos acordaram a Declaração Conjunta em Paris, onde se estabelecia que Macau era parte integrante da China, embora provisoriamente sob administração portuguesa, criando condições favoráveis para o desenvolvimento das relações sino-portuguesas. Três anos depois, a política externa de “independência” foi proposta no XII Congresso Nacional do PCC, substituindo as políticas “Unilaterais” e “Uma Linha, Um Campo”. O novo posicionamento da China no âmbito da sua política externa e o acordo sobre Macau podem ser considerados como dois pilares fundamentais da consolidação das relações entre a China e Portugal.

É de assinalar que, após do estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, a questão do retorno de Macau à China foi agendada, o que se refletiu na comunicação e nos contactos diplomáticos sino-portugueses (Cabral, 2007; Moisés Silva Fernandes, 1999a; Gonçalves, 2007). De 1980 a 1987, os principais contactos oficiais entre a China e Portugal são resumidos no quadro 13:

| Ano | Contactos oficiais registados |
|---------------|---|
| 1980 | Membros do governo português visitaram a Pequim e assinaram o Acordo Comercial entre o Governo da República Portuguesa e República Popular da China |
| 1985 | O presidente de Portugal, Ramalho Eanes, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, visitaram Pequim. |
| 1986- 1987 | Realizaram-se quatro rondas de negociação devido à questão de Macau. |

| | |
|------|--|
| 1987 | O primeiro-ministro de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, visitou Pequim e assinou, juntamente com o primeiro-ministro da China, Zhao Ziyang, a Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China Sobre a Questão de Macau (também chamada simplesmente Declaração Conjunta Luso-chinesa). |
|------|--|

Quadro 12- Lista de contactos oficiais registados, elaboração própria

Pereira (2015) refere que as visitas de alto nível, para além de promoverem a influência económica e aumentarem a confiança mútua, mobilizaram as administrações e sociedades civis de Portugal e da China para a criação de laços entre os dois países. O capital de confiança revelar-se-ia essencial na resolução da questão de Macau. A Declaração Conjunta Luso-chinesa declara que “Macau é território chinês e o governo da RPC retomará a soberania sobre Macau a 20 de dezembro de 1999”. (RP, 1987). O documento também garante que a RPC deve preservar a autonomia futura e a conservação das especificidades (sistema económico-financeiro) da RAEM durante 50 anos, até 2049 (Ibid.). Os doze anos desde a assinatura da “Declaração Conjunta Luso-chinesa”, em 13 de abril de 1987, até à transição do regime de Macau, em 20 de dezembro de 1999, são conhecidos por época de transição.

Na realidade, desde o lançamento da Declaração Conjunta Luso-chinesa, as visitas oficiais entre os dois países aumentaram radicalmente. Desde 1988 a 1999, conforme registo no Portal Diplomático de Portugal, ocorreram 12 visitas de alto nível (quadro 14).

| Ano | Visitas |
|------------|--|
| 1988 | Visita a Pequim do MNE português João de Deus Pinheiro |
| 1991 | Visita a Lisboa do MNE chinês Qian Qichen |
| 1992 | Visita a Lisboa do PM chinês Li Peng |
| 1993 | Visita a Pequim do MNE português Durão Barroso; |

| | |
|------|---|
| | Visita a Lisboa do Presidente Jiang Zemin |
| 1994 | Visita a Pequim do PM Cavaco Silva |
| 1995 | Visita de Estado do PR Mário Soares |
| 1996 | Visita à China do MNE Jaime Gama |
| 1997 | Visita de Estado do PR Jorge Sampaio |
| 1998 | Visita à Portugal do MNE Qian Qichen Visita à China do PM António Guterres |
| 1999 | Visita de Estado do PR Jiang Zemin a Lisboa |

Quadro 13- Lista de visitas de alto nível entre 1988 e 1999

O retorno de Macau à administração chinesa fez com que as relações sino-portuguesas entrassem numa fase de otimismo. A Declaração Conjunta Luso-chinesa não só forneceu uma solução à questão de Macau, como também possibilitou o desenvolvimento progressivo das relações bilaterais (Cabral, 2007). É de salientar que Macau, sendo a janela da China para os países lusófonos, serve também como elo de ligação entre os países lusófonos e a Ásia. Por isso, nas palavras do antigo embaixador português em Pequim, Pedro Catarino, “Portugal ainda tem muito trabalho a fazer para potenciar o relacionamento com a China no novo quadro internacional. A China, através de Macau, aproveitou as vantagens da língua portuguesa e aplicou-as em África. Portugal pode explorar mais o relacionamento com a China nesse cenário.” (Gonçalves, 2010b, p. 49).

4.3.2 As práticas de diplomacia cultural da China nas relações sino-portuguesas

Durante a época lockeana, o governo português tomou uma série de medidas para que a diplomacia cultural junto da China pudesse manter os seus interesses. Do ponto de vista da China, a diplomacia cultural durante esta época assumiu preocupações económicas,

enquanto tratava de resolver a questão de Macau (X. Zeng & Huang, 2013). De um modo geral, categorizamos as práticas da diplomacia cultural em quatro domínios: intercâmbios oficiais e não-oficiais, assinatura de acordos de cooperação, fundação de instituições, organização de exposições e eventos culturais.

Tal como referimos no capítulo 2, a assinatura do acordo de cooperação intergovernamental passou a ser um novo mecanismo na diplomacia cultural da China. Em relação aos acordos bilaterais assinados entre a China e Portugal, os intercâmbios culturais e a cooperação mútua aumentaram gradualmente deste 1979 a 1999. China e Portugal assinaram oficialmente vários acordos de cooperação, alguns deles com incidência na vertente cultural, identificados no quadro em baixo:

| Ano | Acordos bilaterais entre Portugal e a China |
|------------|---|
| 1982 | Acordo de Cooperação Cultural, Científico e Técnico entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China |
| 1984 | Plano de Implementação do Intercâmbio Cultural China-Portugal de 1988 a 1990 |
| 1988 | Plano de Implementação do Intercâmbio Cultural China-Portugal de 1988 a 1990 |
| 1990 | Plano de Implementação do Intercâmbio Cultural China-Portugal de 1991 a 1993 |
| 1991 | Acordo de Cooperação no Domínio do Desporto entre Portugal e a China |
| 1992 | Acordo sobre a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos |
| 1993 | Convénio Básico de Cooperação Científica e Técnica |
| 1995 | Acordo de geminação de cidade entre Shangai e o Porto |
| 1997 | Plano de Implementação do Intercâmbio Cultural China-Portugal de 1997 |

| | |
|------|---|
| | a 1999 |
| 1998 | Convenção entre Portugal e a China, para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal, em matéria de impostos sobre o rendimento, e respetivo protocolo |
| | Acordo de cooperação entre o Ministério da Segurança Pública da China e o Ministério do Interior Português |

Quadro 14- Lista de acordos bilaterais sino-portugueses assinados de 1979 a 1999

Constata-se assim que a maioria dos acordos bilaterais assinados entre a China Portugal desde 1979 a 1999 estão relacionados com a área cultural. Após o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e Portugal, o intercâmbio cultural e a cooperação entre os dois países têm vindo a aumentar. Conforme os dados registados no Portal de Negócios Estrangeiros da China, os contactos culturais entre estes dois países datam desde 1980, ano da visita do vice-ministro da Cultura da China, Liu Fuzhi, a Portugal. Deste então, iniciou-se um novo capítulo nas relações culturais sino-portuguesas. Através da análise dos documentos oficiais listados no quadro anterior, as práticas da diplomacia cultural da China com Portugal possuem as seguintes características:

i) A cooperação e comunicação cultural entre estes dois países começou a realizar-se e a ser garantida pelo mecanismo dos acordos intergovernamentais entretanto assinados. O «Acordo de Cooperação Cultural, Científico e Técnico entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China» foi o primeiro acordo assinado desde o estabelecimento das relações diplomáticas sino-portuguesas, sendo o documento orientador para o intercâmbio cultural entre os dois países na área de arte, cultura, ciência e tecnologia, educação, desporto, saúde, notícia, rádio, televisão, cinema. Adicionalmente, “para o cumprimento dos objetivos do presente Acordo, foi criada pelas Partes Signatárias uma comissão mista, constituída por igual número de representantes de ambos os governos, que se reunirá de três em três anos, por acordo das partes signatárias ou a pedido de uma

delas, alternadamente, em Lisboa e Beijing”. Desta forma, estabeleceu-se uma premissa legal e oficial que garante, ao nível intergovernamental, a continuidade do intercâmbio cultural entre Portugal e a China.

ii) Os intercâmbios realizados entre a China e Portugal passaram a ser planeados. Por isso, de três em três anos, o plano de intercâmbio cultural entre estes dois países é revisto e alvo de novo planeamento. Embora não se tenha celebrado nenhum acordo referente ao plano de intercâmbio cultural entre 1994 e 1996, foi estabelecido, em 1993, o Convénio Básico de Cooperação Científica e Técnica, sendo o documento específico no domínio de cooperação científica ao nível inter-universitário.

iii) Apesar dos contatos culturais entre a China e Portugal começarem a assumir diferentes formas, os intercâmbios culturais durante esta época focavam-se principalmente na educação e nos eventos culturais. A China e Portugal desenvolviam as suas relações nos domínios da educação e da investigação científica. Este ponto foi salientado no lançamento do Acordo de 1982, para o qual foram elaborados três artigos¹⁸² relacionados com a cooperação educativa. Na China, para satisfazer à requisição de talentos falantes da língua portuguesa, face à crescente internacionalização deste país e à sua política de Reforma Económica, a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (UEEP) e Universidade de Estudos Estrangeiros de Shangai (UEES) foram classificadas como universidades importantes. Adicionalmente, no caso da UEEP, a sua faculdade de Política Internacional e de Relações internacionais foi construída de raiz, enquanto no caso da UEES, a sua faculdade de Política Internacional e de Relações internacionais foi reconstruída. Em 1991, foi também inaugurado o Centro de Ensino e Investigação do Português pela UEEP, tendo a inauguração sido presenciada pelo ministro da educação português à data, Roberto Carneiro, a convite do governo chinês, confirmando a importância do centro na contribuição para o

¹⁸² “ARTIGO I: as partes signatárias desenvolverão as suas relações no domínio de educação... ARTIGO II: ... deverão encorajar a cooperação entre as instituições de investigação científica... ARTIGO VII: ... concederá bolsa de estudo...” fonte: http://Decreto%20n.º%20103_82%20_%20DRE.html, acedido em 19/10/2020.

desenvolvimento das relações bilaterais entre a China e Portugal (Zeng, 2015). Nesta época, o Ministério da Educação da China também providenciou bolsas de estudo para que os alunos chineses pudessem frequentar o curso de português da Universidade de Macau e da Universidade de Lisboa.

iv) Durante a época lockeana, o principal foco da diplomacia cultural sino-portuguesa consistia na questão de Macau. Macau passou a ser visto como um elo de ligação entre a China e Portugal, conseqüentemente, entre a China e a Europa, onde intercâmbios culturais e intercâmbios entre cidadãos de ambos os países foram realizados. Os eventos organizados em Macau promoveram, ao mesmo tempo, as relações sino-portuguesas. Isso é refletido através do estabelecimento de entidades culturais em Macau. Entre as instituições fundadas em 1989, contam-se o Instituto Português do Oriente (IPOR), fundado pelo governo de Macau, a Fundação Oriente, e o Instituto Português de Língua e Cultura, a agência especializada na promoção da língua e cultura portuguesa na Ásia e no fortalecimento de intercâmbios e relações culturais entre Portugal e a China. Em 1995 foi fundado o Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM), visando contribuir para a difusão de informação sobre: Macau, China, o quadro de relações sino-portuguesas e sino-lusófonas (Pereira et al., 1999). Em 1998, a Escola Portuguesa de Macau (EPM) foi inaugurada, numa iniciativa conjunta do ministério português da Educação, da Fundação Oriente e da Associação Promotora da Instrução dos Macaenses (Meneses, 1999; Portela, 1999).

v) As participações dos organizações não-governamentais tomavam o papel indispensável na comunicação cultural entre os dois países. A Fundação Calouste Gulbenkian é uma das organizações não-governamentais importantes na divulgação da língua portuguesa na China. Os recursos financeiros da Fundação Calouste Gulbenkian, conhecida como o “Segundo Ministério da Cultura” de Portugal, não só suportam bolsas de estudos para jovens estudantes e professores chineses, mas também patrocinam escritores portugueses que vão à China dar palestras. Em 1999, a convite do Ministério da Cultura da China, foi realizado um concerto pela Orquestra Sinfónica da Fundação Calouste Gulbenkian, no Grande Salão do Povo, em Pequim. Li Peng, o presidente do Comité

Permanente do Congresso Nacional do Povo da China, elogiou o concerto: “É altamente valorizado pelos dois governos o concerto realizado na China pela Orquestra Sinfónica da Gulbenkian. A China e Portugal colaboraram muito bem no regresso de Macau à China (...), esta atuação é exemplo de cooperação e intercâmbio bem-sucedidos entre os dois países” (Zhao, 1999).

4.4 Época kantiana, 2000-2012

4.4.1 Sobre o contexto

No período da cultura kantiana, as relações entre os países são amigáveis. A cultura kantiana enfatiza a paz e opta por apoios mútuos, os países assumem ações coletivas, como uma equipa, de forma a assegurar o interesse mútuo (Wendt, 1999). Como características mais representativas, apresenta a “cooperação” e a “amizade”, em vez de “rivalidade” e “hostilidade”. Na cultura kantiana, para além da inexistência de “conflitos”, os países seguem os princípios de não-violência e *win-win* (Ibid.). Durante esta época, as relações sino-portuguesas são positivas, marcadas pela resolução bem-sucedida da questão de Macau em 1999 e, especialmente sob o impulso da política de Abertura Económica da China e o estabelecimento da Parceria Estratégica Global entre os dois países. Em termos de relações sino-portuguesas durante esta época, o Presidente chinês Hu Jintao, em 2010, salientou que “a China e Portugal não têm conflito de interesses fundamentais. Os dois países têm opiniões similares e partilham amplos interesses comuns na salvaguarda da paz mundial e na promoção do desenvolvimento comum” (Zhang, n.d.).

Em primeiro lugar, a resolução bem-sucedida da questão de Macau – estabeleceu as condições necessárias para que os dois países se tornassem parceiros estratégicos. “O retorno de Macau à pátria há cinco anos ofereceu oportunidades estratégicas para fortalecer a amizade e cooperação entre Portugal e a China”, disse o Presidente chinês Hu Jintao no

encontro com o Presidente português Jorge Sampaio, em 2005 (Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2005).

Em segundo lugar, o estabelecimento de uma Parceria Estratégica Global propiciou o fortalecimento dos contactos económicos e políticos entre a China e Portugal. Em relação à China, um evento marcante neste processo de mudança foi a adesão da China às OMC, ocorrida em 2001. Sob a onda de globalização e o incentivo da participação da OMC, a China começou a estabelecer relações de parceria com os outros países e organizações internacionais. Em 2003, publicou uma declaração conjunta com a UE, em que se declara o estabelecimento de uma Parceria Estratégia Global. A partir de 2003, um total de 14 países europeus tornam-se parceiros estratégicos da China (ver Anexo 4). Sob este contexto, Portugal desempenha o papel ativo na promoção da cooperação global entre a China e a União Europeia (Zhang, 2018; Wei, 2009; Fernandes, 2016). Esta perspectiva também é refletida nas palavras de Hu Jintao, que manifestou “alto apreço pelo papel de Portugal na promoção das relações sino-europeias”¹⁸³. O conhecimento aprofundado que Portugal tem acerca das regras da UE é uma condição favorável para a China olhar estrategicamente para Portugal num contexto de um crescente interesse económico no continente europeu. Desta forma, a melhoria das relações sino-portuguesas beneficia o diálogo, aprofunda o conhecimento e diminui as divergências entre a UE e a China (Gonçalves, 2010; Wei, 2009; Fernandes, 2016). A China assinou uma Parceria Estratégica Global em 2005, considerada um marco histórico nas relações sino-portuguesas pelos académicos (Amado et al., 2010; M.S. Fernandes, 2015, 2008; Gonçalves, 2010; Huang, 2006; Mendes, 2013, 2016). A parceria foi formalizada na Declaração Conjunta sobre a intensificação das relações bilaterais e os responsáveis concordaram unanimemente em estabelecer relações de parceria estratégica global durante a visita a Portugal do PM chinês

¹⁸³ Citado por Abertura da conferência “*Financing belt and road*” (2018).

Hu Jintao, em dezembro de 2005. Junto com a Declaração Conjunta, foram ainda assinados protocolos de cooperação nas áreas da saúde, justiça e diversos acordos empresariais.

Em relação a Portugal, aprofundar relações amigáveis com os outros países também é indispensável no palco internacional (Gonçalves, 2007). Especialmente após o Programa do XV Governo Constitucional, em 2002, onde se definiram as missões políticas contemporâneas: “... aprofundar as relações bilaterais com países vizinhos e parceiros estratégicos (...). (...) a relação especial com a RAEM também deve ser fortalecida, para estimular e aproveitar as oportunidades apresentadas pela recente adesão da China à OMC.” Durante a presença do Presidente Jorge Sampaio na China, em 2005, foi fundado o Consulado Geral, em Xangai. Para ele, “o Consulado Geral de Portugal em Xangai servirá como elemento dinamizador da cooperação bilateral, nos domínios do comércio, do investimento, do turismo, da ciência, da cultura, da língua e da cooperação entre universidades” (Público, 2005).

Em terceiro lugar, como referido anteriormente, embora durante a época lockeana não existissem relações económicas estreitas entre a China e Portugal, depois da transição de Macau para a administração chinesa, a situação foi revertida (Fernandes, 2000). Depois do estabelecimento de Parceria estratégica, Hu Jintao comentou “(a China) está disposta a envidar esforços conjuntos no sentido de intensificar o intercâmbio e a cooperação, reforçar a confiança e a amizade, enriquecer as relações bilaterais e elevar a parceria estratégica sino-portuguesa a um novo patamar.”¹⁸⁴ No início do mesmo ano, realizou-se a visita do Presidente Jorge Sampaio à China. Durante esta visita, foi fundado o Conselho Empresarial Luso-Chinês, e, nas declarações à imprensa, foram assinados sete acordos bilaterais. Desde a transição de Macau, foram assinados, no total, 25 acordos bilaterais, 48% deles em 2005. (ver Anexo 3). Na realidade, desde a transição de Macau para a China, as visitas de alto nível entre os dois países começaram a ser frequentes a partir 2003 (ver Anexo 2). Reparámos que,

¹⁸⁴ Ibid.

desde 2005, a frequência de visitas de alto nível entre os dois países aumentou. Em 2007, José Sócrates, primeiro-ministro na altura, efetuou a primeira visita oficial à China de um

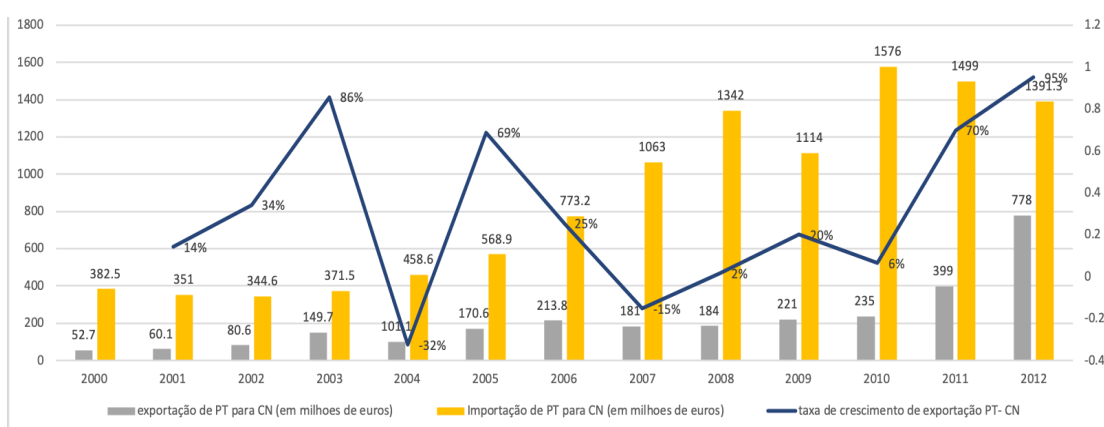


Tabela 3-Exportação/importação de Portugal para a China 2000-2012; elaboração própria, baseada na fonte INE, PORDATA

chefe de Governo português depois da transição de Macau para a soberania chinesa. É importante revelar que, a partir de 2011, o ano a seguir ao da visita do Presidente chinês Hu Jintao a Lisboa, começou uma nova fase de investimentos chineses em Portugal. A *China Three Gorges* adquire 21,35% da EDP ao Estado português, por 2,69 mil milhões de euros, o que representou o maior investimento chinês de sempre em Portugal. De 2000 a 2012, Portugal foi um dos países que recebeu mais investimento chinês em toda a Europa, ficando na quarta posição, à frente de todos os outros países do sul da Europa (Branco, 2019; Fernandes, 2015; Pereira, 2015; Mendes, 2016). Verificamos, na tabela acima, a balança comercial bilateral e os fluxos de investimento entre 2001 e 2012. As exportações portuguesas para a China registaram uma evolução positiva, traduzida numa taxa de crescimento médio anual na ordem dos 31%. Em 2012, as exportações atingiram 778 milhões de euros, o que representa um aumento de aproximadamente 95%. As exportações em 2012 aumentaram 14 vezes em relação ao ano 2000, e o mesmo aumento radical regista-se em 2003 e 2005.

4.4.2 As práticas de diplomacia cultural da China nas relações sino-portuguesas

No que diz respeito às práticas de diplomacia cultural da China nas relações com Portugal durante este período, em comparação com a época lockeana, o número de acordos de cooperação na área da cultura aumentou significativamente. Dos 25 acordos bilaterais sino-portugueses assinados entre 2000 e 2012, salientam-se dez, que estão relacionados com a área cultural:

| Ano | Acordos assinados |
|------|---|
| 2002 | Memorando de Cooperação assinado pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior da República Portuguesa e pela Ministra da Educação da República Popular da China. |
| 2005 | Memorando de Cooperação entre o Supremo Tribunal Administrativo da República Portuguesa e o Supremo Tribunal Popular da República Popular da China. |
| | Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China sobre o Reconhecimento de Graus Académicos e de Períodos de Estudos do Ensino Superior*. |
| | Programa de Cooperação nos Domínios da Língua, Educação, Ciência, Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desportos e Comunicação Social para 2005-2007*. |
| | Acordo de Cooperação para o Intercâmbio entre a Fundação Oriente e a Associação Internacional de Cultura da China a vigorar entre 2005 e 2007*. |
| | Protocolo de Colaboração entre a RTP e a CCTV*. |
| | Protocolo de Cooperação entre o Instituto Camões, Instituto Português do Oriente e a Universidade de Comunicação. |
| | Acordo-Quadro entre o Gabinete do Grupo Nacional de Ensino de Chinês como Língua Estrangeira e a Universidade do Minho. |
| 2007 | <i>Acordo entre o Conselho Internacional do Ensino do Chinês e a Universidade de Lisboa para a constituição do segundo Instituto Confúcio.</i> |
| 2010 | <i>Plano de implementação da cooperação do governo chinês-português nas áreas de cultura, idioma, educação, ciência,</i> |

| | |
|------|---|
| | <i>tecnologia, ensino superior, juventude, desportos e media de 2010 a 2012.</i> |
| | <i>Acordo de cooperação no domínio do turismo.</i> |
| 2012 | <i>Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e Ciência de Portugal e o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China.</i> |

Quadro 15- Lista de acordos bilaterais sino-portugueses assinados de 2000 a 2012

Através da análise destes documentos, em relação as práticas da diplomacia cultural da China em Portugal durante este período, foi possível identificar as seguintes características:

i) Foram registados mais e diversas formas de intercâmbio cultural no formato de decretos e políticas chinesas e portuguesas, constituindo um impulso forte para promover a comunicação entre os dois países. Por exemplo, o «Memorando de Cooperação assinado pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior da República Portuguesa e pela Ministra da Educação da República Popular da China» esclareceu os direitos e obrigações entre os dois países na aprendizagem das línguas, estabelecendo as bases jurídicas para a promoção da língua portuguesa na China.

ii) Os intercâmbios foram fortalecidos pelo governo chinês e as formas de comunicação foram diversificadas em comparação com os períodos anteriores. O estabelecimento de uma relação de parceria impulsionou a diversificação da comunicação cultural entre os dois países. Particularmente, durante 2005 a 2012, os acordos assinados aumentaram consideravelmente. Em 2005, foram assinados seis acordos culturais, envolvendo as cooperações no domínio de línguas, educação e associações não-governamentais.

iii) Salienta-se o ensino de línguas, quer o ensino de chinês em Portugal, quer o ensino de Português na China. Durante a visita de Estado do Presidente Jorge Sampaio à China, em 2005, além de ter decidido duplicar as trocas comerciais, Hu expressou a necessidade de melhoria do intercâmbio cultural, como a realização de exposições de cultura

chinesa em várias cidades portuguesas, a fundação de dois Institutos Confúcio em Portugal e a abertura de novos cursos de língua portuguesa em universidades chinesas. Acompanhando a publicação do «Comunicado de Imprensa Conjunto entre a República Popular da China e a República Portuguesa por Ocasão da Visita do Presidente da República Portuguesa à China», foram tornados públicos sete acordos de cooperação, entre eles, cinco acordos sobre cooperação na área da educação, intercâmbio cultural, *media*, entre outros. Destaque-se a cooperação, pela primeira vez, entre associações culturais e entre órgãos de comunicação social, e ainda a elaboração do plano de atividades culturais, entre 2005 e 2007. O acordo de reconhecimento de graus académicos do ensino superior, além de ter impulsionado o aumento de estudantes em mobilidade, também favoreceu a comunicação entre os jovens de culturas diferentes. Conforme as estatísticas, um total de 116 estudantes chineses estavam matriculados em universidades e faculdades portuguesas, em 2008. Dois anos depois, o número de estudantes chineses matriculados em universidades e faculdades portuguesas atingiu os 231, sobretudo alunos que frequentavam cursos de Português (Tang, 2011).

Para além de abrir cursos de língua portuguesa nas universidades chinesas, o Hanban começou a valorizar a difusão da língua e cultura chinesa em Portugal. O primeiro Instituto Confúcio em Portugal, inaugurado em 2006, numa parceria entre a Universidade de Minho e o Gabinete Nacional de Divulgação da Língua Chinesa no Mundo, surgiu precisamente para tentar contrariar o enorme vazio de conhecimento da cultura e língua chinesa em Portugal.

A China com a sua política de “*Going Out*” precisa de mais especialistas no domínio das línguas, culturas e políticas internacionais. Assim, passou gradualmente de um

| Universidades | Início do curso de Português |
|--|------------------------------|
| Universidade de Estudos Internacionais de Beijing | 2005 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Tianjin | 2005 |
| Universidade de Beijing | 2007 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Xi'an | 2007 |
| Faculdade Nanguang, Universidade de Comunicação da China | 2007 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian | 2008 |
| Universidade Normal de Harbin | 2008 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Huaqiao de Jilin | 2008 |
| Universidade de Economia e Comércio Internacional | 2008 |
| Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong | 2009 |
| Universidade de Língua e Cultura de Beijing | 2010 |
| Instituto de Comunicação de Hebei | 2010 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de PLA | 2010 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Hebei | 2011 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Sichuan | 2012 |

Quadro 16- As universidades da China com curso de Português, 2000-2012; os dados foram recolhidos por nós.

“país nativo” para um “país internacional” (Li, 2010) e mantém contatos mais estreitos com os países europeus, sendo que aumentou a procura por talentos linguísticos relevantes. O «Esboço do Plano Nacional de Reforma e Desenvolvimento da Educação a Médio e Longo Prazo (2010-2020)»¹⁸⁵ propõe “formar especialistas em línguas estrangeiras (...). As faculdades e universidades devem formar talentos internacionais com perspectiva internacional, conhecimento de regras internacionais e capacidade para participar em assuntos internacionais e competições internacionais”, indicando a direção do desenvolvimento geral para o ensino de línguas estrangeiras. Por exemplo, antes de 2000, apenas três universidades da China continental tinham o curso de Português¹⁸⁶, no entanto, desde 2000 até 2012, o número subiu para 15. Em 2005, foi inaugurado o Centro de Estudo Português na Universidade de Comunicação da China, durante a visita de Jorge Sampaio. E,

¹⁸⁵ Em chinês: 《国家中长期教育改革和发展规划纲要(2010—2020年)》(Guójiā zhōng cháng qī jiàoyù gǎigé hé fāzhǎn guīhuà gāngyào (2010—2020 nián))

¹⁸⁶ Estas três universidades são: Universidade de Comunicação da China, Universidade de Línguas Estrangeiras de Beijing, Universidade de Línguas Estrangeiras de Xangai.

em 2012, foi fundado o Centro de Estudo dos Países Lusófonos, na Universidade de Economia e Comércio Internacional. O crescimento expressivo da abertura de cursos de português nas universidades chinesas reflete as relações entre a China e os países lusófonos, agora mais estreitas.

iv) O número de geminações entre cidades aumenta. Em 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Yang Jiechi, reuniu com o então Presidente português, Cavaco Silva, e mostrou a vontade da China em expandir as relações de intercâmbio no domínio cultural, de forma a melhorar a coordenação em questões internacionais e regionais

| Cidade ou Vila | Geminada com | Ano |
|----------------|--------------|------|
| Aveiro | Panyu | 2000 |
| Loulé | Haikou | 2004 |
| Faro | Haikou | 2008 |
| Borba | Taizhou | 2009 |
| Carxato | Penglai | 2010 |
| Lisboa | Pequim | 2010 |
| Lisboa | Qingdao | 2010 |
| Lisboa | Haimen | 2011 |

Quadro 17- A lista de geminação entre as cidades da China e de Portugal, 2000-2012; dados recolhidos através de Associação Nacional de Municípios Portugueses

e elevar a parceria a nível superior e mais global (*“Portuguese President Meets with Yang Jiechi,”* 2009). Além disso, em 2002, foi criada a Associação Amizade-Intercâmbio Cultural Portugal-China (AAICPC) pelas diásporas chinesas em Portugal e por advogados portugueses, visando promover relações sino-portuguesas no domínio da cultura e da economia. As diásporas são vistas como fatores estratégicos na política externa e no *soft power*, sendo um laço indispensável entre duas sociedades de contextos culturais diferentes que, na realidade, podem promover políticas externas (Neves e Rocha-Trindade, 2008).

É importante ressaltar que Macau assumia um papel importante na prática da diplomacia cultural da China, dentro das relações sino-portuguesas, especialmente após a transferência da sua soberania para a China. Em primeiro lugar, Macau não é só o ponto de

encontro entre culturas orientais e ocidentais, mas também uma plataforma das relações entre a China e os países lusófonos (Dias, 2012; Carmen Amado Mendes, 2014). Graças à sua singularidade, no âmbito da cultura, da história e da educação, realizam-se em Macau conferências e seminários internacionais ligados aos países lusófonos. Especialmente após a fundação do *Fórum Macau*, cujo objetivo principal é reforçar a cooperação entre a China e os países lusófonos, cada vez mais atividades e eventos culturais são feitos em Macau (Mendes, 2013). Por exemplo, os primeiros Jogos da Lusofonia¹⁸⁷ foram realizados em 2006 em Macau. O *Fórum Macau* organiza a *Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa*. Xu Yingzhen, o secretária-geral do Secretariado Permanente do *Fórum Macau* salientou que a *Semana Cultural* atribui uma resposta ativa à cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, fomentando, de forma efetiva, o intercâmbio humano e o entendimento entre os povos (“Macau sedia a 11ª Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa,” n.d.). Portanto, Macau desempenha um papel único nas ligações da China com Portugal porque, ao mesmo tempo, transmite as mensagens das políticas do governo central chinês e promove o relacionamento bilateral.

4.5 Síntese geral

A primeira fase (1949-1979) das relações sino-portuguesas é considerada uma época hobbesiana (“inimigos, hostilidade e desconfiança”), devido ao conflito ideológico, ao conflito de territórios, e ao não reconhecimento do regime chinês pelo governo português. Durante este período, o governo chinês adotou sucessivamente uma política “Unilateral” e “Uma Linha, Um Campo”. Por um lado, as políticas serviram para lutas ideológicas, e, por outro lado, perseguia-se o objetivo de ganhar mais apoio junto da comunidade internacional por forma a validar o seu regime. Sob orientação destas políticas diplomáticas, realizou-se a

¹⁸⁷ O Festival da Lusofonia criado em 1998, visa promover a cultura dos países lusófonos em Macau.

diplomacia cultural da China. Durante este período, foram várias as formas de diplomacia cultural: os órgãos de propaganda do PCC lançaram uma série de artigos em português, a fim de disseminar as ideologias de Mao; estabeleceu-se o primeiro curso de Português na China continental, proporcionando aos talentos chineses a aprendizagem da língua portuguesa, cujo objetivo final era o de desenvolver trabalhos com países lusófonos e, através da diplomacia do povo, promover o conhecimento mútuo entre os dois países. Mas há poucos registos oficiais sobre a diplomacia cultural da China em Portugal, durante este período, que foi conduzida principalmente pelo governo chinês.

A época hobbesiana terminou com o estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e Portugal em 1999. Apesar do restabelecimento das relações diplomáticas sino-portuguesas, a questão de Macau mantinha-se como divergência principal no âmbito da “sobrevivência física” da teoria do construtivismo. Por isso, entre 1979 e 1999, deu-se a influência da cultura lockeana pelas seguintes razões: a soberania de Macau e o reconhecimento diplomático da RPC por Portugal; a comunicação e os contatos diplomáticos sino-portuguesas também centrados na questão de Macau. Após o estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e Portugal, os dois países assinaram uma série de acordos bilaterais, cujo tema principal foram os intercâmbios culturais. Estes acordos criaram a premissa oficial para os intercâmbios culturais entre Portugal e a China, nomeadamente na área de cultura, educação, desporto e tecnologia. A época lockeana das relações sino-portuguesas terminou apenas quando a questão de Macau foi resolvida, em 1999.

Na época kantiana, as relações sino-portuguesas foram positivas, devido à resolução da questão de Macau. Além disso, Macau passou a desempenhar um papel importante na prática da diplomacia cultural da China e nas relações sino-portuguesas na época kantiana, sendo uma plataforma sólida no desenvolvimento das relações entre a China e os países lusófonos. Sob o impulso da política de Abertura Económica da China, as ligações sino-portuguesas aprofundam-se em cooperações económicas, políticas e culturais. Salienta-se o estabelecimento da Parceria Estratégica Global com Portugal, em 2005, que é

considerada pelos académicos um marco histórico nas relações sino-portuguesas. Como referimos no capítulo anterior, a diplomacia pública da China desenvolveu-se mais rapidamente após do lançamento da política de *Going Out*, e o objetivo passou a ser o de mostrar uma boa imagem nacional ao mundo, criar opiniões públicas internacionais favoráveis e servir o desenvolvimento do país. Na dimensão cultural, as formas de intercâmbio cultural chinês em Portugal tornam-se diversificadas: além da educação, desporto, comunicação, cultura, surgiram acordos para imprensa, jovens, rádios, turismo. Verifica-se também que a comunicação entre as associações culturais começou a ser mencionada nos acordos bilaterais. Ou seja, começam a surgir os atores participantes na diplomacia cultural da China em Portugal.

Capítulo 5: Relações bilaterais China-Portugal na era Xi Jinping: o papel da diplomacia cultural

The science of society attempts the interpretative understanding of social actions (Weber, 1978).

5.1 Introdução

Proposta pelo presidente Xi Jinping em 2013, a ideia de construir a BRI, contribuiu para guindar a comunicação cultural ao patamar estratégico de nível global. A construção da BRI tem cinco dimensões principais: a coordenação das políticas, a conectividade das infraestruturas, o comércio sem restrições, a integração financeira e, ainda, o entendimento entre os povos. O “entendimento entre os povos” é considerado como uma base fundamental do estabelecimento de relações de confiança entre a China e os outros países enquadrados na iniciativa. Como referimos antes, a realização do entendimento entre os povos é inseparável da promoção da diplomacia cultural, ou seja, pode ser visto como um instrumento relevante da diplomacia de *nation branding*, por meio da disseminação de informações, intercâmbios culturais, entre outros, visando ganhar a boa impressão do público internacional e ganhar apoios às políticas implementadas.

Com o objetivo de promover o entendimento entre os povos, realizar o “sonho chinês” e construir um país responsável de forma a concretizar “a comunidade de destino compartilhado da humanidade”, o governo chinês tem lançado uma série de medidas para reformular o sistema de diplomacia cultural assente na BRI e re-enquadrar a participação de atores governamentais e não-governamentais na sua implementação. No capítulo 3, através

da análise de documentos oficiais, construímos o modelo de diplomacia cultural da China no contexto da BRI, fornecendo o seu enquadramento geral no contexto do estudo de caso.

Como discutido no capítulo anterior, a análise da evolução das relações sino-portuguesas, entre 1949 e 2012, permite inserir os diferentes estágios numa sequência de épocas, cujos contornos manifestam as características hobbesianas, lockeanas e, finalmente, kantianas. Desde o lançamento da BRI até o fim de 2019, as relações sino-portuguesas têm vindo a ser apreciadas de forma muito positiva, sendo frequente ouvir dos líderes portugueses e chineses a consideração de que o contexto bilateral configura a melhor época da história. O presente capítulo volta à questão principal da investigação: analisar de que forma a BRI pode afetar as relações bilaterais sino-portuguesas através da sua dimensão cultural, tendo como referência o período entre 2013 a 2019. Isto implica que, através do estudo de caso da implementação da diplomacia cultural da China em Portugal no novo contexto da BRI, analisemos as relações sino-portuguesas na perspetiva cultural.

Baseado no modelo construído no capítulo 3, optamos pelos métodos de recolha e análise de dados que têm por base de observações não participantes e o levantamento dos dados secundários no domínio das práticas da diplomacia cultural da China em Portugal. No processo de análise dos dados, optamos pelo método de análise de conteúdo., utilizando *software* MAXDQA e *Excel*. Através da análise de conteúdo por tema, a dimensão cultural foi analisada com mais atenção. Portanto, as dimensões política e económica ficam como suplementos de contexto para a nossa análise, especialmente quando analisamos as relações sino-portuguesas baseadas na teoria de Wendt.

5.2 Sobre o contexto: as relações sino-portuguesas e a continuação da cultura kantiana

5.2.1 Dimensão económica

Desde que a China entrou na era da BRI, em 2013, deu-se início a uma nova fase da estratégia *Going Out*. Como mencionámos no capítulo 3, no contexto da BRI, para além de atingir os objetivos nacionais, como é o caso da meta dos “Dois Séculos”, a China pretende impulsionar o florescimento da sua cultura, de forma a obter a confiança por parte dos outros povos, assim como o desenvolvimento dos laços de integração regional, entre outros. Ao nível mundial, a China visa, de forma estratégica, integrar a sua economia na economia global, para construir a “comunidade de destino compartilhado da humanidade” e, ao mesmo tempo, melhorar a sua imagem de “país responsável”. Portanto, o lançamento da política da BRI simboliza uma nova fase, com vista à ampliação da abertura do país ao exterior. O relatório do XIX Congresso Nacional do PCC apontou que, sob a orientação da BRI, os investimentos externos devem ser fomentados de forma estável e saudável. Por conseguinte, em 2018, foram publicados pelo Ministério do Comércio da China vários guias de países (região) para cooperação em investimento estrangeiro, envolvendo os conhecimentos gerais e específicos dos países enquadrados na BRI.¹⁸⁸ O Guia para investimento em Portugal abrange dados gerais, informações económicas, políticas, condições legais, bem como uma série de conselhos para os investidores.

Enquanto a China lançava a estratégia da BRI no plano mundial, Portugal já tinha entrado no período da Troika, na sequência da crise internacional iniciada em 2008, que provocou a crise de dívida soberana.¹⁸⁹ Neste contexto, e como explicitado no documento

¹⁸⁸ Os guias são renovados anualmente e publicados no Portal da BRI.

¹⁸⁹ Em 2011, o *Memorando de Política Económicas e Financeiras* foi celebrado entre o Estado Português, o FMI, a CE e o BCE, indicando que as metas (Portugal foi atingir um défice de 5,9 por cento em 2011-

«Portugal — Memorando De Políticas Económicas e Financeiras», a intenção consistia em acelerar o programa de privatizações: “é nossa intenção acelerar o programa de privatizações. O plano existente – com horizonte temporal até 2013 - cobre o setor dos transportes (Aeroportos de Portugal, TAP e CP Carga), o setor da energia (GALP, EDP e REN), o setor das comunicações (Correios de Portugal) e o setor dos seguros (Caixa Seguros), assim como uma série de empresas de menor dimensão”. Este posicionamento, obviamente, suscitou a atenção de investidores internacionais e, de forma muito particular, de grandes empresas chinesas. Como resultado, durante o período de depressão económica, as empresas chinesas beneficiaram dos preços atrativos de ativos e da abertura do governo português ao investimento estrangeiro, para entrar no mercado europeu e expandir a sua influência global. Neste contexto, a CTG¹⁹⁰ adquiriu uma participação de 21,3% na EDP¹⁹¹, em 2011, por 2,7 biliões de euros, marcando o início de uma série de investimentos em Portugal no período subsequente (ver quadro 19). Seguiu-se uma série de aquisições de empresas portuguesas (REN, Tranquilidade, Luz Saúde, etc.) por capitais chineses. Foram ainda lançadas as

| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| IDE | 0.4 | 133.5 | 724.5 | 477.1 | 508.4 | 384.3 | 251.2 | 217.8 |
| Fonte: Banco de Portugal | | | | | | | | |
| Unidade: Milhões de Euros (valores líquidos) | | | | | | | | |
| Princípio Direcional: reflete a direção ou influência do investimento, isto é, o Investimento Direto do Exterior em Portugal (IDE). | | | | | | | | |

Quadro 18- Fluxos de Investimento Direto da China em Portugal- Princípio Direcional

Autorizações de Residência para Atividade de Investimento (ARI), vulgo Vistos Gold, que viriam a atrair montantes muito significativos de investimento chinês no sector imobiliário. Assim, o ambiente favorável incentivou ainda mais o investimento externo. Até finais de 2019, o ARI captou quase cinco mil milhões de euros, dos quais 51% respeitou a

contra os 4,6 por cento anteriores -, 4,5 por cento em 2012 e 3 por cento em 2013, quando a meta anterior era de 2 por cento) irão estabilizar a dívida pública por volta de 2013.

¹⁹⁰ *China Three Gorges*

¹⁹¹ Energias de Portugal

investimento oriundo da China.¹⁹² O surgimento da BRI enquadra-se com as políticas de atração do IED de Portugal, ambos fornecendo mais formas e possibilidades de cooperação no futuro (Rodrigues, 2017). O presidente do AICEP, Luís Castro Henriques, afirmou que “é preciso não esquecer que a China investiu em Portugal numa altura particularmente complicada, quando estávamos com uma intervenção da Troika. Os investimentos chineses foram muito importantes para a sobrevivência e manutenção da competitividade de muitas empresas. Atualmente, a economia portuguesa está muito competitiva e creio que isso atrairá mais investimentos da China.”¹⁹³ A evolução das relações sino-portuguesas pode ser mostrada através de algumas estatísticas económicas. De 2013 a 2019, o volume de comércio bilateral cresceu 75%.¹⁹⁴

Conforme o mapa de panorama de investimento chinês na Europa, neste momento, Portugal é o quinto maior destino do investimento chinês na Europa, seguido do Reino Unido, Alemanha, Itália, França e Finlândia. A China é também o maior parceiro comercial asiático e o terceiro mercado de Portugal fora da Europa. A evolução das relações sino-portuguesas, no domínio económico pode ser mostrada através de algumas estatísticas nos quadros acima. O valor acumulado do IDE chinês em Portugal somava até 2697,2 milhões de euros, entre 2012 e 2019.

| | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | total |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|---------|
| exportação de PT para CN (em milhões de euros) | 657.5 | 840 | 839 | 676.2 | 841.7 | 658.6 | 603.5 | 5116.5 |
| Importação de PT para CN (em milhões de euros) | 1370.4 | 1599.1 | 1777.6 | 1819.5 | 2051.5 | 2350.1 | 2953 | 13921.2 |

fonte:

<https://www.pordata.pt/Portugal/Exportações+de+bens+total+e+por+principais+pa%C3%ADses+parceiros+comerciais-2346>

Fontes/Entidades: INE, PORDATA

<https://www.pordata.pt/Portugal/Importações+de+bens+total+e+por+principais+pa%C3%ADses+parceiros+comerciais-2345->

Quadro 19- Volume comercial bilateral ente a China e Portugal de 2013 a 2019

¹⁹² Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF): <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2019.pdf>, acedido em 11/06/2019

¹⁹³ Entrevista a Luís Castro Henriques, presidente da AICEP, pela revista Fanzine, pelos jornalistas Qiyue e Yao Jinhong, em 2019.

¹⁹⁴ Os dados vêm da calculação do quadro 20.

Em termos da balança comercial entre a China e Portugal, podemos reparar que, entre 2013 e 2019, o volume das importações e de exportações de Portugal para a China atingiu um total de 5116,5 e 13921.2 milhões de euros respetivamente. Numa perspetiva geral, comparando com o total de importações e exportações de Portugal para a China no período de 12 anos, de 2000 a 2012¹⁹⁵, o valor total das exportações desde 2013 a 2019 aumentou 1,8 vezes e o valor das importações aumentou 1,3 vezes.

Portugal demonstrou o seu interesse em participar ativamente no enquadramento da BRI, desde o seu lançamento. Em 2015, por exemplo, contribuiu com cerca de 13 milhões de dólares para o BAI¹⁹⁶ (Van Der Putten & Meijnders, 2015). Em setembro de 2017, Portugal e a China assinaram um acordo bilateral, no sentido de se acelerarem os procedimentos alfandegários para a ligação do porto Sines com os portos chineses. Em 2018, Portugal assinou o memorando de entendimento para a promoção conjunta da construção da *Faixa Económica da Rota da Seda* e da *Rota Marítima da Seda do Século XXI*, com o objetivo de incluir o porto de Sines na Rota Marítima¹⁹⁷ e obter maiores possibilidades de cooperação em mercados terceiros. A então Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, afirmou que a integração do porto de Sines na BRI pode apontar uma nova era na relação entre Portugal e a China.

Atualmente, as relações económicas e comerciais bilaterais estão maduras. O surgimento da BRI é uma oportunidade para levar as relações sino-portuguesas a um novo

¹⁹⁵ O volume total de exportações e importações de Portugal para a China entre 2000 e 2012 foi de 2826.6 milhões de euros e 11235.6 milhões de euros, respetivamente. Os dados vêm do INE e da PORDATA.

¹⁹⁶ Como referimos antes, o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas é um dos mecanismos da implementação da BRI.

¹⁹⁷ Portugal pretendeu impulsionar a extensão da faixa, baseado na terra, projetado de Chongqing para Madrid e para Portugal. Portugal quer incluir no projeto uma rota atlântica, beneficiando do alargamento do canal do Panamá, que permite que as rotas do Extremo Oriente cheguem ao Oceano Atlântico.

patamar. O comércio bilateral cresceu de forma constante e o investimento da China em Portugal continua a progredir positivamente.

5.2.2 Dimensão política

A China considera o seu relacionamento com Portugal uma boa prática internacional. O presidente chinês Xi Jinping considerou as relações sino-portuguesas no quadro de “uma amizade que transcende o tempo e o espaço, uma parceria voltada para o futuro” (Xi, 2018a). Isso não se deve apenas à transição da soberania de Macau de Portugal para a China, mas também ao facto de os dois países terem conseguido um nível de cooperação notável, nos últimos anos. Portugal foi um dos primeiros países da Europa a estabelecer uma parceria estratégica global com a China, tendo sido o primeiro país europeu a aderir à BRI. Durante a sua visita a Portugal, o Presidente chinês Xi Jinping salientou que as relações sino-portuguesas estão a entrar no seu melhor período.

A adesão de Portugal à BRI simboliza a nova era das relações sino-portuguesas. Devido à sua localização geográfica, Portugal foi designado por Xi como “o ponto de interseção entre a Rota da Seda Terrestre e a Rota da Seda Marítima”. O conselheiro de política externa do Executivo chinês, Lv Fengding, destacou precisamente que “Portugal é um dos terminais da rota marítima da seda” (Reuters, 2017). Prefigura-se que as relações entre os dois países sob o enquadramento da BRI alcancem uma situação favorável de mútua promoção. Xi destacou que “os dois países devem estreitar o intercâmbio de alto nível, nomeadamente ao nível do governo central, legislativo, partidário, subestatal e popular, a fim de aprofundar a confiança política mútua, assim como estabelecer alicerces políticos”¹⁹⁸.

Na verdade, no período da BRI, os contactos de alto nível tornaram-se mais frequentes do que em períodos anteriores. Na Lista de Visitas de Alto Nível 2013-2019

¹⁹⁸ Fonte: <http://portuguese.cri.cn/news/world/408/20181205/218758.html>, acessado em 06/10/2019.

(Anexo 7), é notório que o número de deslocações dos líderes políticos tem crescido em quantidade e em qualidade. Entre estas visitas, salientam-se as visitas de chefes de estado, em 2014¹⁹⁹ e em 2018. Desde o fim de 2018 até meados de 2019, os presidentes realizaram visitas de estado a um e a outro país, num espaço inferior a 6 meses, o que, de certo modo, reflete a proximidade das relações sino-portuguesas. Durante a visita do presidente chinês Xi Jinping a Portugal, os dois países assinaram vários acordos que abrangem cooperações económicas, políticas, culturais. O presidente português Marcelo Rebelo da Sousa afirmou “é um salto qualitativo que é dado durante esta visita, passando de um memorando, que já é do ponto de vista de parceria estratégica muito importante, agora no plano bilateral, para mais do que isso.”²⁰⁰

As visitas do líder do país desempenham um importante papel de liderança nas relações internacionais, mostrando-se altamente estratégicas, eficientes e representativas. As visitas/contactos frequentes de alto nível ajudam a melhorar ainda mais as relações entre os dois países. Segundo Marcelo Rebelo de Sousa, “nas visitas recíprocas entre titulares do poder político de Portugal e da China, nasceu empatia, renovou-se uma empatia e é um quadro de excelência nas relações políticas institucionais.”²⁰¹ Na opinião do ex-embaixador chinês em Portugal, Cai Run, a propósito da visita de Xi Jinping, não se trata apenas de outra viagem de um líder chinês após oito anos, mas é um evento crucial para marcar a entrada da parceria num melhor momento histórico. Isso manifestou-se no desenvolvimento abrangente da cooperação entre os dois países em vários círculos.²⁰² Também é importante salientar que,

¹⁹⁹ Em 2014, o presidente português Cavaco Silva realizou uma visita de estado à China. Durante a sua visita, foram assinados 29 acordos e memorandos de entendimentos entre os dois governos, empresas e universidades.

²⁰⁰ <https://hojemacau.com.mo/2019/04/29/relacoes-luso-chinesas-sobem-de-patamar-politico-com-contactos-anuais/>, acedido em 19/09/2019.

²⁰¹ <https://www.publico.pt/2019/04/30/politica/noticia/marcelo-quer-levar-empatia-politica-negocios-china-1871026>, acedido em 19/09/2019.

²⁰² <https://hojemacau.com.mo/2019/02/22/embaiador-da-china-em-portugal-cai-run-relacoes-entre-a-china-e-portugal-na-melhor-fase/>, acedido em 06/10/2019.

durante as visitas de alto nível, realizaram-se assinaturas de novos acordos. O anexo 9 apresenta 38 acordos bilaterais assinados, do início de 2013 a finais de 2019. Desde 2000 a 2012, existem apenas 26 acordos assinados (conforme Anexo 3). Pode-se dizer que ao longo destes seis anos, a cooperação entre os dois países tem aumentado de forma significativa.

As relações bilaterais sino-portuguesas, normalmente, são consideradas como assumindo uma dimensão multilateral. Para a China, a cooperação com Portugal pode expandir-se para a cooperação tripartida com os países membros da CPLP, que tem mais de 200 milhões de pessoas. Além disso, Portugal, como membro da EU, pode assumir um papel importante na ligação da China com os outros países europeus, designadamente no âmbito da BRI. Também para Augusto Silva, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, a cooperação entre a China e Portugal no enquadramento da BRI complementa a Estratégia da UE para as Conectividades Europa-Ásia e Plataforma para a Conectividade UE-China, e, por outro lado, sendo que a BRI liga os oceanos Pacífico, Índico e Atlântico, Portugal tem interesse estratégico nesta ligação. Por isso, durante a era pré-covid, Portugal tem o seu lugar específico na construção da BRI, sendo um parceiro e amigo da China no contexto da UE e da diplomacia multilateral.

Em suma, o consenso alargado que se pode identificar nos meios políticos português e chinês em torno da BRI antes de 2020, encontra evidência em expressões como, por exemplo, “era dourada”, “no melhor momento de sempre”, “no novo ponto de partida”, no “novo capítulo”. O grau de cooperação entre a China e Portugal, nos mais variados níveis, tem constatado um grande desenvolvimento. Durante este período, os dois países decidiram reforçar a Parceria Estratégica Global, elevando-a a um novo platamar. Como mencionado pelo presidente português Marcelo Rebelo de Sousa, durante a sua visita oficial à China em abril de 2019, “Portugal passava assim a ter com a China um relacionamento político ao nível de países como a França, como o Reino Unido, como os Estados Unidos da América”²⁰³.

²⁰³ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/relacoes-luso-chinas-sobem-de-patamar-politico-com-contactos-anuais_n1144212, acedido em 20/09/2019.

Esta afirmação demonstra a qualidade das relações sino-portuguesas, antes da pandemia COVID-19. Portanto, podemos dizer, com base na teoria de Wendt, que as relações sino-portuguesas no contexto da BRI podem ser consideradas como uma continuação e melhoria da cultura kantiana.

5.3 Nota metodológica

Correspondente à modelização da vertente teórica e prática dos capítulos anteriores, especialmente do modelo proposto para definir a diplomacia cultural da China no contexto da BRI, surgiu a necessidade de orientar o modelo para o fenómeno que pretendemos explorar, bem como para os métodos mais adequados a seguir, com o propósito de recolher e analisar os dados de forma eficiente, a fim de focar a nossa investigação na pergunta de partida:

Como é que o novo contexto estratégico da China- a BRI - pode afetar as relações bilaterais sino-portuguesas, através da sua dimensão cultural?

Em torno desta questão de partida, pretendemos responder a outras questões derivadas, especialmente as seguintes:

- *Qual é o foco da implementação da diplomacia cultural e políticas culturais da BRI em Portugal?*
- *No caso de Portugal, quais são as lições se retiram sobre a BRI em relação ao entendimento entre os povos?*

A metodologia da nossa investigação, como foi referido no início do presente capítulo, tem por base observações não participantes e o levantamento de dados secundários



Quadro 20- Research Design de Estudo de Caso

(análise documental), no domínio das práticas da diplomacia cultural da China em Portugal.

Primeiro, reunimos informação sobre políticas externas culturais relacionadas com a BRI (Anexo5) e os acordos bilaterais e multilaterais publicados pelo Ministério das Relações Exteriores da China, deste o fim de 2013 até setembro de 2019 (Anexo 1). Através da análise dessas políticas e acordos, estabelecemos no capítulo 3 o modelo geral da diplomacia cultural da China no contexto da BRI.²⁰⁴

Segundo, optamos por uma abordagem mista à recolha e análise de dados, ou seja, integramos métodos qualitativos e quantitativos de forma a interpretar a relação dos dados (Bryman, 2007; Hanson et al. , 2005). Denzin (1978) recomendou a metodologia mista para explorar o mesmo fenómeno social, a fim de evitar a distorção da investigação. Analisar os dados através de métodos diferentes pode fornecer um suporte mais forte à conclusão da investigação e consolidar a sua precisão. Isso porque, os métodos qualitativos e quantitativos têm as suas próprias vantagens e desvantagens e podem compensar as deficiências um do

²⁰⁴ O enquadramento do modelo inclui quatro temas principais: os intercâmbios e cooperação no campo da cultura e da arte, indústrias culturais, educação, atividade de comunicações e troca de informações.

outro. Na opinião de Creswell e de Clark (2005), as premissas quantitativas do projeto são mais rigorosas. De um modo geral, por meio de amostragem apropriada, os resultados devem ser generalizados através da discussão sobre a correlação e causalidade entre variáveis. Por outro lado, mesmo que a investigação qualitativa possa fornecer informação mais aprofundada, dependente da compreensão e interpretação dos investigadores. Por isso, optamos pela forma de observação para recolher os dados qualitativos e levantamento dos dados secundários, tais como políticas públicas, comunicados, notícias publicadas, discursos oficiais, tratados, artigos oficiais e intervenções governamentais, para análise qualitativa.

Terceiro, a ordem de recolha e análise de dados qualitativos e quantitativos foi executada simultaneamente. Isso facilita o acompanhamento de fenómenos sociais e processos de implementação da política. O processo de investigação decorreu de acordo com o nosso *research design*, a fim de explorar as respostas às questões da investigação. No processo de análise dos dados, optamos pelo método de análise temática (análise de conteúdo).

5.3.1 Recolha de dados

5.3.1.1 Observação

A essência da metodologia qualitativa exige aos investigadores que aprofundem o campo e descrevam completamente os fenómenos. A observação é uma das técnicas estratégicas mais comuns da investigação científica. O método de observação refere-se ao método de investigação onde os investigadores podem recolher informações diretamente do campo, com objetivos claros. Marshall e Rossman (1989) consideram o método de observação como a descrição sistemática de eventos, comportamentos e artefactos no ambiente social escolhido para o estudo. É um método de coleta de informações primárias sociais ou dados originais.

O método de observação não é afetado pela linguagem ou comunicação interpessoal, uma vez que exige dados confiáveis e intuitivos. Além disso, a característica de flexibilidade também é uma das suas vantagens relevantes. O método de observação pode ser usado para ajudar a responder a perguntas de investigação descritivas, construir teoria, gerar ou testar hipóteses (DeWalt & DeWalt, 2002). O foco de observação permite, especialmente aos investigadores, dedicarem-se pessoalmente ao estudo empírico.

➤ **Observação não-participante**

A observação não-participante capta os dados das atividades sem que os investigadores se transformem em investigados (Lincoln & Guba, 1985). Por outras palavras, os observadores não participam diretamente nas atividades das pessoas investigadas, e observam o objeto como espectadores. A vantagem da observação não-participante é que ela pode ser realizada objetivamente, sem ser influenciada pela pessoa observada.

As observações não-participantes foram registadas na Nota de Observação. Antes de efetuar as observações, construímos a “Nota de Observação” (Anexo 6), para registar conteúdos de observações. Sendo o instrumento de recolha de dados, a Nota de Observação, para além de envolver o registo descritivo, contempla também as fotos, *audio* gravado, entre outros. Os registos descritivos ocorreram principalmente durante a nossa participação em eventos e atividades. Também optamos pelo registo pós-evento, que, neste caso, depende exclusivamente da memória e da opinião do investigador. Os eventos e atividades foram escolhidos entre finais de 2017 e finais de 2019, e correspondem aos temas derivados do modelo contruído. Ficam elencados no quadro 22. Durante este período, procuramos as pistas que nos permitiriam compreender as práticas da diplomacia cultural da China em Portugal no contexto de BRI, a fim de responder às nossas questões iniciais, especialmente os pontos seguintes: a) o tipo de abordagem da diplomacia cultural da China em Portugal; b) os promotores de intercâmbios culturais da China em Portugal; c) os conteúdos e processos

de implementação da diplomacia cultural da China em Portugal; d) o *feedback* dos alvos da diplomacia cultural da China em Portugal.

O investigador, umas vezes como convidado, outras, como intérprete, foi

| Data | Evento/atividade | Local | Organizador | Forma |
|------------|---|-----------------------------------|--|---|
| 2017.12.2 | IV Gala Portugal-China: Uma Faixa, Uma Rota | Lisboa | CCILC | Educação (Conferência) |
| 2018.10.2 | Exposição "Uma Faixa, Uma Rota" | Universidade de Aveiro, Aveiro | Embaixada da RPC na RP; Universidade de Aveiro; Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro | Intercâmbios e cooperação no campo da cultura e da arte |
| 2018.10.31 | Gala Portugal- China: 40 Anos de Relações Diplomáticas | lisboa | CCILC | Educação (Conferência) |
| 2018.7.9 | Visitas do delegados da província de Liaoning e de Jiangsu em CCLI | CCLI, Lisboa | CCLI | Indústrias culturais |
| 2019.12.11 | Novo Capítulo da Fortuna Cerimónia de Inauguração da Primeira Exposição dos três Tesouros de Lishui, Iniciativa Uma Faixa, Uma Rota | Palácio da Ajuda, Lisboa | Federação nacional de chineses ultramarinos retornados; Governo de Lishui; Xiling Seal Art Society | Intercâmbios e cooperação no campo da cultura e da arte |
| 2019.12.15 | Exposição Internacional de Fotografia de Belt and Road em Portugal 2019 | Palacete dos Condes de Monte Real | Portugal China Photographers Association | Intercâmbios e cooperação no campo da cultura e da arte |
| 2019.3.13 | Diálogos Interculturais Portugal-China | Universidade de Aveiro, Aveiro | Universidade de Aveiro | Educação (Conferência) |
| 2019.3.24 | "Portugal-China: Cooperação Trilateral no âmbito da Belt and Road Initiative" | | Embaixada da China em Portugal e CCLI | Educação (Conferência) |
| 2019.6.12 | Exposição "Uma Faixa, Uma Rota" | Universidade de Coimbra, Coimbra | Embaixada da RPC na RP; Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra | Intercâmbios e cooperação no campo da cultura e da arte |
| 2019.9.7 | Promoção Turística de Shanxi Província em Portugal | Lisboa | Governo de Shanxi; Embaixada da RPC na RP | Indústrias culturais |

Quadro 21- Lista de eventos/atividades observados

observador não-participante nos casos referidos no quadro 22. É importante salientar que, embora tenha participado nos eventos/atividades relacionados com a diplomacia cultural, sobretudo nos domínios da “educação”, “intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte” e “economia cultural”, do modelo construído no capítulo 3, devido à carência de recursos e de oportunidade, não foi possível integrar ações do domínio “atividades de comunicação e troca de informações”. No entanto, os dados referentes a esta dimensão foram obtidos com base em fontes secundárias.

Ao contrário do sucedido com a categoria “eventos/atividades”, que comporta conferências, apresentações, inauguração dos eventos, onde empregamos o método de observação participante, no caso dos discursos dos comunicadores/apresentadores, optamos por analisar o material através de gravação ou registo escrito, em vez de entrevistar diretamente os participantes.

5.3.1.2 Os dados secundários: notícias, comunicados oficiais, documentos e políticas oficiais

Devido às limitações do método de observação - os resultados de observação podem ser afetados pelos observadores ou os resultados de alguns fenômenos com informações limitadas, a análise de dados secundários reforça a validade do estudo (DeWalt & DeWalt, 2002). Os dados secundários, como reportagens de jornais e artigos de revistas, são fontes auxiliares, relevantes e credíveis, que reproduzem os eventos/atividades ocorridos. Por isso, os dados secundários podem compensar as limitações dos dados recolhidos por observação.

Por um lado, conforme o modelo de diplomacia cultural da China, não estão disponíveis os dados de eventos/atividades do domínio de “atividades de comunicação e troca de informações” através do método de observação. Por outro lado, o número de amostras obtidas por observação não-participantes é pequeno, pelo que não consegue satisfazer a exigência da precisão de conclusão que se retiram da análise de dados. Portanto, são necessários mais dados completos, especialmente no enquadramento do modelo de diplomacia cultural da China no contexto da BRI. Sendo assim, o levantamento dos dados secundários é considerado uma pesquisa quantitativa, que se baseia num grande número de estatística.

Para a integridade da nossa investigação, os dados da China e de Portugal foram levantados a dois níveis: nível governamental e nível não-governamental. Por um lado, no nível governamental, pretendemos analisar os documentos oficiais, acordos assinados e políticas lançadas pelos dois governos, com o fim de saber mais sobre a diplomacia cultural da China no novo contexto da BRI, bem como o seu *feedback* na esfera do poder estatal. Por outro lado, tendo em conta que a avaliação dos resultados e efeitos da diplomacia cultural é tarefa árdua, conforme discutido no capítulo 1, decidimos investigar os efeitos da diplomacia cultural da China através da análise da reação do público-alvo sobre as atividades de

diplomacia cultural da China em Portugal, ou seja, encontrar respostas à questão se a diplomacia cultural da China durante este período pode promover o entendimento entre os povos. Pesquisamos as palavras-chave: “relações sino-portuguesas”/ “relações luso-chinesas” e “*One Belt, One Road; Portugal*”/ “Uma Faixa, Uma Rota; Portugal”/ “Nova Rota da Seda; Portugal”/ “cinturão e rota; Portugal”/ “Iniciativa da Uma Faixa, Uma Rota; Portugal”/ “Iniciativa do cinturão e rota”²⁰⁵ ou “cultura; China; Portugal” em fontes de pesquisa portuguesas, e “一带一路, 中葡关系”²⁰⁶, “一带一路, 中葡文化关系”²⁰⁷ em fontes de pesquisa chinesas (as fontes estão listadas no quadro seguinte). Escolhemos resultados nas categorias seguintes: vídeos, imagens, programas, conteúdo e consultas públicas, notícias, documentos, intervenções e comunicados, desde dezembro de 2013 até dezembro de 2019. No quadro seguinte, apresentam-se as fontes de dados em dois níveis.

| Obs. | CHINA | PORTUGAL | Obs. |
|--------------------------------------|---|---|---|
| <i>Nível governamental</i> | Portal diplomático e Portal do governo | Portal do governo Portal Diplomático | <i>Nível governamental</i> |
| <i>Conselho de Estado da RPC</i> | <i>Xinhua</i> ²⁰⁸ | Agência Lusa | <i>Governo da República Portuguesa</i> ²⁰⁹ |
| | CRI ²¹⁰ | RTP Notícias | <i>Entidade pública portuguesa</i> |
| <i>CCPC</i> | Portal da BRI | <i>Diário Notícias</i> | <i>Global Média Grupo</i> |

²⁰⁵ Uma vez que as fontes portuguesas utilizam termos diferentes para designar BRI, optamos por pesquisar várias palavras-chaves Português com o mesmo significado de BRI.

²⁰⁶ Pinyin: Yídài yīlù, zhōng pú guānxì. Tradução: BRI; relações sino-portuguesas.

²⁰⁷ Pinyin: Yídài yīlù, zhōng pú wénhuà guānxì. Tradução: BRI; relações culturais sino-portuguesas.

²⁰⁸ Agência de notícias

²⁰⁹ O governo da república portuguesa obtem 50,14% do capital social.

²¹⁰ Rádio Internacional da China

| | | | |
|--|-----------------------|----------------|-----------------|
| | <i>Diário do Povo</i> | <i>Público</i> | <i>Sonaecom</i> |
|--|-----------------------|----------------|-----------------|

Quadro 22- Fontes dos dados secundários e respetivos proprietários

➤ **Os dados secundários da China**

Conforme a estrutura institucional do Governo Central e do Conselho de Estado da RPC, que já foi abordada no capítulo 3, além do Portal Diplomático e do Portal do Governo da RPC, escolhemos ainda como fontes de dados na China a agência *Xinhua*, CRI, Portal da BRI e *Diário do Povo*.

A agência *Xinhua* e CRI apresentam dois portais de notícias liderados diretamente pelo Conselho de Estado da RPC. A *Xinhua* iniciou a elaboração de notícias em português no ano de 2016, por isso, os dados levantados provenientes deste portal envolvem os dados em chinês, desde dezembro de 2013 até dezembro de 2019, e, ao mesmo tempo, os dados em português, desde agosto de 2016²¹¹ até dezembro de 2019. Quanto à CRI, os resultados de pesquisa das palavras-chave são baseados no motor de pesquisa Baidu²¹², ou seja, a maioria não são notícias próprias. No entanto, a revista *Fanzine* publicada pela CRI é a revista bimensal em língua portuguesa, sendo a única revista em língua portuguesa na China continental, que fornece informação sobre política, economia, cultura e desenvolvimento social dos países lusófonos e sobre relações sino-lusófonos. Por isso, a fim de obter os dados correspondentes às exigências da investigação, também optamos pelo levantamento dos dados da revista *Fanzine*.

Para além da *Xinhua* e da CRI, também pesquisamos dados através do Portal da BRI e do *Diário do Povo*. É importante salientar que estas duas fontes pertencem ao CCPC e servem como instrumentos da sua diplomacia pública. No que respeita ao *Diário do Povo*, os dados recolhidos são em português e em chinês. Os dados em português são resultado da pesquisa no *Diário do Povo* em língua portuguesa, enquanto os dados em chinês derivam do

²¹¹ O *Xinhua* português foi lançado em agosto de 2016.

²¹² O maior e o motor principal da pesquisa na China.

Haiwai.net português, o sub-portal do *Diário do Povo*. O *Haiwai.net*, lançado em 2017, é o canal principal dos órgãos de comunicação social chineses nos países estrangeiros, cujo desígnio é difundir informação sobre a China.²¹³ O Portal da BRI foi lançado em 2017, sendo uma plataforma para publicar e esclarecer informações sobre políticas/ regulamentos/ leis, assim como promover a cooperação entre países participantes, fornecer serviços de informação e fomentar intercâmbios interativos sociais junto dos países enquadrados na BRI.²¹⁴ O Portal da BRI inclui 34 secções. Para além das sessões das políticas e conteúdos da RI, salientam-se secções, tais como “apresentação de países”, “acordos bilaterais”, “introdução de países” Por isso, o Portal da BRI é o canal mais específico para nos fornecer os dados relacionados com as políticas da BRI.

➤ **Os dados secundários de Portugal**

Ao nível governamental, fomos buscar os dados aos sítios Portugal Diplomático e República Portuguesa. Ao nível não-governamental, os dados obtidos foram da Agência Lusa, RTP, *Diário de Notícias* e *Público*.

O *Diário de Notícias* e o *Jornal de Negócios* pertencem ao grupo Cofina, o *Público* pertence ao grupo Sonaecom. E a Agência Lusa, como a maior agência de notícias em Portugal, partilha, de certo modo, os recursos com outros portais de comunicação social. Entre as fontes escolhidas, o Governo de Portugal é o maior acionista da Agência Lusa, possuindo 50,14% de participação e a RTP é uma empresa estatal portuguesa. Portanto, categorizamos a RTP e a Agência Lusa como fontes de nível governamental, enquanto o *Diário de Notícias* e o *Público* são fontes de nível não-governamental. Como os políticos chineses costumam publicar artigos no *Diário de Notícias* e no *Público*, optamos por estas duas fontes do nível não-governamental como representantes dos órgãos de comunicação social portugueses.

²¹³ <http://www.haiwainet.cn>

²¹⁴ www.yidaiyilu.gov.cn

Depois de categorizar os dados referidos, surgiu a necessidade de fazer a sua seleção baseada nas palavras-chave referidas anteriormente e retirámos as informações repetidas. Os resultados ficam listados na tabela seguinte:

| País | Fontes | Documentos | Documentos selecionados |
|--------------|---|-------------------|--------------------------------|
| Portugal | GOV. PT (Portal Diplomático e República Portuguesa) | 165 | 80 |
| | <i>Jornal de Negócios</i> | 61 | 47 |
| | Lusa | 82 | 62 |
| | RTP | 91 | 76 |
| | <i>Diário de Notícias</i> | 77 | 62 |
| | <i>Público</i> | 33 | 28 |
| China | GOV. CN (Embaixada da RPC em Portugal; Ministério das Relações Exteriores da China) | 126 | 55 |
| | BRI (www.yidaiyilu.gov.cn) | 46 | 46 |
| | <i>Diário do Povo- CN PT</i> | 338 | 226 |
| | CRI | 71 | 71 |
| | <i>Xinhua</i> português e <i>Xinhua</i> | 132 | 99 |
| Total | | 1222 | 852 |

Tabela 4- Lista de dados secundários

5.3.2 Descrição de procedimentos

Após a recolha dos dados originais, e por forma a analisar os textos, figuras, materiais audiovisuais e físicos, os dados foram classificados, arquivados e codificados. Wolcott (2002) resumiu dois passos para tratar os dados qualitativos: analisar

sistematicamente os dados recolhidos por tema, características e normas; interpretar estes dados de modo a percebê-los melhor. A forma de analisar os dados por tema é chamada de “análise temática” (Braun & Clarke, 2006; Daly et al., 1997; Guest et al., 2012). Para Braun e Clarke (2006), a análise temática enfatiza a identificação e interpretação de temas em dados qualitativos. A nossa investigação utiliza o *software* MAXQDA para tratar os dados qualitativos. Além da análise qualitativa, o MAXQDA, juntamente com o *Excel*, serve para analisar e mostrar os resultados quantitativos e assim garantir a confiabilidade dos resultados.

Em primeiro lugar, importamos os dados selecionados para o MAXQDA, por categoria de recolha de dados. Os dados selecionados por meio da observação participante e não-participante incluem as fotos, áudios e “Nota de Observações”. Os outros vêm dos dados secundários. O número de materiais e de segmentos/ frases codificadas são apresentadas no quadro abaixo:

| Grupo dos documentos | Importados | Codificados |
|----------------------------------|-------------------|---------------------|
| <i>Grupo dos documentos</i> | | 1146 (total) |
| Observação não-participante | 10 | 11 |
| GOV. PT | 80 | 65 |
| <i>Jornal de Negócios</i> | 47 | 51 |
| Lusa | 62 | 70 |
| RTP | 76 | 58 |
| <i>Diário de Notícias</i> | 62 | 66 |
| <i>Público</i> | 28 | 74 |
| GOV. CN | 55 | 51 |
| BRI | 46 | 67 |
| <i>Diário do Povo - CN PT</i> | 226 | 263 |
| CRI | 71 | 179 |
| <i>Xinhua português e Xinhua</i> | 99 | 191 |

Tabela 5- Documentos importados e codificados

A análise temática explora significados explícitos e implícitos nos dados (Guest et al., 2012), para além de listar as frases ou palavras nos textos. O processo de análise temática dos dados pode ocorrer com base numa abordagem indutiva ou dedutiva (Braun & Clarke, 2006). Conforme Boyatzis (1998), os temas identificados estão fortemente ligados à

abordagem indutiva aos dados. Isso significa que o processo de codificação ocorre sem tentar ajustar os dados à teoria ou estrutura preexistente (Braun & Clarke, 2006). Por isso, a codificação é o processo principal para o desenvolvimento de temas, identificando itens de interesse analítico nos dados e marcando-os com um rótulo de codificação. Baseado no modelo construído no capítulo 3, identificamos os temas derivados do modelo, formando o quadro seguinte:

| Temas | Subtemas |
|--|---|
| Mecanismo e Plataforma | |
| Os atores | a) <i>Os atores governamentais</i> b) <i>Os atores não-governamentais</i> |
| Intercâmbio e cooperação no campo da cultura e da arte | c) <i>Obras culturais</i> d) <i>Eventos culturais</i> e) <i>Centros culturais</i> f) <i>Ano cultural</i> |
| Educação | ➤ <i>Comunicação e cooperação</i> a) <i>Formação e apoios</i> |
| Atividades de comunicação e troca de informação | ➤ <i>Comunicação dos media</i> ➤ <i>Imprensa</i> ➤ <i>Novos media</i> |
| Economia cultural e os outros | b) <i>Turismo</i> ➤ <i>Geminação de cidades (acordo de geminação/ cooperação e intercâmbio entre cidades)</i> |

Tabela 6- Temas e subtemas do Modelo da diplomacia cultural da China no contexto de BRI

Para Saldanha (2009), as questões de investigação devem ser levadas em consideração ao longo de todos os ciclos de codificação e análise de dados. Por outras palavras, os investigadores devem fazer perguntas relacionadas com os dados e gerar teorias a partir deles. Para facilitar a nossa codificação, os temas referidos são classificados como de nível 1, enquanto os subtemas assumem o código de nível 2. No processo de análise dos conteúdos, as perguntas seguintes foram consideradas durante a codificação:

- a) Quais são os conteúdos relacionados com os temas e subtemas referidos?
- b) Quais são as diferenças e as características das práticas de diplomacia cultural da China no contexto da BRI em comparação com as práticas do tempo anterior?
- c) Qual é o foco da implementação da diplomacia cultural e políticas culturais da BRI em Portugal?
- d) Em que medida a implementação da diplomacia cultural da BRI pode promover o entendimento entre os povos através de análise de *feedback* e comentários acerca das medidas da diplomacia cultural da China em Portugal?

Reparamos que nem todas as perguntas têm os próprios códigos iniciais. Em relação à pergunta d), criamos um código adicional para categorizar opiniões diferentes: “*BRI- PT*” refere-se às opiniões expressas por fontes portuguesas e “*BRI-CN*” está relacionado com as fontes chinesas. Também utilizamos o símbolo “cara triste” para codificar as opiniões negativas. Para explorar a pergunta d) utilizamos o código “*documentos oficiais*” e empregamos a anotação para registar notas ou descrição de códigos. Sendo assim, a lista de códigos temáticos iniciais foi estabelecida da seguinte forma:

| Lista de código temático inicial | |
|---|------------------------------|
| #1 | #2 |
| Mecanismo | |
| Plataforma | |
| Atores | |
| | Governamentais |
| | Não-governamentais |
| Documentos oficiais | |
| | no âmbito de cultura |
| BRI- CN PT | |
| | "cara triste" |
| | PT |
| | CN |
| Atividade de comunicação e troca de informações | |
| | Novos <i>media</i> |
| | Imprensa |
| | Comunicação dos <i>media</i> |
| Educação | |

| |
|---|
| Formação e apoios |
| Comunicação e cooperação |
| Economia cultural e os outros |
| Geminação de cidades e municípios |
| Turismo |
| Intercâmbios e cooperação no campo da cultura e da arte |
| Ano cultural/ semana cultural |
| Centros culturais |
| Eventos culturais |
| Obras culturais |

Tabela 7- Lista de códigos temáticos iniciais

Além disso, no processo de análise dos conteúdos, podem surgir novos códigos de nível 1 (#1) ou nível 2 (#2), até nível 3 (#3). Os novos códigos de nível 1, como por exemplo, “visitas de alto nível”, foram criados de modo a analisar os contactos oficiais durante o período considerado. No caso de haver outros conteúdos relevantes sem código, usamos também a cor amarela para os marcar e assim criar uma lista de códigos candidatos para a análise posterior. Depois disso, realizamos análises e interpretações adicionais desses códigos não classificados, categorizamo-los, e, em seguida, procedemos à criação de novos códigos.

Seguindo a recomendação de Braun e Clarke (2006), segundo os quais a revisão de códigos é indispensável, realizamos uma segunda interpretação para garantir que os subcódigos estejam em conformidade com o conteúdo do código temático. Verificamos como os códigos temáticos suportam os dados e a perspectiva teórica abrangente. Além disso, de acordo com conteúdo de codificação, os códigos podem ser compactados ou reduzidos. No total, identificámos 11 códigos #1, 17 códigos #2, e 4 códigos #3. 510 documentos dos dados originais foram codificados em 1146 códigos, como observável no quadro que se segue.

| Lista de códigos temáticos | | | Segmentos codificados | Documentos |
|----------------------------|----|----|-----------------------|------------|
| #1 | #2 | #3 | 1146 | 510 |
| Mecanismo | | | 11 | 8 |

| | | | |
|---|-----------------------------------|-------------|-----|
| Plataforma | | 40 | 29 |
| Atores | | 0 | 0 |
| | Governamentais | 17 | 16 |
| | Não-governamentais | 48 | 31 |
| Documentos oficiais | | 52 | 45 |
| | no âmbito de cultura | 40 | 11 |
| BRI- CN PT | | 2 | 2 |
| | "cara triste" | 7 | 6 |
| | PT | 188 | 131 |
| | CN | 104 | 80 |
| Atividade de comunicação e troca de informações | | 1 | 1 |
| | Novos <i>media</i> | 10 | 9 |
| | Imprensa | 33 | 24 |
| | Comunicação dos <i>media</i> | 37 | 28 |
| Educação | | 11 | 11 |
| | Formação e apoios | 71 | 51 |
| | Comunicação e cooperação | 91 | 73 |
| | | Organizador | 6 |
| Economias culturais e os outros | | 2 | 2 |
| | Geminação de cidades e municípios | 11 | 9 |
| | Turismo | 24 | 22 |
| | | Opinião pt | 19 |
| | | Opinião cn | 8 |
| Intercâmbios e cooperação no campo da cultura e da arte | | 8 | 8 |
| | Ano cultural/ semana cultural | 12 | 11 |
| | Centros culturais | 26 | 21 |
| | Eventos culturais | 98 | 76 |
| | | Organizador | 21 |
| | Obras culturais | 8 | 7 |
| Visitas de alto nível | | 56 | 55 |

Tabela 8- Lista de códigos definidos e números de codificação

Os discursos políticos são uma troca formal de pontos de vista fundamentados onde vários cursos de ação alternativos podem ser adotados para resolver um problema social (Johnson & Johnson, 2000). Como os nossos dados envolvem materiais qualitativos, tais como conteúdos de entrevista, reportagem de discursos políticos, especialmente comentários e opiniões dos políticos/ empresários/ académicos/ investigadores, entre outros, sobre a

diplomacia cultural da China em Portugal e as relações sino-portuguesas no contexto da BRI, usamos métodos de análise de discurso e análise de conteúdo.

5.4 As práticas da diplomacia cultural da China em Portugal no contexto da BRI

A cultura é uma das áreas estratégicas de cooperação entre a China e Portugal no âmbito da BRI, ajustada à grande finalidade de aproximar os povos, dialogar e criar emoções conjuntas. Portanto, no novo contexto da China, a diplomacia cultural tem a importância de reforçar as relações bilaterais, construir o *nation branding* e promover a implementação da BRI. Como analisámos antes, as relações económicas e políticas sino-portuguesas obtêm um desenvolvimento sem precedentes desde 2013. Esta situação também serve para promover as relações culturais. Nas palavras do antigo presidente português, Cavaco da Silva, “as relações entre os nossos dois países conhecem uma realidade sem precedentes, quer no domínio político e económico, quer no domínio cultural” (Baltazar, 2014). António Costa, o atual PM de Portugal, salienta a importância da cultura na relação bilateral: “A relação entre Portugal e a China não é só uma excelente relação bilateral, de Governo para Governo, destacando a sua abrangência e diversidade, mas envolve também o conjunto da sociedade portuguesa”²¹⁵, enquanto o antigo embaixador chinês, Huang Songpu, também afirma que “o bom conhecimento cultural entre os povos é a condição principal para o bom desenvolvimento das relações em todos os níveis, quer políticas, quer económicas e comerciais.”²¹⁶ Portanto, analisamos a seguir o desempenho da diplomacia cultural da China em Portugal, no novo contexto da BRI.

²¹⁵ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/presidente-chines-termina-visita-a-lisboa-com-assinatura-de-acordos-bilaterais_n1115534, acessado em 20/09/2019.

²¹⁶ Entrevista com o embaixador chinês em Portugal, Huang Songfu, pelo jornalista do CRI, Guo Dan, na revista *Fanzine*, edição 46, nº2, 2014.

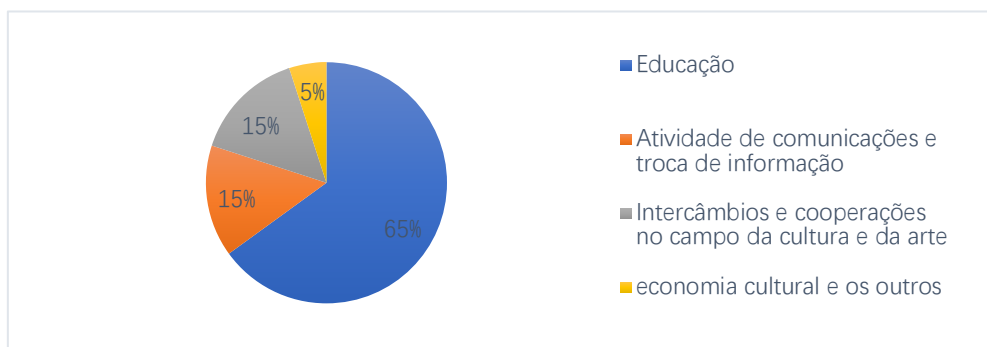
5.4.1 As formas da diplomacia cultural

Dos 37 acordos bilaterais assinados entre 2013 e 2019 (anexo 9), 18 estão associados à cooperação cultural, listados no quadro abaixo. Categorizamos os conteúdos

| Ano | Acordos bilaterais na dimensão cultural | Tema |
|------|--|--|
| 2014 | Plano anual de implementação de cooperação entre o governo da República Popular da China e o governo da República Portuguesa nos domínios da cultura, língua, educação, desporto, juventude e meios de comunicação 2014-2017 | geral |
| | Protocolo do Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China e do Ministério da Educação e Ciência da República de Portugal sobre Cooperação em Pesquisa e Inovação no Campo das Ciências Marítimas | Educação |
| | Plano de Cooperação em Educação e Treinamento pelo Ministério da Educação da República da China, Ministério da Educação e Ciência da República de Portugal, Ministério das Relações Exteriores 2014-2017 | Educação |
| | Memorando de Entendimento entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República de Portugal sobre o estabelecimento dos Centros Culturais | Educação |
| | Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre a Administração Geral de Imprensa e Publicação da República da China e o Ministério de Portugal nos campos académico e da imprensa | Educação |
| | Acordo de Cooperação entre CCTV e Portugal Rádio e Televisão | Atividade de comunicações e troca de informação |
| 2015 | Acordo entre o Grupo Nacional Nacional de Promoção Internacional da Língua Chinesa da República Popular da China e o Ministério da Educação e Ciência da República de Portugal sobre cooperação no ensino de chinês | Educação |
| 2016 | Memorando de Entendimento entre o Diário de Povo e a Agência Lusa | Atividade de comunicações e troca de informação |
| | Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo de Arquivos entre a Administração Nacional de Arquivos da República da China e o Ministério da Educação da República de Portugal | Educação |
| 2018 | Promoção conjunta, pelos governos da República Popular da China e República Portuguesa, da construção da Faixa Económica da Rota da Seda e da Rota Marítima da Seda do Século XXI | Geral |
| | Memorando de Entendimento entre o Ministério da Cultura e Turismo da República da China e o Ministério da Cultura da República de Portugal sobre a implementação do "Festival da Cultura" | Intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte |
| | Carta de intenções sobre Cooperação entre as Câmaras Municipais de Tianjin e de Setúbal | Indústrias culturais |
| | Acordo com a Academia Chinesa de Ciências Sociais para o Estabelecimento de um Centro de Estudos Chineses na Universidade de Coimbra | Educação |
| | Memorando de Entendimento sobre a Promoção de Atividades de Cooperação para a Implementação da Parceria Portugal-China 2030 em matéria de Ciência e Tecnologia | Educação |
| | Acordo entre o Grupo Media da China e a RTP para a produção conjunta de documentários | Atividade de comunicações e troca de informação |
| | Memorando de Entendimento sobre o Plano de Implementação do STARLAB | Educação |
| 2019 | Acordo para o estabelecimento do Instituto Confúcio na Universidade do Porto | Educação |
| | Acordo de cooperação entre a sede do Instituto Confúcio na China e o Ministério da Educação da República de Portugal para o ensino da língua chinesa na educação secundária | Educação |

Quadro 23- Acordos assinados na dimensão cultural (anexo 9)

destes acordos por categorias definidas no quadro 25.



Quadro 24- Peso de cada tema conforme os acordos assinados bilaterais

Podemos observar que os acordos bilaterais relacionados com a educação representam 65% do total. O campo de intercâmbios e cooperações da cultura e da arte representa 15%, valor percentual que se repete no caso da atividade de comunicações e trocas de informação. Os acordos sobre intercâmbios e cooperação da cultura e da arte envolvem a construção de centros culturais e a organização de festivais culturais, enquanto a atividade de comunicações e troca de informação refere-se à cooperação da imprensa e rádio entre a China e Portugal. Por último, a área da economia cultural e os outros apenas representam 5% destes 18 acordos, cingindo-se ao estabelecimento de processos de geminação de cidades.

a) Educação:

No nível governamental, os dois países colocaram grande ênfase à cooperação na área de educação, que representa cerca de 65% de todos os acordos bilaterais. O âmbito de educação inclui “cooperação e comunicação” e “formação e apoios”. Dos 13 acordos bilaterais²¹⁷ na área da educação, 7 estão relacionados com “formação e apoios” e 8 com a “cooperação e comunicação”. No contexto da BRI e da expansão de *opening-up/going-out* ao mundo exterior, a China tem-se dedicado em promover a conectividade global e a aproximação dos países. Portanto, a necessidade de talento internacional torna-se cada vez

²¹⁷ São 11 acordos específicos de educação e 2 acordos gerais, tal como listado no quadro referido.

mais urgente. Conforme a «Ação de Construção da BRI no Domínio da Educação»²¹⁸, a educação desempenha o papel fundamental na construção da BRI. Os intercâmbios no domínio de educação constroem pontos de entendimento entre os povos dos países participantes na BRI. De modo geral, a diplomacia cultural da China em Portugal no contexto da BRI no domínio de educação apresentam as seguintes características:

i. A cooperação entre os dois países no contexto da BRI é mais específica do que em períodos anteriores, com enfoque no reforço da cooperação e desenvolvimento em áreas e disciplinas em que os dois países destacam. Já em 2014, o Presidente chinês Xi Jinping sugeriu que a China e Portugal, países com longas linhas costeiras e ricos recursos marinhos, deveriam reforçar a cooperação no domínio do mar. Em 2017, Portugal tornou-se no primeiro país da UE a estabelecer formalmente uma Parceria Azul com a China.²¹⁹ No memorando de Entendimento sobre a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” assinado em 2018 durante a visita de presidente Xi a Portugal, confirma-se a vontade de desenvolver ativamente a Parceria Azul e encorajam-se ambas as partes a reforçar a investigação científica marinha, a construção logística portuária e a cooperação com países terceiros, o que cria um amplo espaço para um maior aprofundamento da cooperação entre a China e Portugal (Público, 2018). Isto criou uma ampla margem para o aprofundamento da cooperação prática entre as duas partes. O «Memorando de Entendimento sobre o Plano de Implementação do STARLAB» confirma a cooperação no domínio do mar e do espaço. A investigadora chinesa Zhang Min argumenta que o reforço da cooperação marítima e a construção da Parceria Azul é o conteúdo central da “Rota Marítima da Seda do Século XXI”

²¹⁸ Publicado pelo Ministério da Educação da RPC em 2016. Fonte: http://www.moe.gov.cn/srcsite/A20/s7068/201608/t20160811_274679.html, acessado em 28/12/2019.

²¹⁹ Em 2017, foram assinados o "Documento de Conceito sobre o Estabelecimento da "Parceria Azul" entre a Administração Oceânica Estatal da República Popular da China e o Ministério Português dos Assuntos Oceânicos, e um acordo conjunto sobre cooperação marítima durante a visita de delegação à China liderada pela Ministra Portuguesa dos Assuntos Oceânicos, Ana Paula Vitorino.

construída conjuntamente pela China e Portugal.²²⁰ O ex-embaixador chinês em Lisboa, Cai Run, também salienta que a Parceria Azul poderá tornar-se um elemento central no reforço da parceria estratégica global entre os dois países (Xinhua, 2019).

ii. Reforço do intercâmbio e da cooperação internacional universitária no domínio da educação. O melhor exemplo foi o estabelecimento de institutos e centros de investigação na China e em Portugal. Em 2014, foi criado o Centro de Língua e Cultura Portuguesa na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, sendo uma cooperação entre a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim e a Universidade de Lisboa. Em Portugal, desde 2013, foram estabelecidos conjuntamente por universidades chinesas e portuguesas os Institutos Confúcio, da Universidade de Aveiro (2014), da Universidade de Coimbra (2016) e da Universidade do Porto (2019). Foi criado também o Centro de Estudos sobre a China e os Países de Língua Portuguesa, na Universidade de Coimbra, em 2019, em parceria com a Universidade de Estudos Internacionais de Beijing. Por meio destas plataformas, espera-se que a cooperação académica entre a China e Portugal possa ter um impacto profundo no entendimento entre os povos. As universidades e institutos de investigação são lugares onde as ideias são divulgadas, e a cooperação entre universidades permite aos académicos e estudantes trocar essas ideias. O antigo presidente português, Cavaco Silva, confirmou o contributo dos centros de Língua e Cultura Portuguesa na promoção da amizade entre a China e Portugal.²²¹

iii. O ensino do português na China, bem como o ensino do chinês em Portugal, atrai cada vez mais atenção no processo de intercâmbios culturais entre a China e Portugal. A língua é portadora da cultura e base da comunicação humana, pelo que também é um

²²⁰ DDiscurso proferido na abertura da Exposição “Uma Faixa, Uma Rota organizada pela Embaixada da RPC e o Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra no dia 12 de junho de 2019 na Universidade de Coimbra.

²²¹ Conforme o discurso do antigo presidente português, Cavaco da Silva, na inauguração do Centro de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim - Universidade de Lisboa-Camões.

instrumento para o aprofundamento de entendimentos mútuos. O uso da linguagem para a comunicação implica um processo de intercâmbio e comunicação cultural. Os falantes de uma língua obtêm, através do seu idioma, um sentido de identidade cultural e de pertença social (Kramersch, 1998). O autor português Ribeiro e Castro (2018) salienta que “há uma raiz e uma seiva mais profunda para servir e alimentar este relacionamento sino-português e o qualificar como quadro de verdadeira e genuína amizade. É o recíproco conhecimento das línguas”. Por isso, a promoção da língua pode favorecer a compreensão entre os dois países, estabelecendo uma base de entendimento mútuo dos respetivos povos.

Nos últimos anos, a China tem vindo a impulsionar o ensino do mandarim em Portugal, bem como o ensino do Português na China. Com o apelo da construção da BRI e da política de “um novo padrão de opening-up de todas as vias”²²², a procura de talento com conhecimentos sobre países lusófonos tem aumentado na China. Para que o país possa comunicar e cooperar com os países de língua portuguesa sem impedimentos, precisa desenvolver o português como ponte para alcançar a comunicação no sentido de entendimento entre os povos. A linguagem assume-se como um elemento-chave do projecto da BRI de forma a facilitar a implementação da BRI na comunidade internacional. Portanto, o desenvolvimento da educação em línguas estrangeiras é uma das estratégias nacionais que serve as necessidades do desenvolvimento económico, cultural e diplomático do país. Na realidade, conforme os dados que obtivemos, os dois povos têm um entusiasmo cada vez maior em aprender a língua do outro. Em Portugal, há cada vez mais portugueses que aprendem mandarim. Esta opção de aprendizagem por parte dos alunos, a par dos acordos bilaterais, tem impulsionado a disseminação da língua e da cultura chinesa em Portugal. Este facto resulta de medidas procedentes de um protocolo assinado entre o Hanban e o Ministério de Educação. De acordo com os dados do Ministério da Educação, o ensino do mandarim aumentou 45% em 2019, face aos números do ano anterior, abrangendo 8 universidades, 21

²²² Conforme a Visão e Ação: “China will stay committed to the basic policy of opening-up, build a new pattern of all-around opening-up, and integrate itself deeper into the world economic system.”

escolas secundárias e escolas profissionais.²²³ Até o momento, em termos de entidades públicas organizadas pelo governo chinês, há 5 institutos Confúcio e 2 *Confucius Classroom*²²⁴ em Portugal, formando um sistema de ensino chinês com diferentes níveis e diferentes escalas. Na China, as medidas adotadas no âmbito do ensino da língua portuguesa refletem uma atenção crescente por parte do governo chinês nesta matéria. Isso reflete-se na abertura de cursos de Português na China: entre 2005 e 2012, um total de 15 universidades chinesas possuíam o curso de Português; no entanto, de 2013 a 2019, no espaço de seis anos, mais 14 universidades chinesas iniciaram o referido curso (ver Anexo 8). Especialmente em 2019, um ano depois da visita do presidente chinês a Portugal, mais quatro universidades chinesas foram autorizadas pelo Ministro de Educação da China a abrirem o curso de Português. No mesmo ano, foi instituída a primeira Faculdade de Espanhol e de Português na China continental pela Universidade de Estudos Internacionais de Beijing. Nas palavras do vice-reitor Yan Guohua, na inauguração da faculdade, “o estabelecimento da Faculdade de Espanhol e de Português baseia-se na necessidade de formação de talentos em línguas da BRI e na estratégia de abertura do país”. Por outro lado, tem havido um aumento muito significativo do número de protocolos de cooperação celebrados entre instituições chinesas e instituições portuguesas.²²⁵

b) Intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte

Os intercâmbios e cooperações, no campo da cultura e da arte, da diplomacia cultural da China em Portugal podem ser categorizados nas seguintes formas: eventos culturais, centros culturais, ano cultural/semana cultural e obras culturais. Teoricamente,

²²³ Os dados derivam de: <https://www.publico.pt/2019/12/14/sociedade/noticia/ensino-mandarim-aumentou-45-cento-escolas-portuguesas-1897341>, acessado em 21/12/2019.

²²⁴ Em 2014, foi criado o primeiro *Confucius Classroom* na Universidade de Lisboa, e, em 2019, lançou-se outro no Colégio Luso-Internacional do Porto. Os *Confúcius Classroom* visam o ensino oficial do mandarim, direcionado para toda a comunidade, para além dos alunos do próprio colégio.

²²⁵ Conforme o discurso do antigo presidente português, Cavaco da Silva, na inauguração do Centro de Língua e Cultura Portuguesa da Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim - Universidade de Lisboa-Camões.

conforme a análise das formas da diplomacia cultural da China no contexto da BRI, ficamos a saber que esta forma é a mais referida nos documentos oficiais do governo chinês. A organização de eventos culturais é a forma mais comum da implementação da diplomacia cultural. Segundo a intervenção do MNE português, Augusto Santos Silva, na abertura da Conferência “*Financing Belt & Road*”, em 2018, os eventos culturais são a forma mais típica para fortalecer a conexão entre povos. Os intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte entre a China e Portugal são caracterizados por uma variedade de formas. São realizados vários tipos de actividades de intercâmbio que vão desde exposições culturais ao diálogo e comunicação, assim como actividades participativas para o público. Em comparação com o período anterior, a diplomacia cultural da China no contexto da BRI em Portugal ficou marcada por uma maior diversidade e pela assunção de um objetivo mais claro.

Em relação ao conteúdo dos intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte, em primeiro lugar, a cultura chinesa é sempre um tema central no exercício da diplomacia da China, uma vez que é considerada pelos académicos chineses como uma fonte de *soft power* do país. O melhor exemplo é a celebração do Ano Novo Chinês. Nos últimos anos, a celebração do Ano Novo Chinês não se realiza apenas em Lisboa, capital de Portugal, pois também há festejos marcados em outras cidades, como por exemplo, Lagoa, no Algarve, Póvoa do Varzim, no Norte, e outras. Em 2019, realizou-se o ano cultural China-Portugal²²⁶ para celebrar os 40 anos do restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, e os 20 anos sobre a transferência da administração de Macau para a República Popular da China. No domínio da arte, a China e Portugal assinaram acordos para organizar festivais de cinema em 2015 e 2016. Estes eventos culturais transmitem diretamente a cultura chinesa ao público estrangeiro. Em segundo lugar, sob o contexto da política da BRI, difundir as políticas da BRI ao público-alvo também é uma tarefa relevante nos intercâmbios culturais. No entanto, a diplomacia cultural da BRI não é propaganda pura e dura ou uma abordagem didáctica da divulgação das políticas públicas, mas é uma inculcação subtil. Ou seja, não

²²⁶ O Ano da Cultura Chinesa em Portugal e o Ano da Cultura Portuguesa na China.

sendomera propaganda ideológica, serve essencialmente para o público obter melhor compreensão da China contemporânea. No contexto da BRI, muitos programas de intercâmbio educativo e cultural, modalidade de pessoas, espectáculos e demonstrações artísticas tem sido realizados sob o tema de “Uma Faixa, Uma Rota”. Por exemplo, as galas organizadas pela CCILC intituladas de “Uma Faixa, Uma Rota”; as exposições de fotografias e artes começaram a ostentar essa designação. Embora muitas actividades de intercâmbio cultural introduzam culturas e histórias da Rota da Seda que ajudam os portugueses a conhecer melhor o contexto da política, culturas e histórias da China, existem ainda algumas actividades culturais que se intitulam “Uma Faixa, Uma Rota” cujo conteúdo não está relacionado com a BRI, mas simplesmente com o nome da política. Portanto, algumas actividades culturais possuem inevitavelmente um simbolismo político.

Neste período, o intercâmbio e cooperação cultural, assim como a sua organização, foram realizadas através das seguintes plataformas: Institutos Confúcio, centro da cultura chinesa, Embaixada de RPC em Portugal, e várias ONGs em Portugal. Em 2014, o MNE português e o Ministério da Cultura chinês assinaram o protocolo que previa a criação recíproca de centros culturais em 2019. Neste ano, foi inaugurado o Centro Europeu da Cultura de Medicina Tradicional Chinesa (CECMC), em Lisboa, com o objetivo de promover a medicina chinesa na Europa. A criação do instituto Confúcio em Portugal é o resultado de parcerias e de investimento conjunto entre as universidades chinesas e as universidades portuguesas: além do ensino de mandarim, também promovem actividades culturais, tais como sessões de cinema, exposições de arte, feiras do livro, conferências, artes marciais, entre outros. O Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (UA), por exemplo, é o resultado de cooperação e intercâmbio desta universidade portuguesa com a Universidade das Línguas Estrangeiras de Dalian. Desde o seu estabelecimento, várias actividades foram realizados, abrangendo temas festivos tradicionais, gastronomia, *workshops*, cerimónia de chá, exposições, demonstrações, entre outras. O Instituto Confúcio da UA procura disseminar a cultura chinesa junto dos portugueses, assim como

torna-la acessível. Em 2018, foi realizado o festival tradicional do Barco-Dragão, com a adaptação de um barco moliceiro, tendo a iniciativa sido reportada por vários meios de comunicação portugueses e chineses.²²⁷ As atividades culturais permitem à população local aproximar-se da cultura chinesa. Este tipo de actividade cultural baseada no interesse dos participantes, é uma comunicação aberta e igualitária, uma sensibilização subtil em vez de uma propaganda vigorosamente doutrinação, que promove a comunicação da história da China.

c) Atividades de comunicação e troca de informação

No que respeita às “atividades de comunicação e troca de informação”, estas são representadas através dos jornais, da rádio, da TV, entre outros. A imprensa é uma ponte da comunicação entre pessoas. A construção da BRI precisa da conexão de políticas nacionais e internacionais para aprofundar a cooperação pragmática. Por isso, a comunicação e a cooperação entre a imprensa dos dois países tem sido cada vez maior.

Primeiro, os meios de comunicação oficiais da China estão a tornar-se cada vez mais globalizados, procurando ativamente cooperações com as comunicações sociais portuguesas de forma a amplificar os canais de comunicação a este nível. Em 2018, foi assinado o Acordo entre o Grupo Media da China e a RTP, para a produção conjunta de documentários - *Portugal Encantador* e *China Encantadora*, sendo este o primeiro protocolo entre a RTP e a televisão nacional chinesa, CCTV. Além disso, em 2016, surgiu o protocolo entre a Agência Lusa e o *Diário do Povo*, no âmbito do incentivo ao intercâmbio internacional entre órgãos de comunicação social, promovido pela China, que é parte integrante da dinâmica da BRI. O objetivo do lançamento dos dois projetos é captar mais informações com interesse público sobre ambos os países. Em 2017, foi estabelecida em Aveiro a Aliança da Imprensa Portuguesa “Uma Faixa, Uma Rota”. O evento foi realizado entre a empresa Ibéria Universal e a Associação Portuguesa de Imprensa. Em 2019, a

²²⁷ Os dados surgem do discurso de An, Ran na conferência de Diálogos Interculturais Portugal-China, organizado pelo IC-UA no dia 23 de abril de 2015 em Aveiro.

Associação de Notícias da China e a Associação Portuguesa de Imprensa assinaram o Programa da Imprensa Portuguesa “Cinturão e Rota” com o objetivo de fortalecer a comunicação e a cooperação entre jornalistas dos dois países.

Segundo, os meios de comunicação social recorreram a novas plataformas para disseminar informação. A cultura chinesa e as notícias sobre a China passaram a ser disseminadas por meio de novos meios, designadamente os *we-media*. Em 2015, foi lançada a primeira publicação luso-chinesa, *Diário de Todos*, uma plataforma digital com vista a divulgar as informações da China e sino-portuguesas aos leitores portugueses. No mesmo ano, o CRI lançou um portal multimédia em português, com informações sobre política, economia, cultura e desenvolvimento chinês, investindo no aumento das relações com Portugal. Em 2017, o *Diário do Povo* lançou o *Haiwai.net*, visando construir uma ponte de diálogo entre a China e Portugal. Além disso, *we-media* foram surgindo com base em plataformas de comunicação social, como, por exemplo, o canal *@Luana em Pequim*²²⁸ que foi lançado no Instagram, Facebook e Youtube em 2018, visando apresentar diretamente a vida quotidiana e as culturas chinesas da Luana²²⁹ ao público dos países lusófonos. O seu lançamento também é uma inovação do conteúdo da cultura chinesa que é disseminada para a comunidade portuguesa. Tradicionalmente, a diplomacia chinesa tem-se dedicado principalmente à disseminação da cultura tradicional, sendo uma fonte indispensável de *soft power* da China. No entanto, nos últimos anos, o governo chinês tem refletido sobre que tipo de cultura chinesa é mais apreciada pelo seu público alvo para que possa transmiti-la de forma mais efetiva. Cada vez mais pessoas estão a aderir a *we-média* porque não só apresenta diretamente uma visão mais realista da vida, mas também cria mais conteúdos populares e de qualidade a partir do *feedback* de comentários. As redes como a ‘Luana em Pequim’ são uma janela para a comunidade lusófona conhecer diretamente a China contemporânea.

²²⁸ A Luana

²²⁹ Trata-se da Luana Xing, uma jornalista e tradutora chinesa a viver na China.

Terceiro, enriquecer o conteúdo da comunicação social. O canal IU é um canal criado pela Iberia Universal dedicado à promoção da cultura chinesa em Portugal, através de documentários chineses de todos os géneros, legendados ou dobrados em português, com uma grande aposta na produção própria, sendo o primeiro canal específico da cultura chinesa em Portugal e disponível 24 horas por dia. Por meio de canal IU, os portugueses conseguem conhecer diretamente as culturas tradicionais da China, bem como a China contemporânea.

d) Economia cultural e os outros

A economia cultural e os outros em Portugal incluem duas formas específicas: turismo e gemação de cidades e municípios.

No que respeita ao turismo no período 2013 - 2019, o caso mais famoso é a ligação de voos diretos Lisboa-Pequim. Para António Costa, a abertura da rota Lisboa-Pequim tem um “enorme simbolismo” e “é a nova rota da seda do século XXI”²³⁰. Na verdade, a realização de um voo direto é um dos conteúdos da Declaração Conjunta de Reforço da Parceria Estratégia Global entre a China e Portugal, em 2018. Nesta declaração, a China e Portugal “estão dispostos a fortalecer a cooperação em formação vocacional e promoção do turismo entre instituições e empresas dos dois países, no âmbito do ‘Ano de Turismo China-UE’, em 2018. Os dois países estão dispostos a fortalecer a cooperação para promover o desenvolvimento contínuo de voos diretos.”

Estabelecer alianças entre cidades é uma das formas de diplomacia cultural da China, no contexto da BRI. De 2013 a 2019, um total de 8 cidades portuguesas estabeleceram relações de gemação com igual número de cidades chinesas. No entanto, durante esse período, as visitas mútuas entre os governos municipais/provinciais também aumentaram. Por exemplo, através da observação não-participante, em 2019, a província de Shanxi realizou uma visita a Portugal, a fim de iniciar um processo de comunicação cultural no

²³⁰ <https://sicnoticias.pt/economia/2018-08-22-Capital-Airlines-suspende-temporariamente-voos-entre-a-China-e-Portugal>, acedido em 21/12/2019.

enquadramento da BRI. No mesmo ano, o chefe do executivo de Macau assinou um memorando com a cidade do Porto, incluindo cooperações no domínio do turismo, educação, medicina chinesa, intercâmbio, de forma a consolidar as relações de amizade entre a China e o Porto. Conforme o memorando acordado, também se concebeu uma bolsa de estudos “Uma Faixa, Uma Rota” , visando o intercâmbio entre estudantes. É importante perceber que os contactos intercidades, facilitam as relações bilaterais ao nível local ao mesmo tempo que publicitam as políticas da BRI.

| Cidade/ Vila portuguesa | Cidade/ Vila chinesa | Ano |
|--------------------------------|-----------------------------|------------|
| Coimbra | Guangzhou | 2013 |
| Porto | Shenzhen | 2014 |
| Angra do Heroísmo | Jining | 2015 |
| Leiria | Penglai | 2015 |
| Pedrógão Grande | Weifang | 2015 |
| Seixal | Guizhou | 2015 |
| Setúbal | Tianjing | 2018 |
| Porto | Shenzhen | 2016 |

Tabela 9- Lista da gemação de cidades/ vilas portuguesas e chinesas desde 2013

5.4.2 Dois níveis de atores participantes na prática da diplomacia cultural da China em Portugal

No documento oficial «Opiniões sobre o fortalecimento e a melhoria das comunicações de humanidades com os países estrangeiros»²³¹ aprovado pelo PCC em 2017, foi clarificado o papel central da liderança do Partido na tipologia de comunicação *people-to-people* e encorajada a participação dos governos locais e da sociedade civil. Tal como analisámos anteriormente, os participantes na diplomacia cultural da China, para além dos governos, uma grande parte é composta por organizações não governamentais. No processo da diplomacia cultural da China em Portugal, para identificar os atores governamentais e

²³¹ Em chinês: 《关于加强和改进中外人文交流工作的若干意见》 (guanyu jiaqiang he gaijin zhongwai renwen jiaoliu gongzuo de ruogan yijian)

não-governamentais, analisámos os conteúdos dos dados secundários, pelo que obtivemos 17 segmentos codificados como “governamentais” e 48 segmentos como “não-governamentais”. Resumimos os elementos no quadro abaixo:

| | | |
|----------------------------------|-----------------|--|
| Atores governamentais | China | <ul style="list-style-type: none"> - Na China continental: setor público (ex. ministro da Cultura e Turismo, imprensa do CPP, etc.) - Macau (ex.: Centro Científico e Cultural, etc.) - No exterior da China (ex. Embaixada da RPC em Portugal, Instituto Confúcio, etc.) |
| | Portugal | <ul style="list-style-type: none"> - Setor do Estado (ex. Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-China, Ministério da Cultura, AICEP, etc.) - Outros setores (ex. câmaras municipais, Instituto para a cooperação e desenvolvimento Portugal-Oriente, etc.) |
| Atores não-governamentais | China | <ul style="list-style-type: none"> - Imigrantes chineses em Portugal (ex. Associação de Sociedade Chinesa em Portugal, Centro de Formação Cultural e da Arte Huaxing, Grupos Dança de Leão/Dragão, Escolas chinesas, Centros de Intercâmbios Cultural Molihua, Associações das mulheres, Associações de emigrantes de Hangzhou/Wenzhou/shanghai, Associações de Fotógrafos, imprensa Puhua, comunicação de media-Iberia Universal, Associação Portuguesa dos Amigos da Cultura Chinesa, etc.) - Empresas chinesas em Portugal (CSG, TGC, ZTE, Huawei, Fosun, Beijing Enterprises Water Group, o grupo de trabalho do Banco de Desenvolvimento da |

| | | |
|--|-----------------|---|
| | | <p><i>China em Portugal, a filial portuguesa do Banco da China, as representações do Banco de Desenvolvimento da China em Portugal, etc.)</i></p> <p>- Estudantes chineses em Portugal (<i>ex. Associação de Estudantes e Academias Chinesas em Portugal, Associações dos Jovens Luso-chineses, etc.</i>)</p> <p>- Associações privadas ou sem fins lucrativos</p> |
| | Portugal | <p>- Associações privadas ou sem fins lucrativos (<i>ex. Associação de Jovens Empresários Portugal-China, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China, Liga da Multisecular Amizade Portugal-China, etc</i>)</p> <p>- Fundações (<i>ex. Fundação Gulbenkiam, Fundação Oriente, FCT, etc...</i>)</p> <p>- Academias de investigação (<i>ex. universidades, think-tank Amigos da Rota da Seda, Observatório da China, etc.</i>)</p> |

Quadro 25- Os atores participantes na diplomacia cultural da China em Portugal

i. Atores governamentais:

➤ **China**

No contexto da BRI, os atores principais da China (os setores públicos na China e setores oficiais do governo chinês nos países estrangeiros) desempenham o papel de liderança. No âmbito institucional, o PCC decidiu adotar a coordenação e cooperação mútua entre o governo central e os governos locais, estabelecendo uma plataforma vertical de comunicação cultural de três níveis com a liderança do governo central, isto é, uma

cooperação sistemática entre o Estado/governo central, as províncias e as cidades. É importante notar que no desenvolvimento das relações bilaterais sino-portuguesas, os governos locais assumem um papel indispensável nos contactos intergovernamentais, por exemplo, através das visitas de delegados enviados pelo governo municipal ou provincial da China, que, por um lado, promovem cooperações intercidades no nível cultural, mas, por outro, impulsionam a cooperação no domínio económico e político. A Embaixada da RPC em Portugal desempenha o papel de promotor e coordenador na cooperação e coordenação entre os atores oficiais da China e Portugal. Por outras palavras, a Embaixada da China em Portugal procura fornecer informações úteis a outros atores governamentais, sendo a responsável pela implementação da política externa do Governo Central - inclusivamente, dá apoio às autoridades locais na implementação da diplomacia cultural. A participação dos atores governamentais pode facilitar a implementação da BRI de maneira mais direcionada, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional.

➤ **Portugal**

O processo de diplomacia cultural da China em Portugal, muitas vezes, é originado pela via da cooperação entre os atores governamentais e não-governamentais chineses e portugueses. Por exemplo, a celebração sucessiva dos Festivais de Ano Novo Chinês em Portugal é o resultado da coordenação entre os atores governamentais portugueses, embaixada chinesa e outros atores não-governamentais. Além disso, no âmbito das atividades culturais em grande escala, figuras políticas de relevo, quer chinesas quer portuguesas são normalmente convidadas. No que respeita a eventos culturais locais, as câmaras municipais têm a função de coordenação, em aspectos como a aprovação do horário, local do evento, publicidade, etc.

ii. Atores não-governamentais

➤ **China:**

A divulgação de informação por atores não-governamentais à população de outro país contribui significativamente para a aceitabilidade da informação e permite que esta seja compreendida e aceite pela população do público-alvo mais rapidamente. Os atores não-governamentais chineses são compostos pela comunidade chinesa em Portugal e por associações não oficiais chinesas.

O embaixador chinês, em Portugal, Cai Run, referiu que a comunidade chinesa em Portugal tem sempre em mente o desenvolvimento do país, como forma de retribuir o bom acolhimento que tem recebido, demonstrando que as relações entre os dois países são baseadas no afeto entre os seus povos, que resulta do intercâmbio e comunicação (Ameixa, 2016). No processo da diplomacia cultural da China, a comunidade chinesa em Portugal é o maior participante nas atividades que a configuram. Sob o impulso do crescimento do ensino de português na China e no âmbito do apelo para “promover cooperação e intercâmbios internacionais” do «Plano Global para a Promoção Integrada da Construção de Universidades de Classe Mundial e Disciplinas de Primeira Classe»²³², publicado pelo Conselho do Estado da RPC em 2015, cada vez mais alunos chineses²³³ consideram Portugal para dar continuidade aos seus estudos. Desde 2011 a 2019, verificaram-se 6.568 inscrições de alunos chineses em universidades portuguesas (Lusa, 2019). Quase 1.300 alunos chineses frequentaram universidades portuguesas no ano letivo de 2018/2019, aproximadamente quatro vezes mais do que em 2011/2012 (Ibid.). Adicionalmente, até ao fim de 2018, existiam cerca de 30 mil imigrantes chineses e 40 associações chinesas em Portugal (S. Wang, 2019). Os estudantes chineses bem como as diásporas chinesas em Portugal formam um grupo sólido das participantes nas atividades culturais em Portugal. O melhor exemplo é a celebração do Ano Novo Chinês que envolve a coordenação e participação dos estudantes e

²³² Em chinês: 统筹推进世界一流大学和一流学科建设总体方案 (tongchou tuijin shijie yiliu daxue he yiliu xueke jianshe zongti fangan)

²³³ Uma investigação realizada em 2019 pela Universidade de Línguas Estrangeiras de Cantão, cujo objetivo foi estudar as situações de intercâmbios dos alunos entre Portugal e a China, concluiu que a maioria dos alunos chineses em Portugal é originária do curso de Português (Shang, 2020).

emigrantes chineses, bem como das empresas chinesas em Portugal. Estes atores participam voluntariamente nos eventos culturais e patrocinam a realização destes eventos. Além do mais, a participação de empresas chinesas em Portugal também amplia a comunicação cultural entre a China e Portugal. Por exemplo, o CTG assinou com a EDP um acordo para construir um mecanismo de cooperação cultural e de desenvolvimento tecnológico; isto quer dizer que as duas empresas cooperam entre si na investigação na área energética, o que, de certo modo, reforça as relações culturais.

➤ **Portugal**

A diplomacia cultural da China, muitas vezes, envolve a participação dos atores não-governamentais dos países-alvo, uma vez que as vozes do próprio país normalmente são mais persuasoras do que a dos atores governamentais. Os atores não-governamentais portugueses podem envolver associações sem fins lucrativos, universidades, associações comerciais, fundações, entre outros. Em comparação com as associações chinesas em Portugal, as associações portuguesas de direito privado e sem fins lucrativos normalmente têm por objetivo disseminar conhecimentos sobre a China e estreitar a amizade entre as nações portuguesa e chinesa, com vista ao desenvolvimento das relações dos respetivos povos. As palestras e conferências organizadas por estas associações portuguesas fornecem diretamente uma plataforma para a trocas de ideias. Ainda, através destas plataformas, os chineses conseguem comunicar diretamente com os locais, sendo esta uma das formas mais eficientes para recolher opiniões do público-alvo sobre a China e suas políticas, assim como para disseminar informações e conhecimentos sobre a China em Portugal.

5.4.3 Macau como plataforma e mecanismo da diplomacia cultural da China, no contexto da BRI

Nesta nova era, nomeadamente através dos intercâmbios culturais, a China tem por objetivo consolidar a amizade com os povos dos países de língua portuguesa, promovendo

de forma contínua o entendimento mútuo, aprofundando o intercâmbio e a cooperação cultural entre os dois lados e procurando potenciar o papel de Macau como plataforma. Sob o contexto da BRI, o papel de Macau foi confirmado nas políticas entretanto lançadas. Em 2016, o PM chinês, Li Keqiang, anunciou 18 novas iniciativas (2017-2019) na cerimónia de abertura da 5ª Conferência Ministerial do Fórum Macau e propôs formalmente o estabelecimento do Centro de Comunicação Cultural entre a China e os Países Lusófonos. Além disso, o art.º 13 do Plano de Acção da 5.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa (2017-2019) afirmou que a Plataforma de Macau tem um papel importante na cooperação económica e comercial dos países membros e concordou em estabelecer um mecanismo de cooperação para intercâmbios interculturais e desportivos.²³⁴

Até ao presente, foram estabelecidos quatro centros e duas plataformas em Macau: na conferência da Celebração do X Aniversário do Estabelecimento do *Fórum Macau*, em 2013, o governo chinês anunciou o apoio ao governo da região administrativa especial para a construção do Centro Sino-Lusófono de Serviço às Empresas, do Centro Nacional de Distribuição Alimentar dos Países de Língua Portuguesa e do Centro Sino-lusófono de Exposições para a Cooperação Económica Comercial. Ao mesmo tempo, lançaram-se oito novas medidas para apoiar o desenvolvimento dos países de língua portuguesa, incluindo a construção de duas plataformas: a plataforma dos talentos bilíngues e a plataforma interativa de partilha de informações. Além disso, o XIII Plano Quinquenal (2016-2020) pressupunha que Macau devia assumir papel especial na estratégia da BRI e deveria servir como plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países lusófonos.

Inúmeras atividades de comunicação cultural entre a China e os países lusófonos são organizadas por Macau. Estas atividades, organizadas pelo governo de Macau, servem

²³⁴ <https://www.forumchinapl.org.mo/action-plans/strategic-plan-for-economic-and-trade-co-operation-of-the-5th-ministerial-conference-of-the-forum-for-economic-and-trade-co-operation-between-china-and-portuguese-speaking-countries-2017-2019/?lang=pt>, acedido em 12/03/2020.

como plataforma da diplomacia cultural da China, nos países lusófonos, especialmente no contexto da BRI. Por exemplo, de acordo com a descrição da apresentação da Semana Cultural²³⁵, desde 2013 até o momento, este evento “tem tido como lema ‘Uma Faixa, Uma Rota Cultural’, para poder realizar as atividades culturais, ao mesmo tempo que impulsiona os intercâmbios culturais e tendo por objetivo consolidar a amizade entre os povos da China e os Países de Língua Portuguesa, promovendo o papel de Macau enquanto plataforma”.²³⁶ Em 2018, o Festival de Artes e Cultura foi inaugurado em Macau, juntamente com o Centro de Intercâmbio Cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Os dois são importantes para a criação da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Nas palavras da Presidente do Instituto Cultural do Governo de R.A.E. de Macau, Mok Ian Ian, “o surgimento do Festival de Artes e Cultura é o resultado da fase inicial da BRI, que permite reunir em Macau para estabelecer mecanismos de cooperação e intercâmbio relevantes, numa perspetiva de construção de uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade.”²³⁷

A CPLP é uma comunidade internacional construída com base na partilha da língua portuguesa. Em relação às comunicações entre a China e os países lusófonos, para além dos canais bilaterais, existem também muitas plataformas multilaterais que podem ser utilizadas. Macau, pela sua diversidade linguística e cultural, é uma plataforma natural que reúne a China e os países lusófonos. Portanto, numa perspetiva cultural, Macau, para além de assumir o papel de mecanismo para a implementação da diplomacia cultural da China, no

²³⁵ Desde 2008, a Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa é organizada, anualmente, pelo Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau), o Instituto Cultural, o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, a Direcção dos Serviços de Turismo, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, bem como o Instituto de Formação Turística.

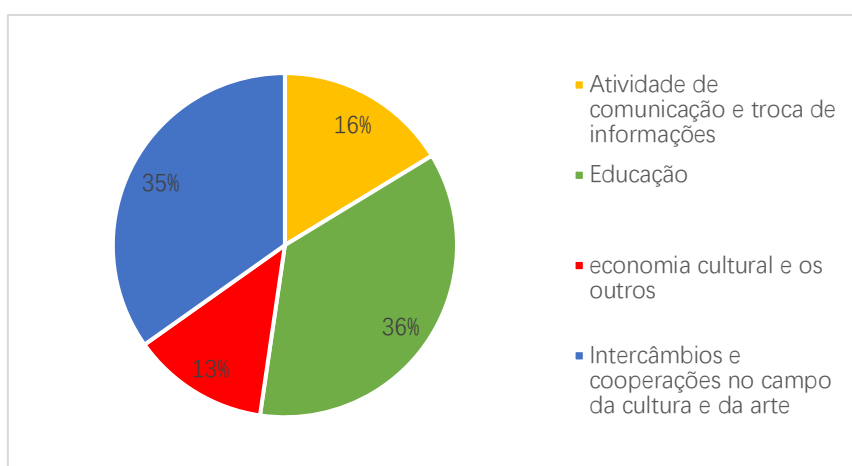
²³⁶ <https://www.forumchinapl.org.mo/cultural-exchanges/10th-cultural-week-of-china-and-portuguese-speaking-countries/10th-cultural-week-of-china-and-portuguese-speaking-countries-cultural-belt-and-road/?lang=pt>, acedido em 20/12/2019.

²³⁷ <http://www.icm.gov.mo/fcp/2018/GB/>, acedido em 20/12/2019.

contexto da BRI, também desempenha a função de centro de encontro para promover a compreensão mútua entre os povos dos países lusófonos.

5.4.4 Lições para a diplomacia cultural da China em Portugal no novo contexto da BRI

Da revisão de literatura resulta a percepção de um consenso alargado em torno da ideia de que os objetivos e tarefas da diplomacia cultural são principalmente aprimorar o poder e a imagem do país, promover a implementação de estratégias nacionais e promover a realização dos interesses nacionais. A diplomacia cultural como ferramenta política, além de tentar atingir os objetivos desta última, também visa promover a comunicação entre os povos. A avaliação dos resultados e efeitos da diplomacia cultural pode ser complicada e difícil, conforme discutido. Para saber mais sobre os efeitos da diplomacia cultural da China em Portugal e retirar lições e recomendações através de *feedback* do público-alvo, analisámos as reportagens das notícias dos meios de comunicação social de Portugal. As reportagens de comunicação social influenciam a percepção das pessoas sobre a realidade social. A atenção e a exposição dos meios de comunicação social a outro país reflectem directamente a importância que atribui a esse país e, em certa medida, a sua influência e voz na comunidade internacional. Desta forma, podemos avaliar melhor a diplomacia cultural da China em Portugal e os seus impactos nas relações bilaterais.



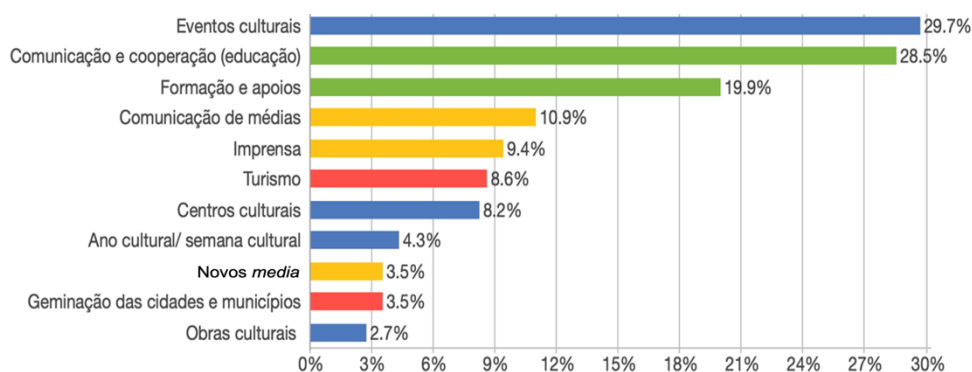
Quadro 26-O peso das formas de diplomacia cultural da China na Comunicação Social

Em relação aos meios de comunicação, de acordo com o gráfico acima, podemos observar que, de todas das categorias definidas, as reportagens da comunicação social portuguesa sobre “Educação” representam 36% do total, seguido de “Intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte”, que tem um peso de 35% no total das formas de diplomacia. A “Atividade de comunicação e troca de informações” e “Indústrias culturais” representam, respetivamente, 16% e 13%. Este resultado é semelhante ao resultado da análise de categoria dos acordos bilaterais sino-portugueses, de 2013 até 2019. Assim, podemos afirmar quer seja na dimensão governamental ou na dimensão da atenção social, a temática da “Educação” é a mais representativa do foco da diplomacia cultural da China no contexto da BRI. Aliás, nos primeiros anos do período marcado pela BRI, a atenção dos portugueses sobre a iniciativa chinesa era limitada. A maioria das reportagens visavam atividades culturais realizadas em Macau. Podemos argumentar que há duas razões principais para isto: em primeiro lugar, geograficamente, Portugal não foi enquadrado no panorama estratégico da BRI; em segundo lugar, na altura, Portugal desenvolvia um relacionamento com a China baseado em mecanismos já existentes, como, por exemplo, o Fórum de Macau. No entanto, o número de reportagens cresceu desde 2015, quando Portugal aderiu ao AIIB²³⁸. Seguiu-se um aumento significativo de reportagens durante as visitas de alto nível entre os dois países, tais como a presença do Primeiro Ministro de Portugal António Costa na Cimeira da BRI em 2017, e a visita do presidente chinês Xi Jinping a Portugal em 2018. Uma série de atividades realizadas que celebravam os 40 anos das relações diplomáticas entre os dois países, entre outras atividades comemorativas que impulsionaram as reportagens a atingir um novo clímax em Portugal, deu zazo a uma atmosfera positiva para o desenvolvimento das relações bilaterais.

No que diz ao conteúdo destas formas da diplomacia cultural disseminadas através dos meios de comunicação social, analisámos as formas específicas por categoria principal, calculámos a frequência destas formas específicas no quadro abaixo. Cada categoria é

²³⁸ *Asian Infrastructure Investment Bank*

representada pela mesma cor: verde é a categoria “Educação”; azul corresponde a “Intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte”; amarelo para “Atividade de comunicação e troca de informações” e “Economia cultural e os outros” com a cor vermelha.



Quadro 27-O peso das formas detalhadas nas reportagens portuguesas

Podemos reparar no quadro que a forma “Eventos culturais” e as duas formas específicas do campo “Educação” são as mais referidas. Mesmo que a forma “intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte” represente quase metade do total de segmentos das formas codificadas, apenas uma das suas formas específicas, “eventos culturais”, fica nos cinco primeiros lugares. Sobre os eventos culturais realizados em Portugal, a vereadora com pelouro da Cultura da Câmara de Lisboa, Catarina Pinto, argumenta que estes eventos culturais não só apresentam culturas chinesas aos portugueses, mas também mostra que a Lisboa é uma cidade aberta, onde os laços culturais unem os povos. O ex-embaixador de Portugal na China José Augusto Duarte também valorizou a cultura como “instrumento fundamental para aproximar os povos, dialogar e criar emoções conjuntas” (Público, 2019). Na área da educação, as formas de “Comunicação e cooperação” e “Formação e apoios” representam respetivamente 28.5% e 19.9%. A forma “Comunicação e cooperação” refere-se principalmente às cooperações ou comunicações na investigação e aos projetos académicos entre as universidades chinesas e portuguesas, enquanto “Formação e educação” diz respeito ao ensino de línguas. O presidente Marcelo Rebelo de Sousa destaca que é “mais importante a aposta na educação, na língua portuguesa, na cultura portuguesa, no mandarim, no seu ensino em escolas portuguesas, e no intercâmbio cultural porque tem efeitos de médio

e longo prazo em muitas gerações, do que os muito importantes passos dados em matéria económica e financeira” (Lusa, 2019). Adicionalmente, o líder do PSD, Rui Rio reforçou a língua como “fator de coesão” entre os povos. No âmbito da “economia e os outros”, a atenção da comunicação social portuguesa foca principalmente a voo direto de Lisboa para Xi’an, que é considerado pelo embaixador José Augusto Duarte, “complemente indispensável para a conectividade da BRI”. Pode-se dizer que as formas da diplomacia cultural da China são consideradas pelos agentes relevantes como positivas na promoção do entendimento entre os povos.

Através da análise de reportagens dos principais meios de comunicação social portugueses sobre o conteúdo da diplomacia cultural chinesa, foi fácil observar uma tendência positiva sobre o conteúdo cultural no contexto da BRI: desde uma pequena quantidade de reportagens no início do lançamento da BRI até um interesse crescente em procurar oportunidades de cooperação através de meios culturais, e os comentários positivos tecidos ao mais alto nível, configuraram a promoção da comunicação *people-to-people*. Cada vez mais académicos portugueses se juntam à discussão sobre a BRI, oferecendo análises e sugestões políticas para a cooperação entre a China e Portugal. Após analisar documentos oficiais e reportagens da comunicação social, considera-se que para promover o entendimento entre os povos, ainda se deve ter em consideração os seguintes pontos na elaboração da agenda política:

i) Através da análise dos documentos oficiais emitidos pelos governos da China e de Portugal constatamos que o governo português ainda não tem uma estratégia substantiva para a sua participação na BRI, uma vez que não encontramos documentos oficiais ou políticas emitidas. Mesmo que a comunicação *people-to-people* seja impulsionada pela diplomacia cultural da China, promover o entendimento entre os povos implica um esforço conjunto das duas partes. Actualmente, as comunicações culturais concebidas pela parte portuguesa são realizadas principalmente pelas associações ou institutos educativos. Regista-se uma lacuna entre a atitude do governo chinês relativamente à cooperação com

Portugal no âmbito da BRI e a resposta do governo português. Aponta-se como necessário reforçar a cooperação ao nível governamental.

ii) Reforçar o intercâmbio de pessoas entre dois países. Constatámos que as visitas de alto nível geram um grande número de reportagens que são disseminadas por vários meios de comunicação social, gerando também uma discussão ao nível da sociedade. Torna-se, assim, um factor primordial na liderança dos intercâmbios entre países e uma força motriz nos intercâmbios humanistas. Trata-se de uma boa oportunidade para que ambos os povos conheçam as culturas e políticas da sua contra parte, sendo o intercâmbio uma das práticas mais eficazes no campo da diplomacia cultural.

iii) Desenvolver intercâmbios e interações culturais a vários níveis, promover a comunicação *people-to-people* através das plataformas localizadas em Portugal, como por exemplo os Institutos Confúcio, e reforçar as cooperações entre as diferentes instituições e centros de investigação. No entanto, embora existam várias instituições académicas sobre estudos chineses em Portugal, ainda não foi formada uma rede de comunicação eficiente que ligue estas instituições e centros de investigação. Através das plataformas já construídas em Portugal, podem formar-se alianças de *think-thank*, contribuindo para a comunicação interpessoal e política através de diálogos regulares em vários domínios. Desta forma, fornece apoios intelectuais a projetos de cooperação sino-portuguesa no enquadramento da BRI de forma a promover o entendimento entre os povos.

iv) Diversificar e inovar nas formas e conteúdos da diplomacia cultural da China. Reparámos que o conteúdo actual da diplomacia cultural em Portugal continua a centrar-se na promoção da cultura tradicional chinesa e na educação. Em termos da disseminação da cultura chinesa, desenvolver a cultura popular junto do público-alvo deve ser incorporada na elaboração de políticas, de modo a promover melhor o entendimento entre os povos. Por exemplo, sob a tendência de *big-data*, cada vez mais jovens utilizam redes sociais para compreender e comentar o mundo, o exemplo do lançamento da @Luana é relevante para desenvolver canais de diplomacia cultural e inovar os conteúdos de forma a “contar bem a

história da China”. Tendo em conta que é necessário avaliar a eficácia do conteúdo da diplomacia cultural, os canais de comunicação social podem monitorizar diretamente os impactes dos conteúdos da diplomacia cultural através de comentários e frequências de *clicks* e ajudar a perceber as preferências do público-alvo. Em segundo lugar, a promoção de cultura através de lançamento *online*, pode aumentar o público alvo, sendo este um meio a ser considerado na elaboração de políticas.

v) Aproveitar os mecanismos culturais de cooperação para aprofundar as relações sino-portuguesas. Através da União Europeia, a China e Portugal já estabeleceram o mecanismo de modalidade de pessoas e trocas culturais, sendo um dos oito mecanismos existentes para intercâmbios culturais de alto nível entre a China e Portugal ao nível do Vice-Primeiro-Ministro, o que contribui grandemente para reforçar a base social e de opinião pública das relações sino-portuguesas. Continuar a reforçar o papel de Macau como ponte no mecanismo inovador das relações sino-portuguesas. Macau como plataforma intermediária, desempenha um papel na organização de uma série de cimeiras de alto nível, intercâmbios académicos e actividades de investigação que pode ligar a China continental e Portugal.

vi) A diplomacia cultural da China deve reforçar a mobilização do debate e uma maior aproximação ao público. Aproveitar as vantagens dos meios de comunicação social para promover ainda mais a cooperação mediática entre os dois países. Os meios de comunicação social desempenham um papel muito importante na construção de confiança entre os povos. Sem a promoção imediata de projectos específicos de diplomacia cultural, será difícil para o público nacional e internacional envolver-se. Por isso, os meios de comunicação social podem ajudar a promover a diplomacia cultural. É por esta razão que promover cooperação dos meios de comunicação social deve ser enquadrado na elaboração política.

5.5 Síntese geral

O presente capítulo visa analisar a diplomacia cultural da China, no contexto da BRI em Portugal. Após a recolha de dados das observações não-participantes, documentos oficiais e notícias, realizámos a análise destes dados. Os conteúdos sobre as relações sino-portuguesas podem ser categorizados em três dimensões: económica, política e cultural. Entre eles, conforme o objetivo geral da nossa investigação, respondemos à questão “Como é que o novo contexto estratégico da China- a *Nova Rota da Seda*- pode afetar as relações bilaterais sino-portuguesas, através da sua dimensão cultural?” A perspetiva cultural foi analisada mais aprofundadamente, o que significa que as outras duas dimensões ficam como suplementos de contexto para a nossa análise, especialmente quando analisámos as relações sino-portuguesas baseadas na teoria de Wendt.

Através da análise do contexto económico e político da China e de Portugal, as relações sino-portuguesas no contexto da BRI podem ser consideradas uma continuação e melhoria da cultura kantiana. Portugal demonstrou o seu interesse em participar ativamente no enquadramento da BRI, desde o seu lançamento. O surgimento da BRI ajusta-se bem às políticas de atração do IED de Portugal, durante a época da Troika. Ambos os países deixaram em aberto outras formas e possibilidades de cooperação no futuro. Portugal participou na BRI em 2015, e os dois países assinaram o Memorando de Entendimento no enquadramento da BRI em 2018, incluindo cooperações nas áreas económica, política e cultural. A China considera o seu relacionamento com Portugal como uma boa prática internacional. Portugal é um dos primeiros países da Europa a estabelecer uma parceria estratégica global com a China, também é o primeiro país da Europa a aderir à BRI. Quer os políticos portugueses, quer os políticos chineses consideram que as relações sino-portuguesas após a BRI entraram numa “era dourada”, “no melhor momento de sempre”, “no novo ponto de partida” e no “novo capítulo”. O grau de cooperação entre a China e Portugal, nos mais variados níveis, mostra um grande desenvolvimento. Durante este período, os dois países decidiram reforçar a Parceria Estratégica Global, atingindo um novo

platamar.

Baseado nos resultados da análise de dados, tanto a China como Portugal prestam mais atenção à cooperação na área da educação, dos intercâmbios, da cultura e da arte. Os participantes da diplomacia cultural da China em Portugal envolvem não apenas os atores governamentais, mas também os não-governamentais. Os atores não-governamentais desempenha o papel indispensável e o motor na promoção da comunicação entre os povos. No que respeita às formas da diplomacia cultural da China em Portugal, a cooperação no campo de educação é o foco, que se refere à “cooperação e comunicação” e “formação e apoios” na área educativa. Em comparação com as épocas anteriores, a diplomacia cultural da China para a área de educação em Portugal apresenta as seguintes características: a cooperação entre os dois países no contexto da BRI é mais específica do que nas áreas de cooperação anteriores, com enfoque no reforço da cooperação e desenvolvimento em áreas e disciplinas em que os dois países se destacam; reforço do intercâmbio e da cooperação internacional universitária; O ensino do português na China, bem como o ensino do chinês em Portugal, atraem cada vez mais atenção no processo de intercâmbio cultural entre a China e Portugal. Em relação aos intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte entre a China e Portugal, os conteúdos das atividades são mais diversificados. Além de disseminar cultura tradicional chinesa, difundir as políticas da BRI ao público-alvo também é o tema relevante no contexto novo.

As atividades de intercâmbio cultural e a cooperação no período da BRI realizaram-se principalmente através de plataformas. Os meios de comunicação oficiais da China estão a tornar-se cada vez mais globalizados e inovadores, procurando ativamente as cooperações com os canais de comunicação social português. No que diz respeito aos mecanismos e plataformas ligadas à cultura, para além dos mecanismos tradicionais da diplomacia cultural, tais como os centros culturais ou departamentos de cultura/ educação da Embaixada, institutos Confúcio, entre outros, Macau é, por excelência, a plataforma e o mecanismo de diplomacia cultural da China nos países lusófonos. No enquadramento da BRI, Macau é

designado como o centro de comunicação cultural entre a China e os países lusófonos: numa perspetiva cultural, para além de assumir o papel de mecanismo para a implementação da diplomacia cultural da China no contexto da BRI, também desempenha a sua função de centro de encontro para promover a compreensão mútua entre os povos dos países lusófonos.

Após analisar documentos oficiais e reportagens veiculadas pela comunicação social, consideramos que para promover o entendimento entre os povos, no âmbito da elaboração de políticas, deve-se ter em consideração os seguintes pontos: i) Fortalecer a cooperação e a comunicação política ao nível governamental; ii) Reforçar o intercâmbio de pessoas entre dois países; iii) Desenvolver intercâmbios e interações culturais a vários níveis; iv) Diversificar e inovar as formas e conteúdos de diplomacia cultural da China; v) Aproveitar os mecanismos culturais de cooperação para aprofundar as relações sino-portuguesas; vi) Reforçar a presença na comunicação social, no domínio da promoção cultural, visando a mobilização do debate e uma maior aproximação ao público.

Conclusões

O ponto de partida para a nossa investigação foi estudar a diplomacia cultural no contexto da BRI e as suas práticas nas relações bilaterais sino-portuguesas. Desta forma, definimos e considerámos como dimensões principais do nosso estudo a “diplomacia cultural da China” e as “relações sino-portuguesas”.

A teoria de construtivismo de Wendt e conceitos como *soft power* e *nation branding* suportam o enquadramento teórico deste estudo. Na teoria do construtivismo de Wendt, a cultura e as ideias constroem a identidade e o interesse nas relações internacionais, definindo os contornos da prática dos países no contexto global. Os conceitos atrás referidos, neste enquadramento teórico, complementam a compreensão dos quadros que norteiam essa prática. Quer a diplomacia pública, quer a diplomacia cultural encontram no *nation branding* um instrumento para a criação de uma imagem mais favorável e duradoura no âmbito internacional. Assim, fortalece-se o *soft power* de um país, o que, na teoria construtivista, contribui para a promoção de um bom desenvolvimento das RI. A diplomacia cultural, sendo uma das formas de diplomacia pública, é a manifestação específica da estratégia de *soft power* e de *nation branding* de um país. É uma ferramenta da implementação da política externa de um país. De acordo com o enquadramento teórico privilegiado nesta tese, analisamos o desenvolvimento da diplomacia cultural da China em três fases, visando compreender melhor a diplomacia cultural no novo contexto da BRI. Essas fases correspondem a uma época hobbesiana, uma época lockeana e uma época kantiana.

Antes da época kantiana, o termo “diplomacia cultural” não existia na agenda política do governo chinês. As atividades de diplomacia cultural eram abordadas pelo governo chinês sob a influência da designada “diplomacia do povo” ou, em termos mais práticos, de abordagens baseadas em “comunicações culturais/ intercâmbios culturais”. Os intercâmbios culturais sempre foram uma parte importante do trabalho diplomático desde a

fundação da RPC, em 1949. O PM chinês Zhou Enlai considerou as comunicações culturais e os intercâmbios económicos e comerciais como as duas alas essenciais da diplomacia política, o que significa que, sem intercâmbios culturais, trocas económicas e comerciais, a diplomacia política perderia poder. Deng Xiaoping viu na comunicação cultural com países estrangeiros uma parte importante da política de Reforma Económica. Embora reconhecido pelos líderes chineses durante este período como relevante, o termo de diplomacia cultural não ficou na agenda política do desenvolvimento diplomático da China. No entanto, durante a época hobbesiana, as atividades de diplomacia cultural da China serviram como instrumento político para consolidar as políticas do país, uma vez que o objetivo principal desta diplomacia assentava na propaganda de cariz ideológico. Os responsáveis da diplomacia cultural restringiram-se aos atores oficiais, que realizavam várias acções, tais como o envio de delegações artísticas ao estrangeiro, atividades desportivas, a transmissão de informações e notícias por órgãos de comunicação públicos, entre outras. As medidas tomadas no âmbito da diplomacia cultural também serviam a relação com Portugal. Mesmo havendo poucos contactos oficiais durante esta época, e uma vez que os dois países não mantinham relações diplomáticas, as limitadas comunicações culturais entre a China e Portugal, ainda assim, promoviam o conhecimento dos respetivos países, o que terá contribuído para alicerçar as bases para a restauração das suas relações diplomáticas, ocorrida em 1979.

No período de 1979 a 1999, além do restabelecimento das relações diplomáticas sino-portuguesas, a questão de Macau era a divergência principal no âmbito da “sobrevivência física” da teoria do Construtivismo. Por isso, as duas décadas são vistas como um exemplo da influência de uma cultura lockeana. Nessa altura, se olharmos para o contexto internacional, podemos perceber que a China era regida pela cultura lockeana. O governo chinês começou por realizar a política de *Abertura Económica* e de *Going Out* abrindo assim uma janela de comunicação com países estrangeiros. Neste contexto, a diplomacia cultural da China começou a seguir os exemplos de outros países. Novas formas de relacionamento, tais como a gemação de cidades, a construção de centros culturais, e

novos mecanismos de comunicação cultural começaram a surgir. O governo chinês ignorou gradualmente as diferenças ideológicas e começou a tentar disseminar o seu *soft power* junto dos países estrangeiros. Além disso, pela primeira vez, levou o turismo e a indústria cultural em linha de conta. Durante este período, diversas associações foram criadas pela via governamental e começaram a desempenhar um importante papel nos trabalhos diplomáticos do país. No entanto, a diplomacia cultural ficou subordinada ao desenvolvimento económico. Por outras palavras, a diplomacia cultural ainda servia como instrumento de propaganda das políticas do governo. Após o estabelecimento de relações diplomáticas entre China e Portugal, os dois países assinaram uma série de acordos bilaterais, nos quais era atribuída uma grande relevância aos intercâmbios culturais. Estes acordos forneciam a garantia oficial para as comunicações culturais entre Portugal e a China, nomeadamente na área da cultura, educação, desporto e tecnologia. Durante a época lockeana, no entanto, a diplomacia cultural sino-portuguesa focou-se essencialmente na questão de Macau.

Nos tempos mais recentes, com o destaque do papel da cultura nos assuntos internacionais, a diplomacia cultural como instrumento de políticas também foi merecendo cada vez mais atenção por parte dos vários países que se movimentavam na cena internacional. A diplomacia cultural funciona como forma de alcançar uma estratégia diplomática, mas também como instrumento indispensável para promover o entendimento mútuo da cultura, conseguir uma boa imagem internacional e demonstrar *soft power*. Para Milton (2003, p.12), “*A troca de ideias, informações, arte e outros métodos culturais entre países e seus povos podem promover o entendimento mútuo (...) por exemplo, o Estado esforça-se por difundir a sua própria língua para o mundo exterior, explicar as suas próprias políticas ou contar a ‘própria história’*”. Quando a China entrou na época kantiana, os líderes Jiang Zemin e Hu Jintao associaram a diplomacia cultural ao conceito de *soft power* nacional, enfatizando o significado estratégico da cultura para o desenvolvimento nacional da China. Os trabalhos da diplomacia cultural são explicitados pela primeira vez nos Planos Quinquenais da China, e podem ser categorizados em três aspetos: comunicações

culturais, intercâmbios culturais e comércio cultural. Isso manifesta-se numa série de instituições de diplomacia pública entretanto criadas. O governo chinês começou por utilizar a palavra “publicidade” em vez de “propaganda”.²³⁹ Os objetivos da diplomacia cultural entre 1999 e 2012 começaram por mostrar a ideia de *nation branding* no palco internacional. No que respeita às relações sino-portuguesas, apesar de a questão de Macau ter sido resolvida e do estabelecimento da Parceria Estratégica Compreensiva, em 2005, um marco histórico nas relações sino-portuguesas, as comunicações culturais entre os dois países não floresceram. A maioria das comunicações culturais eram realizados ao nível governamental, por meio de acordos bilaterais. As comunicações culturais foram realizadas pelas embaixadas. É importante salientar que Macau durante este período começou por servir de plataforma de comunicação entre os dois países.

Desde o XVIII Congresso Nacional da China, sob a forte liderança de Xi Jinping, a diplomacia cultural enfatiza a importância de fazer amigos, contar bem a história e expandir a voz da China. O lançamento da BRI e da iniciativa estratégica global simboliza a nova era de desenvolvimento da China. Seguindo os conteúdos da BRI, o “entendimento entre os povos” é considerado a base fundamental da confiança entre a China e os outros países enquadrados na BRI. Portanto, a realização de entendimento entre os povos é inseparável da promoção da diplomacia cultural, que é um instrumento relevante da diplomacia de *nation branding*, por meio da disseminação de informações, intercâmbios culturais, entre outros, visando ganhar uma boa impressão do público internacional, ganhar o apoio das políticas implementadas, bem como promover a realização do entendimento entre os povos. As políticas associadas à BRI não só colocaram pela primeira vez a diplomacia cultural da China a um nível estratégico global, mas também forneceram orientações teóricas e práticas para a sua implementação. No contexto da BRI, as comunicações culturais, a confiança política mútua, a cooperação económica e comercial, apresentam-se como três pilares da diplomacia chinesa. A diplomacia cultural tornou-se um novo ponto positivo e uma importante direção

²³⁹ A explicação sobre o termo “publicidade” e “propaganda” foi descrita no capítulo 2.

do desenvolvimento da diplomacia, neste novo período, e ainda uma força normal para fomentar o desenvolvimento saudável das relações bilaterais e multilaterais.

Com o objetivo de promover o entendimento entre os povos, realizar o “sonho chinês” e construir um país mais responsável de forma a concretizar “a comunidade de destino compartilhado da humanidade”, o governo chinês tem lançado uma série de medidas para reformular o sistema de diplomacia cultural da BRI, com a intervenção de atores governamentais e não-governamentais, que participam na sua implementação através das várias formas de diplomacia cultural. Na realidade, ao mesmo tempo que pretende construir a boa imagem da China, através do entendimento entre os povos, a BRI visa ganhar suporte público não só na sua implementação e construção, mas também no “aprofundamento da cooperação bilateral e multilateral”. De acordo com a posição do governo chinês, se não existir uma base social sólida e uma opinião pública favorável, os projetos de construção da BRI dificilmente poderão ser implementados. A diplomacia cultural é elevada ao nível da construção nacional de *soft power*. O entendimento entre os povos, de certo modo, não é apenas a forma concreta ou a política externa para realizar *soft power* da China, mas também é a estratégia de diplomacia cultural na época de Xi. Com o lançamento da estratégia da BRI, o *soft power* é escrito na agenda política diplomática do governo chinês na forma de “entendimento entre os povos”. De acordo com as exigências do desenvolvimento da BRI, o governo chinês lançou várias políticas de forma a construir a diplomacia cultural com características chinesas. Constrói-se assim a rede de diplomacia cultural na forma de “intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte”, “economia cultural”, “educação” e “atividades de comunicação e troca de informações”, por atores governamentais e não-governamentais.

Após análise da diplomacia cultural da China em Portugal e o seu enquadramento no novo contexto da BRI, podemos constatar que o governo chinês e o governo português valorizam a cooperação no âmbito da educação e dos intercâmbios e cooperações da cultura e da arte. Os participantes na diplomacia cultural da China em Portugal envolvem não apenas

os atores governamentais, mas também os não-governamentais. Mesmo que estes acordos muitas vezes sejam orientados pelos governos dos dois países, os atores governamentais desempenham o papel de intermediários na promoção e na realização destes acordos. No caso da divulgação da BRI, os governos aparecem como patrocinadores ou coordenadores, com o objetivo de comunicar com o público-alvo português, mesmo que os organizadores normalmente sejam atores não-governamentais. Os atores governamentais chineses e os atores governamentais e não-governamentais portugueses têm uma relação de cooperação intergovernamental na implementação da diplomacia cultural da China, muitas vezes realizada a partir dos acordos assinados. No que diz respeito aos mecanismos e plataformas, para além dos mecanismos tradicionais de diplomacia cultural, organizados ou supervisionados pelo governo chinês, tais como os centros culturais ou o departamento de cultura/ educação da Embaixada chinesa em Lisboa, os institutos Confúcio, entre outros, importa referir o papel de Macau, que atua como plataforma da diplomacia cultural da China junto dos países lusófonos. No enquadramento da BRI, Macau é designado como o centro de comunicação cultural entre a China e os países lusófonos, e também o centro de encontro para promover a compreensão mútua entre os povos dos vários países lusófonos. No que respeita às formas da diplomacia cultural da China em Portugal, a cooperação no campo da educação é o foco, referindo-se à “cooperação e comunicação” e “formação a apoios” na área de educação. Em comparação com as épocas anteriores, a diplomacia cultural da China na área de educação em Portugal, no âmbito da BRI, é mais específica do que nas áreas de cooperação anteriores, com enfoque no reforço da cooperação e desenvolvimento em áreas e disciplinas em que os dois países se destacam, como por exemplo, a cooperação marítima e a construção da Parceria Azul; o reforçada cooperação entre universidades; o desenvolvimento do ensino do português na China, bem como do ensino do chinês em Portugal. Em termos de intercâmbios e cooperações no campo da cultura e da arte entre a China e Portugal, os conteúdos das atividades ganharam em diversidade, incluindo uma maior disseminação da cultura tradicional chinesa e difusão de informação sobre a BRI .

Após analisar a implementação da diplomacia cultural da BRI nas relações sino-portuguesas, verificou-se que a diplomacia cultural da China é um instrumento eficaz na promoção e entendimento entre os povos. Consideramos que, para promover o entendimento entre os povos, no âmbito da elaboração de políticas, deve-se ter em consideração os seguintes pontos: i) Fortalecer a cooperação e a comunicação política ao nível governamental; ii) Reforçar o intercâmbio de pessoas entre dois países; iii) Desenvolver intercâmbios e interações culturais a vários níveis; iv) Diversificar e inovar as formas e conteúdos de diplomacia cultural da China; v) Aproveitar os mecanismos culturais de cooperação para aprofundar as relações sino-portuguesas; vi) A diplomacia cultural da China deve reforçar as opiniões, o debate e a participação do público mais alargada.

Contribuições, limitações do estudo e sugestões para investigações futuras

Os resultados deste estudo contribuem para aprofundar o conhecimento sobre as relações sino-portuguesas no contexto da BRI. Este contributo vai para além da ênfase dos estudos sobre a BRI, normalmente colocada numa perspectiva económica e política, trazendo a perspectiva cultural para o centro do debate sobre as relações bilaterais. O nosso estudo leva a “cultura” em consideração nas RI através de duas dimensões: primeiro, a “cultura” como contexto de análise de políticas públicas, tirando partido, designadamente, das três ‘culturas’ propostas por Wendt, permitindo perceber que a “culturas” diferentes correspondem políticas e acções diferentes. Portanto, a compreensão da evolução histórica das “culturas” é essencial para conhecer devidamente a situação atual. Segundo, sendo o instrumento das políticas, a “cultura” é indispensável para perceber a dinâmica relacional entre os países sustentada em dimensões que não a económica e política. Através de uma análise de políticas lançadas em diferentes épocas e das políticas associadas à BRI, construímos o modelo da diplomacia cultural da China da nova época de forma a analisar a sua implementação em Portugal, aprofundando, assim, a compreensão das relações sino-portuguesas na época da BRI.

A investigação foi condicionada por algumas limitações. Ao longo do processo da nossa investigação, enfrentámos alguns desafios e dificuldades no processo de recolha de dados. Como exemplo, por motivo de confidencialidade de alguns documentos oficiais, não foi possível ter acesso a todos os conteúdos destes documentos. Para suprir a falta de dados inerente à impossibilidade de obtenção de documentos oficiais, recorremos a notícias e entrevistas realizadas pelos portais de comunicação social mais relevantes, com relação à BRI, desde dezembro de 2013 até outubro de 2019. De referir que não conseguimos obter notícias dos dois primeiros anos passados sobre o advento da BRI anunciado pelo célebre discurso feito por Xi Jinping no Cazaquistão, em Setembro de 2013. Por exemplo, o Diário de Notícias e Diário do Povo apenas fornecem aos leitores informações a partir de 2015. No portal de Público, só conseguimos as reportagens desde 2017.

No que diz respeito a linhas de investigação futura, é de salientar que a BRI é um projeto de longo prazo que exige atenção contínua, sujeito a dinâmicas de mudança e transformação impostas não só pela alteração de perspectivas e desígnios internos à China, mas também por tensões associadas à evolução da situação internacional. O nosso estudo foca-se no período entre 2013 a 2019, desligando, assim, a visão geral do enquadramento da diplomacia cultural da BRI dos acontecimentos que tiveram lugar mais recentemente. Neste contexto, destaca-se em particular o surto pandémico da Covid-19, com grande impacto no contexto mundial e nas RI. A tensão entre os EUA e a China, o novo posicionamento da EU sobre a China, trazendo a figura de rival sistémico para o tecido relacional, entre outros, alteraram de forma significativa a forma como as relações diplomáticas da China se configuram. A questão que agora se levanta, e que pode definir os contornos de uma investigação futuro, é saber se, perante a actual situação mundial, as relações entre a China e o mundo ainda se inserem numa cultura kantiana. Daqui decorre a necessidade de saber mais sobre o impacto que as novas condições de implementação da BRI exercem sobre as relações sino-portuguesas.

Referências

- Abertura da Conferência “Financing Belt & Road.” (2018). Retrieved November 12, 2018, from <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=455d4137-8261-42e7-9e34-a39679b2810a>
- ABOUT US - China Global Television Network. (n.d.). Retrieved September 10, 2019, from <https://www.cgtn.com/about-us>
- Abraham, F., & Van Houve, J. (2005). The Rise of China: Prospects of Regional Trade Policy. *Review of World Economics*, 141(3), 486–509. <https://doi.org/10.1007/10290-005-0040-x>
- Acharya, A. (2001). *Constructing a Security Community in Southeast Asia: ASEAN and the Problem of Regional Order*. London: Routledge.
- Adler, E. (1999). O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, (47), 201–246.
- Allison, G. (1971). *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile Crisis* (1st ed.). Boston: Little Brown.
- Amado, L. (2010). As relações bilaterais entre Portugal e a República Popular da China. *Negócios Estrangeiros*, (16), 11–12.
- Amado, L., Aires-Barros, L., Valente, V., Kexiang, G., Fernandes, M. S., & Martins, A. C. (2010). Trinta Anos de relações diplomáticas luso-chinesas e dez anos sobre a transferência da administração de Macau para a China. *Negócios Estrangeiros*, (16).
- Ameer, W., Xu, H., & Alotaish, M. S. M. (2017). Outward Foreign Direct Investment and Domestic Investment: Evidence from China. *Economic Research-Ekonomska Istrazivanja*, 30(1), 777–788. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2017.1314824>
- Ameixa, A. (2016). Ano do Macado chega a Lisboa. *Faizine*, 28–29.
- Ang, I., Isar, Y. R., & Mar, P. (2015). Cultural diplomacy: Beyond the national interest? *International Journal of Cultural Policy*, 21(4), 365–381. <https://doi.org/10.1080/10286632.2015.1042474>
- Anholt, S. (2003). *Brand New Justice: e Upside of Global Branding*. Oxford: Butterworth-Heine- mann.
- Anholt, S. (2007). *Competitive identity: The new brand management for nations, cities and regions*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Appel, R., Irony, A., Schmerz, S., & Ziv, A. (2008). Cultural diplomacy: An important but neglected tool in promoting Israel’s public image. *Unpublished Manuscript, The Interdisciplinary Center Herzliya Lauder School of Government, Diplomacy and Strategy*. Retrieved April, 12(May), 2001.
- Apresenação do Diário do Povo. (n.d.). Retrieved September 11, 2019, from https://www.chinadaily.com.cn/static_c/gyzgrbwz.html
- Apresentação de Xinhua. (n.d.). Retrieved September 11, 2019, from <http://www.xinhuanet.com/xhsjj/zwfs.htm>

- Arndt, R. T. (2005a). *First Resort of Kings, American Cultural Diplomacy in the Twentieth Century*. Washington D.C. Potomac Books.
- Arnold, J. R., & Wiener, R. (2012). *Cold War: The Essential Reference Guide*. Santa Barbara: ABC-CLIO.
- Bala, R., & Cremer, R. (1998). Cities, commerce and culture: The economic role of international sister-city relations between New Zealand and Asia. *Journal of the Asia Pacific Economy*, 3(3), 446–461.
- Balakrishnan, M.S., Nekhili, R. and Lewis, C. (2011). Destination brand components. *International Journal of Culture, Tourism, and Hospitality Research*, (5), 4–25.
- Baltazar, M. (2014). Cavaco Silva diz que relações com a China conhecem realidade “sem precedentes.” Retrieved September 17, 2020, from https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/cavaco_silva_diz_que_relacoes_com_a_china_conhecem_realidade_sem_precedentes
- Barr, M. (2012). Nation branding as nation building: China’s Image Campaign. *East Asia*, 29(1), 81–94. <https://doi.org/10.1007/s12140-011-9159-7>
- Barston, R. P. (1997). *Modern Diplomacy*. New York: Routledge.
- Bátora, J. (2006). Public diplomacy between home and abroad: Norway and Canada. *The Hague Journal of Diplomacy*, 1(1), 53–80.
- BECR. (1993). *Overview of China’s foreign cultural exchanges: 1949-1991 中国对外文化交流概览 1949-1991*. Beijing: Guangming Press.
- Beijing Foreign Studies University Public Diplomacy Research Center. (2012). *Annual Report of China’s Public Diplomacy(2011-2012)*. Beijing: Current Affairs Press.
- Bellabona, P., & Spigarelli, F. (2007). Moving from Open Door to Go Global: China goes on the world stage. *International Journal of Chinese Culture and Management*, 1(1), 93. <https://doi.org/10.1504/ijccm.2007.016170>
- Bernard L. Simonin. (2008). Nation Branding and Public Diplomacy: Challenges and Opportunities. *The Fletcher Forum of World Affairs*, 32(3).
- Bhoothalingam, R. (2016). The Silk Road as a Global Brand *. *China Report*, 52(1), 45–52. <https://doi.org/10.1177/0009445515613869>
- Big data report on trade cooperation under the Belt and Road Initiative 2018*. (2018). Dalian. Retrieved from <http://www.sic.gov.cn/archiver/SIC/UpFile/Files/Default/20180509162109827517.pdf>
- Bourdieu, P. (1987). *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Boyatzis, R. E. (1998). *Transforming Qualitative Information: Thematic Analysis and Code Development . Transforming Qualitative Information*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications. Retrieved from http://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=_rfCIWRhIKAC&oi=fnd&pg=PR6&dq=narrative+thematic+analysis&ots=EyvHynfh_k&sig=qbJaepOG0MltWYP0mCH

- pRczCUus%5Cnhttp://books.google.com/books?hl=en&lr=&id=_rfClWRhIKAC&oi=fnd&pg=PR6&dq=narrative+thematic+analysis&ots
- Branco, D. F. L. (2019a). *Portugal e Macau- Que chã há?* Universidade Nova de Lisboa.
- Branco, D. F. L. (2019b). *Portugal e Macau Ciência Política e Relações Internacionais*. Universidade Nova de Lisboa.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brewster, D. (2017). Silk Roads and Strings of Pearls: The Strategic Geography of China's New Pathways in the Indian Ocean. *Geopolitics*, 22(2), 269–291.
- Bryman, A. (2007). Barriers to integrating quantitative and qualitative research. *Journal of Mixed Methods Research*, 1(1), 8–22.
- Buis, H. (2009). The Role of Local Government Associations in Increasing the Effectiveness of City-To-City Cooperation. *Habitat International*, 33(2), 190–194.
- But Opens Door to Portugal. (1978). *Hong Kong Standard*, p. 1.
- Cabral, J. (2007). discurso do subdiretor-geral de política externa do Ministério dos negócios. In *Seminário “Comemorações dos 20 anos da assinatura da Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a questão de Macau” e “Portugal e a China: Oportunidades e desafios”* (pp. 22–24). Lisboa: Assembleia da República.
- Cai, W. (2006). *Work hard to create a favourable environment of public opinions for our development*. Beijing. Retrieved from <http://www.scio.gov.cn/zxbd/nd/2006/Document/309213/309213.htm>
- Callaghan, M., & Hubbard, P. (2017). The Asian Infrastructure Investment Bank : Multilateralism on the Silk Road The Asian Infrastructure Investment Bank : Multilateralism on the Silk Road. *China Economic Journal*, 9(2), 116–139. <https://doi.org/10.1080/17538963.2016.1162970>
- Callahan, W. A. (2015). Identity and Security in China: The Negative Soft Power of the China Dream. *Politics*, 35(3–4). <https://doi.org/10.1111/1467-9256.12088>
- Canas, V., & Correia, J. (2009). As relações entre os Parlamentos Nacionais de Portugal e da China, no quadro de aprofundamento da relações entre os dois Estados. In *Os países de língua portuguesa e a China num mundo globalizado* (pp. 157–168). Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Carr, H. E. (1946). *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939: An introduction to the Study of International Relations*. New York: Harper and Row.
- Casarini, N. (n.d.). Is Europe to Benefit from China ' s Belt and Road Initiative ? Is Europe to Benefit from China ' s Belt and Road.
- Casarini, N. (2017). When All Roads Lead to Beijing . Assessing China ' s New Silk Road and its Implications for Europe When All Roads Lead to Beijing . Assessing China ' s New Silk Road and its Implications for Europe. *The International Spectator*, 51(4), 1–14. <https://doi.org/10.1080/03932729.2016.1224491>

- CCG. (2019). “Relatório de Migração Internacional da China (2018)” CCG发布《中国国际移民报告（2018）》. Retrieved from <http://www.ccg.org.cn/Research/View.aspx?Id=9155>
- Chay, J. (1990). *Culture and International Relations*. New York: Praeger Publishers.
- Che, X., & Guo, J. (2017). Study on the Improving Path of People – to – people Bonds in the Belt and Road from the perspective of Alienation Theory in Intercultural Philosophy跨文化外推视阈下的“一带一路”民心相通提升路径. *Journal of Xi'an Jiaotong University*, 37(2), 50–56. <https://doi.org/10.15896/j.xjtuskxb.201702008>
- Chen, B. Y. X., & Mardeusz, J. (2015). CHINA AND EUROPE : Reconnecting Across a New Silk Road. *European Financial Review*, 5–12.
- Chen, D. (2014). Chinese Foreign Policy Needs Major Reform Tao Guang Yang Hui or Fen Fa You Wei? This is the question for China.
- Chen, L.-C., & Lee, Y.-C. (2011). What aspects of soft power are significant and latent in China? A chance discovery method from a text mining perspective. *Korean Journal of Defense Analysis*, 23(3).
- Chen, Y. (2012). The formation of Jiang Zemin’s “going out” strategy and its significance 江泽民“走出去”战略的形成及其重要意义. Retrieved December 7, 2018, from <http://www.dswxyjy.org.cn/n1/2019/0228/c425426-30909751.html>
- Cheng, J. (2004). Challenges to China’s Russian Policy in Early 21st Century. *Journal of Contemporary Asia*, 34(4), 481.
- Cheng, M. (2006). *International Communication*. Beijing: Peking University Press.
- Cheng, Y. (2018). Public Opinions on the Belt and Road Initiative: A Cross-Cultural Study. In C. Y., S. L., & Huang L. (Eds.), *The Belt & Road Initiative in the Global Arena*. Singapore: Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-981-10-5921-6_1
- Cheng, Yu. (2017). Public opinions on the belt and road initiative: A cross-cultural study. In Yu Cheng, L. Song, & L. Huang (Eds.), *The Belt & Road Initiative in the Global Arena: Chinese and European Perspectives* (pp. 3–15). Singapore: Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-981-10-5921-6_1
- Cheng, Yugang. (2007). Build China’s Soft Power within the Context of Globalization. *Guoji Guancha*, (Fev.).
- China Institutes of Contemporary International Relations (Ed.). (2015). *The Belt and Road Initiative “一带一路”读本* (1st ed.). Beijing: Current Affairs Press.
- Cho, Y. N., & Jeong, J. H. (2008). China’s “Soft Power. *Asia Survey*, 48(3), 453–72.
- CICIR. (2015). *The New Silk Road “一带一路”读本*. Beijing: Current Affairs Press.
- Clark, T. (1990). International Marketing And National Character: A Culture-Free Dimensions Of Culture. *Journal Of Cross-Cultural Psychology*, (18), 143–164.
- Clarke, N. (2010). Town Twinning in Cold-War Britain: (Dis) Continuities in Twentieth-Century Municipal Internationalism. *Contemporary British History*, (24), 173–191.

- Cohen, D. (2014). China Pushes “Silk Road” Regional Trade on Two Fronts. Retrieved September 8, 2019, from <http://www.jamestown.org>
- Cohen, J. A., & Chiu, H. (1974). *People’s China and International Law*. New Jersey: Princeton University Press.
- Commission, N. D. and R., Affairs, M. of F., & Commerce, M. of. (2015). *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*. Beijing. Retrieved from http://www.ndrc.gov.cn/gzdt/201503/t20150330_669392.html
- Communist Party History Research Office. (2016). *Ninety years of the Communist Party of China* (1st ed.). Beijing: CCP History Publishing House.
- Comunicação social: intercâmbio jornalístico entre Portugal e a China. (1978). *Diário de Notícias*, p. 2.
- Congress, N. P. (2011). *The Twelfth Five-Year Plan (2011-2015)*. Beijing. Retrieved from <http://www.2abc8.com/new/24533/>
- Congress, N. P. (2016). *The 13th Five-Year Plan (2016-2020)*. Beijing. Retrieved from <http://www.ndrc.gov.cn/gzdt/201603/P020160318576353824805.pdf>
- Cooley, A. (2015). New Silk Route or Classic Developmental Cul-de-Sac? The Prospects and Challenges of China’s OBOR Initiative. *PONARS Eurasia*. Retrieved from <http://www.ponarseurasia.org/memo/new-silk-route-or-classic-developmental-cul-de-sac>
- Cooley, A., & Xi, C. P. (2015). New Silk Route or Classic Developmental Cul-de-Sac ?, (372), 1–7.
- Correia, J. M., Gama, J., Canas, V., Cabral, J., Gao, K., & Carlos, A. S. (2007). *Seminário “Comemorações dos 20 anos da assinatura da Declaração Conjunta do Governo da República Portuguesa e do Governo da República Popular da China sobre a questão de Macau” e “Portugal e a China: Oportunidades e desafios.”* Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República.
- CPC Central Committee. (2011). *Decision of the CPC Central Committee on Major Issues Pertaining to Deepening Reform of the Cultural System and Promoting the Great Development and Flouring of Social Culture*. Beijing. Retrieved from <http://lawinfochina.com/display.aspx?id=2a1be88c5f264405bdfb&lib=law>
- CPC Central Committee. (2013). Summary of the CPC Central Committee. Retrieved from <https://web.archive.org/web/20170309065440/http://lx.jnbb.gov.cn/channels/ch00417/201308/525da01b-588a-4042-8891-373951c263ff.htm>
- CPC Research Center. (2003). *Selected Reports from the 15th Nacional Congress of the Communist Party of China*. Beijing: CCCPC Party Literature Publishing House.
- CPC Research Center. (2011a). *Selected Reports from the 16th Nacional Congress of the Communist Party of China* (Beijing). CCCPC Party Literature Publishing House.
- CPC Research Center. (2011b). *Selected Reports from the 17th Nacional Congress of the Communist Party of China*. Beijing: CCCPC Party Literature Publishing House.
- Cuiping, Z. H. U. (2016). *Continental and Maritime Silk Routes: Prospects for India-China Cooperation*.

- Cull, N. J. (2009). Public diplomacy before Gullion: The evolution of a phrase. In *Routledge handbook of public diplomacy* (p. 19). New York: Routledge.
- Cull, Nicholas J. (2008). Public diplomacy: Taxonomies and histories. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 31–54. <https://doi.org/10.1177/0002716207311952>
- Cull, Nicholas J. (2009). *Public Diplomacy: Lessons from the Past*. LA: USC Centre for Public Diplomacy.
- Cummings, M. C. (2003). *Cultural Diplomacy and the United States Government: A Survey*. Washington, D.C.: Centre for Arts and Culture.
- d' Hooghe, I. (2010). *The limits of China's soft power in Europe: Beijing's public diplomacy puzzle*. The Hague, Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael' (Vol. Clingendael).
- Dadwal, S. R., & Purushothaman, C. (2017). CPEC in Pakistan's Quest for Energy Security. *Strategic Analysis*, 41(2), 515–524. <https://doi.org/10.1080/09700161.2017.1343270>
- Daly, J., Kellehear, A., & Gliksman, M. (1997). *The public health researcher: A methodological approach*. Melbourne: Oxford University Press.
- Deng, S. (2015). The Construction of Cultural Exchange Mechanism in the Construction of One Belt One Road—一带一路建设中文化交流机制的构建. *Academic Exchange*, 216(12), 112–117.
- Deng, X. (1994a). *Selected Works of Deng Xiaoping*. Beijing: People's Publishing House.
- Deng, X. (1994b). *Selected Works of Deng Xiaoping Vol.3*. Beijing: People's Publishing House.
- Denzin, N. K. (1978). *The research act: A theoretical introduction to sociological method* (2nd ed.). New York: McGraw-Hill.
- DeWalt, K. M., & DeWalt, B. R. (2002). *Participant observation: a guide for fieldworkers*. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.
- Di, D. (2002). Definição de cultura de académicos estrangeiros 国外学者关于文化的定义. *Da Di*, (6). Retrieved from <http://www1.people.com.cn/BIG5/paper81/6325/623504.html>
- Dias, A. (2012). UM Celebra 'Dia da Língua Portuguesa.' *Jornal Tribuna de Macau*.
- Digester, P. (1992). The Fourth Face of Power. *The Journal of Politics*, 54(4), 977–1007.
- Ding, S. (2018). Teatro do drama de dança chinês “Dunhuang of the Big Dream” conta para “Silk Road” 中国舞剧《大梦敦煌》欧洲演出诉说“丝路情”(图). Retrieved September 2, 2019, from <https://www.chinanews.com/cul/2018/07-12/8564890.shtml>
- Dinnie, K., Melewar, T. C., Seidenfuss, K.-U., and Musa, G. (2010). Nation branding and integrated marketing communications: an ASEAN perspective. *International Marketing Review*, 27(4), 388.
- Dinnie, K. (2007). *Nation branding: Concepts, issues, practice*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Dinnie, Keith. (2007). *Nation branding: Concepts, issues, practice*. Oxford: Elsevier, Butterworth-Heinemann.

- Dinnie, Keith. (2016). *Nation Branding: concepts, issues, practice* (2nd ed.). London and New York: Routledge.
- Diplomacy, I. for cultural. (2013). *Cultural Diplomacy Dictionary*. (K. Chakraborty, Ed.) (1st ed.). Berlin: Center for cultural diplomacy studies publications. Retrieved from file:///C:/Users/Posto 1/Desktop/Cultural_Diplomacy_Dictionary.pdf
- Dos Santos, L. M. (2019). Foreign Language Learning Beyond English: The Opportunities of One Belt, One Road (OBOR) Initiative. *Silk Road to Belt Road: Reinventing the Past and Shaping the Future*, 175–189. https://doi.org/10.1007/978-981-13-2998-2_11
- Dou, L., & Zhou, G. (2015). Ten pairs of relationships that need to be grasped in the external communication of the “Belt and Road” 对外传播需要把握的十对关系. *International Communications*, (3), 21–23.
- Du, M. M. (2016). China’s “One Belt, One Road” Initiative: Context, Focus, Institutions, and Implications. *The Chinese Journal of Global Governance*, 2(1), 30–43. <https://doi.org/10.1163/23525207-12340014>
- Duan, F., Ji, Q., Liu, B., & Fan, Y. (2018). Energy Investment Risk Assessment for Nations along China’s Belt & Road Initiative. *Journal of Cleaner Production*, (170), 535–547. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.09.152>
- Duarte, P. (2012). Soft China: o caráter evolutivo da estratégia de charme chinesa. *Contexto Internacional*, 34(2), 501–529. <https://doi.org/10.1590/s0102-85292012000200005>
- Eagleton, T. (2005). *A idéia de cultura*. Unesp, São Paulo.
- Education, M. of. (2017). Promote the “One Belt, One Road” Education Action 推进共建“一带一路”教育行动. Retrieved April 16, 2017, from <https://www.yidaiyilu.gov.cn/zchj/jggg/2397.htm>
- Esteban, M. (2017). The foreign policy of Xi Jinping after the 19th Congress: China strives for a central role on the world stage - Elcano. *Elcano Royal Institute*, (November), 1–7. Retrieved from http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_en/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/ari87-2017-esteban-foreign-policy-xi-jinping-19th-congress-china-central-role-world-stage
- Estrada, G., Han, X., Park, D., & Tian, S. (2018). Asia’s Middle-Income Challenge: An Overview. *Emerging Markets Finance & Trade*, 54(6), 1208–1224. <https://doi.org/10.1080/1540496X.2017.1421939>
- Fan, Y. (2004). Nation branding: Confusion and paradox. In *33rd EMAC Conference*. Murcia.
- Fan, Y. (2008). SOFT POWER: POWER OF ATTRACTION OR CONFUSION? Place. *Place Branding and Public Diplomacy*, 4(2), 147–158. Retrieved from <http://hdl.handle.net/2438/1863>
- Fan, Ying. (2006a). Branding the nation: What is being branded? *Journal of Vacation Marketing*, (1), 5–14.
- Fan, Ying. (2006b). Nation branding: what is being branded? *Journal of Vacation Marketing*, 5–14.

- Fan, Ying. (2007). Soft power and nation branding. *Brunel Business School Research Papers*.
- Fan, Ying. (2008a). *Key perspectives in nation image: a conceptual framework for nation branding*. Retrieved from .
- Fan, Ying. (2008b). Key perspectives in nation image: A conceptual framework for nation branding. *Place Branding and Public Diplomacy*, 4(2006), 1–13. Retrieved from <http://bura.brunel.ac.uk/handle/2438/1872>
- Fan, Ying. (2010). Branding the nation: Towards a better understanding. *Place Branding and Public Diplomacy*, 6(2), 97–103. <https://doi.org/10.1057/pb.2010.16>
- Fan, Z., Zhang, R., Liu, X., & Pan, L. (2016). China's Outward FDI Efficiency Along the Belt and Road: An Application of Stochastic Frontier Gravity Model. *China Agricultural Economic Review*, 8(3), 455–479.
- Feng, W. (2018). Major-Country Diplomacy with Chinese Characteristics: Scientific connotation, strategic layout and practical requirements. *Global Review*, (3), 13–28. <https://doi.org/10.13851/j.cnki.gjzw.201803002>
- Ferdinand, P. (2016). Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping. *International Affairs*, 92(4). <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12660>
- Fernandes, M.S. (2015). The normalisation of portuguese-chinese relations and macao's handover to mainland China, 1974–79. *China: An International Journal*, 13(1).
- Fernandes, Moisés Silva. (1996). *Sinopse de Macau nas Relações Luso-Chinesas: Cronologia, Documentos, Apêndices e Bibliografia Escolhida, Desde 1945 Até 1995*. Winnipeg, Manitoba: University of Manitoba.
- Fernandes, Moisés Silva. (1998). Enquadramento das relações luso-chinesas entre 1949 e 1966. *Administração*, 11(40).
- Fernandes, Moisés Silva. (1999). Macau nas relações sino-portuguesas, 1949-1979. *Administração*, XII(46), 987–1002.
- Fernandes, Moisés Silva. (2000a). Após Macau: perspectivas sobre as relações luso-chinesas depois de 1999. In *IV Congresso Português de Sociologia* (pp. 1–16). Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Fernandes, Moisés Silva. (2000b). *Sinopse de Macau nas relações luso-chinesas, 1949-1995: cronologia de documentos*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Fernandes, Moisés Silva. (2001). A evolução das relações luso-chinesas entre 1949 e 1999. In *A reforma do estado em Portugal- Problemas e perspectivas: actas do I encontro Nacional de ciências Política* (pp. 100–101). Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Fernandes, Moisés Silva. (2002). A iniciativa gorada de Franco Nogueira para o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a China Continental em 1964. *Administração*, 15(56), 573.
- Fernandes, Moisés Silva. (2008a). Após Macau : Perspectivas Sobre As Relações Luso-Chinesas Depois De 1999. Com a reunificação formal e simbólica de Macau à China no dia 20 de Dezembro de 1999 , encerrou-se o ciclo da presença administrativa de

- Portugal no sul da China . As relações luso-c. In *IV Congresso Português de Sociologia* (pp. 1–16). Lisboa.
- Fernandes, Moisés Silva. (2008b). How to relate with a colonial power on its shore: Macau in the chinese foreign policy, 1949-1965. *BPJS*, (17), 225–250.
- Fernandes, Moisés Silva. (2010). Contextualização das negociações de Paris sobre a normalização das relações luso-chinesas, 1974-1979. *Negócios Estrangeiros*, (16–122).
- Fernandes, Moisés Silva. (2018). How to relate with a colonial power on its shore: Macau in the chinese foreign policy: 1949-1965. *BPJS*, (17), 225–250.
- Finlay, C. J., & Xin, X. (2010). Public diplomacy games: A comparative study of American and Japanese responses to the interplay of nationalism, ideology and Chinese soft power strategies around the 2008 Beijing Olympics. *Sport in Society*, 13(5). <https://doi.org/10.1080/17430431003651115>
- Freitas, J. de. (1964). *A China vence o passado*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Fu, X. (2011). Comemoração do 50º Aniversário do Português da Língua e Cultura Portuguesas e Fórum Português Realizados em Macau. Retrieved September 18, 2018, from <http://hm.people.com.cn/GB/85418/15524375.html>
- G.R., B., & Alan, J. (2003). *A Dictionary of Diplomacy. Welding Design and Fabrication* (2nd ed.). New York: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1115/1.1999-mar-1>
- Gaddis, J. L. (1998). *We Now Know: Rethinking Cold War History*. Oxford: Clarendon Press. Retrieved from <https://www.amazon.com/We-Now-Know-Rethinking-Relations/dp/0198780710>
- Gallarotti, G. M. (2011). Soft Power : What it is , Why it ' s Important , and the Conditions Under Which it Can Be Effectively Used. *Journal of Political Power*, 4(1), 25–47. <https://doi.org/10.1080/2158379X.2011.557886>
- Gao, H. (2001). 大饥荒与四清运动的起源 . Retrieved January 12, 2021, from <http://mjsh.usc.cuhk.edu.hk/Book.aspx?cid=4&tid=3907>
- Garlick, J. (2018). Deconstructing the China–Pakistan Economic Corridor: Pipe Dreams Versus Geopolitical Realities. *Journal of Contemporary China*, 27(112), 519–533.
- Garver, J. w. (1997). *The Sino-American Alliance: Nationalist China and American Cold War Strategy in Asia: Nationalist China and American Cold War Strategy in Asia*. London: Routledge.
- Garver, J. W. (2016). *China's Quest: The History of the Foreign Relations of the People's Republic*. Oxford: Oxford University Press.
- Ge, S. (2000). *Chronicle of New China's 50 Years of Foreign Cultural Exchanges 新中国对外文化交流50年纪事*. Beijing: Beijing Culture and Art Press.
- Ghasemi, H. (n.d.). Globalization and International Relations : Actors Move from Non-cooperative to Cooperative Games, (Modelski 1972), 1–13.
- Gienow-Hecht, J., & Schumache, F. (2003). *Culture and International History*. New York: Berghahn Books.
- Giffard, A., & Rivenburgh, N. K. (2000). News agencies, national images and global media evens. *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 77(1), 8–21.

- Gilboa, E. (2008). Searching for a theory for public diplomacy. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, (616), 55–77.
- Gilboa, Eytan. (2000). Mass communication and diplomacy: A theoretical framework. *Communication Theory*, 10(3), 275–309.
- Gilboa, Eytan. (2001). Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects. *Diplomacy and Statecraft*, 12(2), 1–28.
- Gilboa, Eytan. (2008). Searching for a theory of public diplomacy. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 55–77. <https://doi.org/10.1177/0002716207312142>
- Gill, B. and Huang, Y. (2007). Sources and Limits of Chinese 'Soft Power'. *Survival*.
- Gilmore, F. (2002). A country – can it be repositioned? Spain – the successful story of country branding. *Journal of Brand Management*, 9(4), 281–293.
- Goldstein, Judith. Keohane, R. (1993). *Ideas and Foreign Policy: an analytical framework*. New York: Cornell University Press.
- Gonçalves, A. (2007). As relações políticas, diplomáticas e económicas de Portugal com a República Popular da China, mediadas por Macau. *JANUS.NET, e-Journal of International Relations*, 3–24. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1423726>
- Gonçalves, A. (2010). Trinta anos de política externa portuguesa para a China. *Aspectos Da Conjuntura Internacional*, (Janus).
- Gudjonsson, H. . (2005). Nation branding. *Place Branding*, 1(3), 283 – 298.
- Guest, G., MacQueen, K., & Namey, E. (2012). *Applied Thematic Analysis*. Applied Thematic Analysis. SAGE Publications. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.4135/9781483384436>
- Günther, H., & Gudrun, H. (2015). Geoeconomics Meets Geopolitics. China's New Economic and Foreign Policy Initiatives, (June), 1–7.
- Guo, S. (2016, February 15). Strengthen regional country studies 加强区域国别研究. *People's Daily*.
- Ham, P. van. (2001). The Rise of the Brand State: The Postmodern Politics of Image and Reputation. *Foreign Affairs*, 80(5), 2–6.
- Hanson, W. E., Crewell, J. W., Plano Clark, V. L., Petska, K. S., & Crewell, J. D. (2005). Mixed methods research design in counseling psychology. *Journal of Counseling Psychology*, 52(2), 224–235.
- He, Y. (2017). Research on the Internationalization of my country's Cultural Industry under the "One Belt, One Road" Strategy“一带一路”战略下我国文化产业国际化问题研究. *Journal of Zhengzhou University*, 50(3), 2827–2830. [https://doi.org/1001 - 8204\(2017\) 02 - 0080 - 06](https://doi.org/1001 - 8204(2017) 02 - 0080 - 06)
- Heinzig, D. (2003). *Dieter Heinzig, The Soviet Union and Communist China 1945-1950. The Arduous Road to the Alliance*. London: Routledge.
- Herrero, A. G., & Xu, J. (2017). China's Belt and Road Initiative: Can Europe Expect Trade Gains? *China & World Economy*, 25(6), 84–99.

- Hocking, B. (2005). Rethinking the ‘new’ public diplomacy. In J. Melissen (Ed.), *The new public diplomacy soft power in international relations*. Palgrave Macmillan.
- Hofstede, G. (1991). *Cultures and organizations: Software of the mind*. London: McGraw-Hill.
- Hofstede, Geert. (2011). Dimensionalizing Cultures : The Hofstede Model in Context. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2(1), 1–26. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.9707/2307-0919.1014>
- Hopf, T. (1998). The promise of constructivism in international relations theory. *International Security*, 23(1), 171–200.
- Hu, C. (2017). Pay attention to the discipline and talent cultivation of national and regional studies 应重视国别和区域研究学科化及人才培养. *International and Regional Studies*, 1–2, 256–301.
- Hu, J. (2004). *The 10th diplomatic envoy meeting was held in Beijing*. Beijing. Retrieved from <https://www.fmprc.gov.cn/chn/pds/wjb/zygy/t154816.htm>
- Hu, J. (2012). *Hu’s report at 18th Party Congress*. BEIJING. Retrieved from http://language.chinadaily.com.cn/news/2012-11/19/content_15941774.htm
- Hu, J. (2016). *Selected Works of Hu Jintao*. Beijing: People’s Publishing House.
- Hu, Weixing. (2019). Xi Jinping’s ‘major country diplomacy’: The role of leadership in foreign policy transformation. *Journal of Contemporary China*, 28(115), 1–14. <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1497904>
- Hu, Wentao. (2007). A Theoretical Analysis of Cultural Diplomacy. *Foreign Affairs Review*, (96), 54.
- Hua, J. (2015). “One Belt, One Road” strategy and the new spatial layout of my country’s cultural industry “一带一路”战略与我国文化产业的空间新布局 , (6), 104–110. [https://doi.org/1671-8402\(2015\)06-0104-07](https://doi.org/1671-8402(2015)06-0104-07)
- Hua, Z. (2015). 46 faculdades e universidades chinesas e estrangeiras estabeleceram a aliança “One Belt, One Road” (Fotos) 中外46所高校成立“一带一路”高校联盟(图). Retrieved December 12, 2018, from 中外46所高校成立“一带一路”高校联盟(图)
- Huang, J. (2014). Xi: China to promote cultural soft power. Retrieved August 11, 2019, from <http://en.people.cn/90785/8500899.html>
- Huang, Q. (2006). *História de Relação Lusa-Chinesa*. An Hui: Editora Huang Shan.
- Huang, S. (1999). *综合国力新论: 兼论新中国综合国力 Nova teoria de Poder Nacional Abrangente: Poder Nacional Abrangente da China Nova* (1st ed.). Beijing: China Society Science Publishing House.
- Huang, Y. (2016). Understanding China’s Belt & Road Initiative: Motivation, framework and assessment. *China Economic Review*, 40, 314–321. <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2016.07.007>
- Hubinger, V. (2006). *Encyklopedie diplomacie*. Praha: Libri.
- Huntington, S. (1993). The Clash of Civilizations. *Foreign Affairs*, 72(3), 22.

- Huntington, S. P. (1996). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster.
- Hurley, J., Morris, S., & Portelance, G. (2019). Examining the debt implications of the Belt and Road Initiative from a policy perspective. *Journal of Infrastructure, Policy and Development*, 3(1), 139. <https://doi.org/10.24294/jipd.v3i1.1123>
- Initiative, O. of the L. G. for P. the B. and R. (2019). The Belt and Road Initiative Progress, Contributions and Prospects 2019. Retrieved May 1, 2019, from <https://www.yidaiyilu.gov.cn/wcm.files/upload/CMSydyllgw/201904/201904220254037.pdf>
- Iryke, A. (1979). Culture and Power: International Relations as Intercultural Relations. *Diplomatic History*, 3, 115.
- Ito, T. (2017). A New Financial Order in Asia: Will a RMB Bloc Emerge? *Journal of International Money and Finance*, (74), 232–257. <https://doi.org/10.1016/j.jimonfin.2017.02.019>
- Ivey, Bill. (2008). *Cultural Diplomacy and the National Interest: In Search of a 21st Century Perspective*. Arts Industries Policy Forum.
- Jacob, J. T. (2017). China's Belt and Road Initiative: Perspectives from India. *China & World Economy*, 25(5), 78–100.
- Jaffe, E. d. and Nebenzahl, I. D. (2001). *National image and Competitive Advantage The theory and practice of country-of-origin effect*. Copenhagen: Copenhagen Business School Press.
- Jiang, B., Li, J., & Gong, C. (2018). Maritime Shipping and Export Trade on “Maritime Silk Road.” *The Asian Journal of Shipping and Logistics*, 34(2), 83–90. <https://doi.org/10.1016/j.ajsl.2018.06.005>
- Jiang, Z. (1997). *Report of the 15th National Congress-"Hold High the Great Banner of Deng Xiaoping Theory for an All-round Advancement of the Cause of Building Socialism with Chinese Characteristics to the 21st Century"*. Beijing. Retrieved from <http://academics.wellesley.edu/Polisci/wj/308S/Readings/jzm15CCP.htm>
- Jiang, Z. (2006). *Selected Works of Jiang Zemin*. Beijing: People's Publishing House.
- Jianren, L. (2016). The 21st Century Maritime Silk Road and China-ASEAN Industry Cooperation.
- Jin, C. (2017). *China's Wisdom 中国智慧：十八大以来中国外交*. Beijing: China Renmin University Press.
- Jin, L. (2013). The Impact of Culture on Diplomacy and How to Bridge Cultural Gaps in Diplomacy. *Overseas English*, (4), 170.
- Jin, X., Li, D. D., & Wu, S. (2016). How will China shape the world economy? *China Economic Review*, 40, 272–280. <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2016.07.006>
- Joffe, J. (2006). The peril o soft power. *NYT Magazine*.

- Johnson, D. W., & Johnson, R. T. (2000). Civil political discourse in a democracy: The contribution of psychology. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 6(4), 291–317.
- Jora, L. (2013). New Practices and Trends in Cultural Diplomacy. *Romanian Review of Political Sciences and International Relations*, (1), 1–52.
- Kaneva, N. (2011). Nation branding: Toward an agenda for critical research. *International Journal of Communication*, (5), 117–141.
- Kato, Y. (2019). What Is Xi Jinping's Major Power Diplomacy? *Asian Perspectives Global Issue*, (march). Retrieved from <https://www.asiaglobalonline.hku.hk/xi-jinping-china-major-power-diplomacy>
- Katzenstein, P. J. (1996). *The culture of national security: Norms and identity in world politics*. New York: Columbia University Press.
- Kejin, Z. (2015). The motivation behind China's public diplomacy. *Chinese Journal of International Politics*, 8(2), 167–196. <https://doi.org/10.1093/cjip/pov005>
- Kondapalli, S. (2018). The Maritime Silk Road and China–Maldives Relations. In J.-M. F. Blanchard (Ed.), *China's Maritime Silk Road Initiative and South Asia* (pp. 173–201). Palgrave.
- Kotler, P., Gertner, D. (2002). Country as a brand, product and beyond: A place marketing and brand management perspective. *Journal of Brand Management*, 9(4), 249–261.
- Kramsch, C. (1998). *Language and culture*. Oxford: Oxford University Press.
- Kratz, A. (2015). One Belt, One Road: What's in it for China's economic players? *China Analysis*, (June 2015).
- Kroeber, A. L. (Alfred L., Kluckhohn, C., & Untereiner, W. (1985). *Culture: a critical review of concepts and definitions*. Greenwood Press. Retrieved from https://books.google.pt/books/about/Culture.html?id=yBBwkgEACAAJ&source=kp_book_description&redir_esc=y
- Kuah, K. E. (2019). China's Soft Power: Culturalisation Along the Belt Road Corridors. In *Silk Road to Belt Road: Reinventing the Past and Shaping the Future* (pp. 121–145). Singapore: Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-13-2998-2_8
- Kurucz, M. (2007). In *Zahranicna politika a diplomacia Slovenskej republiky e kontexte europskej integracie.Zbomik z vedeckej konferencie*. Bratislava: Ekonom.
- Kushner, M. S. (2002). Exhibiting Art at the American National Exhibition in Moscow, 1959. *Journal of Cold War Studies*, 4(1), 6–26.
- Kwon, E. (2015). China's Monetary Power: Internationalization of the Renminbi. *Pacific Focus*, 30(1), 78–102. <https://doi.org/10.1111/pafo.12038>
- Lapid, Y., & Kratochwil, F. (1996). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Bouldel: Lynne Rienner Publishers.
- Le, D. (1988). *Diplomatic history of People's Republic of China (1949—1976)*. Zhengzhou: Henan People's Publishing House.

- Lee, E. Y. J. (2015). Trans-Pacific Partnership (TPP) as a US strategic alliance initiative under the G2 system: Legal and political implications. *Journal of East Asia and International Law*, 8(2), 323–352. <https://doi.org/10.14330/jeail.2015.8.2.02>
- Lee, J. T. (2015). Soft power and cultural diplomacy: emerging education hubs in Asia. *Comparative Education*, 51(3). <https://doi.org/10.1080/03050068.2015.1037551>
- Lemoine, F., & Unal, D. (2017). China's Foreign Trade: A “New Normal.” *China & World Economy*, 25(2), 1–21.
- Leonard, M. (2002). *Public diplomacy*. London: Foreign Policy Centre.
- Lessa, M. L. (1994). A Aliança Francesa no Brasil: política oficial de influência cultural. *Belo Horizonte: Varia História*, (13), 78–95.
- Lessa, M. L., & Suppo, H. R. (2007). O estudo da dimensão cultural nas relações internacionais. In W. da S. Gonalves & M. L. Lessa (Eds.), *História das Relações Internacionais: Teoria e Processos*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ.
- Leung, C. T. L. (2019). Conflict Management Under International and Cross-Cultural Contexts: Opportunities in the Belt and Road. *Silk Road to Belt Road: Reinventing the Past and Shaping the Future*, 147–158. https://doi.org/10.1007/978-981-13-2998-2_9
- Li, B. (1998). *The Characteristics of Chinese Diplomacy since the Third Plenary Session of the Eleventh Central Committee of the Party*. Beijing: Teaching and Investigation.
- Li, C., & Tong, Y. (2004). *Deng Xiaoping Theory Dictionary*. Shanghai: Shanghai Dictionary Press.
- Li, D., & Dong, J. (2007). O desenvolvimento de relações internacionais no ocidente 西方国际关系理论流派的演进. *China Academic Journal Electronic Publishing House*, 35(11), 1147–1153.
- Li, H., & Wang, S. (2017). Cultural exchange and sharing under the “One Belt One Road” strategy“一带一路”战略下的文化交流与共享. *Culture Dimensions*, (11), 136–137. <https://doi.org/10.16619/j.cnki.rmlt.2017.11.059>
- Li, J., Liu, B., & Qian, G. (2019). The belt and road initiative, cultural friction and ethnicity: Their effects on the export performance of SMEs in China. *Journal of World Business*, 54(4), 350–359. <https://doi.org/10.1016/J.JWB.2019.04.004>
- Li, X. (2018). *城市外交: 理论与实践City Diplomacy: Theory and Practice*. Beijing: Social Sciences Academic Press (China).
- Li, Y., & Chang, Y. (2015). Infrastructure Investments for Power Trade and Transmission in ASEAN+2: Costs, Benefits, Long-Term Contracts and Prioritized Developments. *Energy Economics*, (51), 484–492.
- Li, Yuming. (2010). Some thoughts on foreign languages planning in China. *Journal of Foreign Languages*, 133(1), 2–8.
- Li, Yuming. (2015, September 22). “Belt and Road” requires language paving“一带一路”需要语言铺路. *People's Daily*.
- Li, Zhi. (2003). Cultural Diplomacy: A Tentative Discourse 试论文化外交. *Academic Journal of China Foreign Affairs University*, (1), 83–87.

- Li, Zhihuan. (2016). The Soft Cultural Power Enjoyed by Yunnan Province in the Construction of "One Belt and One Road": A Cultural Security Aspect. *Journal of Yantai University (Philosophy and Social Science Edition)*, 29(4), 170–188. <https://doi.org/10.13951/j.cnki.issn1002-3194.2016.04.010>
- Liang, B. (2015). A análise da estratégia cultural da China 我国对外文化战略和策略析. *Studies on Mao Zedong and Deng Xiaoping Theories*, (5), 16–21.
- Liao, K. (2006). *Study in Chinese Cultural Diplomacy*. Central Party School of the Communist Party of China.
- Lin, Y. (2018). 一带一路与人类命运共同体：中国倡议与全球行动 Belt and Road Initiative and Concept of a Community with Shared Future for Mankind: Chinese Proposals and Global Actions. *The Journal of China and International Relations*, (2).
- Lincoln, Y. S., & Guba, E. G. (1985). *Naturalistic inquiry*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Lipson, L. (1997). *The great issues of politics : an introduction to political science*. Prentice Hall. Retrieved from https://books.google.pt/books/about/The_Great_Issues_of_Politics.html?id=_FK-QgAACAAJ&source=kp_book_description&redir_esc=y
- Liu, D. (2004). O origem e o desenvolvimento de soft power“软权力”说的由来与发展. *Jilin University Journal Social Sciences Edition*, (4).
- Liu, H. (2010). Overseas Chinese and the Rising China: Historicity, State and International Relations 海外华人与崛起的中国：历史性、国家与国际关系. *Kaifang Shidai*, (8), 79–93.
- Liu, Jianping. (2009). The Frustration of “People-to-People Diplomacy” between China and Japan: Process Research and Structural Analysis. *Open Times*, (2).
- Liu, Jingming. (2007). Socialist concept of honor and disgrace is the banner that leads the social trend. *People's Daily*.
- Liu, L., & Sun, Z. (2003). Teorias e práticas de comunicação regional 区域品牌传播的理论与实践研究. *People.Com.Cn*. Retrieved from people.com.cn
- Liu, W. (2015). Scientific understanding of the Belt and Road Initiative of China and related research themes “一带一路” 战略的科学内涵与科学问题. *Progress In Geography*, 34(5), 538–544. Retrieved from <http://jz.magtech.com.cn/article/2015/1007-6301/36550>
- Lord, K. M. (2008). Public diplomacy and the new Transatlantic agenda. *SERIES: U.S.–Europe Analysis*, (37). Retrieved from http://www.brookings.edu/%0A~/media/research/files/papers/2008/8/15_public_diplomacy_lord/0815_public_diplomacy_lord.pdf.
- Loureiro, C. D. G. (2015). *As Relações Económicas Luso-Chinesas*. Universidade do Porto. <https://doi.org/https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/81265>
- Lourido, R. (2009). De Portugal à China, Ciclo de Conferências. In *Conferência do Grande Ciclo de Conferências da China*. Lisboa: Observatório da China.

- Lu, Y. (2007). *The Collective Study Sessions of the Politburo: A Multipurpose Tool of China's Central Leadership*. Nottingham: University of Nottingham.
- Lucio Blanco Pitlo. (2016). China-Southeast Asia Connectivity: Opportunities and Challenges for the Maritime Silk Road. *Foreign Policy*, (March), 26.
- Lusa. (2019). Balanço da visita: Marcelo destaca acordo para ensino do português na China. Retrieved December 12, 2019, from <https://www.publico.pt/2019/05/01/politica/noticia/balanco-visita-marcelo-destaca-acordo-ensino-portugues-china-1871144>
- Lv, Z. (1984). Foreign Cultural Exchanges in the Past 35 Years of New China. *People's Daily*.
- M., Y., & P.A.G., V. B. (2011). Economic Diplomacy, Trade and Developing Countries. *Cambridge Journal of Regions Economy and Society*, 4(2).
- Maack, M. N. (2001). Books and libraries as instruments of cultural diplomacy in francophone Africa during the cold war. *Libraries & Culture*, 36(1), 58–86.
- Macau sedia 11ª Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa. (n.d.). Retrieved January 11, 2020, from http://portuguese.xinhuanet.com/2019-10/15/c_138473370.htm
- MacFarquhar, R. (1999). *The Origins of the Cultural Revolution*. New York: Columbia University Press.
- MacFarquhar, R., & Fairbank, J. (Eds.). (1987). *The Cambridge History of China: The Emergence of Revolutionary China, 1949–1965*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MacFarquhar, Roderick, & Fairbank, J. K. (Eds.). (1991). *The Cambridge History of China: Revolutions within the Chinese Revolution, 1966–1982*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Majumdar, M. (2015). The ASEAN Way of Conflict Management in the South China Sea. *Strategic Analysis*, 39(1), 73–87. <https://doi.org/10.1080/09700161.2014.980545>
- Malik, J. M. (2017). Myanmar's Role in China's Maritime Silk Road. *Journal of Contemporary China*. <https://doi.org/10.1080/10670564.2018.1410969>
- Manheim, J. (1994). *Strategic public diplomacy and American foreign policy: The evolution of influence*. Oxford: Oxford University Press.
- Mao, Z. (1976). *Ten Major Relationships* (1st ed.). Beijing: People's Publishing House.
- Mao, Z. (1977). *Selected Works of Mao Tse-tung, Vol.5* (1st ed.). Beijing: People's Publishing House.
- Mao, Z. (1986). *Mao Zedong writings*. Beijing: People's Publishing House.
- Mao, Z. (1991). *Selected Works of Mao Tse-tung, Vol.4*. Beijing: People's Publishing House.
- Mao, Z. (1998). *Mao Zedong on Diplomacy* (1st ed.). Foreign Languages Press.
- Mark, S. (1994). *A Comparative Study of the Cultural Diplomacy of Canada, New Zealand and India* Simon Mark A thesis submitted in fulfilment of the requirement for the degree

- of Doctor of Philosophy in Political Studies , The University of Auckland , 2008. The University of Auckland.
- Marshall, C., & Rossman, G. B. (1989). *Designing qualitative research*. Newbury Park, CA: Sage.
- Matias, J. C. (2009). *Macau, China and the Portuguese Speaking Countries*. "Inside/Outside: 60 years of Chinese Politics." Hong Kong. Retrieved from <http://bcjournal.org/2007/paradiplomacy/>
- Mazarr, M. J. (1996). Culture and international relations: A review essay. *The Washington Quarterly*, 19(2), 177–197. <https://doi.org/10.1080/01636609609550202>
- MCBBC. (1993). *Overview of China's foreign cultural exchanges, 1949-1991 中国对外文化交流概览, 1949-1991*. (G. de ligação cultural estrangeira do M. da C. da RPC, Ed.). Beijing.
- Mcclory, J., Abeywardena, P., Cull, N. J., Farnoudi, B. F., Carter, A. F., Hachigian, N., ... (2018). *The Soft Power 30- a global ranking of soft power 2018*. Portland.
- Melissen, J. (2005). *The new public diplomacy: Soft power in international relations*. Palgarve Macmillan.
- Melissen, Jan. (2005). The new public diplomacy: Between theory and practice. In *The new public diplomacy*. New York: Palgrave Macmillan.
- Mendes, Carmen Amado. (2013a). A Relevância do Fórum Macau: O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. *Fcec*, N.º 134(5.ª Série), 279–296. Retrieved from <http://www.forumchinapl.org.mo/pt/announce.php?id=976>
- Mendes, Carmen Amado. (2014). Macau in China ' s relations with the lusophone world Macau nas relações da China com o mundo lusófono. *Revista Brasileira de Políticas Internacionais*, (57), 225–242.
- Mendes, Carmen Amado. (2016a). A evolução das relações luso-chinesas. In *Estudios Iberoamericanos 2015-2016* (pp. 396–422). China: Social Sciences Academic Press.
- Mendes, Carmen Amado. (2016b). República Popular da China. In *Política externa: as relações internacionais em mudança* (pp. 339–361). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0995-9>
- Mendes, Cármen Amado. (2007). O regresso de Macau à China- Vicissitudes Negociais. *Revista de Estudos Chineses*, 1(2).
- Meneses, P. (1999). Escola Portuguesa: governador dá mais dez milhões. *Ponto Final*, 2(367), 14.
- Meng, X. (2005, November 11). A magia da diplomacia cultural. *People's Daily*.
- Mette, L. (2000). *Change and Renewal. Norwegian Foreign Cultural Policy 2001-2005*. Oslo: Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs.
- MFA. (1989). *Study Zhou Enlai: Diplomatic Thoughts and Practice*. (E. O. of the D. H. of the M. of F. Affairs, Ed.). Beijing: World Knowledge Publishing House.
- Michele, A. (2016). City Diplomacy. In *Handbook of Diplomacy* (pp. 510–520). Thousand Oaks, CA: SAGE publications.

- Milton, C. C. (2003). *Cultural Diplomacy and the United States Government: A Survey*. Washington, D.C.: Centre for Arts and Culture.
- Minghao, Z. (n.d.). China 's New Silk Road Initiative by Zhao Minghao China 's New Silk Road Initiative.
- Ministério da Cultura da RPPC. O Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural da “Uma Faixa Uma Rota” 2016-2020 (2017). China. <https://doi.org/10.16395/j.cnki.61-1462/f.2016.04.006>
- Ministry of Culture of PRC. (2017). *O Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural da “Uma Faixa Uma Rota” 2016-2020* 文化部“一带一路”文化发展行动计划 (2016—2020 年) . Beijing. Retrieved from <https://www.scio.gov.cn/xwfbh/xwfbh/wqfbh/35861/36653/xgzc36659/Document/1551344/1551344.htm>
- Mitchell, J. M. (1986). *International Cultural Relations*. London and Boston: Unwin Hyman.
- Mor, B. D. (2006). Public diplomacy in grand strategy. *Foreign Policy Analysis*, (2), 157–176.
- Morgenthau, H. J. (1967). *Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace* (4th ed.). New York: Alfred A. Knopf.
- Morgenthau, Hans J. (2003). *A política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*. Rio de Janeiro: Universidade de Brasília.
- Mulcahy, K. V. (1999). Cultural Diplomacy and the Exchange Programs: 1938–1978. *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, 29(1), 7–28. <https://doi.org/10.1080/10632929909597282>
- Nagashima, A. (1970). A Comparison of Japanese and U.S. Attitudes Toward Foreign Products. *Journal Of Marketing*, 34(1), 68–74.
- Napoli, C. (2014). China's Economic Rise: Implications for ASEAN Trade Flows. *Southeast Asian Economies*, 31(3), 345–360.
- Narayana, C. L. (1981). Aggregate Images of American and Japanese Products: Implications on International Marketing. *Columbia Journal Of World Business*, 16(2), 31–35.
- National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, and M. of C. of the P. R. of C. (2015). Vision and proposed actions outlined on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road. Retrieved February 5, 2018, from http://language.chinadaily.com.cn/2015-03/30/content_19950951.htm
- Neves, M. S., & Rocha-trindade, M. B. (2008). Diasporas and globalisation – The Chinese business community in Portugal and the integration of China into the world economy. *Migrações Journal*, (October), 155–179.
- Nogueira, J. P. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Campus editora.
- Novo consulado-geral de Portugal em Xangai. (2005). Retrieved January 12, 2020, from <https://www.cmjornal.pt/politica/detalhe/novo-consulado-geral-de-portugal-em-xangai>
- Nworah, U. (2007). Rebranding Nigeria: Critical Perspectives on the Heart of Africa Image Project. *MRL Journal*, 1(1), 43–65.

- Nye, J. (1990). *The Changing Nature of American Power*. New York: Basic Books.
- Nye, J. S. (1990). Soft power. *Foreign Policy*, (80), 153–171.
- Nye, J. S. (2002). *Compreender os conceitos internacionais: uma introdução à Teoria e à História*. (Gradiva, Ed.). Lisboa, Portugal.
- Nye, J. S. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
- Nye, J. S. (2005). The rise of China's soft power. *The Wall Street Journal Asia*.
- Nye, J. S. (2008a). Public diplomacy and soft power. *ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, (616), 94–109.
- Nye, J. S. (2008b). *The Powers to lead*. (Oxford, Ed.). New York.
- Nye, J. S. (2011). *The Future of Power*. New York: Public Affairs.
- Nye Jr., J. S. (2004). *Power in the global information age: from realism to globalization*. (Routledge, Ed.). New York.
- O governo de Lisboa é acolhido favoravelmente por Pequim-diz uma alta individualidade macaísta. (1974). *Diário de Notícias*, 7.
- Olins, W. (2002). Branding the nation – the historical context. *The Journal of Brand Management*, 9(4), 241–248.
- Olins, Wally. (2005). *Making a national brand*. In *The new public diplomacy*. New York: Palgrave Macmillan.
- Oliveira, C. (2017). Nation Branding : O Poder Das Ideias Nas, (Ham 2001), 1–15.
- Overholt, W. H. (2016). China and the evolution of the world economy. *China Economic Review*, 40. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.chieco.2016.07.005>
- Pajtinka, E. (2014). Cultural diplomacy in theory and practice of contemporary international relations. *Politické Vedy/ Political Sciences*, XVII(4/2014), 95–108.
- Palit, A. (2017). India's Economic and Strategic Perceptions of China's Maritime Silk Road Initiative. *Geopolitics*, 22(2), 292–309.
- Pan, Y. (2005). *Cultura e Relações Internacionais 文化与国际关系*. Hangzhou: Zhejiang University Press.
- Pang, Z. (1997). o soft power na relação internacional 国际关系中的软力量及其它——评美国学者约瑟夫·奈的《注定领导》. *China Institute of Strategy & Management*, (2).
- Papadopoulos, N. and H. L. (2002). Country equity and country branding: problems and prospects. *Journal of Brand Management*, 9(4–5), 294–314.
- PCC. (2021). Xi Jinping: Tell China's story well and spread China's voice well 习近平：讲好中国故事，传播好中国声音. Retrieved July 3, 2021, from http://www.qstheory.cn/zhuanku/2021-06/02/c_1127522386.htm
- Peng, B. (2014). China's eight principles of foreign aid. Retrieved February 12, 2018, from <http://history.mofcom.gov.cn/?newchina=中国对外援助八项原则>
- Peng, S. (2009). Sobre a diplomacia cultural francesa 试论法国的文化外交. *Chineses Journal of European Studies*, (4), 107–122.

- Pereira, B. F. (2015). Relações entre Portugal e a República Popular da China. *Relações Internacionais*, 10, 65–73. Retrieved from http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/RI10_06BFPereira.pdf
- Pereira, F. A. B., Cabelo, G. R. P., Lopes, A. M. C., Marques, A. H. de O., & Saldanha, A. V. (1999). *Os fundamentos da amizade: cinco séculos de relações culturais e artistas luso-chinesas*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.
- Plischke, E. (1979). *Modern Diplomacy: The Art and the Artisans (Studies in Foreign Policy)*. Washington D.C: Aei Press.
- Poh, A. (2017). The Myth of Chinese Sanctions over South China Sea Disputes. *The Washington Quarterly*, 40(1), 143–165. <https://doi.org/10.1080/0163660X.2017.1302744>
- Pollins, M. (1989). Conflict, Cooperation and Commerce: The Effect of International Political Interactions on Bilateral Trade Flows. *American Journal of Political Science*, 33(3), 737–761.
- Popenoe, D. (1987). *Sociologia 社会学*. Shenyang: Liaoning People's publishing house.
- Portela, S. (1999). Escola Portuguesa 'abre' com 935 alunos e dinheiro até Dezembro: resignação e optimismo. *Ponto Final*, 2(357), 9.
- Portuguese President Meets with Yang Jiechi. (2009). Retrieved December 1, 2019, from <http://www.chinaconsulatesf.org/eng/xw/t533848.htm>
- Potter, E. H. (2008). *Branding Canada: Projecting Canada's Soft Power through Public Diplomacy*. Montreal and Kingston: McGill-Queen's University Press.
- PPC. (n.d.). China's independent foreign policy of peace.
- PRC, S. C. of the. (2011). *Chines cultural going out plan for 2011-2015*. Beijing.
- President Hu Jintao talks with Portuguese President Sampaio. (2005). Retrieved October 3, 2019, from www.fmprc.gov.cn/eng/tx79654.htm
- Ptak, T., & Hommel, D. (2016). The Trans-Political Nature of Southwest China's Energy Conduit, Yunnan Province. *Geopolitics*, 21(3), 556–578. <https://doi.org/10.1080/14650045.2015.1114471>
- Purbrick, M. (2018). Pirates of the South China Seas. *Asian Affairs*, 49(1), 11–26. <https://doi.org/10.1080/03068374.2018.1416010>
- Qi, J. (2010). *Five Factors Affecting China's Foreign Policy Decisions*. Beijing: Central Compilation&Translation Press.
- Qi, Y. (2015). The “One Belt, One Road” strategy creates a new pattern of all-round opening up“ 一带一路” 战略打造全方位对外开放的新格局. *PCC*, (3), 9–21.
- Qiao, W. (2001). A teoria de identidade e ação do estado. *Europe*, (3), 26–35.
- Qin, Y. (2003). Cultural theory of world politics: Cultural structure, cultural units and cultural power 世界政治的文化理论. *World Encomics and Politics*, (3), 4–9.
- Rahayu, A. M. (2017). Bandung Smart City and Sister Cities: Managing the Challenges of Globalisation. In *International Indonesian Forum Conference Paper*.

- Raikhan, S., Moldakhmet, M., Ryskeldy, M., & Alua, M. (2014). The Interaction of Globalization and Culture in the Modern World. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 122, 8–12. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.01.1294>
- Ramo, J. C. (2004). *Beijing Consensus*. London: Foreign Policy Center.
- Rashid, B. (2014). Conceptualisation of Nation, (December).
- Rebelo, T. (2003). Enviado Especial- um português de “Salazar” na China Comunista. *Notícias Magazine*, 42–48.
- Reeves, J. (2004). *Culture and International Relations: narratives, natives and tourists*. New York: Routledge.
- Regarding the good story of China, General Secretary Xi Jinping said this. 关于讲好中国故事，习近平总书记这样说。 (2017). Retrieved February 1, 2018, from http://www.ccdi.gov.cn/toutiao/201711/t20171113_126275.html
- Resolução do Comitê Central do PCC sobre os Princípios Orientadores para a Construção da Infraestrutura Ideológica Socialista (1982). China.
- Reuters. (2017). Nova Rota da Seda: como a “borboleta” chinesa espalha influência global.
- Ribeiro, A. P. (2000). *Ser feliz é imoral*. Lisboa: Cotovia.
- Ribeiro e Castro, J. (2018). Portugal, o melhor amigo da China.
- Rich, N. (1992). *Great power diplomacy, 1814-1914*. New York: McGraw-Hill Humanities/Social Sciences/Languages.
- Rigueira, P. (2012). Relações internacionais como disciplina. *Relações Internacionais*, 36, 23–46.
- Riordan, S. (2004). Dialogue-based public diplomacy: A new foreign policy paradigm? In Jan Melissen (Ed.), *The new public diplomacy* (pp. 180–195). New York: Palgrave Macmillan.
- Robert, Jackson, & George, Sorensen. (2006). *Introduction to International Relations Theories and Approaches. 3rd edition* (3rd ed.). Oxford: Oxford university press.
- Roberts, B., & Lennon, A. T. J. (1996). *New Forces in the World Economy (Washington Quarterly Readers)* (1st ed.). Cambridge: The MIT Press.
- Rodrigues, C. (2017). *Chinese investment in Portugal: Gaining access to cutting-edge knowledge and extending global influence*.
- Romanov, M. T., & Romanova, I. M. (2015). About Eurasian transcontinental transport corridors and economic axes. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 6(5S2), 328–335. <https://doi.org/10.5901/mjss.2015.v6n5s2p328>
- RP, R. e. Declaração Conjunta Do Governo Da República Portuguesa E Do Governo Da República Popular Da China Sobre A Questão De Macau (1987). Portugal e a China.
- Rumi, A. (2004). *Chinese Diplomacy in the Multimedia Age: Public Diplomacy and Civil Diplomacy* (No. 16). Retrieved from <https://core.ac.uk/download/pdf/286945462.pdf>
- Sá, G. C. (1985). Macau – charneira da amizade entre Portugal e a R.P. da China. *NamVan*, p. 19.

- Saldana, J. (2009). *The Coding Manual for Qualitative Researchers*. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Sapio, F. (2019). The “Three Shared” Principle: What’s New in China’s Foreign Policy. Retrieved September 28, 2019, from <https://www.ispionline.it/it/pubblicazione/three-shared-principle-whats-new-chinas-foreign-policy-23991>
- Sarker, M. N. I., Hossin, M. A., Hua, Y., Sarker, M. K., & Kumar, N. (2018). Oil, Gas and Energy Business under One Belt One Road Strategic Context. *Open Journal of Social Sciences*, 6(4), 119–134. <https://doi.org/10.4236/jss.2018.64011>
- Saunders, F. S. (2007). 第三章 從文化外交層分析中國軟權力的運用, 35–85.
- Schneider, C. (2017). The Political Economy of Regional Integration. *Annual Review of Political Science*, 20(1), 229–248. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-051215-023006>
- Scholte, J. A. (2005). *Globalization: A critical introduction* (2nd ed.). London: Macmillan International Higher Education.
- Sha, J. (2005). 1949-1956: Policies and strategies of the government of the People’s Republic of China in handling relations with western developed countries 1949 – 1956 : 中华人民共和国政府处理与西方发达国家关系的政策和策略. *Xinhua Digest*, (1), 25–38.
- Shahriar, S. (2019). *Understanding China’s Belt & Road Initiative: The Institutional Economics Approach*. Beau Bassin: Mauritius: Lambert.
- Shannon, V. P., & Kowert, P. A. (2011). *Psychology and Constructivism in International Relations: An Ideational Alliance*. MI, USA: University of Michigan Press.
- Shariatnia, M., & Azizi, H. (2017). Iran–China Cooperation in the Silk Road Economic Belt: From Strategic Understanding to Operational Understanding. *China & World Economy*, 25(5), 46–61. <https://doi.org/10.1111/cwe.12213>
- Shen, H., & Yu, M. (2018). Interview with Zhu Muzhi, the pioneer of the outsourcing of the new era. *Internacional Communications*, (11).
- Shen, L. (1990). *Compendium of the General History of France 法国通史简编*. Beijing: People’s Publishing House.
- Shen, Zhihua, & Xia, Y. (2011). The Great Leap Forward, the People’s Commune and the Sino-Soviet split. *Contemporary China*, 20(72), 861–880.
- Shen, Zhongyuan. (2016). *Art and law*. Taizhong: Wunan Publishing.
- Shi, F., & Tang, D. (2014). Shanghai’s cultural role in the construction of the “One Belt, One Road” initiative 发挥上海在“一带一路”建设中的文化先发效应. *Cultural Innovation Research*, (8), 74–78.
- Shi, K., Yu, B., Huang, C., Wu, J., & Sun, X. (2018). Exploring spatiotemporal patterns of electric power consumption in countries along the Belt and Road. *Energy*, (150), 847–859.
- Shi, S., Huang, K., Ye, D., & Yu, L. (2014). Culture and regional economic development: Evidence from China. *Papers in Regional Science*, 93(2). <https://doi.org/10.1111/pirs.12114>

- Shi, Y. (2007). China's Soft Power and Peaceful Rise. *Zhongguo Pinglun*, (118).
- Shi, Z. (1991). *Near great historical personalities: the memoirs of shi zhe*. Beijing: CCCPC Party Literature Publishing House.
- Shu, S. (2005). *A Inserção internacional da China no pós-guerra fria*. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.
- Sidaway, J. D., & Woon, C. Y. (2017). Chinese Narratives on “One Belt, One Road” (一带一路) in Geopolitical and Imperial Contexts. *The Professional Geographer*, 1–13.
- Song, E. (1997). *Diplomatic Events of the People's Republic of China Vol.1*. Beijing: World Knowledge Publishing House.
- Song, E. (1997b). *History of foreign relations of the People's Republic of China*. (L. Jiasong, Ed.). Beijing: World Knowledge Publishing House. Retrieved from <https://books.google.pt/books?id=pd1PMQAACAAJ>
- Sørensen, C. T. (2015). The Significance of Xi Jinping's “Chinese Dream” for Chinese Foreign Policy: From “Tao Guang Yang Hui” to “Fen Fa You Wei.” *Journal of China and International Relations*, (3), 53–73.
- Stelowska, D. (2015). Culture in International Relations: Defining Cultural Diplomacy. *Polish Journal of Political Science*, 1(3), 50–72. Retrieved from http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-b208e8f2-2d47-4450-af75-4d1cf6e30d85/c/PJPS_03_03.pdf
- Sterling, D. P. (2018). A New Era in Cultural Diplomacy: Promoting the Image of China's “Belt and Road” Initiative in Asia. *Open Journal of Social Sciences*, 06(02), 102–116. <https://doi.org/10.4236/jss.2018.62010>
- Stock, F. (2009). Identity, image and brand: A conceptual framework. *Place Branding and Public Diplomacy*, 5(2), 118–125.
- Su, W. (2015). From culture for the people to culture for profit: the PRC's journey toward a cultural industries approach. *International Journal of Cultural Policy*, 21(5). <https://doi.org/10.1080/10286632.2014.931382>
- Summers, T. (2016). China's ‘New Silk Roads’: sub-national regions and networks of global political economy. *Third World Quarterly*, 6597(March), 1–16. <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1153415>
- Summers, T., & Summers, T. (2017). China's ‘New Silk Roads’: sub-national regions and networks of global political economy of global political economy. *Third World Quarterly*, 6597(February), 1–16. <https://doi.org/10.1080/01436597.2016.1153415>
- Sun, J. (2003). *China's Culture Yearbook 2001-2002*. Beijing: Xinhua Publishing House.
- Sun, J. (2004). Continuously improve the ability to build advanced socialist culture. *Qiushi*, (24).
- Sun, S. (2003). Identidade Coletiva e Política Internacional - Uma Perspectiva Cultural 集体认同与国际政治-一种文化视角. *Contemporary International Relations*, (1).
- Sun, T., & Xu, C. (2015). 基于CiteSpaceIII的“一带一路”研究文献的可视化分析. *Library and Information Service*, 59(S2).

- Suppo, H. (1995). Intelectuais e Artistas nas Estratégias Francesas de “Propaganda Cultural” no Brasil (1940-1944). *Revista de História*, (133), 75–88.
- Suppo, H. R., & Lessa, M. L. (2012). *A quarta dimensão das relações internacionais- a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa. <https://doi.org/10.1360/zd-2013-43-6-1064>
- Swaine, M. D. (2016). Chinese Views and Commentary on the “One Belt, One Road” Initiative. *China Leadership Monitor*, 47. Retrieved from <http://www.hoover.org/sites/default/files/research/docs/clm47ms.pdf>
- Szondi, G. (2008). *Public diplomacy and nation branding: Conceptual similarities and differences*. *Discussion Papers in Diplomacy*. Hague, Netherlands: Clingendael Netherlands Institute of International Relations.
- Szondi, G. (2010). From image management to relationship building: A public relations approach to nation branding. *Place Branding and Public Diplomacy*, 6(4), 333–343.
- Taffer, A. (2015). State Strategy in Territorial Conflict: A Conceptual Analysis of China’s Strategy in the South China Sea. *Contemporary Southeast Asia*, 37(1), 85–108. <https://doi.org/10.1355/cs37-1d>
- Tang, D. (2011). *A Study on Cultural Differences Between China and Portugal*. ISCTE Business School. Retrieved from <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7164/1/Thesis-DiTang-Final-Version-Print.pdf>
- Tang, F. (2013). Overseas Chinese and China’s Soft Power: Concept, Method and Theory. *Southeast Asian Studies*, (1), 73–79.
- Tekdal, V. (2018). China’s Belt and Road Initiative: At the Crossroads of Challenges and Ambitions. *The Pacific Review*, 31(3), 373–390.
- the National Development and Reform Commission, Ministry of Foreign Affairs, and M. of Commerce of the People’s Republic of China, & with State Council authorization. Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road (2015). Retrieved from http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html
- The National Development and Reform Commission of the People’s Republic of China. (n.d.). Outline of the Eleventh Five-Year Plan for National Economic and Social Development of the People’s Republic of China. Retrieved May 12, 2019, from <https://policy.asiapacificenergy.org/sites/default/files/中华人民共和国国民经济和社会发展第十一个五年.pdf>. Google automatically generates HTML versions of documents as we crawl the web. Tip: To quickly find your search term on this page, press Ctrl+F or ⌘-F (Mac) and use the
- Tian, Z. (1993). *Chinese diplomacy since the Chinese economic reform*. Beijing: World Knowledge Publishing House.
- Tolossa, N. (2001). A Perspectiva Construtivista das Relações Internacionais. *Maja Zehfuss Alexander Wendt Review of International Studies*, 12(26).

- Treverton, G., & Jones, S. (2005). *Measuring National Power*. Washington. Santa Mônica: RAND Corporation.
- Tuch, H. (1990). *Communicating with the World: US public diplomacy overseas*. New York: St. Martin's.
- Twitchett, D. (1979). *The Cambridge History of China* (Vol. 3). Cambridge: Cambridge University Press. Retrieved from https://books.google.pt/books/about/The_Cambridge_History_of_China.html?id=idu6-Ie1MhwC&source=kp_book_description&redir_esc=y
- Ulrich, K., & G, G. (1989). *Cities in a Global Society*. Newbury Park: SAGE publications.
- Van Der Putten, F.-P., Seaman, J., Huotari, M., Ekman, A., & Otero-Iglesias, M. (2016). Europe and China's New Silk Roads, (December). Retrieved from https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/etnc_2016-europe_and_chinas_new_silk_roads.pdf
- Van Der Putten, F., & Meijnders, M. (2015). China , Europe and the Maritime Silk Road. *Clingendael: Netherlands Institute of International Relations*.
- Van Ham, P. (2008). Place branding: The state of the art. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 126–149. <https://doi.org/10.1177/0002716207312274>
- Vangeli, A. (2017). China s Engagement with the Sixteen Countries of Central, East and Southeast Europe under the Belt and Road Initiative. *China & World Economy*, 25(5).
- Verbiest, J. (2013). Regional Cooperation and Integration in the Mekong Region. *Asian Economic Policy Review*, 8(1), 148–164. <https://doi.org/10.1111/aep.12015>
- Villas-Boas, J. M. (2005). Apontamentos sobre as relações de portugal com a China. In *Perspectivas- relações internacionais: 30 anos* (pp. 21–29). Retrieved from <https://www.perspectivasjournal.com/article/view/411>
- W., O. (2002). Branding the nation – the historical context. *Journal of Brand Management*, 9(4–5), 241–248.
- Waller, M. J. (2009). Cultural Diplomacy, Political Influence, and Integrated Strategy. In M. J. Waller (Ed.), *Strategic Influence: Public Diplomacy, Counterpropaganda, and Political Warfare*. Washington, D.C.: Institute of World Politics Press.
- Waltz, K. N. (1979). *Theory of International Politics*. Boston: Addison-Wesley Publishing Company.
- Waltz, K. N. (1993). The Emerging Structure of International Politics. *International Security*, 18(2), 44. <https://doi.org/10.2307/2539097>
- Wang, C. (2016). Cultural Dissemination and Translation under the Concept of “One Belt One Road,” (1), 29–34. <https://doi.org/10.15895/j.cnki.rwzz.2016.01.005>
- Wang, Hongying, & Lu, Y. C. (2008). The Conception of soft power and its policy implications: A comparative study of China and Taiwan. *Journal of Contemporary China*, 17(56), 425–447. <https://doi.org/10.1080/10670560802000191>
- Wang, Huning. (1993). Soft power- a cultura como o poder nacional作为国家实力的文化:软实力. *Fudan Journal(Social Sciences Edition)*, (3).

- Wang, Huning. (1994). Expansão cultural e soberania cultural: desafios ao conceito de soberania 文化扩张与文化主权：对主权观念的挑战. *Fudan Journal(Social Sciences Edition)*, (3), 9–15.
- Wang, J. (2006). *Chinese conception of soft power and its policy implications*. Nottingham University.
- Wang, Jisi. (1995). *Civilization and International Politics*. Shanghai: Shanghai People Publishing House.
- Wang, Jisi. (2003). *Civilization and International Politics 文明与国际政治*. Shanghai: Shanghai People's Press.
- Wang, S. (2019). *Comunidade chinesa em Portugal*. Aveiro.
- Wang, X., & Tian, X. (2017). The Trade Creation Effect of Diplomatic Visits-Evidence from China 外交访问的贸易创造效应——中国的证据. *International Commercial Issue*, (6), 15–26.
- Wang, Yi. (2015). Building a new type of international relations with cooperation and win-win as the core 构建以合作共赢为核心的新型国际关系. *China International Studies*, (3), 1–7.
- Wang, Yiwei. (2008). Public diplomacy and the rise of chinese soft power. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 257–273. <https://doi.org/10.1177/0002716207312757>
- Wang, Yiwei. (2016). *The Belt and Road Initiative: What Will China Offer the World in Its Rise*. Beijing: New World Press.
- Wang, Yizhou, & Tan, X. (2009a). *60 years of Chinese diplomacy (1949-2009) 中国外交60年(1949-2009)*. Beijing: China Society Science Publishing House.
- Wang, Yizhou, & Tan, X. (2009b). *Sixty years of China's foreign affairs (1949-2009)*. Beijing: China Social Science Press.
- Watson, A. (1984). *Diplomacy: The Dialogue Between States* (1st ed.). London: Routledge.
- Wei, B. (2016). The strategy and countermeasures of cultural communication and exchange cooperation under the background of “One Belt One Road”“一带一路”背景下文化传播与交流合作战略及其对策. *Zhejiang Academic Journal*, (2), 214–219. <https://doi.org/10.16235/j.cnki.33-1005/c.2016.02.028>
- Wei, D. (Ed.). (2009). *Os países de língua portuguesa e a China num mundo globalizado*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Wei, L. (2017). Partners, Institutions and International Currencies: The International Political Foundations for the Rise of the Renminbi. *Social Sciences in China*, 38(2), 114–141.
- Welch, A. (2017). A New Epistemic Silk Road -The Chinese Knowledge Diaspora , and its Implications for the Europe of Knowledge, 23. <https://doi.org/10.1017/S1062798714000805>
- Wenbin, H., & Wilkes, A. (2013). *Análise das políticas de investimento da China no exterior*. Retrieved from http://www.cifor.org/publications/pdf_files/WPapers/WP125CIFOR.pdf

- Wendt, A. (1992a). Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, 46(2), 391–425.
- Wendt, A. (1992b). Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*, 46(2), 391–392.
- Wendt, A. (1994). Collective Identity Formation and the International State. *American Political Science Review*, 88(2).
- Wendt, A. (1995). Constructing International Politics. *International Security*, 20(1), 73.
- Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics* (16th ed.). Cambridge: Cambridge University Press. Retrieved from https://books.google.pt/books/about/Social_Theory_of_International_Politics.html?id=ib8mAAAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Winter, T. (2016). One Belt , One Road , One Heritage : Cultural Diplomacy and the Silk Road. Retrieved September 2, 2019, from <http://thediplomat.com/2016/03/one-belt-one-road-one-heritage-cultural-diplomacy-and-the-silk-road/?allpages=yes&print=yes>
- Wolcott, H. F. (2002). Writing up qualitative research . . . better. *Qualitative Health Research*, 12(1), 91–103. <https://doi.org/10.1177/1049732302012001007>
- Woolgar. (1983). Irony in the Social Study of Science. In *Science observed perspectives on the social study of science* (p. 205). New Delhi: SAGE publications.
- World Bank. (2011a). Gross Domestic Product China.
- World Bank. (2011b). Gross Domestic Product Japan. Retrieved August 25, 2019, from <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=JP>
- Wu, B. (2016). Diplomacia cultural: uma revisão e reflexão sobre a história e a realidade 文化外交 : 历史、现实的审视与思考. *THE CHINESE JOURNAL OF AMERICAN STUDIES*, (novembro). Retrieved from <http://www.npopss-cn.gov.cn/n1/2016/1129/c219470-28905095-10.html>
- Wu, C. (2009). The development of foreign cultural work in the 60 years of New China 新中国 60 年 对外文化工作发展历程 . Retrieved from http://www.china.com.cn/culture/txt/2009-08/11/content_18314606.htm
- Wu, D. (2011). Made in China: the recent rise of Chinese culture in public diplomacy. *CPD Monitor*, 2(9).
- Wu, J., & He, L. (2018). Urban–Rural Gap and Poverty Traps in China: A Prefecture Level Analysis. *Applied Economics*, 50(30), 3300–3314.
- Wu, Jianmin. (2016). *Major-country Diplomacy with Chinese Characteristics and the Belt and Road Initiative* (1st ed.). Beijing: Foreign Languages Press.
- Wyszomirski, M. J., Burgess, C., & Peila, C. (2003). *International Cultural Relations : A Multi-Country Comparison. Public Diplomacy Research Series*. Retrieved from https://intranet.americansforthearts.org/sites/default/files/MJWpaper_0.pdf
- Xi, J. (2013). *Communiqué of the Third Plenary Session of the 18th Central Committee of the CPC*. Beijing.

- Xi, J. (2014). *General Secretary Xi Jinping important speech series*. (P. Department, Ed.) (2016th ed.). Beijing: People's Publishing House Study Publishing House.
- Xi, J. (2015). *Speech at Forum on Literature and Art Work*. Beijing: Xue Xi Times.
- Xi, J. (2016). Drawing on historical experience and innovating the concept of cooperation, let the construction of "Belt and Road" promote the common development of all countries 《借鉴历史经验创新合作理念 让“一带一路”建设推动各国共同发展》. *People's Daily*, p. 1.
- Xi, J. (2017a). *Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era*. Beijing.
- Xi, J. (2017b). *The Governance of China* (2nd ed.). Beijing: Foreign Languages Press.
- Xi, J. (2018a). Uma amizade que transcende o tempo e o espaço, uma parceria voltada para o futuro. *Diário de Notícias*.
- Xi, J. (2018b). 推进“一带一路”建设工作5周年座谈会并发表重要讲话 Tuījìn “yīdài yīlù” jiànshè gōngzuò 5 zhōunián zuòtán huì bìng fābiǎo zhòngyào jiǎnghuà. Retrieved September 2, 2019, from <https://www.yidaiyilu.gov.cn/xwzx/xgcdn/63963.htm>
- Xia, R. (2015). A Summary of the Discussion on Comprehensively Improving the “Belt and Road” Strategy 全面提升“一带一路”战略的探讨综述. *Review of Economic Research*, (42).
- Xiao, L. (2014). Build the “Belt and Road”海陆统筹共进 构建 “一带一路.” *Pacific Journal*, (2), 13–25.
- Xie, X. (2012). Mao Zedong's thoughts on cultural status and its application in reform and opening up Early inheritance and development 毛泽东关于文化地位的思想及其在改革开放初期的继承与发展. *Journal of Liaoning Normal University*, (1), 26–47.
- Xie, X. (2017). On the Image of China in the Foreign Cultural Exchanges. *Central Compilation & Translation Bureau*, (3).
- Xin, H. (1997). Ministry of culture taking actions to promote external cultural work. *China Culture Daily*.
- Xu, H., Shan, X., & Li, J. (2005). os fatores de cultura na relações internacionais 透视国际关系中的文化因素. *Journal of University of International Relations*, (3).
- Xu, Q. (2016). National Image and Public Diplomacy in Cultural Perspective. Retrieved February 14, 2019, from <http://www.scio.gov.cn/zhzc/10/document/1494119/1494119.htm>
- Yan, X. (2014). From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. *The Chinese Journal of International Politics*, 7(2), 153–184.
- Yang, Jiechi. (2017). Study and Implement General Secretary Xi Jinping's Thought on Diplomacy in a Deep-going Way and Keep Writing New Chapters of Major-Country Diplomacy with Distinctive Chinese Features. *Qiu Shi*. Retrieved from <https://www.en84.com/fy/fwx/qita/3256.html>

- Yang, Jieshi. (2017). *Study and Implement General Secretary Xi Jinping's Thought on Diplomacy in a Deep-going Way and Keep Writing New Chapters of Major-Country Diplomacy with Distinctive Chinese Features*. Berlin.
- Yang, K., & Shen, Z. (2007). *História das relações sino-soviéticas 中苏关系史纲*. Beijing: Xinhua Publishing House.
- Yang, Liying. (2009). Literature review on the “Going Global” Strategy of Chinese Culture in Recent Years 近年来中国文化“走出去”战略研究综述. *Probe*. Retrieved from <http://cn.cccweb.org/pubinfo/2020/04/28/200001004001/ebfe00815baa4b48900309964718b2a3.html>
- Yang, Luhui. (2014). Peaceful Rise and New Ideas and New Patterns of China's Neighboring Diplomacy 和平崛起与中国周边外交新理念和新格局. *Theoretical Discussion Journal*, (6), 23–41.
- Yanzhong, H., & Ding, S. (2006). Dragon's Underbelly: An Analysis of China's “Soft Power”. *East Asia: An International Journal*, 23(4), 22–24.
- Ye, J. (2009). Chinese Cultural Diplomacy in Constructing a Harmonious World. *Journal of Huazhong Agricultural University (Social Sciences Edition)*, 5(85).
- Yeh, E. T., & Wharton, E. (2017). Going West and Going Out : discourses , migrants , and models in Chinese development Going West and Going Out : discourses , migrants , and models in Chinese development. *Eurasian Geography and Economics*, 7216(February), 1–30. <https://doi.org/10.1080/15387216.2016.1235982>
- Yi, H. (2015). China ' s ‘ One Belt / One Road ’ Policy Is Open to All Nations, 27–29.
- Yoshihara, K. (2018). *Trends in Southeast Asia. Japanese Direct Investment in Southeast Asia*. <https://doi.org/10.1355/9789814376440-014>
- Yu, X. (2008). The Role of Soft Power in China's Foreign Strategy. *Guoji Wenti Yanjiu*, Março(3).
- Yúdice, G. (2003). *The Expediency of Culture: Uses of Culture in the Global Era*. New York: Duke University Press.
- Yúdice, G. (2006). *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG.
- Zeng, J. (2017). Does Europe Matter? The Role of Europe in Chinese Narratives of ‘One Belt One Road’ and ‘New Type of Great Power Relations.’ *Journal of Common Market Studies*, 55(5), 1162–1176. <https://doi.org/10.1111/jcms.12535>
- Zeng, L. (2016). Conceptual analysis of China's Belt and Road initiative: A Road towards a regional community of common destiny. *Chinese Journal of International Law*, 15(3), 517–541. <https://doi.org/10.1093/chinesejil/jmw021>
- Zeng, X. (2015). The Role of Cultural Diplomacy in Diplomatic Relationship between China and Portugal. *Journal of Xinjiang University of Finance and Economics*, 2(63), 65–70.
- Zeng, X. (2016). A história e o estado actual da diplomacia cultural da China com Portugal. *Administração*, XXIX(1), 91–106.

- Zeng, X., & Huang, X. (2013). China's cultural diplomacy with portuguese-speaking countries since 1949: history review and challenges. *Journal of Wuxi Institute of Commerce*, 13(3), 85–87.
- Zhang, D. (2012). Analysis of Chinese Cultural Diplomacy after Reform and Opening up. *Heilongjiang Social Sciences*, (130), 5–8.
- Zhang, D. (2013a). The Historical Evolution of Contemporary Chinese Cultural Diplomatic Strategy. *Journal of Tianjin Administration Institute*, 15(1), 56–61.
- Zhang, D. (2013b). The Historical Evolution of Contemporary Chinese Cultural Diplomatic Strategy. *Journal of Tianjin Administration Institute*, (1), 56–61. <https://doi.org/10.15713/ins.mmj.3>
- Zhang, K. (2015). Use Communication to Promote People-to-People Exchange —The National Communication Strategy Serving the Development of the Silk Road Economic Zone传播先行, 实现民心相通——服务丝绸之路经济带建设的国家传播战略. *Higher Education Press*, (5), 62–72. <https://doi.org/10.16619/j.cnki.rmltxsqy.2015.09.009>
- Zhang, S., & Li, X. (2019). Think Tank chinês e o BRI“一带一路”, 中国智库“动”起来. Retrieved June 18, 2019, from http://www.gov.cn/xinwen/2019-03/29/content_5377949.htm
- Zhang, X. (n.d.). O encontro de Hu Jintao com o Presidente de Portugal Silva. Retrieved December 3, 2019, from http://zqb.cyol.com/content/2010-11/07/content_3439436.htm
- Zhang, Yong. (2012). O 2º Diálogo Sino-Alemão da Imprensa foi realizado em Pequim 第二届中德媒体对话在京举办. Retrieved August 12, 2019, from <http://media.people.com.cn/n/2012/1207/c40606-19820310.html>
- Zhang, Yu. (2014). CAFTA, ECFA and the “Belt and Road” background, the development and innovation of the economic, trade and cultural integration between Guangxi and Taiwan. CAFTA、ECFA及“一带一路”背景下桂台经贸文化融合发展与创新研究. *Exploring Area*, 1(482), 250–260.
- Zhao, B., & Zhang, C. (2016). On the Cultural Implications of the “One Belt, One Road” Strategy——Based on the Perspective of World Cultural Exchange Thoughts论“一带一路”战略的文化意蕴——基于世界文化交往思想的视角. *Academic Forum*, 17(1), 1–13. <https://doi.org/10.16524/j.45-1002.2016.01.026>
- Zhao, C. (1999). Li Peng admira o concerto da orquestra sinfônica da Fundação Calouste Gulbenkian. *People's Daily*, p. 1. Retrieved from http://www.people.com.cn/rmrb/199910/16/newfiles/wzb_19991016001007_1.html
- Zhao, L. (2016). “One Belt One Road” of Cultural Economics文化经济学的“一带一路”. Dalian: Dalian University of Technology Press. <https://doi.org/10.13903/j.cnki.cn51-1575/d.20160120.001>
- Zhao, W. (2017). One Belt One Road: Cultural Industry一带一路：人类恢弘的文化产业. *Journal of the Theory of C.P.C Qindao Municipal Committee*, (1). <https://doi.org/10.13392/j.cnki.zgqd.2017.01.005>

- Zheng, S. (2017). The Spread Strategy of Portuguese Language in China and Prospects for Cooperation between Chinese and Portuguese Languages. *Journal of Tianjin Foreign Studies University*, 24(2), 54–58.
- Zheng, Z. (2018). Major-Country Diplomacy with Chinese Characteristics. *International Studies*, (3). Retrieved from http://www.ciis.org.cn/gyzz/2018-06/07/content_40374244.htm
- Zhou, E. (1954). Relatório dos trabalhos do governo. *People's Daily*.
- Zhou, E. (1956, September 28). Relatório de Decisões das Políticas 关于政治报告的决议. *Diário Do Povos*, p. 1.
- Zhou, E. (1990). *Zhou Enlai on Diplomacy*. Beijing: CCCPC Party Literature Publishing House.
- Zhou Enlai: a derrota da política colonialista. (1974). *Diário de Notícias*, p. 173.
- Zhou, J. (2014). “One Belt One Road”: new ideas, new opportunities“一带一路”: 新思路,新机遇. *Financial Express*, (2), 22–38.
- Zhu, K., & Ma, Z. (2010). A literature review about Soft Power research status and future prospects 国内外软实力研究现状综述及未来展望. *Journal of University of Jinan*, 20(6), 53–61.
- Zhu, Y. (2018). Realizada a Conferência Nacional de Trabalho sobre Educação em 2018 2018年全国教育工作会议召开. Retrieved February 15, 2019, from http://www.gov.cn/xinwen/2018-01/24/content_5260149.htm
- Zhuang, G. (2001). *The relationship between overseas Chinese and China 华人华侨与中国的关系* (1st ed.). Guangdong: Guangdong Higher Education Press.
- Žugić, J., & Konatar, A. (2017). Comparative Analysis of the Value of nation brands, 179–191.

Anexos

Anexo 1. Documentos de acordos de bilaterais e multilaterais e convenções internacionais

| | |
|------|---|
| 2012 | <p>《中欧城镇化伙伴关系共同宣言》</p> <p><i>the Joint Declaration on the China-EU Partnership on Urbanization</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1143397.shtml</p> |
| 2014 | <p>《中国对欧盟政策文件》</p> <p><i>China's Policy Paper on the European Union</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1143397.shtml</p> |
| 2013 | <p>《中欧合作 2020 战略规划》</p> <p><i>China-EU 2020 Strategic Agenda for Cooperation</i></p> <p>https://eeas.europa.eu/delegations/china_en/15398/EU-China%202020%20Strategic%20Agenda%20for%20Cooperation</p> |
| 2015 | <p>《中国对非洲政策文件》</p> <p><i>China's second Africa policy paper</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1321556.shtml</p> |
| 2015 | <p>《中非民间交流合作倡议书》 (zhongfei minjian jiaoliu hezuo changyishu)</p> <p>http://rw.china-embassy.org/chn/rdzt/t1296538.htm</p> |
| 2016 | <p>《中国对阿拉伯国家政策文件》</p> <p><i>China's Arab Policy Paper</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1331683.shtml</p> |
| 2016 | <p>《落实中国—东盟面向和平与繁荣的战略伙伴关系联合宣言的行动计划》</p> <p><i>Plan of Action to Implement the Joint Declaration on ASEAN-China Strategic Partnership for Peace and Prosperity (2016-2020)</i></p> |

| | |
|------|--|
| | <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1344899.shtml</p> |
| 2016 | <p>《中意政府委员会第七次联席会议共同文件》</p> <p><i>Comunicato Congiunto dell'7a Riunione Congiunta del Comitato Governativo Italia-Cina</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1361905.shtml</p> |
| 2016 | <p>《中国对拉美和加勒比政策文件》</p> <p><i>China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1418250.shtml</p> |
| 2017 | <p>《网络空间国际合作战略》</p> <p><i>International Strategy of Cooperation on Cyberspace</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1442389.shtml</p> |
| 2017 | <p>《中丹联合工作方案 2017-2020》</p> <p><i>China-Denmark Joint Work Program 2017-2020</i></p> <p>https://www.thinkchina.ku.dk/documents/China-Denmark_Joint_Work_Program__2017-2020__English.pdf</p> |
| 2017 | <p>《中国和意大利关于加强经贸、文化和科技合作的行动计划（2017年—2020年）》</p> <p><i>the China-Italy Action Plan for Strengthening Cooperation in Economy, Trade, Culture and Science and Technology (2017 - 2020)</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1462262.shtml</p> |
| 2017 | <p>《中国—中东欧国家合作布达佩斯纲要》</p> <p><i>Measures of the Budapest Guidelines for Cooperation between China and Central and Eastern European Countries</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t1514534.shtml</p> |
| 2017 | <p>《中意政府委员会第八次联席会议共同文件》</p> |

| | |
|------|---|
| | <p><i>Comunicato Congiunto dell'8a Riunione Congiunta del Comitato Governativo Italia-Cina</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1520725.shtml</p> |
| 2018 | <p>《中国—东盟战略伙伴关系 2030 年愿景》</p> <p><i>the China-ASEAN Strategic Partnership Vision 2030</i></p> <p>http://www.xinhuanet.com/world/2018-11/15/c_1123718487.htm</p> |
| 2018 | <p>《中非合作论坛—北京行动计划（2019-2021 年）》</p> <p><i>Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2019-2021)</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1592067.shtml</p> |
| 2018 | <p>《亚欧互联互通优先领域和务实合作规划文件》</p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1607442.shtml</p> |
| 2018 | <p>《中国对欧盟政策文件》</p> <p><i>China's Policy Paper on the European Union</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1622886.shtml</p> |
| 2019 | <p>《中意政府委员会第九次联席会议共同文件》</p> <p><i>Comunicato Congiunto dell'9a Riunione Congiunta del Comitato Governativo Italia-Cina.</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1632679.shtml</p> |
| 2019 | <p>《中华人民共和国政府与波兰共和国政府间合作委员会第二次全体会议共同文件》</p> <p><i>Joint Document of the Second Plenary Meeting of the Government of the People's Republic of China and the Intergovernmental Cooperation Committee of the Republic of Poland</i></p> <p>https://www.fmprc.gov.cn/web/ziliao_674904/tytj_674911/zcwj_674915/t1679521.shtml</p> |

Anexo 2 - Mapa de visitas de alto nível 2000-2012

| Ano | Visitas |
|------|--|
| 2004 | Visita oficial do MNE Li Zhaoxing a Portugal |
| 2004 | Visita de MNE Teresa Gouveia à China |
| 2005 | Visita de Estado do Presidente Jorge Sampaio á R.P.C |
| 2005 | Visita do PM chinês Wen Jiabao a Portugal |
| 2006 | Visita do vice-presidente do Comitê Permanente do CNPC a Portugal |
| 2007 | Visita do PM José Sócrates à China |
| 2008 | Visita do vice-presidente do CNCCPPC Wang Gang a Portugal |
| 2009 | Visita do deputado do Parlamento de Portugal Gama à China |
| 2010 | o PM Portugal participa no Terceiro Fórum Macau |
| 2010 | Visita de Hu Jintao, o então Presidente chinês, efetua uma visita de Estado a Portugal |
| 2012 | Visita do Ministro do Estado e Finanças Gaspar à China |
| 2012 | Visita do Ministro do Estado e de Negócios Estrangeiros Paulo Portas à China |

*Os dados são recolhidos através da Embaixada da RPC em Portugal e da Embaixada de República Portuguesa na China

Anexo 3- Os Acordos bilaterais assinados entre a China e Portugal durante 2000 a 2012

| | |
|------|---|
| 2002 | o Memorando de Cooperação assinado pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior da República Portuguesa e pela Ministra da Educação da República Popular da China |
| 2005 | Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China sobre Cooperação Económica. |
| 2005 | Memorando de Cooperação entre o Supremo Tribunal Administrativo da República Portuguesa e o Supremo Tribunal Popular da República Popular da China. |
| 2005 | Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Popular da China sobre o Reconhecimento de Graus Académicos e de Períodos de Estudos de Ensino Superior |
| 2005 | Programa de Cooperação nos Domínios da Língua, Educação, Ciência, Ensino Superior, Cultura, Juventude, Desportos e Comunicação Social para 2005-2007 |
| 2005 | Acordo de Cooperação para o Intercâmbio entre a Fundação Oriente e a Associação Internacional de Cultura da China a vigorar entre 2005 e 2007 |
| 2005 | Protocolo de Colaboração entre a RTP e a CCTV. |
| 2005 | Memorandum of Understanding (MOU) on Code-Sharing |
| 2005 | Protocolo de Cooperação entre o Instituto Camões, Instituto Português do Oriente e a Universidade de Comunicações. |
| 2005 | Acordo entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal |
| 2005 | Memorando de Entendimento entre o Ministério da Justiça da República Popular da China e Portugal |
| 2005 | Acordo entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre a Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos |
| 2005 | Acordo-Quadro entre o Gabinete do Grupo Nacional de Ensino de Chinês como Língua Estrangeira e a Universidade do Minho |
| 2005 | Memorando de entendimento sobre cooperação em saúde entre o ministério da saúde da república popular da china e o ministério da saúde da república portuguesa |

| | |
|------|--|
| 2006 | <i>O acordo de cooperação assinado pelos ministros da Defesa de Portugal e da China</i> |
| 2007 | <i>Tratado entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre a Transferência de Pessoas Condenadas</i> |
| 2007 | <i>Tratado entre a República Portuguesa e a República Popular da China sobre Extradicação</i> |
| 2007 | Memorando de entendimento de cooperação bilateral no domínio financeiro |
| 2007 | <i>Memorando de entendimento entre o Ministério do Comércio da República Popular da China e o Ministério da Economia e Inovação da República Portuguesa para constituir o Grupo de Trabalho sobre Investimento Bilateral</i> |
| 2007 | <i>Acordo entre o Conselho Internacional do Ensino do Chinês e a Universidade de Lisboa para a constituição do segundo Instituto Confúcio</i> |
| 2007 | <i>Acordo de cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa no domínio dos arquivos</i> |
| 2009 | <i>Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério do Comércio da China e o Ministério da Economia e Inovação de Portugal</i> |
| 2010 | <i>Declaração do Ministério do Comércio da República Popular da China e do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento da República Portuguesa sobre o fortalecimento da cooperação econômica</i> |
| 2010 | <i>Plano de implementação da cooperação do governo chinês-português nas áreas de cultura, idioma, educação, ciência, tecnologia, ensino superior, juventude, esportes e mídia de 2010 a 2012</i> |
| 2010 | <i>Acordo de cooperação no domínio do turismo</i> |
| 2012 | <i>Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação e Ciência de Portugal e o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China</i> |

Obs. Os acordos com fundos cinzas são acordos que têm a ver com cultura.

Anexo 4- A lista de relações de parcerias estabelecidas entre a China com os países europeus

| Ano | País | Tipo de parceria com a China |
|------|---------------|---|
| 2003 | EU | Parceria Estratégica Global |
| 2003 | França | Parceria Estratégica Global |
| 2004 | Itália | Parceria Estratégica Global |
| 2005 | Portugal | Parceria Estratégica Global |
| 2005 | Espanha | Parceria Estratégica Global |
| 2006 | Grécia | Parceria Estratégica Global |
| 2009 | Dinamarca | Parceria Estratégica Global |
| 2009 | Sérvia | Parceria Estratégica Global |
| 2011 | Polónia | Parceria Estratégica |
| 2012 | Ucrânia | Parceria Estratégica |
| 2013 | Turquia | Parceria Estratégica |
| 2014 | Alemanha | <i>Comprehensive Strategic Partnership</i> |
| 2014 | Bélgica | Parceria Amigável |
| 2014 | Países Baixos | <i>Open and pragmatic comprehensive partnership</i> |
| 2016 | Chéquia | Parceria Estratégica |
| 2016 | Polónia | Parceria Estratégica Global |

Obs.

- i. Antes de 2003, a China apenas realizou as Parcerias Amigáveis com a França em 1997 e com a Inglaterra em 1998.
- ii. É importante relevar se as relações de parceria com a França e com Portugal, a descrição oficial do governo chinês além de ter a palavra “estratégia”, mas também tem a palavra “cooperação”(合作, hé zuò). Conforme a interpretação oficial da portal diplomática da China, a palavra “cooperação” refere-se as “políticas são coordenadas e suportadas pelos dois países (Chen, 2014).
- iii. Se as parcerias não têm a palavra “estratégia”, normalmente trata-se das cooperações económicas (ibid.).

Anexo 5 Os documentos oficiais associados com a diplomacia cultural da China no contexto do BRI 2013-2019

| Ano | Documento oficial/reunião do PCC | Conteúdo principal |
|------------|--|---|
| 2013 | Visão e Ação da Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota | Indicar as formas para promover os os entendimentos entre os povos |
| 2013 | Estabelecimento de Fundação Nacional da Arte da China | Gerir os grupos artistas enviados para os países estrangeiros |
| 2014 | A Terceira Sessão Plenária do 18º Comitê Central do CPC | <ul style="list-style-type: none"> - O quatro nível de contribuir o sistema de discurso no palco internacional (como referimos antes) - Construção de Instituto de Confúcio e Centro de Cultura Chinesa: no fim de 2020 existem 50 Centros de Cultura Chinesa - Aprovou e confirmou o documento «Plano de Desenvolvimento do Centro Cultural Chinês no Exterior (2012-2020)»²⁴⁰ a nível nacional. |
| 2014 | «Opiniões sobre a aceleração do desenvolvimento do comércio cultural estrangeiro» ²⁴¹ | <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento das indústrias culturais - Expandir a exportação dos produtos culturais - Cultivar uma série de empresas culturais competitivas internacionais - Marcas conhecidas e produtos culturais conhecidos |

²⁴⁰ Em chinês: 海外中国文化中心发展规划(2012-2020年), Hǎiwài zhōngguó wénhuà zhōngxīn fāzhǎn guīhuà (2012-2020 nián)

²⁴¹ Em chinês: 关于加快发展对外文化贸易的意见, Guānyú jiākuài fāzhǎn duìwài wénhuà màoùyì de yìjiàn

| | | |
|------|--|---|
| | | - Contribuir plataformas de comércio cultural internacional |
| 2015 | Criação do grupo principal de trabalho da Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota | - É liderado pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma. - Responsável pela formulação de políticas da Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota |
| 2015 | A Quinta Sessão Plenária do 18º Comitê Central do PCC aprovou o 13º plano quinquenal | - Enquadra a comunicação cultural na estratégia da Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota. - A indústria cultural torna-se numa indústria pilar da economia nacional. - Expandir influências da cultura chinesa - referiu-se “five-pronged approach” ²⁴² para construir o socialismo com características chinesas |
| 2016 | «Promover a ação educacional “Uma Faixa Uma Rota”» (Ministry of Education, 2017) | - Partilhar os recursos educacionais - Plano de formação de talentos e especialistas - Construir os mecanismos educacionais de cooperações |
| 2017 | 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China | - Confiança na cultura chinesa - O Conceito de Beautiful China - Promover desenvolvimento da indústrias culturais - Promover entendimento entre os povos |

²⁴² Em chinês: 五位一体, Wǔ wèi yī tǐ.: o plano geral para promover o progresso econômico, político, cultural, social e ecológico.

| | | |
|------|--|--|
| | | - o conceito de <i>community with a shared future for mankind</i> |
| 2017 | «O Plano de Implementação do Desenvolvimento Cultural da “Uma Faixa Uma Rota” 2016-2020» ²⁴³ | <ul style="list-style-type: none"> - Contruir mecanismo de cooperação e comunicação da Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota - Construir plataformas de comunicações culturais - Construir marcas conhecidas da Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota - Promover as indústrias culturais e negócios culturais da Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota |
| 2017 | «Opiniões sobre a implementação do projeto de herança e desenvolvimento da excelente cultura tradicional chinesa» ²⁴⁴ | explorar novas formas de comunicações culturais internacionais |
| 2017 | O relatório do 19º Congresso Nacional | <ul style="list-style-type: none"> - Fortalecer a autoconfiança cultural e promover a prosperidade da cultura socialista - Surgimento da política da “multi-faceted” diplomacia²⁴⁵ - Prestar atenção a inovação nos meios de comunicação. Aumentar a influência dos média em outros países. - Promover a construção de uma “comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade” |

²⁴³ Em chinês: 《文化部 “一带一路” 文化发展行动计划（2016-2020年）》，“Wénhuà bù “yīdài yīlù” wénhuà fāzhǎn xíngdòng jìhuà (2016-2020 nián)”

²⁴⁴ Em chinês: 《关于实施中华优秀传统文化传承发展工程的意见》，“Guānyú shíshī zhōnghuá yōuxiù chuántǒng wénhuà chuánchéng fāzhǎn gōngchéng de yìjiàn”

²⁴⁵ Em chinês: 全方位外交, Quán fāngwèi wàijiāo

| | | |
|------|--|---|
| | | - Promover ativamente a cooperação internacional da Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota e se esforçar para alcançar a comunicação política, a conectividade das instalações, o comércio sem barreira, o financiamento de capital e o entendimento das pessoas. |
| 2017 | «Opiniões sobre o fortalecimento e a melhoria das comunicações de humanidades com os países estrangeiros» ²⁴⁶ | A fim de promover a comunicação entre o povo chinês e o estrangeiro e a compreensão mútua da civilização, inovaremos o mecanismo de intercâmbio cultural de alto nível de outras pessoas, reformaremos o conteúdo, a forma e o mecanismo de trabalho das trocas de humanidades em vários campos e integraremos o conceito de troca e cooperação de humanidades em todos os campos de intercâmbio. |
| 2017 | Plano de Desenvolvimento da Medicina Chinesa da Uma Faixa Uma Rota 2016-2020 | - desenvolver a diplomacia pública através da medicina chinesa - difundir a medicina chinesa nos países estrangeiros |
| 2018 | A Terceira Sessão Plenária do Décimo Nono Comitê Central do Partido Comunista da China | Alteração dos órgãos institucionais |
| 2018 | <i>Action Plan for Harmonization of Standards for Jointly Building the Belt and Road (2018-2020)</i> ²⁴⁷ | - Promover os mecanismos e normas para intercâmbio de informações |

²⁴⁶ Em chinês: 《关于加强和改进中外人文交流工作的若干意见》, “Guānyú jiāqiáng hé gǎijìn zhōngwài rénwén jiāoliú gōngzuò de ruògān yìjiàn”

²⁴⁷ Em chinês: «标准联通共建 “一带一路” 行动计划 (2018-2020 年) »,

| | | |
|------|--|--|
| | | - Promover a cooperação de normalização no campo dos intercâmbios culturais |
| 2018 | «Decisão do PCC sobre o aprofundamento da reforma do Partido e das organizações estatais» | Ajustar os departamentos culturais relevantes do país para satisfazer as necessidades da Iniciativa de Uma Faixa Uma Rota. |
| 2018 | Plano de Desenvolvimento do Centro Cultural da China nos países do Ultramarino (2012-2020) | a China construirá 50 centros culturais no exterior até 2020 |
| 2019 | <i>The Belt and Road Initiative Progress, Contributions and Prospects</i> (Initiative, 2019) | Resumo e considerações sobre os trabalhos para promover entendimento entre os povos. |

| |
|--|
| <p>4. Idade:</p> <p>5. Motivo de participar no evento/atividade:</p> <p>6. Opinião sobre evento/atividade: Positivo <input type="checkbox"/> negativo <input type="checkbox"/> neutro <input type="checkbox"/></p> <p>obs.</p> |
| Obs. Final |

Anexo 7 Contatos de alto nível de Portugal e da China desde 2013 a 2019

| Ano | Contactos de alto nível |
|------|---|
| 2014 | Visita do Presidente Silva à China |
| 2014 | Vista do representante do CCPC Liu Yunshan a Portugal |
| 2014 | Xi Jinping reúne-se com o Representante Presidencial Português e Vice-Primeiro Ministro Portas |
| 2014 | Presidente chinês Xi Jinping reúne-se com o Representante Presidencial Português e o Vice-Primeiro Ministro Portas |
| 2015 | Vista do representante do CCPC Liu Qibao a Portugal |
| 2015 | Encontro do vice-ministro do MNE Wangchao com o presidente da Assembleia Lopes |
| 2015 | Encontro do assistente do Ministro do MNE Liu Haixing com o com o presidente da Assembleia Lopes |
| 2016 | Encontro do assistente do Ministro do MNE Liu Haixing com o com o presidente da Assembleia Lopes |
| 2016 | Vice-Ministro do MNE Wang Chao Encontra-se com o Secretário do MNE Português Oliveira |
| 2016 | Vice-Ministro do MNE Wang Chao participa da recepção do Dia Nacional Português |
| 2016 | Ministro do MNE Wang Yi reúne-se com o ministro do MNE Português, Silva |
| 2016 | Li Keqiang reúne-se com o Representante Especial do PM Português e MNE Silva |
| 2016 | Visitas do PM português Costa na China |
| 2017 | Yang Jiechi reúne-se com o consultor de Relações Exteriores da Presidência Portuguesa Sequila |
| 2018 | Vice-Ministro das Relações Exteriores Wang Chao se reúne com novo embaixador de Portugal na China José Augusto Duarte |
| 2018 | encontro do Ministro do MNE da China Wang Yi com o Presidente português Marcelo de Sousa |
| 2018 | Visita do MNE da China Wang Yi em Portugal |
| 2018 | Encontro do PM português Costa com o Ministro do MNE Wangyi |
| 2018 | Vice-Ministro do MNE Qin Gang participou da recepção do Dia Nacional Português |
| 2018 | Encontro do Ministro do MNE português Silva com o Ministro do MNE Wangyi |
| 2018 | Visita do Ministro do MNE Silva na China |
| 2018 | Visita do presidente chinês Xi Jinping em Portugal |
| 2019 | Encontro do PM chinês Li Keqiang com o Presidente Marcelo na China |
| 2019 | Encontro do presidente Xi Jinping cmo o Presidente Marcelo |
| 2019 | Vice-Ministro do MNE Qin Gang participou da recepção do Dia Nacional Português |

Anexo 8 Universidades Chinesas com curso português

| Universidades | Ano em que o curso Português se iniciou |
|--|--|
| Universidade de Estudos Internacionais de Beijing | 2005 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Tianjin | 2005 |
| Universidade de Beijing | 2007 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Xi'an | 2007 |
| Faculdade Nanguang, Universidade de Comunicação da China | 2007 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian | 2008 |
| Universidade Normal de Harbin | 2008 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Huaqiao de Jilin | 2008 |
| Universidade de Economia e Comércio Internacional | 2008 |
| Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong | 2009 |
| Universidade de Língua e Cultura de Beijing | 2010 |
| Instituto de Comunicação de Hebei | 2010 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de PLA | 2010 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Hebei | 2011 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Sichuan | 2012 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Zhejiang | 2013 |
| Universidade Jiaotong de Lanzhou | 2014 |
| Universidade Jiaotong de Beijing | 2015 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Yuexiu de Zhejiang | 2015 |
| Universidade de Hubei | 2016 |
| Universidade de Ciência e Tecnologia de Jiangxi | 2016 |
| Universidade de Nankai | 2017 |
| Universidade de Línguas Estrangeiras de Heilongjiang | 2018 |
| Universidade de Hebei | 2018 |
| Universidade de Tradutores de Chongqing Nanfang do SISU | 2018 |
| Universidade Normal de Anhui | 2019 |
| Universidade de Economia e Comércio de Guizhou | 2019 |
| Universidade de Ciência e Engenharia de Sichuan | 2019 |
| Universidade de Jiaotong do leste da China | 2019 |

*Dados atualizados dezembro de 2019, recolhidos pela investigadora.

Anexo 9 Acordos assinados entre a China e Portugal durante 2013 a 2019

| Ano | Acordos bilaterais |
|------|--|
| 2014 | Plano anual de implementação de cooperação entre o governo da República Popular da China e o governo da República Portuguesa nos domínios da cultura, língua, educação, desporto, juventude e meios de comunicação 2014-2017 |
| 2014 | Protocolo do Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China e do Ministério da Educação e Ciência da República de Portugal sobre Cooperação em Pesquisa e Inovação no Campo das Ciências Marítimas |
| 2014 | Plano de Cooperação em Educação e Treinamento pelo Ministério da Educação da República da China, Ministério da Educação e Ciência da República de Portugal, Ministério das Relações Exteriores 2014-2017 |
| 2014 | Memorando de Entendimento entre o Governo da República Popular da China e o Governo da República de Portugal sobre o estabelecimento dos Centros Culturais |
| 2014 | Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre a Administração Geral de Imprensa e Publicação da República da China e o Ministério de Portugal nos campos académico e da imprensa |
| 2014 | Acordo de Cooperação entre CCTV e Portugal Rádio e Televisão |
| 2015 | Acordo entre o Grupo Nacional Nacional de Promoção Internacional da Língua Chinesa da República Popular da China e o Ministério da Educação e Ciência da República de Portugal sobre cooperação no ensino de chinês |
| 2016 | Memorando de Entendimento sobre Cooperação Judicial entre o Supremo Tribunal da República Portuguesa e o Supremo Tribunal da República Popular da China |
| 2016 | Memorando de Entendimento entre o Diário de Povo e a Agência Lusa |
| 2016 | Memorando de Entendimento entre o Ministério do Comércio da República da China e o Ministério das Relações Exteriores da República Portuguesa sobre o Fortalecimento da Cooperação no Mercado Terceiro |
| 2016 | Memorando de Entendimento sobre Cooperação Marítima Sino-Portuguesa |
| 2016 | Comissão Reguladora de Seguros da China e Acordo de Cooperação e Assistência Técnica do Gabinete de Supervisão de Seguros de Portugal |
| 2016 | Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo de Arquivos entre a Administração Nacional de Arquivos da República da China e o Ministério da Educação da República de Portugal |
| 2017 | Memorando de Entendimento para a cooperação entre o Conselho Nacional da China e o parlamento da República de Portugal |
| 2017 | A Administração Oceânica Nacional da República da China e o Ministério dos Assuntos Marítimos da República de Portugal sobre o documento conceitual para o estabelecimento de uma "parceria azul" e a estrutura do plano de ação conjunto para a cooperação oceânica |
| 2018 | Memorando de Entendimento sobre cooperação no quadro da Faixa Económica da "Rota da Seda" e da iniciativa relativa à "Rota da Seda Marítima" do século XXI |
| 2018 | Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Comércio de Serviços |
| 2018 | Memorando de Entendimento entre o Ministério do Comércio da República da China e o Ministério das Relações Exteriores da República Portuguesa sobre o Fortalecimento da Cooperação no Comércio de Serviços |
| 2018 | Protocolo relativo aos requisitos fitossanitários para a exportação de uva de mesa portuguesa para a República Popular da China |
| 2018 | Memorando de Entendimento entre o Ministério da Cultura e Turismo da República da China e o Ministério da Cultura da República de Portugal sobre a implementação do "Festival da Cultura" |
| 2018 | Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Domínio da Água |
| 2018 | Carta de intenções sobre Cooperação entre as Câmaras Municipais de Tianjin e de Setúbal |
| 2018 | Acordo para o estabelecimento do Instituto Confúcio na Universidade do Porto |
| 2018 | Acordo com a Academia Chinesa de Ciências Sociais para o Estabelecimento de um Centro de Estudos Chineses na Universidade de Coimbra |
| 2018 | Memorando de Entendimento sobre a Promoção de Atividades de Cooperação para a Implementação da Parceria Portugal-China 2030 em matéria de Ciência e Tecnologia |
| 2018 | Memorando de Entendimento sobre o Plano de Implementação do STARLAB |
| 2018 | Memorando de Entendimento entre a EDP e a China Three Gorges |
| 2018 | Memorando de Entendimento entre a COFCO Internacional e a AICEP sobre o estabelecimento de um serviço global da COFCO Internacional em Matosinhos |
| 2018 | Protocolo entre a Caixa Geral de Depósitos e o Bank of China para a implementação do Memorando de Entendimento relativo à emissão de Panda Bonds |
| 2018 | Protocolo de requisitos epidémicos entre a Administração Geral das Alfândegas da República da China e o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural da República de Portugal |
| 2018 | Acordo entre o Grupo Media da China e a RTP para a produção conjunta de documentários |
| 2018 | Memorando de Entendimento entre a EDP e a China Three Gorges |
| 2018 | Memorando de Entendimento entre a State Grid e a REN |
| 2018 | Acordo entre o Banco Comercial Português e a Union Pay |
| 2018 | Memorando de Entendimento entre a MEO e a Huawei sobre o desenvolvimento da tecnologia 5G |
| 2019 | Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República da China e o Ministério das Relações Exteriores da República de Portugal sobre o estabelecimento de um diálogo estratégico |
| 2019 | Acordo de cooperação entre a sede do Instituto Confúcio na China e o Ministério da Educação da República de Portugal para o ensino da língua chinesa na educação secundária |